UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

DA CONSTRUÇÃO DO OLHAR EUROPEU SOBRE O NOVO MUNDO AO (RE) DESCOBRIMENTO DO REINO TROPICAL

MARGARIDA MARIA DA SILVA CORRÊA

ORIENTADOR

Prof. Dr. NASR FAYAD CHAUL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

GOIÂNIA - 1997

DA CONSTRUÇÃO DO OLHAR EUROPEU SOBRE O NOVO MUNDO AO (RE) DESCOBRIMENTO DO REINO TROPICAL

MARGARIDA MARIA DA SILVA CORRÊA

Dissertação de mestrado submetida, em 18 dezembro de 1997, à banca examinadora composta pelos professores:

_____
Nasr Fayad Chaul
(Orientador)
Doutor em História

_____
Gilka Vasconcelos F. de Salles
Doutora em História

_____
Ruy Moreira
Doutor em Geografia

À minha mãe,
Thelma Avellar Fonseca Corrêa
e
à memória de meu pai,
Luiz da Silva Corrêa.

AGRADECIMENTOS

Ainda que solitário, posto que o debruçar numa pesquisa requer distanciamento da vida cotidiana, este trabalho não foi fruto de uma experiência estritamente pessoal de vida. Seu processo de elaboração, nada curto por sinal, acabou por envolver um número significativo de pessoas que contribuíram de diferentes maneiras para que ele se concretizasse, razão porque lhes sou extremamente agradecida.

Desejo, sobretudo, manifestar meu sincero reconhecimento pela compreensão, apoio e amor demonstrados por familiares, amigos e colegas de trabalho que jamais cobraram minha presença quando o isolamento do estudo me absorvia e cujo incentivo, expresso de todas as formas possíveis, encorajou minha caminhada.

Igualmente sou grata à minha primeira orientadora, Prof$^{a.}$ Janaína Amado Figueiredo, bem como à banca examinadora, nas pessoas dos professores Nasr Fayad Chaul, Gilka Vasconcelos F. de Salles e Ruy Moreira, pela paciência e compreensão, pela orientação, estímulo e sugestões generosas que contribuíram, decisivamente, para a concretização deste trabalho de pesquisa.

Finalmente, não há como deixar de registrar o apoio indispensável da Universidade Católica de Goiás, que me proporcionou condições materiais e disponibilidade de tempo para a realização do curso de mestrado. Este agradecimento é também extensivo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - pela bolsa de estudos que me foi concedida.

CONTRANARCISO

(Paulo Leminski)

Em mim
eu vejo o outro
e outro
e outro
enfim dezenas
trens passando
vagões cheios de gente
centenas

o outro
que há em mim
é você
você
e você

assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós
e só quando
estamos em nós
estamos em paz
mesmo que estejamos a sós

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

01.**Desembarque de Colombo na Ilha de Guanaani** (Theodor de Bry)
In: Occidentalis America Pars (1595)
Fonte:Enciclopédia Britânica.....

02. **Teatro Orbe da Terra** (Ortélio,1580).
Fonte: Capel (1991).....

03**. Mapa Terra Brasilis** (Lopo Homem, 1515-1519).
In: Atlas Miller,1515-1519.
Fonte: Mapas Históricos Brasileiros. SP: Abril Cultural,1969.....

04. **Capturado pelos Tupinambás** (Hans Staden).
Fonte: Duas Viagens ao Brasil (1974).....

05. **Como Este Povo Corta e Carrega o Pau-brasil** (André de Thevet).
In: Cosmographie Universelle,1557.
Fonte: Perrone-Moisés (1996).....

06. **Execução de um Prisioneiro** (Theodor de Bry)
In: America Tertia Pars.
Fonte:Série Documentos Históricos, n°1.....

07. **Cena de Canibalismo** (Theodor de Bry).
In: America Tertia Pars.
Fonte:Série Documentos Históricos, n°1.....

08. **O Caçador Descansando**. Tapeçaria Gobelin (Série das Índias)
Fonte: Enciclopédia dos Museus (MASP).....

09. **Cachoeira de Paulo Afonso** (Franz Janz Post)
Fonte: Enciclopédia dos Museus (MASP).....

10. **Piranha** (Albert Eckhout).....

10.1.**Tipo Humano** (Albert Eckhout).
Fonte: Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae, Index (1993).....

11. **Theatrum Rerum Naturalium Brasileae** (frontispício).
Fonte: Index (1993).....

12. **Mapa do Brasil do Século XVII**.
Fonte: Albuquerque et alii (1993).....

13. **Configuração do Território Sul-Americano no Período Colonial**.
Fonte: Becker (1993).....
14. **Alexander von Humboldt na Venezuela** (F.G.Weitsch,1806).

Fonte: Capel (1991).....

15. **Comerciante de Minas Regateando** (W. Read).
In: Sketches of Portuguese Life, Costume and Character. Londres,1826.
Fonte: Kossoy e Carneiro (1994).....

16. **Mercado de Negros** (Johann Moritz Rugendas).
Fonte: Viagem Pitoresca Através do Brasil (1976).....

17. **Inspeção de Negras Recém-Chegadas** (Harro-Harring).
In: MARTINS FILHO, Eneas. Paul Harro-Harring: Tropical Sketches from Brazil,1840.RJ: IHGB,1965.
Fonte: Kossoy e Carneiro (1994).....

18. **Colheita de Café** (Johann Moritz Rugendas).
Fonte: Viagem Pitoresca Através do Brasil (1976).....

19. **Vögel-Teich am Rio São Francisco** (Lagoa de Aves às Margens do Rio São Francisco).
Fonte:Atlas da Viagem pelo Brasil de Spix e Martius (1938).....

20. **Rencontre d'Indiens avec des Voyageurs Européens** (J. M. Rugendas).
In: Voyage Pittoresque dans le Brésil. Paris: Engelmann,1835.
Fonte:Biblioteca Nacional (RJ).....

21. **A Senhora Saindo a Passeio** (Henry Koster).
In: Travels in Brazil (1816)
Fonte: Kossoy e Carneiro (1994).....

22. **Officier de la Cour se Rendant au Palais** (Jean-Baptiste Debret)
Fonte: Fundação Raimundo Ottoni C. Maia (RJ).....

23. **Paveurs** (Jean-Baptiste Debret)
Fonte: Fundação Raimundo Ottoni C. Maia (RJ).....

24. **Forêt Vierge près de Manqueritiba** (Johann Moritz Rugendas)
Fonte: Exposição "Iconografia e Paisagem"
Coleção Cultura Inglesa (RJ).....

25. **Auto-Retrato de William John Burchell**
Fonte: Ferrez (1981).....

26. **Panorama do Rio de Janeiro** (William J. Burchell)
Fonte: Ferrez (1981).....

27. **Meia Ponte** (William J. Burchell)
Fonte:Ferrez (1981).....
28. **Panorama of Goyas on Three Sheets** (William J. Burchell)
Museum Africa, Joanesburgo, África do Sul.
Fonte: Belluzo (Vol.III,1994).....

29. **Máscara Ritual** (Francis de Castelnau)
In: Expéditions dans les Parties Centrales de l'Amérique du Sud (1850-1857).
Fonte: Vanzolini (1996).....

30. **Diplusodon decussatus Gardn.** (George Gardner)
The Natural History Museum, Londres.
Fonte: Belluzo (vol.II,1994).....

31. **Cambessedesia membranacea Gardn.** (George Gardner)
The Natural History Museum, Londres.
Fonte: Belluzo (vol.II,1994).....

32. **Karl Friedrich Philip von Martius**.
Fonte: Exposição "Martius, Percurso de um Olhar Errante pelo Brasil do Século XIX". Pinacoteca do Estado (SP).....

33. **In Rio de Janeiro** (No Rio de Janeiro).
Fonte: Atlas da Viagem pelo Brasil de Spix e Martius (1938).....

34. **Juri e Miranha** (Karl F.P.von Martius).
Fonte: Exposição "Martius, Percurso de um Olhar Errante pelo Brasil do Século XIX". Pinacoteca do Estado (SP).....

35. **Máscara Juri-Taboca** (Karl F.P. von Martius).
Staatlisches Museum Für Völkerkunde, Munique, Alemanha.
Fonte: Belluzo (vol.II,1994).....

36. **Astrocaryum Iauari** e **Leopoldina pulcchra** (Karl F.P. von Martius).
Fonte: Exposição "Martius, Percurso de um Olhar Errante pelo Brasil do Século XIX". Pinacoteca do Estado (SP).....

37. **Langsdorffia hypogae** (Karl F.P. von Martius).
Fonte: Exposição "Martius, Percurso de um Olhar Errante pelo Brasil do Século XIX". Pinacoteca do Estado (SP).....

38. **Formas de Plantas da América Tropical** (karl F.P. von Martius).
Fonte: Atlas da Viagem pelo Brasil de Spix e Martius (1938).....

39. **Peltodon tomentosus** e **Peltodon pussilus** (Johann Baptist E. Pohl).
Fonte: Belluzo (vol.II,1994).....

40. **Auguste de Saint-Hilaire**.
Fonte: IHGB.....

41. **Johann Baptist von Spix**.
Fonte: Vanzolini (1990).....

42. **Mycetes barbatus (mas.)** e **Cebus cucullatis (foem.)** (J. B. Von Spix).
Fonte: Belluzo (Vol.II,1994).....

43. **Formas de Animais da América Tropical**.
Fonte: Atlas da Viagem pelo Brasil de Spix e Martius (1938).....

44. **Genera et species piscium** (Johann B. von Spix).
Fonte: Exposição “Martius, Percurso de um Olhar Errante pelo Brasil do Século Século XIX”. Pinacoteca do Estado (SP).....

45. **Habitants de Goyaz**. (Johann Moritz Rugendas).
In: Voyage Pittoresque dans le Brésil. Paris: Engelmanns,1835.
Fonte: Biblioteca Nacional- RJ.....

SUMÁRIO

RESUMO

RESUME

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO I: DESVENDANDO O ENIGMÁTICO CONTINENTE SUL-AMERICANO: DO DESCOBRIMENTO À VIRADA DO SÉCULO XVIII.

1.1. O Olhar Europeu sobre o Novo Mundo: A Construção da Imagem do "Outro".....21

1.2. Das Políticas Externas Luso-Espanholas Coloniais às Primeira "Viagens Filosóficas" à América do Sul.....62

Notas.....90

CAPÍTULO II: O (RE) DESCOBRIMENTO DO REINO TROPICAL PARA O MUNDO DA CIÊNCIA.....98

2.1. A Família Real no Brasil: Da Ruptura com o Exclusivismo Colonial à Constituição do Estado-Nação 99

2.2. O Brasil sob o Olhar Estrangeiro.....118

2.3. As Expedições Científicas da Primeira Metade do Século XIX..142

Notas.....160

CAPÍTULO III: NATURALISTAS E VIAJANTES ESTRANGEIROS EM GOIÁS (1800-1850).....166

3.1. Perfis Biográficos, Notas Bibliográficas e Roteiros de Viagens:

. BURCHELL, William John.....169
. CASTELNAU, Francis de.....179
. GARDNER, George.....187
. MARTIUS, Karl F. von.....192
. POHL, Johann Emanuel 204
. SAINT-HILAIRE, Auguste P. de.....211
. SPIX, Johann-Baptiste von.....220

Lista de Quadros:

1. Os Viajantes 226
2. Modalidades de Viagens e Viajantes.....226
3. Formação Científico - Profissional.....227
4. Outras Áreas de Interesse dos Viajantes.....227

3.2. A Visão dos Viajantes.....228

Notas.....276

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....280

BIBLIOGRAFIA

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ESPECÍFICAS:

1.1. Fontes Primárias (Literatura de Viagem).....285
1.2. Bibliografia sobre Viajantes Estrangeiros no Brasil (obras consultadas e referências bibliográficas).....286
1.3. Bibliografia de Apoio (Enciclopédias e Dicionários).....290

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS.....291

RESUMO

O entendimento do processo de construção do imaginário europeu sobre o Novo Mundo dos séculos XVI ao XVIII serve de soleira para este trabalho. Para o geógrafo e para o historiador, o estudo desse imaginário reveste-se, inegavelmente, da maior importância, pois permite vislumbrar como esse processo orientou a expansão das fronteiras européias para além de seus limites continentais. Nesse período, idéias fantasiosas, edênicas ou desabonado-ras, fundamentadas muito mais na imaginação do que na razão, acabaram por "inventar" uma América para os europeus. A par disso, o Velho Mundo, sob a égide do racionalismo e da Ilustração, passou, ambiguamente, a autodefinir-se como civilização desenvolvida e superior, o que iria justificar, daí em diante, sua posição ideologicamente eurocêntrica. O mito da superioridade surgiu colocando a Europa como centro difusor da modernidade, relegando todos os "outros" à condição de periferia inculta.

Beneficiados pela ruptura do histórico exclusivismo com que Portugal mantinha isolada sua colônia de ultramar, os naturalistas que vieram ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX - neles incluídos os que estiveram em Goiás - eram herdeiros dessa concepção. Legítimos representantes da mentalidade européia, movidos pelas idéias de "progresso" e pelo espírito de "coletar, observar e classificar", inauguraram o ciclo das expedições científicas que iriam revelar para o Velho Mundo esta parte da América, até então praticamente ignorada. O interesse contemporâneo em reexaminar as contribuições desses viajantes, que introduziram as bases dos estudos sistemáticos sobre o Brasil, repousa no reconhecimento de que, a despeito de estarem imbuídos de uma visão de mundo eurocêntrica, elas estão plenas de referências de uma história que nos pertence. Ademais, e o que é mais importante, revelam como os sucessivos retratos do país foram sendo construídos de fora para dentro, e de que forma a visão que temos de nós mesmos acabou sendo forjada pela introjeção das imagens que divulgaram através de seus relatos de viagens.

RESUME

La compréhension du processus de construction de l'imaginaire européen sur le Nouveau Monde du XVIe au XVIIIe siècle sert de seuil à ce travail. Pour le géographe et pour l'historien, l'étude de cet imaginaire revêt indéniablement une importance majeure, en effet elle permet d'apercevoir comment ce processus a orienté l'expansion des frontières européennes au delà de ses limites continentales. Durant cette période, des idées fantaisistes, édeniques où détractrices, fondées beaucoup sur l'imagination que sur la raison, ont fini par "inventer" une Amérique pour les européens. Simultanément, le Vieux Monde, sous l'égide du rationalisme et de l'Illustration, a commencé d'une manière ambigüe a s'autodéfinir comme civilisation développée et supérieure, ce qui allait justifier dorénavant sa position idéologiquement eurocentrique. Le mythe de la supériorité a surgi en plaçant l'Europe comme le centre difuseur de la modernité, reléguant tous les "autres" à la condition de périphérie inculte.

Bénéficiés par la rupture de l'exclusivisme historique par lequel le Portugal maintenait isolée sa colonie d'outre-mer, les naturalistes qui sont venus au Brésil dans les premières décennies du XIXe siècle - y compris ceux qui sont venus à Goiás - étaient les héritiers de cette conception. Légitimes représentants de la mentalité européenne, mûs par les idées de "progrés" et par l'esprit de "collecter, observer et classifier", ils ont inauguré le cycle des expéditions scientifiques qui allaient révéler au Vieux Monde cette partie de l'Amérique jusqu'alors pratiquement ignorée. L'intérêt contemporain de réexaminer les contributions de ces voyageurs, qui ont introduit les bases des études systématiques sur le Brésil, repose sur la reconnaissance du fait que, malgré qu'elles soient remplies d'une vision du monde eurocentrique, elles sont pleines de références à une histoire qui nous appartient. De plus, et ce qui est plus important, ils révèlent comment les portraits successifs du Brésil ont étés construits du dehors en dedans, et de quelle manière la vision que nous avons de nous même a fini par être forgées par l'introjection des images qu'ils ont divulguées à travers leurs récits de voyages.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por finalidade o cumprimento das exigências do Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, atendendo, particularmente, a uma de suas linhas de pesquisa, História e Região. Neste sentido, as primeiras colocações que faremos a seguir servem de preâmbulo para explicitarmos como nosso trabalho, que tem caráter exclusivamente bibliográfico, se desenvolveu.

Por ocasião da elaboração de nosso projeto de pesquisa, optamos por realizar um estudo cuja intenção era, tão somente, analisar as narrativas de viagens dos naturalistas estrangeiros que, percorrendo o interior do Brasil na primeira metade do século XIX, estiveram, efetivamente, na Capitania de Goiás - elevada à condição de Província em 1822 - território atualmente pertencente aos Estados de Goiás e Tocantins. Foram eles: Auguste de Saint-Hilaire, Francis de Castelnau, George Gardner, Johann Emanuel Pohl, Johann Baptist von Spix, Karl Friedrich von Martius e William John Burchell. Pretendíamos então procurar, através da leitura atenta do corpo documental da pesquisa representado pelos relatos de viagens desses naturalistas, captar seus testemunhos e impressões pessoais sobre os mais diferentes aspectos da vida goiana daquele período.

A delimitação do trabalho pelas variáveis de identidade (naturalis- tas estrangeiros), tempo histórico (primeira metade do século XIX) e espaço geográfico (Goiás), justificava-se pelas seguintes razões: as duas primeiras, pelo fato de estar o Brasil vivenciando naquele período uma conjuntura especial, advinda da ruptura de um histórico exclusivismo que permitiu a abertura do país aos estrangeiros. Não tendo a Capitania / Província de Goiás ficado fora desse processo de (re) descobrimento do Brasil pelo olhar europeu, foi que a circunscrevemos como espaço geográfico

de nossa investigação, o que ia ao encontro da referida linha de pesquisa do nosso mestrado.

Como é consenso entre os historiadores contemporâneos, o discurso literário vem sendo valorizado como um precioso instrumento que serve de mediação entre a indagação científica e a realidade a descobrir. Particularmente a História Cultural tem dado ênfase à análise literária na busca de alternativas de abordagens do passado, demonstrando aos pesquisadores o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica (Kramer,1992,p.136).

Os estudos que se debruçam na interpretação de memórias de viagens, aproximam-se desta nova vertente da historiografia moderna, representando um gênero próprio, não ficcional, classificado como crônica. Mais do que uma “narração histórica pela ordem do tempo em que se deram os fatos”, esses relatos - portadores de representações sociais e condicionados a um tipo de experiência específica que é o ato de “viajar” - identificam-se como crônicas principalmente pelo padrão expositivo caracterizado pela abundância de detalhes; pela tendência ao didatismo e à exortação moral; pelas preocupações sociais, econômicas, políticas e culturais; pelas descrições de paisagens naturais e à relevância dada ao estilo da elaboração, colorida e com sabor de história vivida.

Portanto, ao elegermos, em princípio, a literatura de viagem como objeto de nossa pesquisa, fizemo-lo a partir do entendimento de que essas narrativas constituem uma modalidade de discurso que permite a reconstrução de histórias regionais, não de todo isentas de imagens idealizadas, mas cujo segredo está, paradoxalmente, em sua capacidade de ser universal e de refletir o comportamento humano, mesmo que sob o olhar de uma cultura específica. Enquanto fonte de informações, é inegável que esses relatos de viagens permitem leituras inesgotáveis, possibilitando deles extrair as mais diversas ilações.

De leitura agradável, absorvente e ao mesmo tempo instigante, as crônicas desses naturalistas e viajantes que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século passado transportam-nos para uma atmosfera andarilha e onírica e oferecem, para o observador contemporâneo atento aos percursos de seus olhares errantes, um universo de valores, atitudes,

sentimentos, fantasias e, sobretudo a possibilidade de detectar como perceberam a “alma” dos lugares. Nesta perspectiva, quer tenham estado no território goiano por opção ou simplesmente de passagem, a exegese de suas memórias - ainda que concebidas sob o crivo da mentalidade sustentada pela cosmovisão européia - representa uma importante fonte documental para o resgate de nossa historiografia, além da a possibilidade de um diálogo com interlocutores de um passado que nos diz respeito e uma manifestada maneira de se compreender as feições da paisagem natural e as características da vida sócio-econômica e cultural de Goiás à época.

Todavia, à medida que o trabalho avançava, nossa intenção des- viou-se de sua orientação inicial, tomando um novo rumo. Muito cedo percebemos que o problema fundamental que se colocava para o correto entendimento, tanto do contexto histórico vivenciado por esses naturalistas-viajantes quanto para a compreensão de suas visões de mundo - expressas em seus relatos de viagens e que, inequivocamente, mediaram suas impressões sobre Goiás - ia muito além da simples leitura de suas obras, requerendo um aprofundamento maior nas indagações que diziam direta ou indiretamente respeito ao tema em questão. Cônscios de que a carência de exposição de dados em uma pesquisa é um grave equívoco que reduz o objeto estudado a uma crítica rasteira sem compreendê-lo nem explicá-lo suficientemente, e movidos pelo princípio que são as dúvidas que produzem inovação, voltamos à estaca zero...

Para resolver tal impasse, buscamos uma abordagem interdisciplinar que pudesse, de maneira efetiva, contribuir para uma real assimilação das concepções de mundo desses naturalistas e do papel que representaram no contexto oitocentista que, seguramente, não se resumiram somente às condições de possibilidades da época. Foi neste sentido que, instigados pela curiosidade, fizemos um recuo ao passado, através do qual procuramos reconstruir historicamente as raízes, os mecanismos, as formas e as razões do complexo processo de elaboração de idéias que determinaram a auto-compreensão da sociedade européia como centro da civilização ocidental, das quais resultaram suas deformadas visões em relação à América do Sul. Fundamentadas em juízos de valor da cultura do “outro” em relação à cultura do “eu”, essas idéias, que procuravam reafirmar a própria

identidade européia, surgiram paralelamente à inauguração da concepção eurocêntrica de mundo. A compreensão desse processo fazia-se para nós necessária, haja vista serem os naturalistas e viajantes dos quais tratávamos, herdeiros diretos das mesmas.

Ao não optarmos por um referencial teórico único, nossa intenção pode ser considerada como uma tentativa de não parcelar o conhecimento, procurando relacionar diferentes campos do saber, freqüentemente separados e fechados em suas especializações. Isto porque estamos cientes de que o desenvolvimento científico trouxe à luz a importância do trabalho interdisciplinar, e que as frágeis fronteiras criadas artificialmente entre as disciplinas acadêmicas vem sendo constantemente ultrapassadas quando se tem em mente ampliar o diálogo das ciências, partilhando novas facetas de identidade. Assim, levando em consideração que as investigações das múltiplas dimensões do ser humano na sociedade são compartilhadas, ao menos parcialmente, por distintos grupos ou disciplinas científicas, optamos por uma aproximação de integração e de complementariedade entre diferentes áreas das ciências humanas. Para tal, procuramos subsídios numa bibliografia bastante eclética, mas que nos indicava pontos comuns de grande interesse para nosso estudo.

Na perspectiva de refletir sobre o processo evolutivo de construção das imagens que a Europa formulou sobre o Novo Mundo, e como sua história foi ganhando novos matizes através dos tempos, nossa abordagem interdisciplinar ganhou importância fundamental, na mesma medida que possibilitou a percepção da circulação de idéias que caracterizaram o período por nós analisado, proporcionando-nos as bases indispensáveis para a interpretação dos textos dos referidos naturalistas-viajantes. Por conseguinte, da historiografia social tradicional, ou seja, aquela em cujo cerne são priorizados os processos evolutivos das sociedades, os eventos em sua longa duração e portanto em seus tempos históricos contínuos e correspondentes, nossa busca se estendeu igualmente à História Nova, cujos pressupostos também vieram ao encontro de nossas expectativas.

Esta vertente da historiografia moderna também se debruça na reconstituição da memória dos povos. Porém, mais do que a preocupação

com a cronologia dos fatos sociais, dá ênfase especial aos discursos sustentados por grupos sociais em determinadas épocas. E o faz freqüentemente remetendo-nos para a investigação do sentido do cotidiano dos sujeitos e das relações interativas com outros sujeitos no mundo social, através de categorias de conhecimento tais como identidade, imaginário social, percepção e representação, que são apropriadas por esses mesmos indivíduos ou por grupos para dar significação a seus lugares no mundo. Nesta história vivida, mentalmente elaborada e estreitamente colada aos valores e referenciais de pertencimento de uma coletividade, surpreendentemente deparamo-nos com afinidades de tratamento tanto na Antropologia como na Geografia Humanística.

Assim, na Antropologia Cultural ou Social fomos procurar uma resposta para questões que remetiam para a experiência da alteridade, ou seja, para as relações de estranhamento e de perplexidade que se estabelecem em princípio quando nos deparamos com o “outro”, com outras culturas diferentes da nossa própria, cujo encontro possibilita modificar o olhar que se tem de si mesmo. Na Geografia Humanística, uma das vertentes do movimento de renovação da Geografia contemporânea, encontramos também uma alternativa viável para os estudos que se identificam com a valorização da interpretação da dinâmica das experiências pessoais de vida, pois que parte do princípio de que o conhecimento geográfico não implica somente o reconhecimento da realidade terrestre em sua materialidade, mas considera também a compreensão das percepções e das representações que os seres humanos estabelecem com a paisagem.

Foi a partir destas leituras paralelas, que sentimos a necessidade de reestruturar nossa pesquisa. Elas inegavelmente nos propiciaram uma visão mais abrangente da realidade a investigar, e foram da maior importância para o nosso próprio processo de introjeção e amadurecimento do tema em questão. Embora em momento algum tenhamos abandonado nosso propósito original, e dada a consciência que temos da importância da elaboração de um trabalho intelectual que representa uma dissertação de mestrado, aprofundar nossas investigações fez-se indispensável para conferir maior amplitude às discussões anteriormente propostas.

Evitando resvalar para uma indesejável superficialidade no tratamento de assuntos inequivocamente correlacionados com nossa pesquisa, remetemo-nos, no capítulo que abre trabalho, às origens do processo de construção das concepções que a Europa formulou sobre o continente sul-americano. Um novo e inusitado mundo só parcialmente revelado aos olhos dos europeus que só reconheciam o seu velho mundo, e que foi tomando diferentes conotações desde seu descobrimento até o período que corresponde às últimas décadas do século XVIII e início do século XIX. Como entendemos que por trás de todo trabalho histórico há um núcleo irredutível de narratividade, este momento de nossa pesquisa se desenvolveu dentro de uma estrutura narrativa.

Simultaneamente, procuramos resgatar, ainda que de forma breve, a história da evolução do pensamento científico desse período, relacionando-a às transformações das imagens que o Velho Mundo formulou sobre a América. Imagens que passaram das fantasiosas impressões divulgadas pelos primeiros viajantes dos séculos XVI e XVII, às visões detratoras ou edênicas construídas ao longo do século XVIII e que, apesar do inquestionável desenvolvimento político, científico e filosófico do Século das Luzes, estavam historicamente fundamentadas numa relação de altiva superioridade frente ao “outro”.

Remanescia ainda uma questão imprescindível a ser resolvida, e que remetia particularmente para a análise da visão que os portugueses e espanhóis cultivaram sobre o novo continente por eles conquistado. Neste sentido, as fontes bibliográficas consultadas levaram-nos à conclusão de que, pouco preocupados com imagens edênicas ou com utopias, foi o espírito essencialmente pragmático que os moveu nos três séculos de contato com suas possessões sul-americanas, assegurando desta forma seus respectivos territórios através de sua exploração econômica enquanto, ao mesmo tempo, esforçavam-se para resguardá-los, nem sempre com sucesso, da cobiça dos olhares de outras nações. Essa situação só iria modificar-se nas últimas décadas do século XVIII em diante quando, devido ao enfraquecimento dos Impérios português e espanhol e à nova ordem instalada pelo sistema econômico mundial dominante, suas respectivas administrações obrigaram-se a iniciar um gradativo processo de extinção de suas geopolíticas

exclusivistas, liberando o acesso de estrangeiros a seus territórios coloniais e possibilitando, por conseguinte, as primeiras viagens de cunho científico, comumente denominadas “viagens filosóficas”.

Se o interesse do primeiro capítulo tem fulcro na América luso-espanhola, o escopo do segundo é o Brasil. Nesta etapa da pesquisa tratamos, ainda que sucintamente, dado os seus limites, do panorama brasileiro das primeiras décadas do século XIX, enfocando as transformações sócio-políticas, econômicas e culturais levadas a efeito após a instalação da Corte portuguesa em sua colônia de ultramar, à qual se seguiu a imediata abertura dos portos da colônia a outras nações. No âmago das medidas introduzidas pela nova adminstração lusitana, que levaram ao enfraquecimento e ruptura do antigo sistema colonial e à proclamação da independência, interessa-nos particularmente aquelas que, relacionadas à quebra do exclusivismo metropolitano, permitiram a abertura do Brasil para os estrangeiros.

Dentre esses estrangeiros, nossas atenções voltam-se para aqueles que se inserem na categoria de naturalistas. Herdeiros da ilustração e do pensamento romântico, esses viajantes, favorecidos pelos novos rumos da política externa recém-implantada, inauguraram o ciclo das expedições científicas ao Brasil da primeira metade do século XIX. Autênticos representantes de uma Europa que já tendo estabelecido os contornos geográficos do mundo, voltava seus interesses para o conhecimento do interior dos continentes, esses naturalistas percorreram o país em viagens de cunho científico e não só (re) descobriram o país para o mundo da ciência, como o revelaram para os próprios brasileiros.

Como corolário, retomamos, no terceiro capítulo, ao tema proposto em nosso projeto de pesquisa. A partir do método dedutivo de investigação que adotamos, que parte do geral para o particular, ocupamo-nos nesse momento dos naturalistas estrangeiros que estiveram em Goiás na primeira metade do século XIX, e que deixaram, através de suas narrativas de viagem, informações relevantes para o resgate da paisagem goiana daquele período, ainda que concebidas sob o filtro de suas concepções eurocêntricas de mundo. Após esboçarmos seus perfis biográficos e bibliográficos, sobre os quais nos debruçamos com curiosidade, nosso

próximo passo foi o de analisar as percepções que tiveram do contexto da época, bem como detectar as imagens, que divulgadas através de seus relatos de viagem, contribuíram para forjar a construção da dimensão inconsciente de um passado, ainda presente na historiografia regional.

CAPÍTULO I

DESVENDANDO O ENIGMÁTICO CONTINENTE SUL-AMERICANO: DO DESCOBRIMENTO À VIRADA DO SÉCULO XVIII.

A mais fascinante terra incógnita, entre todas, é
aquela que se encontra no interior da alma e do
coração dos homens. (Jonh K. Wright)

1.1. O OLHAR EUROPEU SOBRE O NOVO MUNDO: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO "OUTRO".

Moldados à extensão de uma Europa Ibérica, os territórios americanos localizados ao sul do Equador, e partilhados pelas Coroas de Portugal e da Espanha, foram palco, durante o período colonial, de uma política de portas fechadas em relação à penetração estrangeira. Entretanto, desde o início da efetiva ocupação pelos países colonizadores, essa restrição não foi suficiente para impedir que inúmeros viajantes forasteiros - atraídos pela diversidade do imenso continente sul-americano usurpado aos seus habitantes e incorporado à esfera das culturas luso e espanhola pela posse - para ele se dirigissem ansiosos por conhecer as paisagens naturais insuspeitas e os exóticos habitantes daquelas terras ainda sem contornos definidos. Vinham movidos pelas mais diversas finalidades, fossem elas rapaces, de conquista, de catequese ou mesmo pelo desejo humanista de conhecimento do Novo Mundo, em sua variedade humana e natural.

As viagens que, então, já haviam perdido a ambígua dimensão místico-objetiva do período anterior ao Renascimento - quando viajantes como Marco Polo e Ibn Kaldun, impregnados do desconhecido, tornavam-se heróis de epopéias que opunham resistência ao mundo mágico-mítico através de sua coragem e audácia pessoal - mudaram de sentido. O arcabouço do imaginário europeu medievo - repleto de lendas baseadas nos relatos dos viajantes que falavam de povos monstruosos, grotescos, bestiais, habitando lugares povoados por animais não menos estranhos - iria ser gradativamente substituído após as descobertas proporcionadas pelas grandes navegações transoceânicas, que contribuíram, decisivamente, para ampliar o horizonte geográfico da humanidade e alimentaram, durante muitas gerações, o espírito aventureiro de todo tipo de navegante e viajante. Uma das conseqüências dessas viagens de descobrimento que expandiram a Europa para além de seus limites continentais, colocando-a em contato com outros povos, foi a progressiva alteração da noção de espaço e de tempo, haja vista que os lugares tenderam a ficar cada vez mais vulneráveis às influências exteriores.

> "As viagens de descoberta produziram um assombroso fluxo de conhecimentos acerca de um mundo mais amplo que teve de ser, de alguma maneira, absorvido e representado; elas indicavam um globo que era finito e potencialmente apreensível. O saber geográfico se tornou uma mercadoria valiosa numa sociedade que assumia uma consciência cada vez maior do lucro" (Harvey,1992,p.221).

Situados numa época em que a Europa procurava novas rotas comerciais para o Oriente e para as quais se fazia necessário colocar em xeque os conhecimentos geográficos legados pelos antigos, os périplos de Colombo, Vespúcio, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Cabral, Balboa, Fernão de Magalhães, entre tantos outros argonautas motivados pelo lema de que "viajar é preciso", romperam com suas frágeis naus a barreira do Mar Oceano ou Tenebroso, fim do mundo medieval, desmistificando "os mares nunca dantes navegados". Essas arrojadas aventuras oceânicas - que acabaram por estabelecer inéditos contornos do planeta, inclusive acrescentando-lhe um novo continente - também cumpriram seu papel histórico na construção do mundo moderno ao aproximarem a Europa de

outras civilizações e culturas.

Todavia, embora dessacralizadas, tendo adquirido um caráter essencialmente pragmático, não se pode, em nome de uma objetividade racional, tirar da história dessas viagens seu lado fantástico e prodigioso, deformando uma época efetivamente vivida, quando ainda se procurava explicar o meio físico por intermédio de mitos surgidos num contexto explicativo não-lógico, muitas vezes alegórico e fantasioso, que refletia as visões que os seres humanos tinham ou criavam sobre o cosmo e sobre a própria existência.

Mesmo constatando a existência de terras habitadas por humanos a oeste do Atlântico, é inegável que a mentalidade que norteava os modernos viajantes ainda misturava ficção com realidade, prendendo-se a uma cosmologia povoada de mistérios e mitos: "Colombo, por exemplo, acreditava que o Orinoco era um dos quatro grandes rios do *paraíso terrestre*, e Vespúcio tomou por *dragões* os crocodilos da América Central" (Dardel,1990,p.107-108). Inversamente, seu caráter pragmático não deve ser relegado a um plano secundário, ou seja, o interesse material vislumbrado pela descoberta de novos aspectos da Terra e de sociedades, frequentemente tão diferentes das européias, suscitou o desejo de desvendar os mistérios e os enigmas de um mundo já pressentido, porém ainda desconhecido. Neste sentido, assevera Fausto:

> "Não devemos tomar como fantasias desprezíveis, encobrindo a verdade representada pelo interesse material, os sonhos associados à aventura marítima. Mas não há dúvida de que o interesse material prevaleceu, sobretudo quando os contornos do mundo foram sendo cada vez mais conhecidos e questões práticas de colonização entraram na ordem do dia" (1966,p.24).

Ciosos de preservarem seus territórios coloniais de além-mar, essa foi, com efeito, a mentalidade que orientou os conquistadores portugueses e espanhóis que se viram não apenas diante de um mundo novo, mas de um mundo diferente, cuja descoberta levou à invenção de modelos de ação. Não obstante, do século XVI em diante, a presença dos colonizadores e, principalmente, as sucessivas estadas de viajantes

estrangeiros na América luso-espanhola propiciaram a construção da imagem utópica que o europeu iria formular sobre o continente sul-americano. E o que determinou esse comportamento não foi, de fato, a apreensão da imagem dos objetos e seres que integravam a realidade externa da América pelas vias dos processos sensoriais propriamente ditos; mas pela via da subjetividade de sua percepção e representação a partir do mundo da consciência européia, definida pela estrutura da mentalidade imperante, ou seja, regida pelas condições históricas da *épistémè* da época.(1)

Em outras palavras, poder-se-ia dizer que foram idéias menos assentadas na razão que na imaginação que se construíram, em princípio, sobre o Novo Mundo - fonte de misteriosas e incomensuráveis riquezas que incitavam a fantasia. Essa América seria, assim, uma espécie de ilusória "invenção" européia. É o que confirmam Amado e Figueiredo:

> "Em se tratando de novos ambientes, não é tanto o que as pessoas realmente vêem ali, mas o que elas querem ver, ou pensam que vêm, o que afeta a sua reação [...] Os europeus inventaram uma América para eles, de acordo com as crenças, predileções, preconceitos, temores, necessidades e fantasias de cada um [...] Para os europeus, a Europa era [...] o seu velho conhecido mundo, o seu Eu [...] O resto era o misterioso e nebuloso desconhecido, o remoto, o longínquo, o selvagem e novo mundo, o Outro geográfico, passível de fantasias e invenções, fruto da ignorância" (1992,p.37,91e123).

Ilustração 01. Composição que retrata como a imaginação de Theodor de Bry (1595) concebeu o **Desembarque de Colombo na Ilha de Guanaani** (12 de out. de 1492).

O desconhecimento daqueles amplos espaços habitados por povos pré-colombianos revestiu-os, muitas vezes, de visões idealizadas e simbólicas, formadas não por um projeto de reconstrução objetiva do mundo, mas por fantasias ou arquétipos culturais, que acabaram por se difundir no imaginário coletivo europeu, num jogo de espelhos onde o verdadeiro e o aparente se confundiam. Para Todorov - cujo estudo sobre a dominação americana pelos ibéricos, particularmente no cem anos que se seguiram à primeira viagem de Colombo, valoriza as concepções formuladas sobre o nativo visto como "o outro" - a percepção do homem americano por parte do

europeu conquistador revestiu-se de um caráter de alteridade baseado na exterioridade daquelas sociedades longínquas, cujos valores morais, históricos e culturais eram tão estranhos aos dele próprio, que o levou a hesitar em reconhecê-lo como pertencente à mesma espécie (1991, p.3-4 e183).

Tratando-se de um conceito hermenêutico geral, a experiência da alteridade vem sendo amplamente utilizada pelas ciências humanas para explicar como o encontro de indivíduos ou de grupos distintos, que é um caminho de mão dupla, pode provocar uma revisão do olhar que se tem sobre a própria cultura e sobre a cultura do "outro", levando não somente à aceitação do "outro" em sua originalidade e diversidade, como também a um processo de autoconhecimento e de reconhecimento de que somos uma cultura possível na universalidade das culturas dos grupos humanos existentes - entendendo-se por "cultura" o modo como cada sociedade e os indivíduos que a compõem apreendem e representam o mundo, coletiva ou individualmente, a partir da articulação de um conjunto de elementos materiais, sociais, intelectuais e simbólicos que, no seio de um determinado sistema, guia suas práticas sociais e espaciais (Claval,1992,p.89-90).[(2)]

Sob essa ótica, nenhum universo cultural é mais correto que outro. São apenas diferentes em suas particulares alteridades, decorrentes das relações estabelecidas entre as pessoas que as compõem, espelhando seus paradigmas, nem imutáveis nem permanentes. Referindo-se, particularmente, ao campo da antropologia, Laplantine afirma que a alteridade representa uma verdadeira revolução epistemológica, ao romper com a idéia de "centro do mundo" para chegar à compreensão de uma humanidade plural:

> "A descoberta da alteridade é uma relação que nos permite deixar de identificar nossa pequena província de humanidade com a humanidade, e correlativamente deixar de rejeitar o presumido "selvagem" fora de nós mesmos. Confrontados à multiplicidade, *a priori* enigmática, das culturas, somos aos poucos levados a romper com a abordagem comum que opera sempre a naturalização do social - como se nossos comportamentos estivessem inscritos em nós desde o

> nascimento, e não fossem adquiridos no contato com a cultura na qual nascemos" (1989,p.23).

Expressão de origem latina (*alteritas*) que na filosofia se refere ao estado ou qualidade do que é outro, distinto, diferente, a real prática da alteridade, conforme Todorov, passa por quatro fases distintas, cujas idas e vindas resultam na compreensão do *outro* e na *autocompreensão*. A primeira consiste na assimilação do *outro* em si, diante de uma única identidade que é a minha; a segunda fase consiste no retraimento do *eu* frente ao *outro*, sendo que, desta vez, a identidade é a do *outro*; na terceira fase reassumo minha identidade, tendo já passado pelo esforço de entender o *outro* em sua plenitude; finalmente, a quarta fase corresponde ao entendimento de que o conhecimento do *outro* não apenas depende de minha própria identidade, mas determina, por sua vez, meu conhecimento de mim mesmo. Segundo o autor, este movimento dialético é infinito, com aproximações progressivas em busca de um ideal e não se realiza no distanciamento (com respeito aos outros), mas na separação (com respeito a si). Por conseguinte, para Todorov, "o conhecimento dos outros não é simplesmente um caminho passível para o conhecimento de si mesmo: é o único" (1993,p.98).

Diante desta, que é a verdadeira acepção do termo, depreende-se que a experiência da alteridade entre o Velho e o Novo Mundo não se deu em princípio de forma integral, e só paulatinamente superada a partir do final do século XIX com o processo de sistematização e desenvolvimento das ciências do homem desvinculadas das ciências físicas e biológicas. Nos primeiros séculos da colonização americana, os europeus ainda estavam muito presos aos valores de sua cultura e cegos às dos "outros" e portanto inaptos a analisar as sociedades encontradas, como o fazem as ciências humanas contemporâneas em seus ramos específicos, com a preocupação de compreender o universo de suas estruturas sociais e mentais, suas técnicas de produção, seus sistemas políticos e jurídicos, suas organizações, percepções e condutas espaciais, o preexistente e o novo, seus sistemas de conhecimento, de parentesco, suas crenças religiosas, suas línguas e suas expressões artísticas.

Foram portanto sentimentos de perplexidade, de estranhamento, de distanciamento existencial e de não reconhecimento da identidade do

“outro” que orientaram as práticas de exclusão e de submissão que os europeus estabeleceram em relação aos nativos americanos: “massa rústica *descoberta* para ser civilizada pelo *ser* europeu da Cultura Ocidental, mas *en-coberta* em sua alteridade” (Dussel,1993,p.36). Ao iniciarem a elaboração de um saber sobre a América os europeus fizeram-no por uma única via, ou seja, a partir da dimensão estreita e míope de sua própria visão de mundo, ignorando inclusive o eliminar princípio de que a experiência da alteridade é uma relação de reciprocidade. De sua parte, os habitantes do Novo Mundo também ficaram espantados frente àqueles estrangeiros brancos, cujos usos e costumes estranhos também despertaram-lhes a curiosidade. Na história do descobrimento da América, são inúmeras as passagens que registram esse relativismo cultural, demonstrando que as discriminações eram mútuas. A título de exemplo, Lévi-Strauss comenta que nas Antilhas ocorreram curiosas situações onde os dois interlocutores deram-se cruelmente a réplica:

> “[...] enquanto os espanhóis enviavam comissões de investigação para estudar se os índios possuíam ou não uma alma, esses últimos empenhavam-se em afogar prisioneiros brancos a fim de verificar, por uma observação prolongada, se seu cadáver estava ou não sujeito à putrefação” (1970,p.237).

É consenso na bibliografia consultada que uma das consequências da descoberta do Novo Mundo e da constatação da existência de outros povos foi a reformulação da mentalidade européia, que se viu “a partir de então obrigada a repensar a própria cultura e a rever as bases sobre as quais erguera sua visão de mundo” (Belluzo,1996,p.15). Com efeito, frente às novas civilizações estrangeiras o sentimento de auto-identidade européia aflorou em aparente contradição, posto que fundamentada numa ideologia, e configurou-se na altiva e equivocada noção de superioridade que os europeus estabeleceram em relação à América. Provocada pela recusa em admitir o próprio fato da diversidade social, cultural e étnica, a consciência que o Velho Mundo toma de si fez-se às custas do distanciamento e da separação no tempo e no espaço entre a organização complexa de suas sociedades e um mundo primitivo exterior. Essa concepção que reduziu o elemento autóctone americano à condição de “selvagem”, cuja condição de

existência era vista a meio caminho entre a animalidade e a humanidade (o que justificou ao conquistador vencê-lo e dominá-lo) haveria de consolidar-se posteriormente em teorias raciais de cunho biológico totalmente desprovidas de conteúdo real, veiculadas por cientistas dos séculos XVIII e XIX.

Para entendermos o contexto da elaboração desse processo de auto-interpretação européia, necessário se faz lembrar que até a Idade Média a Europa renascentista e mediterrânea ainda não tinha plena consciência da identidade de sua civilização. Ao final do século XV, mais precisamente após 1492, ano da reconquista da Espanha aos mouros pelos reis católicos e do descobrimento da América por Colombo, isso se modificou irreversivelmente, inaugurando o período em que a Europa ocidental se autodefiniria como arauto da modernidade. Essa nova mentalidade, cuja consciência plena seria alcançada com o racionalismo e se completaria com a Ilustração, foi também consequência das grandes navegações que romperam com as representações da Terra até então restritas aos três continentes conhecidos e que, ao colocarem o Velho Mundo diante da realidade da existência de outras terras distantes habitadas por povos cujas culturas eram totalmente inusitadas, provocaram um novo olhar sobre a própria Europa que se afirmou, a partir de então, como "centro" do mundo, tornando todas as outras civilizações "periferias" suas. Esse fato é confirmado por Dussel, cuja tese versa justamente sobre o nascimento da modernidade como conceito, por ele definido como um "momento concreto da origem de um mito sacrificial muito particular", que se deu quando o europeu se deparou com o "outro", o "índio", num encontro que resultou na "falácia eurocêntrica de *en-cobrimento* do não-europeu" (Op.cit.,p.7-8).

Ilustração 02- O descobrimento da América e as explorações que se seguiram transformaram a imagem do mundo, como reconhece o **Teatro da Orbe da Terra** (Ortélio,1580).

A compreensão dessa nova mentalidade não pode igualmente passar ao largo do processo de desenvolvimento do sistema mercantil, em razão do qual a procura do lucro modificou a antiga tolerância dos europeus em relação a outras raças. Até então, "a extrema diversidade das sociedades humanas raramente aparecia como um fato, e sim como aberrações que exigiam justificação" (Laplantine,op.cit,p.40). Entre civilizações antigas, como a grega e a romana, designava-se por "bárbaro" todos os homens que não

participavam de sua cultura. As relações que se estabeleciam entre conquistador e conquistado ou entre senhor e escravo não associavam a condição servil a aversões motivadas por diferenças de raça e cor. Posteriormente, a divisão da humanidade iria restringir-se a antagonismos que se explicavam por razões puramente religiosas. Isso se deu nos embates entre cristãos e muçulmanos e nas perseguições aos judeus e pagãos, antes de tudo inimigos de fé que, de certa forma, prefiguraram o moderno conceito de "raças estrangeiras", recusadas e mantidas à margem de uma Europa cristã.

Com a descoberta da América, que pôs em evidência a possibilidade de sua colonização e exploração econômica, a necessidade de mão-de-obra para a produção de mercadorias vendidas na Europa com grandes lucros acabou por legitimar a escravização e a despersonalização de povos ameríndios (e africanos), sob o pretexto de que os mesmos eram racial e culturalmente inferiores. Por conseguinte, a construção da idéia da "diferença" - criada convenientemente pelos conquistadores como justificativa para subjugar aqueles povos que viviam nas florestas em contato direto com a natureza, evocando um gênero animal, e opondo portanto a animalidade à humanidade (Lévi-Strauss,op.cit.,p.236) - ocorreu *pari passu* à necessidade de integrá-los ao sistema mercantil por meio do domínio, revelando assim as duas faces de um mesmo processo.

Paradoxalmente, isso ocorreu justamente no período em que, superando lentamente as inquietações metafísicas e a visão de um mundo mágico, os europeus ainda estavam envolvidos com as idéias do movimento humanista, que resgatou a liberdade do ser humano em contraposição ao domínio dogmático da Igreja e cuja mentalidade conduziria ao racionalismo; momento em que a ciência, defendendo o discurso antropocêntrico, rompeu com a percepção de mundo sobrenatural, afastando as questões humanas do mundo físico e integrando o homem à natureza absoluta. Se até o Renascimento o homem se via como parte da natureza, com que se identificava, nela espelhando a própria imagem, a partir desse período o homem passou a ocupar o "centro do universo". De sua parte, o pensamento científico, iniciando uma releitura do "livro da natureza", passou a percebê-la como um campo de forças racionais e lógicas, concepção que iria separar

definitivamente o natural do não natural.

Manifestando-se simultaneamente com a progressiva desintegração do feudalismo e com o advento do mundo burguês que se caracterizou pela negação da alienação e pela ruptura da razão com a fé, a mentalidade da época abandonou gradativamente as regras rígidas da escolástica, ou seja, de submissão aos dogmas representados pela Igreja. A concepção geocêntrica, herdada do mundo grego e da Idade Média, desapareceria diante do progresso da Reforma e da nova astronomia inaugurada por Nicolau Copérnico (1473-1543), cuja obra **De Revolutionibus Orbium Coelestium** (publicada postumamente) deslocou a Terra do centro do universo e explicou o movimento dos planetas por uma teoria heliocêntrica. Esse sistema, rompendo com a antiga visão de mundo, teve enorme repercussão no meio filosófico da época e, conforme Collingwood:

> "É vulgar dizer-se que o seu efeito foi diminuir a importância da Terra e ensinar ao homem que ele não passa de um parasita microscópico, habitando uma pequena mancha de matéria fria que gira à volta das estrelas menores. Esta é uma idéia filosoficamente tola e historicamente falsa [...] filosoficamente tola porque nenhum problema filosófico, quer diga respeito ao universo quer diga respeito ao homem, ou ainda à relação entre eles, é afetado pela quantidade de espaço que ocupam; historicamente falsa porque a pequenez do homem no mundo sempre foi um tema familiar de meditação" (s.d.,p.108-109).

Na realidade, o sistema heliocêntrico, confirmado cientificamente por Galileu Galilei (1564-1642) e por Johannes Kepler (1571-1630), representou mais do que a retirada da Terra de uma posição cristalizada pela Bíblia. Significou negar que o mundo tivesse um centro - "considerando-se seu centro qualquer ponto; e a fim de estudar as órbitas planetárias era conveniente considerar como centro do universo o sol" (id.ibid.,p.109) - pondo, portanto, abaixo a concepção teológica de mundo. Por conseguinte, perdeu a Igreja seu status de centro do mundo. Nesta mesma linha de raciocínio, Moreira ressalta que a concepção heliocêntrica representou mais que uma transformação teórica de centro do universo, na

medida em que possibilitou:

> "[...] uma completa reviravolta no conceito de mundo, inaugurando um período de incessantes revoluções radicais na organização material e espiritual das sociedades, que só culmina com a revolução francesa de 1789 [...] mais que o simples surgimento de uma nova cosmologia, a revolução copernicana significa integral releitura da geograficidade do mundo. Com ela muda a noção de estrutura e de localização das coisas no mundo. Nasce a ciência moderna" (1991,p.79).

Como era de se esperar, essa nova interpretação do universo naturalmente não foi aceita de imediato pois os intelectuais da época, ignorando as evidências incompatíveis com seus preconceitos acharam a idéia estranha, obscura e impossível de ser pensada. Era uma idéia não intuitiva no sentido daquilo que se podia ver com os próprios olhos e daquilo que se sabia através das teorias estabelecidas sobre o geocentrismo, tanto assim que Galileu, vítima da intolerância religiosa de seu tempo, foi condenado pela Igreja como herege em processo que só seria revisto em 1992, 350 anos após a sua morte, quando a Igreja, finalmente, reconheceu seu erro...

Historicamente, porém, sabemos que mesmo a despeito de todas as resistências, radicalizações e perseguições extremadas, o obscuro e o não pensável tornam-se aceitos, sendo até mesmo assumidos como verdadeiros na medida em que os horizontes do conhecimento vão se expandindo, criando novos fatos e conceitos para tratá-los, transformando as visões compartilhadas de mundo. Dessa forma, a autonomia do conhecimento científico, a partir de então, seria gradativo mas irreversível, posto que o consenso geral se modifica com lentidão. Os filósofos, os cientistas e os artistas se esforçariam, cada um em seus ramos específicos, por exprimir a perfeição da realidade terrestre, em oposição à realidade sobrenatural medieval. A "era do iluminismo" começava a esboçar-se e, inexoravelmente, iria espalhar-se por todo o mundo civilizado .

Não obstante tais desenvolvimentos humanistas, ainda por um bom tempo prevaleceriam, na dimensão da visão européia em relação ao novo continente chamado América idéias fantasiosas (formadas desde a

divulgação das narrativas dos périplos dos primeiros viajantes-navegadores), situadas justamente entre o que os olhos podiam ver e o que a razão podia objetivamente admitir. Nos séculos XVI e XVII essa dimensão idealizada e ilusória iria alimentar-se das excêntricas aventuras veiculadas pela literatura de viagem produzida à época e que, por bem aceita na Europa, contribuiu diretamente para a divulgação de representações que falavam de jardins paradisíacos, fontes da juventude e índios que comiam gente. Eram estórias que iam ao encontro da curiosidade despertada em relação ao Novo Mundo, em que o reconhecimento do real era também a idéia que dele se fazia através do filtro dos paradigmas, concepções e experiências de mundo dos europeus. Portanto, essas representações não exprimiam o real, não eram expressões literais da realidade haja vista que, como bem o assinala Pesavento,

> "[...] as representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural [...] no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto"(1995,p.15).

Em relação à literatura de viagem, nunca é demais lembrar que sua divulgação e consequente vulgarização só foi possível após a invenção da palavra impressa em tipos móveis (tipografia) por Johannes Guttenberg, em meados do século XV. Se antes do surgimento da imprensa a materialização da escrita se dava através de um processo laborioso, lento e penoso de escribas e copistas que trabalhavam com materiais precários como o pergaminho, cuja raridade e altos custos muitas vezes os obrigava a reutilizá-los sob a forma de palimpsestos, a máquina impressora de Guttenberg, que incorporou as novas tecnologias de fabricação de papel e de tintas, tornou possível a reprodução de livros em série.

Tal inovação constituiu um acontecimento de envergadura que revolucionou a cultura ao permitir sua extensão aos âmbitos das ciências, da religião (o primeiro livro impresso por caracteres móveis foi a Bíblia, em 1455) e da literatura, resultando num progresso sem par na história das civilizações. Nos três séculos posteriores ao advento da nova tecnologia editorial, a

necessidade de comunicação das metrópoles européias com suas colônias de ultramar acelerou o desenvolvimento da imprensa, utilizada, não só pelos conquistadores, mas também por viajantes, cronistas, missionários, aventureiros, navegadores e cartógrafos, como instrumento de divulgação de suas memórias e mapas de viagens, a ponto de, por volta de 1800, já se ter formado, conforme informam Amado e Figueiredo, "um corpo de literatura na ordem de 50.000 unidades" (Op.cit.,p.93).

Além das impressões registradas nos relatos de viajantes seiscentistas e setecentistas, frequentemente acrescidos de imagens visuais valorizadas como testemunhos da exuberância da natureza desconhecida e da singularidade dos grupos humanos habitantes - verdadeiros enigmas para os europeus - também causaram forte impacto os mapas elaborados pelos cartógrafos da época. Sendo o modo de olhar o espaço determinado pela cosmovisão de um determinado momento histórico, a cartografia, enquanto representação de um discurso simbolizando fonte de poder, misturava o imaginário com o pragmatismo de uma Europa que, devassando os mares, descobria terras e comercializava. Na realidade, considerando que o descobrimento, posse e povoamento do Novo Mundo não foi senão um episódio do amplo processo de expansão marítima - resultante do desenvolvimento das empresas comerciais européias - e que a colonização luso-espanhola se orientou, desde o começo, pela produção de mercadorias bem cotadas na Europa, o que esses primeiros relatos, mapas e ilustrações revelam é o profundo desconhecimento da natureza do continente sul-americano e da cultura de seus habitantes.

Ilustração 03- Mapa **Terra Brasilis**, desenhado sobre pergaminho entre 1515 e 1519 por Lupo Homem, cartógrafo oficial do Reino. Decodificando-se a imagem e sua descrição, observa-se que apesar de assinalar com bandeiras e emblemas os pontos de avanço português, reivindicando claramente sua soberania na América, o mapa igualmente mistura o imaginário com a cartografia ainda presa a um repertório legendário.

No que concerne ao Brasil, as crônicas quinhentistas e seiscentistas, muitas vezes acompanhadas de ilustrações alegóricas e bizarras que complementavam o simbolismo das narrativas(3), foram as primeiras fontes que permitiram aos europeus conceberem essa impressão fantástica do país e de seus exóticos (do grego *exotikos*, palavra que trás em si a conotação de estranho) habitantes que viviam num estágio civilizatório "servidos apenas pelas técnicas do corpo, carentes de mobilidade,

dependentes de áreas geográficas restritas, onde os recursos de sua inteligência e os recursos naturais combinados permi- tiam a emergência de modos de fazer dependentes do entorno imediato" (Santos, 1996,p.151).[(4)] Nesses relatos de viagem, ainda isentos de preocupações científicas, objetividade e fantasia confundiam-se nas descrições da diversidade da fauna e da flora e na estranheza dos hábitos pagãos dos silvícolas, criaturas que viviam em total liberdade numa natureza intocada.

Nesse aspecto, Kossoy e Carneiro ressaltam que os viajantes, já desapegando-se da visão mística de mundo e surpreendidos diante do nudismo, do politeísmo, dos rituais de magia, de antropofagia e de outras práticas dos nativos, ao constatarem a coexistência de um mundo "de pecado" em meio à natureza paradisíaca, questionaram os mistérios ainda recorrentes no imaginário europeu referentes às idéias de paraíso e inferno terrestres (1994,p.18). Esses hábitos dos gentios americanos, acrescidos da constatação de sua beleza física, de sua longevidade (acreditava-se que viviam 150 anos) e o fato de não possuírem escrita, religião organizada, leis, propriedade privada ou qualquer forma de governo, foram causas de constantes discussões filosóficas e religiosas acerca de sua verdadeira índole.

> "Descendentes de Adão e Eva para alguns, mas para outros pouco mais que bestas-feras [...] o que de resto propiciava um bom pretexto para escravizá-los. Seria necessário que em 1537 uma bula papal reconhecesse explicitamente a natureza humana dos americanos (e, por conseguinte, sua filiação a Adão e Eva, como todos os demais seres humanos)" (Leite,1996b,p.35).

Além dos piratas, navegantes e comerciantes estrangeiros de pau-brasil e outras raridades exóticas vasculharam o litoral brasileiro nas primeiras décadas do século XVI, disputando as rotas e os ancoradouros com as caravelas portuguesas. Um exemplo significativo dessas incursões foi a do navegador normando Binot Paulmier de Gonneville que, a bordo do navio L'Espoir, pilotado por dois portugueses, deixou o porto de Honfleur em junho de 1503 e, atingido por uma tempestade no Cabo da Boa Esperança, perdeu sua rota para o Oriente e, rumando para oeste, acabou por aportar, em

janeiro de 1504, em terras que equivocadamente julgou pertencerem às Índias Meridionais. Na realidade, tratava-se da costa de Santa Catarina, próximo ao rio São Francisco do Sul, onde permaneceu por seis meses antes de retornar à Europa com a nau carregada de pau-brasil, plumas, animais raros e do índio carijó Essomericq, primeiro gentio americano levado para a França e que por lá inclusive deixou descendentes. Em 1505, Gonneville apresentou ao almirantado de Ruão um relatório completo de sua viagem baseado em seus diários de bordo, intitulado **Relation Authentique du Voyage du Capitaine de Gonneville ès Nouvelles Terres des Indes**. Esse relato, entretanto, só veio a lume em Paris no século XIX (1869), por ocasião de uma edição organizada a partir de uma cópia autenticada do século XVII (Perrone-Moisés,1996,p.86-87).(5)

Bem mais conhecidas e representativas desse período são as memórias das duas viagens do marujo alemão Hans Staden, empreendidas entre 1547 e 1555. Na primeira delas, o viajante esteve no litoral de Pernambuco e da Paraíba a bordo de um navio português. Na segunda, empregou-se como arcabuzeiro de uma nau espanhola que naufragou na costa do litoral paulista, onde foi aprisionado por índios antropófagos tupinambás. De volta à Europa, após haver sido resgatado por franceses, Staden reuniu as lembranças de suas aventuras no Novo Mundo na **Warhaftige Historia ...**, a cujo texto acrescentou 50 xilogravuras que apesar de desprovidas de valor artístico foram, em sua grande parte, baseadas nos esboços feitos pelo próprio viajante, representando embarcações, mapas, combates, cenas que retratam os usos e costumes indígenas, festins antropofágicos, detalhes de seu cativeiro e alguns exemplos da fauna local. Sua repercussão na Europa foi tamanha que às duas primeiras edições de 1557 ocorridas em Marburgo, seguiram-se diversas outras em flamengo, holandês, latim e alemão realizadas até meados do século XVIII. No século XIX, além das reedições em alemão, surgiram as primeiras publicações em língua francesa, inglesa e portuguesa. (6)

Primeira notícia sobre o Brasil em forma de livro, a obra tornou-se uma verdadeira lenda, fixando-se como uma fonte documental de inestimável valor para a etnografia brasileira do século XVI, particularmente

no atinente ao estudo de povos indígenas há muito desaparecidos. Nela, observa-se que Staden não se preocupou com a reconstituição dos fatos históricos da época, limitando-se, quase que exclusivamente, à narrativa das circunstâncias e vicissitudes de seu cativeiro de nove meses, período em que teve oportunidade de observar com assombro os costumes dos silvícolas. Dentre eles, o cronista dá especial ênfase aos episódios de antropofagia que presenciou, descrevendo-os detalhadamente nas "solenidades dos selvagens por ocasião da matança e devoramento de seus inimigos". Revestidas de um contexto de guerra e vingança, o caráter manifestamente ritual e simbólico dessas práticas dos gentios não lhe passou despercebido. No entanto, apesar de reconhecer que tais "solenidades" não eram motivadas por fome, escassez ou mesmo por apetite de comer carne humana, Staden, interpretou-as como expressões de selvageria, atribuindo-as ao "grande ódio, fúria e imensa hostilidade aos seus inimigos" (1974,p.176,179-185).

Ilustração 04- **Capturado pelos tupinambás**. Esta xilogravura ilustra a dança das mulheres, uma das etapas do ritual de canibalismo dos tupinambás. Nela aparece Staden ao meio, ornamentado com penas de pássaros na cabeça e com chocalhos nas pernas: " começaram as mulheres a cantar conforme um som dado, devia eu bater o pé com a perna à qual estavam atados os chocalhos, de modo que acompanhasse seu canto" (Hans Staden,1974,p.91).

Não menos importantes foram as publicações dos missionários franceses André Thevet (**Les Singularitez de La France Antarctique, Autremente Nommée Amérique: et de Plusieurs Terres et Isles Decouvertes de Notre Temps**, Paris,1557 e **La Cosmographie Universelle** publicada no mesmo ano) e Jean de Léry (**Histoire d'un Voyage Fait en la Terre du Brésil**, la Rochelle,1578), testemunhas da tentativa de implantação da França Antártica no Brasil. Traduzida para o português por Eugênio Amado com o título **Singularidades da França Antártica**, a obra de Thevet foi publicada em 1978 pelas editoras Itatiaia-Edusp; já a **Viagem à Terra do Brasil** de Léry, recebeu sua primeira edição em português em 1941 pela ed. Anchieta (SP), sendo posteriormente reeditada pela Liv. Martins em 1951 e pela Edusp em 1972.

Ilustração 05. **Como este povo corta e carrega o pau-brasil** (André Thevet). Esta xilogravura que ilustra a Cosmographie Universelle é bastante representativa do comércio do pau-brasil, mercadoria que, num primeiro momento, foi ao encontro do desejo de novidades e singularidades do Novo Mundo.

Realidade entremeada de muita fantasia dá a tônica aos textos desses viajantes, sugerindo para os europeus um mundo novo e incomum, ao

mesmo tempo deslumbrante e obscuro e habitado por uma gente indecifrável. Na verdade, suas narrativas versam sobre os mesmos assuntos, relatando pormenorizadamente os fatos cotidianos vivenciados em suas estadas no Forte Coligny, os costumes e comportamento dos índios tupinambás (aliados dos franceses), além de preciosas informações sobre as trocas de objetos de valor de uso e de valor simbólico entre europeus e os nativos, a fauna e a flora locais. Sobre esses participantes da aventura de Nicolas de Villegaignon, que ocupou a Baia da Guanabara entre 1550 e 1560, assim se expressa Augras:

> "[...] a precisão e as mais desabridas metáforas mesclam-se nos relatórios de Thevet e Léry [...] a análise de suas narrativas, além do prazer de leitura que elas proporcionam, permite pôr em evidência o quanto de sonhado, de faz-de-conta e de simulacro jaz no âmago das representações ocidentais, quando tentam dar conta de uma realidade "outra" (1991,p.21).

Esta é, com efeito, a atmosfera que envolve de forma geral o conteúdo das crônicas dos primeiros viajantes, onde realmente não se percebe maiores preocupações com a veracidade dos fatos, o que não diminui seu valor histórico. Staden, a título de exemplo, entre tantas informações relevantes sobre os costumes indígenas afirmou, na sua **Warhaftige Historia**, a existência no Brasil de tigres "que estraçalham homens e causam grandes danos" e "uma espécie de leão, a que chamam leopardo, que significa leão pardacento" (Op.cit., p.192). Neste sentido, lembrando que as notícias sobre a América tornavam-se cada vez mais populares, aguçando nos europeus o "senso da maravilha e do mistério", Süssekind assinala que, para os leitores, as extravagâncias, os exageros e as idealizações exibidas não estariam nos relatos, mas nas terras descritas, e os autores ganhavam notoriedade e admiração por terem sido testemunhas de "coisas incríveis" e ainda terem sobrevivido a elas, tanto assim que o livro de Léry foi reeditado cinco vezes até 1600 (1990.p.131-132).

Não obstante isto, as memórias desses primeiros observadores das coisas brasileiras, escritas na primeira pessoa, colaboraram inequivocamente para a construção da idéia que o europeu formulou sobre o

Novo Mundo, inaugurando, inclusive, uma forma de interpretação que perduraria ainda por um bom tempo no imaginário europeu. Fundamentadas numa alteridade experenciada numa única dimensão, a do olhar do europeu, suas descrições da natureza dos trópicos e dos elementos nativos realçavam as diferenças da cultura do “eu” frente a do “outro”, associando-o à idéia do estranho, do misterioso e do singular. O mesmo se pode dizer das manifestações artísticas figurativas que ilustram as narrativas e que, igualmente, revelam um distanciamento existencial na descrição do “outro” e da natureza através da visão do exótico, do pitoresco e do extraordinário - imagens que, em sua simplicidade, como bem o coloca Bachelard, não têm necessidade de um “saber”, mas são atos de uma consciência *naïve*, que remete à intuição (1967,p.4).

Sentimentos de repulsão e fascínio também se confundem nesses relatos de viagem, e a percepção da imagem dos habitantes vivendo em harmonia com uma natureza pródiga, que iria suscitar dois séculos depois (no “rousseauísmo” e posteriormente no romantismo) o mito do “bom selvagem”, não deixa de estar presente, embora em estado embrionário. Sob esse enfoque, Perrone-Moisés argumenta que o Brasil descrito pelos primeiros viajantes franceses é também “uma terra de rara beleza, de fertilidade e alegria”. Nessas narrativas, afirma a autora, os bons ares, a riqueza e o colorido da fauna e da flora e a impressão sobre a aparência bem proporcionada dos nativos é unânime; apesar da ressalva à estranheza de algumas de suas práticas ou a condenação “à luxúria e à preguiça”, que dão a essas descrições o devido equilíbrio contrastando o bem e o mal, contrapondo “ao olhar maravilhado uma realidade desconhecida e assustadora” (Op.cit.,p.90).

Certamente o êxito editorial alcançado e a repercussão dessas publicações foram responsáveis pelo ambicioso projeto do ourives e gravador em metal flamengo Theodor de Bry que reeditou em Frankfurt, em 1592 e 1593, as principais histórias de Staden e Lery, ilustrando-as com gravuras de sua autoria que representam cenas baseadas nas experiências vividas pelos viajantes, às quais acrescentou detalhes inspirados em sua própria imaginação. Consumido na Europa como romance de aventuras fantásticas, este livro que descrevia aos leitores da época um mundo

inacessível povoado por seres exóticos vivendo numa natureza exuberante, também foi responsável pela divulgação dos costumes dos gentios, dentre os quais nenhum, decerto, causou maior espanto do que o da antropofagia. Particularmente a **America Tertia Pars**, terceiro tomo da **Navicatio in Brasiliam Americae**, foi responsável pela difusão da imagem do canibalismo entre os europeus. Em seu conjunto iconográfico, bem mais elaborado que os dos viajantes, é também possível constatar o sentido estético que a arte européia seiscentista imprimiu às imagens dos nativos americanos, representando-os em harmonia com a natureza e configurando-os como verdadeiros titãs, através de tipos físicos musculosos e bem proporcionados.

Ilustração 06- **Execução de um prisioneiro.** Inspirado em Lery e Staden, observa-se como Theodor de Bry representou a beleza física dos indígenas, desenhando-os à luz dos modelos da antiguidade clássica.
Ilustração 07- Adaptada do original de Staden, esta **Cena de Canibalismo** de Theodor de Bry é um exemplo do imaginário europeu sobre a antropofagia, vista como expressão da barbárie indígena.

No século XVII, as invasões e disputas de territórios trouxeram ao Brasil os missionários franceses Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville, que também deixaram relatos de sua permanência (1613-1614), abordando as singularidades e os costumes dos tupinambás, a toponímia de suas aldeias, assim como descrições da natureza tropical. Fascinado pelos nativos da terra, tendo inclusive levado seis deles para a Europa, d'Abbeville escreveu a **Histoire de la Mission des Péres Capucins en l'Isle de Maragnan**, publicada em Paris em 1614, relatando a missão ligada à fundação de São Luis do Maranhão, que teve continuidade com a obra **Suite à la Histoire de la Mission de d'Abbeville**, de autoria de d'Evreux. A obra de d'Abbeville foi traduzida para o português por Sérgio Milliet com o título **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras circunvizinhas** e publicada pela Liv. Martins em 1945 (Bibliote- ca Histórica Brasileira,vol.15), sendo posteriormente reeditada pelas editoras Itatiaia-Edusp em 1975.

Por ter sido mais longo, o período de invasão holandesa (1624-1654) foi bem mais generoso no que tange à vinda de viajantes de várias nacionalidades, muitos deles comerciantes a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, militares ou ainda navegantes que aportavam no Nordeste e deixaram registros de sua passagem pelo Brasil. Não sendo nossa intenção nos estendermos demasiado sobre esses viajantes, destacamos, dentre os

citados pelo bibliófilo Midlin, alguns dos mais representativos, como o conhecido holandês Johannes de Laet que fez uma descrição do Novo Mundo publicada na Holanda e na França, nela incluindo dois capítulos sobre o Brasil; Jacob Josten, também holandês, publicou as memórias de sua passagem por Pernambuco na obra **Descrição Histórica do Admirável Pequeno Mundo** (Lubeck,1652); o militar alemão Ambrósio Richschoffer que participou da invasão e descreveu seu testemunho no **Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais** (Estrasburgo,1677) e o francês Pierre Moreau, autor das **Rélations Véritables et Curieuses de l'Isle de Madagascar, et du Brézil ...**, obra importante sobre o Brasil holandês, publicada em 1651 (1991,p.51-53).

Embora não se possa falar de impulso exploratório com finalidades exclusivamente científicas na América Ibérica no século XVII, ao nosso ver é importante registrar uma exceção que ocorreu justamente no período de dominação holandesa no Brasil. Caracterizando-se não somente pelos interesses materiais do comércio da cana-de-açúcar que orientou a conquista e a posse, mas também pela busca do conhecimento, haja vista a curiosidade despertada na Europa pela natureza americana, a presença flamenga no nordeste incentivou a vinda de naturalistas interessados nos mais diversos ramos das ciências naturais para realizarem um inventário de seus domínios, como o holandês Wilhelm Pies (Piso) e seu assistente o alemão Georg Marcgrave de Liebstad.

Integrados à comitiva de sábios e artistas organizada por Maurício de Nassau-Siegen que havia sido nomeado em 1637 governador dos territórios conquistados pelos holandeses, chefiaram as primeiras missões de caráter científico enviadas por países europeus às terras do Novo Mundo e foram os precursores dos inúmeros tratados botânicos e zoológicos que seriam produzidos sobre o Brasil posteriormente. Pies, também médico do conde de Nassau, escreveu a obra **De Medicina Brasiliensi**, primeira parte da **Historia Naturalis Brasiliae** escrita em co-autoria com Marcgrave e publicada em Leiden, entre 1648 e 1658 (Vansolini,1990 p.160). Traduzida para o português por Mário Leal com o título **História Natural e Médica da Índia Occidental** (RJ,1957), essa obra analisa cientificamente a nosologia

indígena e o uso de plantas medicinais, sendo responsável pela introdução na farmacopéia européia de diversas espécies brasileiras, como a ipecacuanha e o jaborandí, além de recomendar o tabaco no combate às verminoses (Alencastro,1997,p.35 e 38). Marcgrave foi o primeiro a realizar observações astronômicas sobre a América do Sul, das quais resultaram diversas obras, com destaque para a **Tractatus Topographicus et Meteorologicus Brasiliae cum Observatione Eclipsis Solaris**, editada em Amsterdam em 1658 (Garcia,1922,p. 863-865).

Também foram contratados por Nassau os pintores profissionais holandeses Franz Janz Post e Albert Eckhout. Encarregados de desenhar tudo o que servia para representar os aspectos do Novo Mundo e especialmente suas riquezas, além do preparo de cartas topográficas e de outros elementos úteis às empresas bélicas, os artistas dedicaram-se também à reprodução da natureza tropical e da vida nativa em amplos painéis que causaram impacto na Europa. Conforme Belluzo, que investigou o conjunto dos registros visuais produzidos por artistas e cientistas-viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil desde o descobrimento até o final do século XIX, de modo geral as iconografias desses viajantes oferecem pontos de vista particulares e, mais do que ver o Brasil, deixam entrever o europeu: “mais que enxergar a vida e a paisagem americana, focalizam uma espessa camada de representações, evidenciando versões e não fatos” (1994,vol.I,p.140).

É incontroverso que os cientistas e pintores de Nassau, ao realizarem um amplo trabalho que mesclava pesquisa científica e arte de qualidade, reinauguraram o olhar europeu sobre o Novo Mundo, substituindo as visões excessivamente fantasiosas dos primeiros viajantes pela observação mais atenta da paisagem natural brasileira e de seus habitantes, o que lhes confere relevante caráter documental. As pinturas particularmente, tiveram ampla repercussão na Europa, onde o exotismo havia virado moda em razão da intensificação do comércio com o Oriente, África e América - simbolicamente sintetizados na definição de “Índias” - o que explica o colecionismo dos reis e de uma rica burguesia que valorizava as curiosidades vindas desses lugares distantes, abrigando em seus palácios animais empalhados, aves e plantas exóticas. É interessante ainda salientar como a

própria arte européia reelaborou a imagem da América sob a influência das obras dos holandeses, sendo as tapeçarias da “Série das Índias” confeccionadas na França pela Manufatura dos Gobelins a partir de quarenta e duas telas de Eckhout e Post, e que hoje integram a coleção brasiliana do Louvre, um exemplo significativo deste fato.

Ilustração 08. **O Caçador Descansando**. Tapeçaria Gobelin da Série das Índias (3.23x2,14 cm) confeccionada entre 1692 / 1700, representando animais do Brasil.

No caso específico de Post e Eckhout, embora não tenham deixado registros escritos de sua estada no nordeste, onde tiveram oportunidade de percorrer as Capitanias de Pernambuco, Maranhão, Bahia e Sergipe, suas representações pictóricas sobre esse período revelam inéditas imagens brasileiras, tendo sido os primeiros a retratar a exuberância do paraíso tropical. Pioneiros entre os artistas e viajantes que viriam posteriormente ao Brasil, os holandeses contribuíram para a divulgação da visão pitoresca e poética que o Velho Mundo formou sobre o país, retomada nas obras oitocentistas de Johann Moritz Rugendas, Adrien Taunay, Thomas Ender, Jean Baptiste Debret e Hercule Florence, entre outros, em cujas referências visuais predominou a visão romântica da natureza, característica da primeira metade do oitocentos. Além das pinturas realizadas no Brasil, Post, de volta à pátria, dedicou-se à pintura de dezoito telas de paisagens naturais que havia observado e esboçado *in loco*, como as do rio São Francisco, as Cataratas de Paulo Afonso e imagens do litoral nordestino. Essas obras foram doadas a Luiz XIV por Nassau, juntamente com outras produções sobre a fauna, a flora e os habitantes brasileiros, compondo os chamados “capricci”, paisagens imaginárias feitas pelo pintor na Holanda a partir do que ele havia visto na América.

Ilustração 09. **Cachoeira de Paulo Afonso** (Franz Janz Post). Óleo sobre madeira pintado na Holanda, assinado pelo autor e datado de 1649.

Não menos importante, as pinturas de Eckhout revelam preocupações etnográficas, descrevendo tipos humanos, indígenas, negros e mestiços; apesar de retratados de forma idealizada e nada convencional, posando como nobres europeus, em atitudes altivas e imponentes, impensáveis para a época. Não obstante isso, suas pinturas da fauna e da flora brasileira revelam o esforço científico aliado à contemplação da natureza e são objeto de interesse para as ciências naturais, por representarem fontes

inestimáveis de informações para zoólogos e botânicos. Na opinião de Leite, a contribuição dos chamados *artistas de Nassau* não se resume à qualidade indiscutível de suas obras pictóricas, mas valem sobretudo:

> "[...] pelo agudo senso de observação de que dão prova, contrastam com tudo quanto até então se fizera no que diz respeito à representação de cenários, seres e coisas do Novo Mundo, em geral, e do Brasil em particular, que verdadeiramente inauguraram novo capítulo da iconografia tropical e americana, representando um divisor de águas no modo de vê-los e de fixá-los"(1996b,p.43).

Ilustração10- **Piranha** (Albert Eckhout). A luz e o colorido tropical atraiu a atenção do artista que registrou em suas pinturas arte e observação científica.
Ilustração 10.1-**Tipo Humano** (Albert Eckhout). Por um bom tempo a imagem do Novo Mundo cultivada na Europa teve como referência as pinturas dos artistas de Nassau.

Quando Nassau regressou à Holanda (1644), levou consigo essas coleções que apresentaram para o espectador europeu um mundo absolutamente inusitado e exótico, distribuindo-as parcialmente entre os soberanos de Copenhague e Berlim. Posteriormente, em Paris (1654), os desenhos a óleo foram presenteados a seu parente, o príncipe eleitor de Brandemburgo, Friedrich Wilhelm, juntamente com as xilogravuras da **História Natural do Brasil** de Marcgrave. Reunidos na biblioteca do príncipe e organizados pelo médico Christien Mentzel esse acervo pictórico, que já demonstra um esforço preliminar de divisão das espécies, foi encadernado em quatro volumes, *Animais Aquáticos*, *Pássaros*, *Pessoas e Animais* e *Plantas Terrestres*, compondo a obra **Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae** (Teatro das Coisas Naturais do Brasil), recentemente publicada no Brasil (Vanzolini,1996,p.194 e Boeseman,1996,p.186).

Ilustração 11- **Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae** (Frontispício).

Todavia, a imagem cultivada na Europa sobre a América, e por extensão sobre o Brasil, não se resumiu à visão paradisíaca, à fantasia do eterno e luminoso verão ou à beleza, exuberância e alegria dos trópicos que refletiam um discurso sobre um mundo novo percebido e descrito menos pela sua realidade e objetividade que pelo retrato de suas singularidades pintadas em cores exóticas. A ampliação do mundo ocasionada pela descoberta do novo continente, que já provocara uma reelaboração na cosmovisão européia, necessitava de novos sistemas explicativos. Isso ocorreu

principalmente no setecentos - denominado “Século das Luzes” - período em que aconteceram, em alguns países da Europa Ocidental, principalmente na França, Inglaterra e Alemanha, mudanças no campo das idéias e das convicções, fatos que alterariam, irreversivelmente, o caráter de suas políticas, de suas organizações sócio-econômicas e de suas formas de perceber o mundo.

Estando o pensamento racional já concretizado no século XVIII, com a filosofia iluminista surgiu um novo paradigma. Sob o signo de uma razão dominadora, fundamentada na filosofia do sujeito que busca, no próprio sujeito, os mecanismos para bem guiar a razão, criou-se um novo mito: a idéia de progresso. Exaltando a supremacia da razão na vida humana e opondo-a ao preconceito, ao dogmatismo e à intolerância, os pensadores iluministas e seus pósteros estavam ilusoriamente convictos de que os valores da harmonia, da abundância e da partilha iriam substituir a passividade, a esterilidade e o jugo do mundo tradicional. Como consequëncia, propunham a emancipação do espírito crítico e o controle do homem sobre si mesmo, sobre seu comportamento social e sobre o mundo do qual ele retirava sua sobrevivência (Marcel,1989,p.13-16). Este pensamento é reiterado por Harvey:

> “O pensamento iluminista abraçou a idéia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade [...] foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões [...] abundavam doutrinas de igualdade, liberdade, fé na inteligência humana (uma vez permitidos os benefícios da educação) e na razão universal [...] essa era uma visão incrivelmente otimista... [...] o projeto iluminista estava fadado a voltar-se sobre si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana.”(op.cit., p.23-24).

Data também desse século “das Luzes” o projeto enciclopédico de realizar um amplo inventário do mundo conhecido. Fruto do desenvolvimento científico da época, preconizado pelo princípio do *sapere*

aude (ousai saber) e da nova atitude racional do homem frente ao universo,[7] a ideologia preconizada pelo sistema enciclopedista - fundamentada no saber universal que abrangia todos os ramos do conhecimento humano - influenciou toda uma geração de pensadores e não se limitou ao setecentos, mas estendeu-se pelas primeiras décadas do século posterior, quando ainda não havia ocorrido a fragmentação e a consequente sistematização das ciências particulares. Daí a denominação de "herdeiros do enciclopedismo" aos cientistas dessa época.

Acrescente-se que a natureza, já liberta da antiga conotação supranatural, divina, também foi alvo de debates e discussões nesse século. O gradativo desenvolvimento do sistema capitalista de produção encarregou-se, juntamente com o racionalismo iluminista setecentista, de suprimir os derradeiros resquícios da mentalidade herdada do mundo medieval. Consequentemente, a crença e a consagração na capacidade humana de conhecer e dominar a natureza possibilitou sua definitiva e inexorável dessacralização.

> "A crítica da metafísica - de *meta* (além) e *physis* (natureza), ou seja, daquilo que está além da natureza, na concepção iluminista, será feita em nome da *física*, isto é, em nome da natureza tomada aqui no sentido do concreto, do tangível, do palpável. Para compreender o mundo é necessário partir do próprio mundo e não de dogmas religiosos ou que estão além do mundo, quer dizer, metafísicos" (Gonçalves, 1989,p.34).[8]

No entanto, como nos lembra Moreira, ao processo de dessacralização da natureza que ocorreu através da ruptura definitiva com os princípios teológicos herdados do passado, paralelamente instaurou-se um novo ajuste: a ciência racional trataria dos fenômenos físicos, percebidos diretamente pelos sentidos, deixando as questões transcendentais que envolviam Deus e os seres humanos às especulações metafísicas. Dessa forma, o novo paradigma inaugurado pela racionalidade da ciência caracterizou-se não somente pela ausência da reflexão ontológica, mas, principalmente, pelo afastamento de qualquer especulação metafísica sobre a natureza e "a natureza penetrada de subjetividade de antes cede lugar à natureza morta da objetividade insensível" (1991,p.83). Prosseguindo seu

raciocínio, argumenta Moreira que como não há ciência sem indagação e que o sagrado é inquestionável, a dessacralização da natureza foi o passo fundamental que separou decisivamente o mundo místico medieval da nova concepção de ciência.

> "O mundo natural e animado de mistérios da concepção medieval, plena de significados espirituais, dá lugar a uma natureza fechada em si mesma, externalizada a tudo que não é físico-matemático, preditivo"(Id.ibid.,p.83).

Esse entendimento de um mundo referendado pela racionalidade científica do setecentos, construída através da ruptura com as percepções confusas do conhecimento vulgar ou com as idéias inadequadas desenvolvidas por gerações de pensadores precedentes, iria legitimar a idéia iluminista de progresso, abrindo novas perspectivas fundamentadas na possibilidade da aquisição e utilização do conhecimento humano no domínio pragmático da natureza. Desta forma, calcada nas particularidades históricas da época, a idéia de progresso e de evolução já dominava o pensamento moderno em relação à natureza, "vista como um segundo mundo em que nada é repetido, um segundo mundo de progresso, pela constante aparição de coisas novas" (Collingwood,op.cit.,p.20).

A força dessas idéias progressistas fundamentadas na razão iria se desenvolver juntamente com o advento da sociedade capitalista e, já no final do setecentos, a ciência e a técnica ocupavam o centro dos interesses que conduziram à Revolução Industrial, associando a idéia de progresso à de industrialização vista como sinônimo de modernização. No decorrer do século XIX, a concepção de uma natureza objetiva e externa ao homem consolidou este pragmatismo científico herdado do setecentos, e o desenvolvimento da possibilidade do domínio racional sobre a natureza traria como consequência a irreversível separação entre os diferentes ramos das ciências do homem e os da natureza.

Na realidade, conforme já assinalamos, a fé na capacidade da razão humana já vinha sendo exaltada desde o Renascimento, momento em que emergiu a hostilidade em relação à metafísica. Situando-se na confluência do empirismo inglês e do racionalismo cartesiano que separou a *res extensa* (coisa externa /a matéria) da *res cogitans* (coisa pensante / o

espírito), o iluminismo incorporou a negação da metafísica, afirmando o princípio da experimentação como primeiro passo para a reflexão abstrata sobre as relações entre os diferentes fenômenos da natureza. Isso não teria ocorrido sem o devido controle do conhecimento inaugurado pela aplicação do método científico na investigação, herdado de pensadores como Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650) e posteriormente Isaac Newton (1642-1727), que deram a devida solidez teórica às ciências nascentes, afirmando que o real, em sua totalidade, é racional e nada poderia resistir à força da razão. Tanto assim que, para Casini, o sentido da objetividade científica perseguida nos dois séculos que separam Copérnico e Newton, "poderia ser resumido na descoberta de que *a natureza é realmente dominada por leis*; que estas leis são *racionais*, ou seja, *que podem ser reconstruídas pela inteligência humana por via matemática e experimental"* (1987,p.78).

Com efeito, na unidade do discurso daí emanado, razão e natureza não eram antagônicos; ao contrário, percebia-se a razão como natureza humana. Por conseguinte, a substituição do ideal divino pela racionalidade científica referendou a noção de uma natureza orgânica, mecânica e regida por leis imutáveis. A partir desses princípios, a descoberta do método científico e o consequente amadurecimento e aperfeiçoamento da investigação experimental (que consistia no isolamento do fenômeno de seu contexto para análise atenta de seu comportamento, tendo em vista o estabelecimento de leis gerais determinadas pela relação causal do mesmo com outros fenômenos) aumentaram a confiança na possibilidade da ciência natural desvendar os segredos de uma natureza que age com constância e regularidade. Conforme Whitehead, embora "observada pela percepção obtida através dos sentidos [...] a natureza é concebida como um sistema fechado e contida em si mesma em relação à percepção sensível, além de contida em si mesma em relação ao pensamento" (1994,p.7-9).

Ainda muito longe de tematizar criticamente sobre a influência antrópica sobre o meio, foram as ciências da natureza as que mais se desenvolveram no século XVIII, fundamentadas nos avanços explicativos com relação aos fenômenos naturais expressos na paisagem. "A biologia, a zoologia e a geologia sistematizaram-se nesse período, alimentadas, em

muito, pelas informações oriundas das novas terras" (Moraes,1989,p.22). Nesse sentido, a credibilidade na ordem e na racionalidade do mundo e a curiosidade em relação à natureza absoluta orientou as especulações descritivas que deram origem à sistemática classificatória, morfológica e taxionômica das ciências naturais setecentistas. A partir de eminentes naturalistas iluministas, entre os quais o sueco Lineu e os franceses Buffon, Lavoisier, Lamarck e Cuvier [(9)], exemplos emblemáticos da construção do saber realizado à época, uma nova geração de cientistas haveria de adotar posteriormente o sistema de classificação fundamentado numa nova nomenclatura científica baseada em vernáculos latinos que, além de estabelecer uma identificação sistemática das espécies, iria ampliar o abismo entre o saber erudito e o popular.

Uma outra consequência da mentalidade científica inaugurada no setecentos foi o surgimento dos museus e jardins botânicos europeus, que posteriormente se estenderiam pelo resto do mundo ocidental, e cuja constituição atendia ao desejo de estudar, classificar e exibir as exóticas raridades botânicas, zoológicas e etnológicas de outros continentes. Os herbários, por exemplo, per- mitiram o estudo comparativo na Europa de espécimes enviados de cada canto do mundo tropical, e os jardins botânicos, formados nas principais cidades européias, facilitaram o intercâmbio de plantas entre colônias tropicais e sua aclimatação. Na realidade, conforme nos informa Belluzo, o surgimento dessas instituições remonta aos primórdios dos estudos da história natural quando, através dos objetos e espécimes coletados por viajantes que percorriam o mundo, difundiu-se a idéia de reuni-los em salas especiais denominadas gabinetes de curiosidades, de raridades ou câmaras de maravilhas. Pertencentes a sábios e mesmo a amadores, sua criação estava então intimamente ligada à curiosidade pela diversidade do mundo conhecido.

> "A formação da identidade européia surgiu no curso da criação do sistema de museus, momento em que a Europa ficou consciente de si mesma [...] quando os europeus começaram a se comparar com testemunhos e registros de culturas estranhas, de não-europeus e não-cristãos. Se desde o século XVI já manifestavam interesse em conhecer e

> analisar a cultura material dos outros povos, foi no processo de acumulação do capitalismo mercantil dos Estados europeus, até o final do século XVIII, que os gabinetes se transformaram em museus de história natural" (1994,vol.I,p.144).

O citado projeto enciclopédico, em sua vasta empreitada de sistematizar e difundir a totalidade dos conhecimentos em todos os domínios do saber vincula-se diretamente à criação dessas instituições científicas, muitas vezes ligadas a academias de ciências, das quais derivaram diversas publicações zoológicas e botânicas. O gradativo processo de sistematização da história natural no século XVIII, o desenvolvimento da taxionomia, das técnicas de taxidermia e de transplante de espécimes de seus habitats naturais foram fatores decisivos para a ordenação e classificação dos acervos desses museus. Acrescente-se ainda que, herdando da renascença a prática da iconografia e da perspectiva como símbolos de mundo e de espaço respectivamente, as representações iconográficas de espécimes naturais, através de desenhos detalhados, também contribuiu para sua identificação e registro. Essa prática estendeu-se pelo século XIX, e tornou-se uma tradição da botânica, da zoologia e da etnologia, ilustrando álbuns de naturalistas-classificadores, muitos deles também viajantes.

Entretanto, no século XVIII a Terra ainda era vista como um enorme cenário animado diante do qual evoluíam as espécies vivas e, em particular, a mais perfeita de todas, a espécie humana: "estando ainda confundida a ciência do homem com a zoologia geral, é nas obras dos naturalistas que se encontram trabalhos relativos ao homem [...] é o homem natural que evidentemente iremos encontrar em Buffon" (Broc,op.cit.,p.193 e 219). Com efeito, ao colocar o homem no âmbito da natureza, a preocupação dos cientistas não focalizava a história, mas a natureza absoluta, e a história humana era mais um capítulo da história natural, já liberada das amarras da teologia e animada pela idéia de progresso científico. Este ponto de vista também é sustentado por Foucault quando, considerando a concepção da natureza humana da época, afirma que tratado como espécie ou como gênero pela história natural - por ele definida como ciência da ordem descritiva, da análise dos signos e das representações - até o final do

setecentos não havia consciência epistemológica do homem como tal:

> "[...] a épistémè clássica se articula segundo linhas que de modo algum isolam um domínio próprio e específico do homem [...] o próprio conceito de natureza humana e a maneira como funcionava excluía que houvesse uma ciência clássica do homem [...] a discussão sobre o problema das raças no século XVIII, o testemunha" (Op.cit.,p.324-325).[10]

Na análise dos fenômenos da natureza, neles incluídos os seres humanos, que era realizada através do isolamento dos mesmos de seus contextos, privilegiava-se a regularidade e a constância como critérios para a formulação de leis gerais: o observador escutava a natureza, o experimentador a interrogava e a forçava a se desvendar. Esse foi o princípio que norteou as pesquisas experimentais, cuja evolução, particularmente a partir do iluminismo, possibilitou a percepção de problemas essenciais como os diferentes gêneros de vida e a distribuição das populações, discutindo os princípios do determinismo e preparando a síntese futura (Quaini,1983,p.33). Tanto assim que, como afirma Casini, embora desiguais, variadas, muitas vezes arbitrárias e pouco rigorosas, as ciências experimentais haveriam de ajudar a pré-figurar a historicidade da árvore da vida e a evolução dos seres vivos: "Lamarck, Cuvier, Erasmus e Darwin não se formaram num vazio histórico, mas absorveram uma concepção de algum modo presente no ar..." (Op.cit.,p.108).

No plano filosófico, buscava-se a compreensão da natureza para se compreender a natureza humana e nas discussões políticas sobre a natureza humana, esse século representou a passagem da mentalidade encarnada por Bossuet (1627-1704), grande apologista da ortodoxia tradicional católica, para quem " os homens nascem todos submissos", afirmando a teoria do direito divino, à mentalidade introduzida por Rousseau (1712-1778), para quem "o homem nasceu livre e, por toda parte, é posto a ferros", preconizando a teoria do direito natural (Amiel,1990,p.134). Essa última concepção teórica, a que todas as pessoas seriam titulares simplesmente por terem nascido como seres humanos, levou os filósofos iluministas a lutarem ativamente pelos "direitos dos cidadãos".

No que dizia respeito aos aspectos religiosos, morais e

políticos, o indivíduo precisava ter assegurado o seu direito à liberdade de pensamento e de expressão de seus pontos de vista. Da disciplina, da hierarquia, dos dogmas, passou-se à ideologia política partidária da liberdade e do governo representativo, aos ideais de independência, de igualdade, às novas doutrinas econômicas e à crença em uma religião natural. Foi enfim um período submetido à ambição iluminista de transformar o mundo sob a égide da hegemonia da razão na vida humana. Criticaram-se todas as convicções tradicionais que iam da fé cristã à monarquia, passando por uma revisão da história e das normas sociais e econômicas e que acabaram por determinar uma mudança radical na história ocidental, consubstanciada no movimento revolucionário de 1789.

Paradoxalmente, sempre a partir de suas próprias referências e códigos culturais revestidos de visões simbólicas (dispostas em quadros ordenados por critérios de identidades e diferenças), os europeus posicionaram-se em relação à singularidade do continente americano de forma ambígua, contrapondo-se ao discurso emancipatório da filosofia iluminista. Nesse sentido, Peet ressalta que o movimento iluminista, ao "visualizar um espaço dividido entre um centro de conhecimentos e sabedoria situado na Europa e uma periferia de ignorância e barbárie", revelou seu lado contraditório e eurocentrista (1994,p.46). Na obra **Esboço de um Quadro Histórico do Progresso do Espírito Humano,** de Condorcet, um de seus ideólogos mais proeminentes, isto fica evidente:

> "Nossas esperanças na futura condição da raça humana podem ser sumariadas em três tópicos principais: a abolição da desigualdade entre as nações, o progresso da igualdade dentro de cada nação e o verdadeiro aperfeiçoamento da humanidade. Atingirão todas as nações um dia, esse grau de civilização que as mais esclarecidas, as mais livres, as menos preconceituosas, como os franceses e os anglo-americanos já alcançaram? Desaparecerá aos poucos o enorme abismo que separa esses povos do cativeiro das nações regidas por monarcas, da barbárie das tribos africanas, da ignorância dos selvagens?"(Apud:Peet,id. ibid,p.47).

Tomando por parâmetro sua própria realidade cultural, ou seja,

seus valores, seus códigos, suas crenças, além de suas condições materiais de existência e de suas organizações sócio-políticas, os europeus projetaram nas novas terras concepções díspares sobre a natureza e a identidade dos habitantes americanos. Movendo-se alternadamente entre dois pólos opostos, o “bom e o mau”, a percepção que se tinha do “selvagem” fundamentava-se na coexistência de duas ideologias, cujo ponto de referência não era propriamente a América, mas a Europa: sustentada pela baixa-estima que se tinha da sociedade européia, uma de suas vertentes cultivava o sentimento de atração e de fascinação pelo “estranho”; a outra vertente, inversamente, consistia na rejeição e exclusão do mesmo, apoiando-se na elevada auto-estima que os europeus cultivavam em relação à sua sociedade.

Isso ocorreu, por um lado, através de representações sedimentadas numa defesa condescendente da vida selvagem ou mesmo na apologia à vida natural e à nobreza do “bom selvagem”, cujo maior exemplo encontra-se no mito que se criou através da equivocada interpretação do pensamento de Rousseau expressa em seu **Discours sur l’Origine de l’Inégalité parmi les Hommes** (1755)[(11)], obra dedicada ao conhecimento de outras culturas, e em que o autor inclusive faz severas críticas às descrições de viajantes que colaboraram para a divulgação da noção de superioridade étnica e cultural européia.

> “Há trezentos ou quatrocentos anos que os habitantes da Europa inundam outras partes do mundo e publicam seus relatos e narrativas de viagem, e estou persuadido de que os únicos homens que conhecemos são os próprios europeus [...] é preciso sacudir o jugo dos preconceitos nacionais, aprender a conhecer os homens por suas conformidades e suas diferenças, e adquirir esses conhecimentos universais que não são exclusivamente os de um século ou de um país, mas que, sendo de todos os tempos e de todos os lugares, são, por assim dizer, a ciência comum dos sábios” (Apud:Todorov,1993,p.29-30).

A concepção do “bom selvagem’’ e do “estado de natureza” de Rousseau não significou nenhuma exaltação à vida natural nem tampouco

retorno ao paraíso perdido, mas uma possibilidade de análise da própria civilização ocidental. Apesar disso, “de volta a natureza” tornou-se a palavra de ordem de crítica à civilização que afastava o homem da “ingenuidade original” do estado de natureza, enfatizando que “os povos naturais” eram frequentemente mais sadios e mais felizes que os europeus, exatamente porque não possuíam civilização. Como antítese a esse pensamento, foram adotadas teorias baseadas em argumentos pseudo-científicos antropocêntricos e etnocêntricos, preconceituosos, desabonadores e pejorativos que ao interpretar os naturais americanos, geralmente o faziam estigmatizando-os sob o signo da carência, da privação e da inferioridade. Em ambos os casos, quer fossem orientados pelas vertentes edênica ou detratora, criou-se no imaginário europeu uma série de estereótipos originados pelo confronto com a “diferença”, que acabaram por se difundir, dificultando a compreensão da realidade objetiva da América.

É interessante constatar que apesar de, no decorrer do século XVIII, o pensamento científico ter-se liberado paulatinamente do caráter que havia orientado as primeiras classificações das ciências naturais ainda vinculadas à sabedoria popular - marcadas pelo conhecimento das virtudes medicinais e alimentares das plantas e pela tendência da descrição antropomórfica dos seres vivos estreitamente relacionada com a projeção de valores morais e simbólicos humanos tanto nas plantas quanto nos animais - a recorrência da visão antropocêntrica, que só seria superada no século XIX, foi influenciada pelo ideário iluminista da supremacia do homem sobre a natureza, numa tentativa de restringir os aspectos supostamente “animais” da natureza humana. Conseqüentemente, a apologia à civilidade foi, assim, ambiguamente perseguida por uma ilustrada elite européia que, através da educação erudita, da moral religiosa e do refinamento, tinha por objetivo elevar o homem a uma categoria acima dos animais e, por extensão, acima dos homens comuns...

Nunca é demais lembrar que o antropocentrismo, num exercício de “raciocínio lógico”, ao fornecer os alicerces morais para o predomínio do homem sobre a natureza, liberando a consciência ética e religiosa através do argumento racionalista de que os seres brutos não dispunham da capacidade de raciocínio, estendeu-se também para outras formas de subordinação, que

se refletiram diretamente nas relações sociais entre os seres humanos. Assim, a ânsia pelo domínio da natureza envolveu também o domínio dos seres humanos, o que resultaria numa paradoxal condição de autodominação.

> "Em todo mundo natural, mentalmente elaborado, o contraste entre o homem e o não-homem fornece uma analogia para o contraste entre o membro da sociedade humana e o estranho a ela" (Keith,1988,p.49).

Com estas palavras Thomas Keith resume a mentalidade européia da época que, ao distinguir a singularidade do homem frente à natureza bruta também estigmatizava os seres humanos considerados inferiores, ou seja, aqueles que não possuíam atributos racionais. A atitude de exclusão não se limitava à natureza "animalesca dos povos primitivos" que não possuíam tecnologia, linguagem inteligível e religião cristã; estendia-se também às mulheres, às crianças, aos iletrados, aos pobres, aos loucos e aos vagabundos. Esses últimos, considerados subumanos, eram a parcela mais vil e grosseira da humanidade. Percebida dessa forma, a ética da dominação extrapolava do mundo natural para o humano, legitimando os maus tratos àqueles que, supostamente, viviam em condição inferior. O discurso que justificava a escravidão negra e indígena aí se circunscreveu, e a desumanização dessas etnias ia ao encontro das teorias cientificistas desenvolvidas sobre a inferioridade racial: "nas colônias, a escravidão, com seus mercados, as marcas feitas à ferro em brasa e o trabalho de sol a sol, constituíam uma das formas de tratar os homens vistos como bestiais" (Id.ibid,p.37-55).

Quanto ao Novo Mundo, conforme já comentamos oportunamente, o "mito da superioridade" fundamentado na negação da diversidade cultural e étnica já se vinha difundindo desde que as primeiras notícias daquelas terras distantes, veiculadas pelos pioneiros navegadores, cronistas e aventureiros haviam forjado, através de suas descrições fantásticas e utópicas sobre a "exuberância" da natureza e de seus "selvagens" habitantes, a crença da inferioridade dos mesmos frente à civilização européia. Incorporada por naturalistas que, em meados do século XVIII, estavam envolvidos em discussões a respeito da teoria da geração

expontânea e da imutabilidade das espécies, a tese da “imaturidade e da debilidade americana” foi reiterada e repetida à exaustão por diversos autores setecentistas, a partir de emissões de juízos de valor eurocêntricos baseados em errôneas comparações e generalizações construídas sobre as diferenças estruturais, naturais e humanas em relação ao Velho Mundo. Critérios quantitativos eram utilizados para comparações entre América e Europa: os animais eram inferiores e os introduzidos se degeneravam; a natureza era vista como hostil e os habitantes impotentes e inaptos para dominá-la (Gerbi,1996,p.15-17).

Aos limites impostos pela mentalidade do Velho Mundo identificada pelo contexto cultural e científico da época, a literatura de viagem produzida até a primeira metade do século XVIII contribuiu substancialmente para a divulgação dessas imagens, e não só do continente americano, mas de outras regiões do globo ainda em vias de serem também objetivamente conhecidas. Em relação à América, o francês Amédée François Frésier descreveu sua viagem na **Rélation du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chile, du Perou et du Brézil fait Pendant les Années 1712, 1713, 1714 ...**, publicada em Paris em 1717 com diversas reedições. São também representativas desse período as duas memórias do “engenheiro” francês Froger, intituladas **Rélation d’un Voyage aux Côtes d’Afrique, Détroit de Magellin, Brézil, Cayenne et Isles Antilles, par une Esquadre des Vaseaux du Roy, Commandée par M. De Gennes**, e **Voyages de François Coreal aux Indes Occidentales, Contenant ce qu’il y a Vu de Plus Remarquable**, publicadas no ano de 1722 em Paris e Amsterdam e contendo curiosas passagens sobre os hábitos brasileiros observados em Salvador e no Rio de Janeiro. Acrescente-se ainda o folclórico relato de Gentil de la Barbinais, **Nouveau Voyage Autour du Monde** (Paris,1728). Esse viajante, considerado o primeiro francês a descrever uma viagem ao redor do mundo esteve no Brasil em 1717, particularmente no litoral fluminense e em Salvador (onde considerou “escandalosos “ os costumes da sociedade local, aliás já intensamente satirizados por Gregório de Matos em sua Obra Poética), seguindo para o Chile e depois para a China (Midlin,op.cit.,p. 42-43 e 52 e Araújo,1993,p.94).

Se fosse possível estabelecer uma tipologia dos viajantes da primeira metade do setecentos, um traço comum entre eles seria o fato de não serem especializados em nenhuma área determinada do conhecimento. Seus relatos de viagem eram histórias de aventuras. Embora a mentalidade que os norteava não fosse mais a de entrar em contato com o “Outro Mundo”, com o espaço do sagrado, mas com outras sociedades humanas não semelhantes e com outras manifestações da natureza; suas memórias de viagens descreviam observações variadas, passando pela botânica, pela zoologia, pela astronomia e por aspectos geográficos, etnográficos e históricos dos lugares, sem qualquer constrangimento. Na realidade, esses relatórios limitavam-se a uma justaposição de elementos, sem a menor preocupação em realizar correlações entre os fenômenos, tratando mais de somas que de sínteses sobre os mesmos. Suas impressões, menos científicas que intuitivas, eram plenas de juízos de valor que remetiam para suas próprias experiências de mundo. Consequentemente, não faltavam exageros, erros, imprecisões e contradições, resultantes de falta de cultura erudita. Eram poucos os viajantes que possuíam “espírito filosófico”, ou seja, cujas observações remetessem para a crítica, para as comparações ou generalizações.

Além do mais, um outro fator relacionado à literatura de viagem desse período contribuiu para a elaboração da visão distorcida sobre o mundo ainda desconhecido para os europeus, qual seja, a figura do “viajante-filósofo”, possuidor de instrução vasta e variada. Esta só iria aparecer praticamente no final do século XVIII e se estenderia às primeiras décadas do XIX em função do desenvolvimento científico que possibilitou a organização de pesquisas num maior espectro e incentivou as viagens de ilustração. Com raras exceções, como a do “cientista equatorial” Charles Marie de La Condamine, que foi capaz de se elevar a concepções mais universais em sua viagem pela América, os cientistas-filósofos não percorriam o mundo em viagens de exploração. Aqueles que as realizavam, expondo-se às incertezas do desconhecido, não eram necessariamente “filósofos”.

Embora seja inegável que o acúmulo de informações propiciados desde o período das viagens de descobrimento viesse paulatinamente conduzindo a uma compreensão do mundo em escala global,

em verdade a maior parte dos contemporâneos de meados do século XVIII ainda não percebia o conjunto do planeta. De modo geral, as relações dos seres humanos com o espaço exterior ainda eram muito estreitas, razão por que poucos indivíduos ansiavam por deixar seus círculos pessoais, transpondo as fronteiras protetoras do conhecido para se aventurarem na busca da experiência do novo. Limitados geograficamente, viviam um quadro cotidiano de vida restrito, praticamente ignorando o resto do mundo. Esta avaliação é confirmada por Rémond que, inclusive, ao comparar as condições de existência das sociedades atuais com o das sociedades setecentistas, argumenta, com propriedade, que a humanidade ainda não existia como unidade, e o mundo, a meio caminho entre a aurora dos tempos modernos e a situação caracterizada atualmente pela universalidade, pela unicidade e instantaneidade, apresentava-se como um conjunto de sociedades estranhas umas às outras, em razão das dificuldades de comunicação. Entre elas, naturalmente, havia trocas, mas essas eram intermitentes e ocasionais, ainda à mercê das exigências da circulação (1975a,p.23-24).

Necessário se faz ainda ressaltar que nem todos os viajantes elaboravam pessoalmente suas memórias de viagens e, quando o faziam, não era incomum descreverem tanto os lugares onde tinham estado efetivamente, quanto outros onde jamais haviam colocado os pés. Para tanto, esses viajantes-compiladores reproduziam impressões de segunda mão, ou seja, de outros viajantes. Conforme Broc, na Europa Ocidental, principalmente na França, Inglaterra e Alemanha, tornou-se comum a publicação dessas relações de viagens em periódicos de variedades (do tipo folhetins) elaborados de forma resumida e breve, bem ao estilo de “guias de viagem” que já então se abstinham de todo julgamento crítico, tendo em vista atender a curiosidade de um público cada vez mais amplo que, assim, não tinha necessidade de se reportar aos originais, escritos ou na língua pátria dos viajantes ou, mais raramente, em latim (op.cit.,p.188-189).

Por outro lado, os naturalistas denominados “sábios de gabinete”, que ainda não se lançavam ao mundo em missões científicas, muitas vezes fa- ziam uso das memórias daqueles que efetivamente viajavam. Seus esquemas eram simples: triando a massa bruta de dados e

informações recolhidas pelos viajantes, coordenavam e organizavam intelectualmente o conhecimento, elaborando suas próprias obras. Entretanto, embora esses “viajantes sedentários” já fossem orientados pelo “espírito científico”, não se abstinham de reproduzir suas próprias concepções de mundo e as imagens idealizadas incorretamente registradas pelas aventuras vividas por outros. De qualquer forma, eram poucos os “filósofos” naturalistas que podiam realizar viagens de ilustração fundamentadas essencialmente no princípio da observação “esclarecida”, o que levou Rousseau a lamentar, no **Emílio,** não só o fato de os viajantes não serem filósofos, bem como a afetação dos “filósofos de toucador” que estudavam a história natural em seus gabinetes e não tinham a mínima noção da natureza, “esclarecendo”, com suas reflexões, as observações trazidas por viajantes:

> “Suponhamos um Montesquieu, um Buffon, um Diderot, um d’Alembert, um Condillac, ou homens de igual capacidade, viajando para instruir seus compatriotas [...] Suponhamos que estes novos Hércules, de volta de suas andanças memoráveis, fizessem seguir a história natural, moral e política do que teriam visto, veríamos nascer de seus escritos um mundo novo, e aprenderíamos assim a conhecer o nosso...” (Apud:Laplantini,op.cit,p.59).

Síntese de numerosos relatos de viagens dos séculos XVII e XVIII, a obra **De la Manière d’Etudier et de Traiter l’Histoire Naturelle,** de Buffon, (1707-1778), publicada em 1749 e reeditada em 1761, é um exemplo paradigmático desse tipo de literatura, tendo inclusive exercido enorme influência na produção científica posterior. Em relação ao Novo Mundo, que ele não conheceu pessoalmente, sua atitude dogmática e eurocêntrica colaborou para a divulgação de imagens depreciativas tanto da natureza como dos habitantes americanos, vistos não como sociedades afluentes, mas sob o negativo signo da carência e da fragilidade. Para fortalecer sua concepção sobre a América, Buffon sustentava-se em observações que iam desde a crítica ao escasso povoamento, ao fato de inexistirem animais de grande porte como na África, à proliferação de espécies pequenas (de répteis e de insetos) e até mesmo ao fato de os homens não possuírem pelos... Para ele, tais constatações e outras de igual espécie, foram suficientes para

corroborar a tese sobre a debilidade e imaturidade das novas terras (Schwarcz,1993,p.46).

Considerando a racionalidade e a sociabilidade que implicava a existência de submissão a leis como critérios que distinguiam o estágio civilizatório avançado da barbárie, o naturalista estabeleceu graus hierárquicos de civilização no mundo conhecido, onde já se esboçavam julgamentos de valor fundamentados numa concepção étnico-cultural eurocêntrica. Às nações esclarecidas e polidas da Europa Setentrional consideradas como padrão de raça e de cultura civilizada, seguiam-se os povos menos industriosos da África e da Ásia porém ainda submetidos a uma certa ordem estabelecida e, por último, viriam os "grosseiros e selvagens" povos americanos, esmagados pela incapacidade de sequer satisfazerem suas necessidades materiais:

> "É portanto de se supor que não se encontrou em toda essa parte da América (Meridional) nenhuma nação civilizada, o número de homens era aí muito pequeno, e muito recente seu estabelecimento nessas paragens, para que pudessem ter sentido a necessidade ou mesmo as vantagens de se reunir em sociedade" (Apud: Todorov,1993,p.115). (12)

Isso não ocorreu somente no âmbito da história natural, mas também envolveu o pensamento político e filosófico da época, que também aplicou teses geográficas deterministas em relação ao ambiente e aos habitantes da América tropical: "Montesquieu (1689-1755), como se sabe, sublinhava a dificuldade de estabelecer ou manter instituições livres em climas quentes e lascivos, que tornam o povo indolente e vil" (Gerbi,op.cit.,p.40). Voltaire (1694-1778), embora não se referindo especificamente à América, emitiu juízos de valor extremamente preconceituosos em relação a natureza "quase animal" das raças consideradas inferiores: "Os negros e as negras transportados para os países mais frios, aí produzem sempre animais de sua espécie [...] não é improvável que nos países quentes macacos tenham subjugado moças" (Apud:Todorov,1993,p.116).

Para Kant (1724-1804), que considerava a preguiça e a covardia como causas de grande parte das civilizações permanecerem

infantilizadas e que via na Ilustração “a saída por si mesma da humanidade de um estado de imaturidade culpável” (Apud:Dussel,op.cit.,p.17), a idéia da decadência e da imperfeição do homem americano relacionava-se igualmente à falta de um Estado e de uma ordem jurídica. Em sua **Geografia Física**, reiterou a tese da inferioridade americana, afirmando que “algumas estirpes representam o mais ínfimo nível da humanidade [...] o homem dos trópicos se desenvolve precocemente sem, no entanto, alcançar a perfeição da zona temperada”. Os animais domésticos europeus se adaptam bem, porém os nativos são inferiores: “não há leões, e os pássaros, belos e coloridos, não cantam bem” (Apud:Gerbi,op.cit.,p.250-251). O pensamento econômico também corroborava essas teses:

> “Hume (1711-1776), em seu célebre ensaio Of National Characters (1748), insinuara que “há motivos para pensar que todas as nações que vivem além dos círculos polares ou entre os trópicos sejam inferiores ao resto da espécie [...] isso se deve à “pobreza e miséria” dos habitantes setentrionais e à “indolência” dos meridionais, e de suas “poucas necessidades” (Apud: Gerbi,id.ibid, p.44).

Todas estas colocações, inequivocamente, exprimem o sentido de superioridade cultural e étnica e bem demonstram o espírito de uma Europa que se autodefinia como civilização ilustrada, representada como espaço da cultura, do saber e do progresso por excelência. Não havia, por conseguinte, nada a aprender com as outras culturas consideradas inferiores. Fundamentada numa concepção de modernidade sustentada pela idéia de que o Velho Mundo era o “centro” e o “fim” da história mundial, a soberba eurocêntrica não desqualificava somente a América, “inculta e imatura”, mas também a África vista como bárbara, bestial e no umbral da humanidade e a Ásia, cuja civilização foi reduzida ao mero papel introdutório do desenvolvimento da História Mundial.

Nas primeiras décadas do século XIX eram essas as idéias que ainda circulavam pela Europa e, surpreendentemente, não se limitavam ao imaginário popular, mas eram igualmente compartilhadas por pensadores do meio erudito. Georg W.F. Hegel (1770-1831), por exemplo, expressa-as claramente nas Lições sobre a Filosofia da História Universal, publicada na

Alemanha em 1830. Nessa obra, Hegel desenvolve seu conceito de “espírito do mundo”, que só o homem possui, e cuja marcha histórica, que se realiza através de Deus, da razão e da liberdade, progride rumo à consciência cada vez maior de si mesmo, ou seja, num processo rumo à Ilustração. Para o filósofo, os povos que viviam no estado de natureza estavam fora desse processo, não tendo portanto acesso à “história” nem à “consciência de si”. Autêntico produto de sua época, assim o filósofo se exprimiu em relação ao Novo Mundo:

> “O mundo se divide em Velho Mundo e Novo Mundo. O nome Novo Mundo provém do fato de que a América [...] não foi conhecida até há pouco *pelos europeus*. Mas não se acredite que a distinção é puramente externa. Aqui a divisão é *essencial*. Este mundo é novo não só relativamente mas também absolutamente; o é com respeito *a todos os seus caracteres próprios, físicos e políticos* [...] No que se refere a seus elementos, a América ainda não terminou sua formação [...] Da América e de seu grau de civilização, especialmente do México e do Peru, temos informação a respeito de sua civilização, mas com uma cultura muito particular, que expira no momento em que o Espírito se aproxima dela [...] A inferioridade destes indivíduos é, em tudo, inteiramente evidente [...] A América (Latina) é, por conseguinte, a terra do futuro. Em tempos futuros se mostrará sua importância histórica... Mas como país do futuro a América não nos interessa, pois o filósofo não faz profecias”(Apud:Dussel,op.cit.p.18-19).

Atribuindo, enfim, ao Velho Mundo o primado das instituições sociais e políticas superiores, da tecnologia, das ciências e das artes, a tendência da concepção eurocêntrica de mundo - entendida pela apreensão e julgamento do valor da cultura do “outro” nos termos da cultura do “eu” - exprimia-se através da antítese civilização & barbárie, estabelecendo uma relação de hegemonia com o continente americano. Nesta perspectiva, as classificações dos naturalistas e as concepções sócio-econômicas e políticas setecentistas foram decisivas na medida em que, norteadas pela noção de “diferença”, iriam determinar, ainda por muito tempo, o discurso de uma

alteridade deformada, caracterizada pelo reforço da identidade européia que resultou na crença em sua superioridade étnico-cultural e sustentada pela desqualificação e pela negação da identidade do “outro”. Diferenciando-se das ”selvagens” populações autóctones americanas, de modo geral, os europeus recorreram à comparação, critério que refletia *a priori* uma eleição de valores, pois, nesse confronto, os nativos, incorretamente denominados de “índios’’, sempre ocupavam o patamar inferior da escala comparativa.

Para isso, evidentemente, também colaborou o discurso filosófico iluminista ao instaurar graus de complexidade e escalas hierárquicas entre a Europa e o Novo Mundo, expressando sua contradição interna e sua postura dúbia frente à noção de um movimento que se pretendia portador da perfeição racional e democrática. Assim, o discurso que se organizou no século XVIII e que pas- sou para as gerações posteriores essa equivocada “autocompreensão euro- americana” (Peet,op.cit.,p.47) ocorreu porque os europeus, presos à ótica de sua concepção de mundo, ainda não compreendiam as outras sociedades humanas em suas especificidades tal como o fazem as ciências humanas atualmente, sem algum sentido comparativo relacionado a superioridade ou inferioridade étnico- cultural e entendendo que a originalidade de outras culturas, como bem o coloca Lévi-Strauss:

> “ [...] reside na maneira particular de resolver seus próprios problemas, de pôr em perspectiva seus próprios valores, que são aproximadamente os mesmos para todos os homens: pois todos os homens sem exceção possuem uma linguagem, técnicas, uma arte, conhecimentos de tipo científico, crenças religiosas, uma organização social, econômica e política” (Op.cit.,p.251).

1.2. DAS POLÍTICAS EXTERNAS LUSO - ESPANHOLAS COLONIAIS ÀS PRIMEIRAS "VIAGENS FILOSÓFICAS" À AMÉRICA DO SUL.

Bone Deus! Si Hispani et Lusitani
noscerent sua bona naturae, quam
infelices essent plerique alii, qui
non possident terras exóticas.
Linnaeus (*Epistolae*,1765)*

Das vertentes edenista ou detratora construídas no imaginário europeu sobre o Novo Mundo no setecentos, portugueses e espanhóis não participaram, ao menos voluntariamente. Mais atentos em preservar e explorar seus territórios coloniais de ultramar e sem se preocuparem, de início, com o estabelecimento de um povoamento que humanizasse harmoniosamente a paisagem, há muito as aspirações dos conquistadores já haviam transformado o "paraíso tropical" num "paraíso produtivo". Protegendo as áreas de seus respectivos impérios das demais potências, pretendiam os colonizadores garantir para si o monopólio da exploração comercial, organizado pela política econômica mercantilista então em vigor.

Resguardando-se tanto quanto possível dos olhares estranhos pelo exclusivismo colonial, desde o século XVI os conquistadores oriundos da

Península Ibérica, ignorando a visão fantasiosa dos viajantes que haviam construído o primeiro capítulo da invenção da América, já haviam fundamentado as prerrogativas de suas geopolíticas coloniais de posse em nome de seus respectivos Estados, vedando a exploração de matérias primas e o comércio aos estrangeiros e organizando a vida coletiva voltada não para as necessidades das populações locais, mas para atender à cobiça de seus próprios interesses materiais. Embora não se possa comparar os desdobramentos negativos que traria com o passar do tempo o contato dos europeus com as populações nativas sul-americanas, haja vista seus diferentes níveis civilizatórios, Rouquié é taxativo ao afirmar que a partir da lógica da exploração econômica caracterizada pela produção especulativa, voltada para as perspectivas ditadas pela demanda de produtos bem cotados no mercado europeu, os ibéricos tudo iriam sacrificar em nome do lucro imediato: as populações autóctones foram reduzidas demográficamente e o meio ambiente sofreu as consequências da mineração e das produções monocultoras nas haciendas e nas plantations (1991,P.52-55).

De fato, é inegável que os conquistadores desde o início do processo de colonização, resultante da expansão marítima européia, organizaram seus territórios sul-americanos motivados tanto pela apropriação de novas terras como pela produção de mercadorias de alto valor na Europa. Todavia, ao lado dessas semelhanças a atuação dos colonizadores apresentou uma diferença que foi fundamental no processo de construção do aparato produtivo de suas respectivas possessões. Nas terras portuguesas, que de imediato se apresentaram sem atrativos para o colonizador no que tange à presença de minerais preciosos, isso se deu através da ocupação e uso do solo com finalidades agroexportadoras, sendo portanto o Brasil mais uma obra de criação lusitana do que de apropriação de uma estrutura preexistente, como ocorreu com a América espanhola.

Tanto assim que, passado o período das primitivas feitorias exportadoras de madeiras corantes, de animais e produtos “exóticos”, Portugal iniciou sua obra de colonização propriamente dita, pois para o Estado absolutista e pa- trimonialista lusitano a dominação comercial

---

* Bom Deus! Se os Hispanos e Lusitanos conhecessem as riquezas de sua natureza, quão

ultramarina representava sobretudo aumento da renda e sua lógica implicava a obtenção de riquezas por meio da exploração mercantil. Apoiando-se na legislação relativa à propriedade da terra então vigente na Metrópole, os portugueses utilizaram como estratégia de ocupação e controle da costa oriental do Brasil uma política de colonização baseada na doação controlada de terras (carta de doação ou foral) com o objetivo de promover a agricultura (sobretudo da cana-de-açúcar), dividindo suas possessões em Capitanias (Reais e Hereditárias). Por seu lado, os espanhóis também cuidaram de legislar sobre a posse e ocupação do espaço sul-americano sob sua soberania, organizando-o em três grandes repartições e duas Capitanias, quais sejam, respectivamente: o Vice-Reinado do Peru, o de Granada (atuais Colômbia e Equador) e o do Rio da Prata (atuais Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia); e as Capitanias Gerais do Chile e da Venezuela.

A par disso, pautando-se pelo pragmatismo e pela objetividade, suas incursões exploratórias efetivadas durante esse período exclusivista não tinham outro caráter que não fosse o estritamente movido por preocupações e interesses geopolíticos; embora deva reconhecer-se que as crônicas dos missionários religiosos e os relatórios das primeiras expedições de reconhecimento, particularmente as dos séculos XVI e XVII, não estejam isentos de testemunhos fantasiosos que suscitaram a criação de mitos e lendas, como o das amazonas e do El Dorado.[13] Nessas primeiras memórias de viagens, os cronistas portugueses e espanhóis, ao utilizarem o recurso de imagens idealizadas para descrever a América espanhola e o Brasil, já revelavam o perfil do observador perplexo diante da pujança da natureza tropical e a curiosidade frente a existência de outras culturas cuja diversidade iria justificar, ao olhar do colonizador branco, o projeto de dominação fundamentado em concepções estereotipadas sobre a inferioridade desses grupos humanos considerados incapazes de criarem uma civilização própria.

Não obstante, os ibéricos sempre estiveram envolvidos com questões político-estratégicas que envolviam a posse dos territórios conquistados, e as cartas portuguesas e espanholas de levantamento

---

infelizes seriam tantos outros, que não possuem terras exóticas.

cartográfico de suas respectivas colônias sul-americanas, embora elaboradas dentro de uma “política de sigilo”, acabaram por divulgar na Europa conhecimentos geográficos relativos ao Novo Mundo. No Brasil, diversas expedições portuguesas rastrearam o litoral nos dois primeiros séculos de ocupação com a finalidade de mapeá-lo, devendo-se a Martins Afonso de Sousa, que fundou as vilas de São Vicente e de Piratininga, o início dessas missões (1530). Faoro acrescenta que essa expedição inaugural de reconhecimento da terra, assim como sua divisão em Capitanias Hereditárias (1534-1549) tinham como propósito transferir de Portugal para sua colônia americana “suas populações ociosas, assegurando, com a povoação, a defesa do território” (1991,p.109).

A importância dessas expedições exploratórias, que resumem a geografia praticada à época, reside no fato de seus registros acabarem por referendar, definitivamente, muitas das denominações topográficas da costa do Brasil, além de representarem um verdadeiro testemunho dos aspectos faunísticos, florísticos e dos usos e costumes da população autóctone brasileira de então. Não sendo nossa intenção detalhar essas narrativas, destacamos a de Pero Magalhães Gandavo com sua **História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil**, publicada em Lisboa em 1576; a de Gabriel Soares de Souza, donatário e senhor de engenho na Bahia, cujo **Tratado Descriptivo do Brasil**, embora tenha sido elaborado em 1587, ficou inédito por mais de duzentos anos; e, também, a de Ambrósio F. Brandão, que escreveu o **Diálogo das Grandezas do Brasil** (Abreu,1988,p.24 e 97).[(14)] Referindo-se a esse período, afirma Garcia: “as explorações geográficas, mais do que outras de qualquer natureza, permitiram o conhecimento do país, cuja periferia, passada a primeira centúria, se revela assim em seus menores detalhes à curiosidade do mundo ocidental“ (1922,p.862).

Ilustração12- **Mapa do Brasil do século XVII** da Biblioteca do Museu d’Ajuda de Lisboa. Pode-se observar que apesar das imprecisões e desproporções do desenho, o contorno da costa brasileira já era bastante conhecido, e o litoral apresenta-se assinalado por extensa nomenclatura.

No século XVIII as expedições luso-espanholas de levantamento geográfico tinham por finalidade demarcar os limites entre os dois países, e as pendências e litígios fronteiriços surgidos após o término da União Ibérica

(1580-1640, período em que o governo espanhol proibiu aos estrangeiros fazer escala ou desembarcar no Brasil e nas demais partes do ultramar português) se estenderam até o último quartel daquele século. Por essa ocasião Portugal já tinha praticamente triplicado o território de sua colônia, ultrapassando a área estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, firmado entre os dois países em 1494, que reconhecia todas as terras a leste do meridiano de 50 graus oeste como pertencentes à Coroa portuguesa. Sobre o expansionismo português, afirma Costa:

> "Enquanto os castelhanos, envolvidos desde o início com a exploração das minas nos altiplanos andinos e no México, concentravam aí o grosso de sua ocupação, os portugueses, que só dois séculos e meio depois iniciaram a mineração no interior, alargaram (com a agricultura e a pecuária, principalmente) os seus domínios, fazendo letra morta das delimitações formais previstas no Tordesilhas"(1988,p.30).

Com efeito, da primeira ocupação litorânea projetara-se o Brasil no espaço territorial do desconhecido à procura dos caminhos de expansão, pressentidos e depois achados em sua marcha pelo interior. Num lento processo que não decorreu de conquista militar, mas do oportunismo de sua estratégia geopolítica que remonta ao período da União Ibérica, a Coroa portuguesa incorporou ao seu domínio um verdadeiro país-continente. Nesse contexto, necessário se faz registrar a ação das incursões preadoras bandeirantes dos séculos XVI e XVII que em princípio visavam o recrutamento forçado de escravos gentílicos, então designados "negros da terra", para trabalharem na agricultura do planalto paulista (Monteiro,1994,p.8-10).

Para nossos limitados propósitos, o que importa é indicar a continuidade das práticas de descimento de cativos indígenas como uma forma peculiar de colonização que, longe de acrescentar novos contingentes humanos aos sertões a oeste da linha de Tordesilhas, sangrava-os ininterruptamente em suas populações indígenas. A obra efetivamente "colonizadora" desses bandeirantes, definidos por Holanda como "audaciosos caçadores de índios e farejadores de riquezas" e que foram "antes do mais, puro aventureiros" (1989,p.68), só se realizaria após a epopéia do

desbravamento que resultou na descoberta do ouro no final do século XVII. Numa abordagem que reduz quaisquer motivos edênicos à “dimensão do verossímil”, este consagrado historiador ressalta que tanto a peculiaridade da política colonial portuguesa como o papel dos bandeirantes na obra desbravadora foram, antes de mais nada, determinados por motivações terrenas associadas à busca de minerais preciosos (1977,p.238). Por conseguinte, a corrida para as minas que se alongou por todo o século posterior, possibilitou a conquista e povoamento de vastas regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, dilatando ainda mais as fronteiras da América portuguesa.

Ao expansionismo geográfico daí advindo, acrescente-se também o papel fundamental dos sertanistas portugueses e brasileiros e de religiosos franciscanos, dominicanos e jesuítas que, motivados pela catequese ameríndia, penetraram pelo interior do Brasil acompanhando expedições ou em busca de silvícolas para seus redutos missionários e que também deixaram registradas suas experiências em memórias ou relatórios de viagens, muitas vezes complementados por cartas de levantamento topográfico. Todas essas iniciativas orquestradas pelos portugueses, cujo objetivo final era inequivocamente o domínio territorial, colaboraram com o devassamento e consolidação do conhecimento do *hinterland* da colônia, cimentando os alicerces sobre os quais o habilidoso diplomata Alexandre de Gusmão construiria sua obra tática, argumentando, baseado no princípio do *uti possidetis juris*, que o direito ao território deveria caber àqueles que efetivamente o povoavam, que o haviam conquistado de seus primitivos habitantes.(15) Conforme Becker e Egler,

> “O rompimento da linha de Tordesilhas tornou-se, para a Metrópole, um objetivo, e não apenas uma consequência da defesa do território. [...] a ocupação da terra como base do direito sobre sua posse, isto é, o direito de *facto,* foi a prática estratégica básica na apropriação do território além dos limites jurídicos do Tratado de Tordesilhas, sendo posteriormente reconhecida como um princípio legal” (1993,p.43-44).

Nas diversas negociações diplomáticas setecentistas, Portugal

procurava manter as áreas ocupadas, enquanto a Espanha reivindicava o recuo dos portugueses ao meridiano de Tordesilhas, além da posse da área ocupada no extremo sul pela Colônia de Sacramento, fundada em 1680 nas margens do rio da Prata, em frente a Buenos Aires. O ciclo das missões demarcadoras dos limites territoriais da América foi oficiosamente inaugurado pela pioneira expedição dos Padres Matemáticos, realizada de 1730 a 1748, e da qual participaram, os jesuítas, astrônomos e geógrafos Diogo Soares e Domingos Capassi (Belluzo, 1994,vol.II,p.49).

Dentro da política de sigilo da administração lusitana, essa missão tinha por objetivo estabelecer a cartografia dos contornos da ocupação lusa na América e o traçado verdadeiro, em relação a ela, do polêmico Meridiano. Neste sentido, o geógrafo Magnolli faz uma interessante observação: “a tarefa dos religiosos, envolta no manto do segredo, visava fornecer uma informação precisa para a Coroa portuguesa mas, ao mesmo tempo, ocultá-la de outros olhos” (Op.cit.,p.72). Somente após o Tratado de Madri (1750) essas expedições tomariam caráter oficial, formalizadas por comissões bilaterais integradas por engenheiros, cosmógrafos e geógrafos de ambos os países. Data de 1751 a primeira comissão mista encarregada de delimitar as fronteiras luso-espanholas, representada respectivamente pelo capitão-general Gomes Freire de Andrade, futuro conde de Bobadela e pelo marquês Val de Lírios.

Como o acordo entre as duas Coroas estabelecido pelo Tratado de Madri foi curto[(16)], tendo sido inclusive anulado pelo Tratado do Prado (1761), somente em 1769 nova comissão mista seria negociada pelos dois governos. Não se chegando a um consenso relativo a questões fronteiriças platinas, cruciais para os dois países, essas expedições demarcadoras conjuntas foram interrompidas até a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777). Deve-se ressaltar contudo que nesse ínterim não houve interrupção dos propósitos que norteavam as duas Coroas em suas políticas de ocupação territorial, o que ocasionou a organização de diversas missões exploratórias unilaterais. Somente na década de 1780, após o “leonino e lesivo” acordo que deixou para a Espanha o domínio absoluto do Rio da Prata em seus baixos e médios cursos, além da posse do território dos Sete Povos das Missões no alto Uruguai, duas comissões geográficas comandadas por

comissários portugueses e espanhóis foram ajustadas pelos governos de Lisboa e de Madri para estudar o traçado de suas fronteiras. Essas iniciativas prosseguiram por todo o século XIX após o Tratado de Badajós assinado em 1801, ocasião que Portugal recuperou os Sete Povos das Missões, tendo as diversas expedições conjuntas ou particulares igualmente por finalidade definir os limites entre o Brasil e as nações de origem hispânica (Mello Leitão,op.cit.,p.276-284).

Com os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso, definidores da soberania das duas Coroas na América do Sul e que praticamente fixaram a configuração do território brasileiro atual, os dois países reforçaram suas políticas de controle no que dizia respeito à permissão da entrada de estrangeiros em seus respectivos domínios. Ao processo de apossamento e consolidação da ocupação dos imensos territórios amazônicos e das fronteiras a oeste e ao sul do Brasil, seguiu-se a conscientização por parte dos portugueses em assegurar suas conquistas. Considerando que demarcar é exercer vigilância, a consolidação das fronteiras tornou-se uma tarefa de caráter essencialmente político-militar. As autoridades lusitanas, sobretudo diante das perdas ocasionadas pelo Tratado de 1777, perseveraram ainda mais em sua estratégia política de fortificação, balizando as linhas limítrofes dos imensos vazios geográficos do oeste, do Sul e, principalmente, da Amazônia com fortes de defesa militar.[17]

Ilustração 13- **Configuração do Controle do Território Sul-Americano no Período Colonial.**

Apesar disto, nesse histórico período de formação das fronteiras brasileiras, que no oitocentos se tornaria uma tarefa eminentemente diplomática entre o Império e os países vizinhos, a política do Estado português sob o enérgico ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e marques de Pombal (1769), já preocupada em rastrear as possibilidades de seus recursos naturais para fins de comércio e obtenção de matérias-primas para o projeto de industrialização da Metrópole, iria, paulatinamente, mudar suas intenções em relação à sua colônia americana. Tudo indica ter sido essa nova motivação a razão de algumas expedições portuguesas da época terem sido, apesar da política de restrição aos estrangeiros, integradas por naturalistas de outros países. Contudo, é

importante frisar que sua presença ainda não objetivava dar a essas missões um caráter científico. A eles se atribuía uma tarefa de conhecimentos que, do ponto de vista oficial, era de importância menor que as decisões políticas de demarcação.

Exemplo da medida da desconfiança e do desapreço do governo português ao trabalho desses naturalistas é explícitada nas instruções "secretís- simas" dadas por Pombal a Gomes Freire de Andrade, em 1751, especificando as reinvidincações da Metrópole na fixação de limites. Embora reconhecendo a progressiva necessidade de vulgarização do conhecimento dos sertões brasileiros, esse documento atentava que o Brasil estivera em segurança por dois séculos, justamente por ter sido impenetrável aos estrangeiros, e advertia:

> "Encarregue Vossa Senhoria os Portugueses de tudo o que pertencer à substância do negócio, qual é a demarcação de que se vai tratar, e encarregue aos Estrangeiros o que pertence à curiosidade e à erudição, como são a História Natural do País e as observações físicas e astronômicas, que respeitem ao adiantamento das ciências" (Apud:Moreira Neto,op.cit.,p.18).

Nomeado para a pasta da Guerra e dos Assuntos Estrangeiros por D. José I em 1750, Pombal estabeleceu as diretrizes do projeto intervencionista de sua administração que por quase trinta anos não só comandou os destinos de Portugal mas, por extensão, produziu modificações substanciais na política da Metrópole em relação às suas colônias de ultramar. Embora não caiba nos limites deste trabalho examinar detalhadamente as causas que orientaram os planos da política pombalina, importante entretanto se faz assinalar que suas origens estavam profundamente associadas ao processo firme e inabalável de eliminação sistemática de todas as formas de oposição ao poder do Estado absolutista, assim como de consolidação do domínio colonial português, orientado pela economia mercantilista então em vigor.

O amplo leque de suas determinações, que ligaram sua imagem a figura de um "déspota esclarecido", fundamentava-se na modernização da estrutura administrativa do Estado português e na recuperação dos créditos

coloniais pela desobstrução dos canais burocráticos que tolhiam a arrecadação fiscal. Essa política foi efetuada a partir de uma centralização em escala crescente que visava em princípio ao equilíbrio da balança comercial. No rol das iniciativas tomadas, procurou impedir a exportação de ouro para a Inglaterra, incentivou a criação de novas indústrias e o desenvolvimento das já existentes (como as de tecidos e de vidros), além do favorecimento da formação de monopólios comerciais na metrópole e em suas colônias em favor de companhias nacionais.

Entre suas instruções em relação ao Brasil que se traduziram num claro esforço de consolidação do domínio português destacaram-se, entre outras, a reforma da legislação da indústria da mineração como estímulo ao aumento da produção e arrecadação das rendas para a Coroa, o combate à corrupção e aos desvios do ouro, a criação do Tribunal de Relação no Rio de Janeiro e de Juntas de Justiça nas Capitanias, além da fundação de numerosas Vilas e Comarcas. A transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro em 1763 também fez parte das resoluções de sua administração, haja vista a importância de sua localização estratégica em relação tanto a atividade mineratória que se desenvolvia no centro do país, como em relação aos conflitos com os espanhóis nas regiões sul e oeste.

Nesse período, conforme já observamos, deu-se início à demarcação dos limites territoriais entre as possessões espanholas e portuguesas na América do Sul, em cumprimento aos acordos assinados entre as duas Coroas. Contudo, tanto na fronteira do sul, na Colônia de Sacramento, quanto na fronteira do norte, na região amazônica, portugueses e espanhóis encontraram resistências dos missionários da Companhia de Jesus e de indígenas. Aproveitando-se da situação de oposição criada pelos inacianos, Pombal, que já vinha capitaneando uma luta tenaz contra o clero, extinguiu o regime das missões em 1755, transferindo para a Coroa o governo das mesmas, secularizando-as.

Essa atitude culminou com a interdição de diversas ordens religiosas no país. Com a retirada dos jesuítas do território brasileiro em 1760, um ano após a ordem de expulsão, seus colégios foram substituídos pelas aulas régias. Entre as instruções de caráter social da política pombalina, destacaram-se o início da instrução primária pública nas Capitanias e a

fundação de três academias: a dos Seletos (1752), a dos Renascidos na Bahia (1759) e a Científica (1772). Também merece destaque o Diretório Pombalino em favor da liberdade indígena, cuja legislação previa a suspensão do aprisionamento que os submetia arbitrariamente ao estado servil, além de sua progressiva integração e da permissão do casamento de reinóis e brasileiros com gentios (Galvão,1974,p.13-15).[18]

Simultaneamente, além dos incentivos à exportação de açúcar e tabaco, outros esforços oficiais foram feitos nesse período no sentido de estimular a diversificação da produção agroexportadora da colônia através da introdução de novas culturas, que iriam fazer do renascimento agrícola o fator primordial para o soerguimento econômico do Brasil, no século XIX. Neste sentido, a tendência do pensamento racionalista europeu da época e as idéias iluministas de progresso iam ao encontro dessas novas expectativas, e a Coroa Portuguesa, embora morosa e tardiamente, passou a fomentar estudos práticos da flora e da fauna brasileira visando ao seu aproveitamento utilitário através do aprimoramento de naturalistas formados na Universidade de Coimbra, modernizada pela administração pombalina em 1772, após dois séculos de influência jesuítica.

Parece fora de dúvida ter sido a nova mentalidade gestada pela Ilustração, principalmente no que diz respeito à divulgação dos valores científicos das ciências naturais, a responsável pela única exceção em relação aos propósitos norteadores das explorações em terras americanas pertencentes a Portugal, cuja política exclusivista não só mantinha os portos de sua colônia fechados às nações estrangeiras, como exercia um rígido controle sobre os próprios portugueses que necessitavam de autorização para adentrarem no país. Data do último quartel do século XVIII a **Viagem Filosófica** do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, a primeira missão portuguesa (e por muito tempo a única) que além da finalidade geopolítica de inspecionar as fronteiras do norte da colônia também se caracterizou pelo espírito científico ao realizar um amplo inventário sobre os mais variados aspectos da natureza e das sociedades humanas da região amazônica, sendo, por este aspecto, considerada a precursora das posteriores expedições às regiões desconhecidas do território brasileiro.

É consenso na bibliografia consultada que a expedição de

Alexandre Rodrigues Ferreira, sob a ótica oficial, tinha muito mais em comum com as operações político-militares do período pombalino do que com as viagens de cunho científico realizadas posteriormente por naturalistas estrangeiros. Vansolini, a título de exemplo, faz, em seu ensaio crítico, uma avaliação rigorosa do "caráter oficial" da expedição de Ferreira:

> "Não tenho dúvida de que os objetivos das viagens ao Negro e a Mato Grosso eram administrativos e estratégicos, ligados a questões de fronteiras e de produção de ouro. O título *'Philosophica'* pode ter sido um disfarce, em parte complacência com as inclinações naturalistas de Alexandre, e provavelmente correspondia aos intuitos iniciais da Coroa portuguesa [...] De qualquer maneira é fato que Alexandre coletava e mandava desenhar animais, por seus dois riscadores [...] ambos razoavelmente competentes (1996,p.195).

Isto realmente fica patente se observado o teor dos ofícios a ele expedidos pelos capitães-generais governadores das Capitanias de São José do Rio Negro, Mato Grosso e Grão Pará - encarregados, por ordem de D. Maria I, da execução dos tratados de limites dos reais domínios portugueses - instruindo-o sobre os "objetos e diligências de sua Expedição Philosófica e Natural" (Ferrei- ra,1974,p.45-49). Entretanto, em que pesem essas limitações impostas pela adminstração colonial e às quais ele cumpriu à risca, não há como não reconhecer que sua obra afora haver rompido, ainda que temporariamente, com uma já consolidada tradição de interdição e mesmo de descaso no que tange às pesquisas científicas em colônias portuguesas, representou um passo inicial de importância inequívoca no esforço de realizar estudos zoogeográficos e fitogeográficos do Brasil, além de outros não menos significativos referentes aos usos e costumes relacionados ao aproveitamento dos recursos naturais na época.

Nascido em Salvador (1756) e educado em Portugal, Ferreira exercia em 1778 o cargo de preparador de História Natural na Universidade de Coimbra quando foi estimulado e indicado oficialmente para chefiar essa memorável expedição pelo botânico italiano Domenico Vandelli, professor e divulgador da taxionomia de Lineu daquela instituição de ensino superior

onde se formaram vários naturalistas, brasileiros em sua maioria (Dean,1991,p.220).[19] Acumulando também o cargo de diretor do Real Jardim e do Gabinete de História Natural do Museu d'Ajuda, o trabalho de Vandelli recebeu apoio institucional e, em 1779, por força de seu prestígio foi criada a Real Academia das Ciências de Lisboa, que, no ano seguinte, acolheu Ferreira como membro correspondente.

A frente de uma comissão integrada pelos desenhistas Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, além do jardineiro botânico Joaquim do Cabo, Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu durante dez anos (1783-1793) cerca de 40.000 km dos territórios amazônicos pertencentes às Capitanias do Grão-Pará, São José do Rio Negro e também à região do alto Paraguai, na Capitania de Mato Grosso, num roteiro de viagem tão vasto que, para se ter idéia, corresponde a uma volta à Terra pela linha do Equador.[20] Durante a missão os expedicionários reuniram uma apreciável coleção de artefatos indígenas, espécimes naturais dos reinos animal, vegetal e mineral, além de documentos iconográficos com aspectos gerais da geografia, da flora, da fauna e da etnografia das regiões percorridas, que foram enviados para o Gabinete de História Natural do Real Museu d'Ajuda em Lisboa. De volta à capital da Metrópole, onde se tornou vice-diretor daquele museu e recebeu do governo português a condecoração da Ordem de Cristo, Ferreira dedicou-se a organizar suas coleções zoológicas e botânicas e seus manuscritos de viagem, além dos cerca de 2 000 desenhos realizados por Codina e Freire, em que se incluíam muitas espécies do reino animal ainda desconhecidas.

Todavia, seu esforço seria em vão. Em 1808, após quinze anos de estudos aplicados, todo esse extenso material de pesquisa foi confiscado e enviado para o Museu de História Natural de Paris pelo general Junot, comandante do exército francês de ocupação, a pedido do naturalista Etienne Geoffroy Saint-Hilaire. Sobre esse lamentável episódio que inclusive contou com a participação de Vandelli, o que segundo seus biógrafos colaborou ainda mais com o estado de depressão em que mergulhou Ferreira até sua morte em 1815, "acabrunhado por nunca mais ter posto os olhos em suas coleções" (Moreira Neto,op.cit.,p.34 e Melo Carvalho,1972,p.6-7), comenta igualmente Mello Leitão:

" Impotente [...] Alexandre Rodrigues Ferreira vê partir para a

> terra inimiga o melhor e mais precioso do que em tão penosa viagem colecionara e que o olho perspicaz do sábio que presidia a essa pilhagem cuidadosamente separava, não se contentando apenas com as peças a estudar, mas indo até o confisco dos manuscritos [...] bastando traduzir e fazer leves emendas para poder assinar e ganhar fama com o labor alheio" (Op.cit.,p. 398). [(21)]

Na realidade, estavam superadas as etapas pretéritas das viagens de conquista de territórios e de conversão de populações autóctones. A erudição propiciada pelas particularidades históricas da época impulsionava o desenvolvimento científico, influenciando decisivamente a nova capacidade intelectiva européia, e o que motivou as viagens do século XVIII em diante foi a busca do conhecimento universal; embora seja inegável o fato de que num primeiro momento ainda houvesse uma certa tensão entre aventura e ilustração, entre viagem prazerosa e viagem de aprendizado. Estando os impérios coloniais ibéricos em franco declínio, deveu-se à França, à Grã-Bretanha e à Holanda a iniciativa de que o resto do mundo fosse descoberto, forjando uma nova mentalidade que daria sustentação ao expansionismo imperialista europeu da segunda metade do século posterior.

Particularmente na segunda metade do setecentos, quando se iniciou uma corrida pelas pesquisas em escala internacional, graças ao progresso das ciências naturais e da sistemática que se estenderia por todo o século XIX, os europeus começaram a instituir os liames de um continente a outro, aliando-se aos interesses materiais advindos do capitalismo emergente. O avanço científico da Europa Ocidental foi um dos fatores determinantes para o estabelecimento definitivo dos limites do mundo conhecido, o que, certamente, representou um papel essencial na política mundial do oitocentos.

Por seu lado, distinguindo-se dos "leigos" viajantes pré-iluministas, em cujas descrições do mundo observado geralmente só se valiam de suas próprias experiências intuitivas e de um vocabulário insuficiente mesmo para tornar palpável o exotismo das coisas, uma nova geração de naturalistas-viajantes passou a se amparar verdadeiramente na ciência em suas expedições de descobrimento, o que comprova o novo

impulso dado à literatura de viagem produzida a partir dessa época, com grande repercussão no meio ilustrado europeu. Conforme Lepetit, prestigiadas como fontes de conhecimentos, as viagens filosóficas iluministas eram dignas da atenção do homem culto: “organizadas em função de interesses científicos e artísticos, a diversidade do mundo natural e humano revelava-se em função da curiosidade do colecionador e se ordenava em função do saber nobre” (1989,p.115).

Embora naturalmente não tenham perdido o caráter sedutor da aventura em sua essência, as explorações terrestres e, notadamente os périplos oceânicos, visavam desvendar os enigmas ainda existentes sobre o conhecimento geográfico do mundo, preenchendo as lacunas representadas nos mapas pelas terras incógnitas. Quanto aos viajantes, temporariamente expatriados, abandonavam seus círculos familiares e seus hábitos arraigados para a descoberta do novo, do mistério e de sua própria transformação. As expedições realizadas a partir de então, de bom ou mal grado, transformaram a imagem que os europeus ainda faziam do mundo exterior. Isto se deveu simultaneamente à descoberta da Terra como natureza, como exuberância de vida, beleza de formas e de sociedades profundamente diferentes do Velho Mundo.

Navegadores e cartógrafos, principalmente aqueles que tendo vivenciado o apogeu da Ilustração européia da segunda metade do setecentos, e cujas atitudes eram orientadas pelo enciclopedismo laico e racionalista que inaugurou o moderno espírito científico, já haviam dado início às grandes viagens de circunavegação. Ressalte-se, entretanto, que essas viagens do final do século XVIII foram importantes não somente no que tange à expansão dos limites do mundo conhecido - alargando o espaço e enriquecendo o repertório das imagens da Terra e de outras civilizações humanas - mas também pelo objetivo de incorporá-los ao sistema econômico dominante. Diante disso, a conquista dos oceanos, que deu à Europa o primado universal, se estenderia até meados do século XIX, quando o inventário geográfico e o mapa do mundo ficou praticamente concluído e o homem tomou consciência de seu domínio espacial.

Para Vovelle, essa mentalidade foi produto da ambição iluminista de modelar o mundo do futuro, de modo que as paisagens naturais

da Terra iriam deixar de ser vistas simplesmente como o “entorno”, mas como reflexo em movimento das sociedades e como esforço voluntário dos homens em construir e organizar o mundo (1989,p.8). Seu pensamento vai ao encontro de Gerbi, que afirma:

> “ A Europa das Luzes, em sua decisiva tomada de consciência de si própria como civilização nova e característica, com uma missão universal e não mais apenas e simplesmente cristã, dava-se conta de enquadrar em seus esquemas aquele mundo transoceânico que ela havia retirado das trevas, do qual dera uma primeira e sumária impressão [...] após haver desfeito as ilusões de seus primeiros apologistas do século XVI, parecia novamente oferecer paradigmas exemplares de vida e promessas de futuro esplêndido” (Op.cit.,p.132).

Após 1750, grandes expedições transoceânicas francesas e inglesas, financiadas pela Academia de Ciências de Paris e pela Royal Society de Londres, já se haviam lançado à exploração do que ainda havia por conhecer no hemisfério sul e o mito do Continente Austral, cuja existência era objeto de inflamadas controvérsias, levou à descoberta da Polinésia, da Nova Zelândia e da Austrália.[(22)] Tornadas mais seguras pelo progresso das técnicas da ciência náutica, a epopéia das viagens de descobrimento e redescobrimento que se seguiram foram relevantes, como as do francês Antoine Louis de Bougainville e do inglês James Cook, por exemplo. Bouganville, aluno de d’Alembert e ligado aos enciclopedistas, fez parte de uma expedição para colonizar as ilhas Falklands e esteve no Rio de Janeiro, de onde partiu para sua viagem de volta ao mundo, tendo narrado suas impressões no livro **Voyage Autour du Monde,** publicado em 1771; e Cook, reconhecido matemático e navegador, mapeou e descreveu em minuciosos diários as memórias de suas três viagens de circunavegação realizadas entre os anos de 1768 e 1779, dando início às pesquisas oceanográficas. Apesar dos portos da colônia estarem fechados para os estrangeiros, Cook, de passagem pelo litoral brasileiro, registrou sua vegetação antes de partir para o Pacífico.

Essas revolucionárias navegações de alto-mar foram fruto da

maturidade científica das últimas décadas do setecentos e, embora não isentas de preocupações políticas, comerciais e coloniais, posto que se inseriam na conjuntura da época, já se faziam acompanhar por equipes de naturalistas e desenhistas que tinham como missão proceder à descrição minuciosa dos contornos das paisagens naturais, dos habitantes, da flora e da fauna das terras percorridas, além de atualizar a cartografia da época, elaborando uma imagem mais acurada do globo (Broc,op.cit.,p.288- 293). Fruto da tradição lineana, as iconografias da natureza realizadas por essas expedições, como o foram também as da missão de Alexandre Rodrigues Ferreira, são exemplos de como o desenho era valorizado como forma de organização do conhecimento, cuja prática seria uma característica das explorações científicas oitocentistas.

Paralelamente, em consequência dos sobejamente conhecidos acontecimentos políticos e econômicos que ocorriam na Europa em fins do século XVIII, e que iriam deflagrar a expansão capitalista européia, a Espanha foi a primeira a rever a política externa de fechamento de suas colônias americanas, até então preservadas, tanto quanto era possível, conforme já comentamos anteriormente, dos olhos estrangeiros por quase três séculos. Após abrir uma única exceção quando permitiu uma viagem de estudos ao Equador, ao Peru e ao rio Amazonas, entre os anos de 1739 a 1743, a uma comissão de cientistas franceses organizada pela Academia de Ciências de Paris e liderada pelo supracitado cosmógrafo Charles Marie de La Condamine, no final do setecentos o governo espanhol passou não somente a autorizar a entrada de expedições científicas, como a custear iniciativas dessa natureza.

Os resultados da missão científica de La Condamine, onde se inclui a primeira medição científica dos três primeiros graus do meridiano do hemisfério austral realizada no Equador, foram publicados nas obras **Rélation Abrégée d'un Voyage dans l'Interieur de l'Amérique Méridionale** (Paris,1745 e 1778) e **Journal du Voyage Fait par Ordre du Roi à l'Equateur** (Paris,1751). Exemplo típico da vertente romântica e humanista dos homens de ciência setecentistas que, através da recorrência a imagens idealizadas, procuravam o entendimento da natureza exterior pelas vias da

afetividade e do sentimento que exaltava a vida natural para nela encontrar uma resposta à sua inquietude existencial, ou seja, um complemento à sua incompletude, o naturalista assim expressou seu abandono à sedução das "incultas" regiões amazônicas:

> "Eu estava no meio dos selvagens [...] com eles eu me sentia repousado e questionava ter vivido entre homens (sic). Eu gozava pela primeira vez de uma doce tranquilidade. O silêncio que reinava nesta solidão me tornava mais amável. Um número prodigioso de flores desconhecidas me oferecia um espetáculo novo e variado. Eu estava sensibilizado pelas madeiras perfumadas e pelas resinas odoríferas. A areia sobre a qual eu caminhava era de ouro." (Apud:Dardel,op.cit.,p.113).

A par das expedições setecentistas que inexoravelmente iriam desvendar a América para o mundo, as autoridades portuguesas ainda persistiam em sua secular política de sigilo e censura, evitando a divulgação das riquezas de sua colônia. Exemplo disto foi a proibição, confisco e destruição, por ordem real, da primeira edição da obra **Cultura e Opulência do Brasil** (Lisboa,1711) de André João Antonil, pseudônimo do jesuíta italiano João Antônio Andreoni, só reeditada de 1837 em diante. De outro lado, não obstante terem perseverado na manutenção de sua política restritiva aos estrangeiros nesse período, temerosos de que as novas idéias gestadas pela Revolução Francesa pudessem suscitar pensamentos de insubordinação e rebeldia, não poderiam resistir por muito tempo nem aos acontecimentos políticos nem tampouco à febre de novas descobertas científicas e tecnológicas e às crescentes e contínuas conquistas do homem sobre a natureza, patentes notadamente após a Revolução Industrial e que, forçosamente, iriam estabelecer as bases de um novo diálogo entre a Europa e o continente sul-americano.

No início do século XIX, estava praticamente concluída a fase das grandes viagens exploratórias marítimas européias. Desse período em diante o ciclo das navegações transoceânicas seria complementado pelo afã das expedições terrestres, quando os exploradores partiam das regiões já conhecidas para pesquisarem o interior dos continentes. No que se refere à

América do Sul, a célebre expedição do barão prussiano Alexander von Humboldt (1769-1859), "um dos últimos humanistas a possuir uma cultura verdadeiramente universal" (Brosse,1987,p.7), é o modelo emblemático da viva curiosidade científica herdada do iluminismo enciclopedista que iria, posteriormente, orientar as viagens exploratórias européias das primeiras décadas do oitocentos a diversas partes do mundo, inclusive ao Brasil, razão que justifica o espaço que esta pesquisa lhe dedica.

Humboldt entrou definitivamente para a história como o primeiro cientista estrangeiro a divulgar e incentivar pesquisas sobre o continente sul-americano. O conjunto de sua produção impressionou a comunidade científica de sua época, colaborando, decisivamente, para o progresso das ciências naturais do oitocentos. Particularmente a **Personal Narrative**, baseada em seus diários de viagem, serviu de fonte de inspiração para os naturalistas-viajantes que inauguraram o novo ciclo das expedições científicas do século XIX. Dentre eles, iria se sobrepujar pela importância de sua obra o próprio Charles Darwin que, influenciado pela leitura desses diários decidiu incorporar-se à célebre viagem exploratória empreendida a bordo do Beagle, de 1831 a 1836.[23] Em relação ao nosso país, comenta Belluzo que "Humboldt parece ter-se mantido no centro dos mais relevantes acontecimentos da ciência" (1994,vol.II,p.22). Com efeito, o naturalista manteve contato e estimulou um número significativo de viajantes-cientistas que induzidos pelas suas obras dirigiram-se ao Brasil nos cinquenta primeiros anos do século passado, destacando-se, entre outros, o príncipe Maximiliam von Wied-Neuwied, Wilhelm L.von Eschwege, Karl F. von Martius, Louis Agassiz e Auguste de Saint-Hilaire, além dos artistas Thomas Ender e Johann Moritz Rugendas.

Ilustração 14- **Alexander von Humboldt na Venezuela** (F.G.Weitsch,1806).

Datada da virada do século XVIII, sua incursão por países de colonização hispânica (a primeira realizada após a de La Condamine) ficou registrada pelos excepcionais resultados alcançados, apesar da folclórica proibição de sua entrada em território brasileiro. Reconhecido e respeitado por seus contemporâ- neos, o mérito e a autoridade da obra de Humboldt permanecem, passados quase um século e meio de sua morte, igualmente indiscutíveis pela comunidade científica da atualidade. Não surpreende,

portanto, a afirmação de Gerbi, para quem foi através dela que o pensamento ocidental empreendeu finalmente a integração pacífica e ideal do continente americano a seu mundo, “ao Cosmos único, até então quase somente visto como objeto de curiosidade, estupor e zombaria “(Op.cit.,p.309).

A formação intelectual de Humboldt foi típica de seu tempo, alicerçada na universalidade do saber. Botânico e geólogo, formado na Universidade de Göttingen e na escola de minas de Freiburg, embora tenha dedicado sua vida mais à história natural, sua cultura cobria um amplo campo de conhecimentos, passando da economia política, à arqueologia, à etnografia, à filologia e à geografia. Seus biógrafos constantemente dão ênfase ao fato de sua formação intelectual ter sido favorecida pelos contatos que estabeleceu com diversos pensadores coetâneos, como os poetas e dramaturgos Schiller e Goethe na Universidade alemã de Jena e, posteriormente, com a comunidade científica de Paris - então centro do mundo científico europeu - onde frequentou cursos de ciências naturais no Instituto de França, na Escola Politécnica, no Observatório e no Museu de História Natural.

Interessando-se desde a juventude pelas viagens de exploração, foi fortemente influenciado pela literatura dos viajantes produzida até então. Foram decisivas em sua vida, segundo Smith, as leituras dos relatórios das viagens de La Condamine, de Bougainville e de Cook, entre outros, além do contato pessoal que estabeleceu com diversos cientistas-viajantes, como o próprio Bougainville e Georg Foster, naturalista que havia registrado a segunda expedição do inglês de Yorkshire na obra **Viagem ao Redor do Mundo na Chalupa “Resolution”**, publicada em Londres em 1777 (Op.cit.,p.265-267).

Com Foster, Humboldt realizou uma viagem pela Europa, em 1790, com o objetivo de levantar dados para um estudo sobre a mineralogia do Reno. A influência deste naturalista foi de essencial importância na vida de Humboldt, tanto no que tange à sua posição liberal em relação aos princípios revolucionários franceses, quanto à metodologia da observação de campo que orientou sua concepção de natureza. Em suas investigações, que partiram de observações meticulosas realizadas *in loco*, aplicou o método comparativo, cotejando as paisagens de distintas áreas geográficas para

observar as regularidades existentes em suas distribuições. Em sua obra **Cosmos**, Humboldt denominou sua metodologia de “empirismo razonado”, fundamentado “sobre un conjunto de hechos registrados por la ciencia y sometido a la acción de un entendimiento que compara y combina” (1988,p.162).

Exemplo clássico do espírito científico de seu tempo e movido pelos princípios de explorar, descobrir e colecionar, Humboldt decidiu-se a empreender uma viagem de estudos pelo continente americano. Tendo conseguido a permissão do governo espanhol para percorrer seus domínios coloniais, do qual inclusive recebeu ajuda financeira, juntamente com a de banqueiros alemães, o naturalista, acompanhado do médico e botânico Aimé Bonpland, dirigiu-se para a Hispano-América onde permaneceu de 1799 a 1804, realizando sua mais importante experiência científica *in loco*, à qual consagraria o resto de sua .existência. Concluída sua extensa viagem Humboldt permaneceu na Europa, mas Bonpland retornou à América em 1814 em caráter definitivo, fazendo-se, nas palavras de Pratt “um natural do Paraguai” (1991,p.151).

Nessa expedição de caráter exclusivamente científico, os naturalistas coligiram espécimes botânicos e zoológicos, amostras geológicas, determinaram altitudes nos Andes, mediram latitudes e longitudes, observaram vulcões e descobriram e mediram a temperatura da corrente marítima que costeia o litoral oriental da América do Sul, mais tarde batizada Corrente de Humboldt. Pesquisando a distribuição geográfica das plantas, deram impulso decisivo ao desenvolvimento da fitogeografia. No que se refere à hidrografia, a descoberta do canal Casaquiare que liga a bacia do rio Orinoco à do rio Amazonas foi um dos pontos altos dessa viagem. Humboldt também se interessou pelos aspectos arqueológicos e etnográficos do continente americano, tendo realizado um amplo estudo histórico-social e econômico da colonização hispânica, publicado entre 1807 a 1811 com o título **Ensaio Político sobre o Reino da Nova Espanha**. Diante da abrangência de seus interesses, afirma Claval:

> “A inspiração global de Humboldt é bem aquela de um *Naturphilosopher* que interroga o mundo para compreender a humanidade. Se ele retrata com tanta minúcia o quadro da

> natureza da América Equinoxial, é para fazer compreender o destino desses povos e a história das civilizações que aí se sucederam" (1984,p.25).

De volta à Europa, dedicou-se a organizar o acervo reunido em sua viagem exploratória sul-americana e a escrever sua ampla produção científica, da qual se destacam a obra **Voyage de Humboldt et Bonpland**, contendo 32 volumes e editada em Paris entre os anos de 1805 a 1834, também conhecida pelo título de sua sexta parte, **Voyage aux Régions Equinoxiales du Nouveau Continent**; e a obra **Kosmos, Entwurf einer Physischen Weltbeschereibung** (Cosmos, Ensaio de uma Descrição Física do Mundo), publicada em quatro volumes entre 1845 e 1862. Considerada a síntese de seus conhecimentos, Humboldt concluiu essa última obra em 1855, aos 86 anos de idade. Para Capel, "o **Cosmos** é uma autêntica cosmologia, que aborda a descrição física do universo, desde o funcionamento do céu à vida dos organismos terrestres, sistematizando os conhecimentos de ciências muito diversas" (1991,p.21). Pratt assinala que excetuando sua **Personal Narrative**, sua obra foge do estilo narrativo de experiências de viagem, situando-se mais na perspectiva do projeto da ciência descritiva enciclopédica:

> "Na maneira narrativa, a pessoa conta somente uma pequena história, caminha um único e estreito caminho sobre a face da Terra. Por outro lado, as grandes categorias descritivas da ciência taxionômica cobrem o globo sem esforço algum, designando tudo, submetendo tudo a um conjunto de sistemas classificatórios que, como Humboldt esperava, expressaria, finalmente, a harmonia e a unidade subjacente do cosmo" (Op.cit.,p.154).

Embora no conjunto de sua produção científica não tenha descurado da perspectiva humana e histórica da paisagem, interessando-se pelas transformações e pela evolução observada no meio natural, Humboldt é considerado o primeiro organizador sistemático da geografia, tendo-a circunscrito ao âmbito das ciências naturais. Este é um fato inquestionável para os pesquisadores da evolução do pensamento geográfico, entre os quais, a título de modelo, elegemos Mendoza:

> “A obra de Humboldt, plena de referências e de interpretações originais em diferentes campos do saber, aparece como um ambicioso e sugestivo intento de sistematização científica do pensamento geográfico. E se essa intenção aparece prioritariamente dirigida, em conjunto, ao domínio do conhecimento natural - da geografia física - domínio em que Humboldt estabelece critérios científicos indiscutivelmente fecundos que foram posteriormente reconhecidos como origem do desenvolvimento em vários campos do saber, não se deve esquecer, com efeito, sua importante contribuição para os estudos de determinados aspectos inscritos nos terrenos dos conhecimentos humanos: a título de exemplo, podem citar-se nesse sentido os estudos sobre populações e os recursos agrícolas, posteriormente utilizados pelo próprio Malthus” (1988,p.25-26).

Em relação ao continente sul-americano, suas inúmeras colocações demonstram que Humboldt era provido de uma visão mais imparcial a respeito da natureza e dos seus habitantes. Já imbuído de um espírito científico independente fundamentado na autonomia do conhecimento desvinculado das amarras das crenças morais ou religiosas que interferiam nos resultados da ciência, a América nele encontrou não somente um “defensor”, mas um admirador inconteste. Em “nenhum lugar”, afirmou, “a natureza nos impressiona mais profundamente com sua sensação de grandeza; em nenhum lugar nos fala tão poderosamente como no mundo tropical” (Apud:Pratt,op.cit.,p.155). Beneficiado pelo momento histórico de ruptura do exclusivismo colonial espanhol, Humboldt deu os passos iniciais rumo ao (re) descobrimento da América do Sul pelos europeus. Sua obra científica, ao revelar o contraste entre os dois continentes, buscava, dentro da diversidade do mundo conhecido, o princípio da unidade da natureza, da interação causal das forças naturais submetidas a leis e como o meio geográfico afetava a vida: ”a causalidade introduz a unidade entre o mundo sensível e o mundo do intelecto”(Apud:Moraes,1985,p.48).

Reprovando a linguagem carregada de expressões figurativas depreciativas sobre o Novo Mundo - que considerava um lugar privilegiado

para a comunhão da natureza com o lado espiritual do homem - o naturalista rejeitou igualmente as concepções dogmáticas dos cientistas setecentistas fundamentadas numa visão eurocêntrica de mundo enunciadas através da antítese velho & novo que estabeleciam com o continente americano, atribuindo-as à falta de ilustração:

> "Com demasiada freqüência escritores geralmente louvados, e louvados com justa razão, repetiram que a América é, em todos os sentidos, um continente novo. Aquela vegetação luxuriante, a enorme envergadura dos rios, a inquietude de possantes vulcões são prova (dizem eles) de que lá a terra, sempre em sobressalto, ainda mal enxuta, está mais próxima do estado caótico primordial que no Velho Mundo. Já muito antes de minha viagem, tais idéias pareciam-me anti-filosóficas, enquanto antitéticas às leis físicas geralmente reconhecidas. Imagens fantásticas de juventude e inquietação, de crescente aridez e inércia da terra envelhecida só podem surgir naqueles que, num jogo vazio de buscar contrastes entre os dois hemisférios, não se esforçam por conceber com uma visão de conjunto a estrutura do globo terrestre" (Apud: Gerbi,op.cit.,p.397).

Tendo vivenciado a fase histórica do processo de unificação da Alemanha (concretizada em 1871) e do desenvolvimento tardio do capitalismo em seu país, Humboldt participou do movimento filosófico idealista alemão, cujas raízes encontram-se na forma ambígua que os pensadores alemães defrontaram-se com as idéias revolucionárias gestadas na Europa no final do século XVIII e suas repercussões nas primeiras décadas do XIX. Diante do fato concreto representado pela inexistência de um Estado Nacional, a intelectualidade alemã, frente às discussões colocadas pela vanguarda do pensamento europeu da época, oscilava entre o sentimento de nacionalidade, o "Volkgeist" do filósofo Herder, ou seja, a possibilidade de uma civilização construir seu próprio destino histórico, e a aceitação do liberalismo político que se instalava na Europa (Burns,1989.p. 575). Conforme Moraes, "a filosofia alemã encaminhava seu debate num plano absolutamente ideal e abstrato, pois argüía sobre situações que não existiam em sua realidade" (1989,p.50).

Com efeito, diante do absolutismo prussiano imperante, apoiado por um quadro sócio-político e econômico onde os resquícios de um passado feudal conviviam com a debilidade de uma burguesia emergente ainda incapaz de articular um projeto nacional, o pensamento idealista alemão, reagindo ao avanço do domínio francês no continente, estendeu-se ao ideário racionalista da Ilustração. Consequentemente, o desenvolvimento científico preconizado sob a ótica da positividade do materialismo iluminista (que possibilitou o avanço das ciências naturais) foi refutado pelos conservadores intelectuais alemães. Não negando os avanços científicos da época, os pensadores alemães também valorizavam a objetividade e a racionalidade como critérios de entendimento da natureza. Essas porém se revestiam de um caráter filosófico místico, organizado em torno da visão romântica, contemplativa e sublime da natureza, da valorização da estética da paisagem, na exaltação da nacionalidade e da cultura alemã.

Humboldt revela seu lado idealista e romântico e sua preocupação com a estética como forma de apreensão do real em diversas passagens de suas obras. O próprio subtítulo do primeiro capítulo do **Cosmos** é bastante significativo: “Consideraciones sobre os diferentes grados de goce que offrecen el aspecto de la Naturaleza y el estudio de sus leyes”(Op.cit.,p.159). Dentre os pensadores de sua geração com os quais se identificava, Johann Wolfgang Goethe (1749-1832) foi o que exerceu maior peso na sua concepção de natureza, havendo entre ambos idéias comuns e pretensões epistemológicas afins, haja vista Goethe também dedicar-se à botânica, pesquisando a morfologia e a metamorfose das plantas. Com a filosofia de Friedrich W. Schelling (1775-1854), Humboldt igualmente encontrou afinidades, principalmente no que tange ao senso da beleza expresso no conceito de natureza. Para o filósofo esta se definia como manifestação exterior da razão em sua totalidade, razão concebida como forma de superação da contradição da natureza e do espírito, do finito e do infinito, porém de modo místico.

Neste sentido, é importante assinalar que uma forte característica do movimento romântico alemão foi a simultaneidade de suas vertentes nacional e universal que exaltavam tanto a identidade alemã, como a concepção de natureza vista como unidade, como totalidade viva. À

primeira interessava sobretudo a história do povo, sua língua e sua cultura. À segunda, ao rejeitar a dicotomia racionalista entre espírito e matéria que separava o “eu” cognitivo da natureza “em si”, usava expressões como “alma do mundo” ou “espírito do mundo” para definir sua visão de natureza que passa a ser um único “eu”. O nexo entre essas duas vertentes românticas foi a noção de organicidade. Para os nacionalistas o povo também era passível de ser interpretado como um organismo com possibilidades de desenvolver suas potencialidades, assim como a própria natureza.

> “Todos os românticos consideravam um organismo vivo tanto uma planta como todo um povo e até mesmo uma obra poética [...] o espírito do mundo está presente tanto no povo e na cultura popular, quanto na natureza e na arte” (Gaarder,1995,p.377).

Este entendimento romântico de mundo é claro em Goethe que, ao criticar a sistemática classificatória de Lineu, afirmava em contrapartida que “a natureza não tem um sistema, a natureza tem vida”. Ao preconizar uma doutrina sobre a morfologia vegetal, base de sua fisiologia, aproximava-se dos conceitos de Humboldt, pois seria através do estudo da totalidade do conjunto orgânico que o cientista deveria “harmonicamente e com a faculdade do espírito [...] entender a razão da multiplicidade de formas dos organismos, ou seja, buscar um princípio geral simples, na multiplicidade das manifestações particulares, do esplêndido jardim do mundo”. Esta noção, portanto, não negava a particularidade dos organismos, mas partia das singularidades para intuí-las num todo. Para o poeta e naturalista - que numa segunda fase de sua produção literária abandonou o idealismo pelo realismo - a idéia de natureza regida por leis, estava também intimamente ligada à sua dimensão “sublime”, entendida como “ a mais nobre expressão que pode tocar o espírito humano [...] a dimensão pela qual um ser participa do infinito” (Apud: Belluzo,1994,vol.II,p.25-26).

Em Humboldt a “noção do sublime” é patente em suas descrições das paisagens naturais, cujas dimensões e diversidade provocariam a percepção da pequenez dos seres humanos no mundo, levando-os a se reconhecerem como tal e, por extensão, neles suscitando a exaltação do sentimento de comoção diante da infinitude e perfeição do

Universo. Na obra **Aisichten der Natur**, publicada em 1808, o naturalista propõe que o observador deve “abraçar a natureza de um só olhar”, ou seja, deve experimentar, viver e sentir a natureza, para poder percebê-la. Ao expor sua concepção da fisionomia da paisagem, afirma:

> “Quando o homem interroga a natureza com sua penetrante curiosidade, ou mede na imaginação os vastos espaços da criação orgânica, a mais poderosa e profunda de quantas emoções experimenta é o sentimento de plenitude da vida espalhada universalmente” (Apud:Belluzo,id.ibid.,p.24).

Embora imbuído dessa dimensão contemplativa à qual se aliou a preocupação da descrição estética dos fenômenos naturais, o sábio naturalista apesar de valorizar o senso vivo da beleza, da arte e da harmonia da natureza, elevou-se a concepções particulares menos subjetivas. Inspirado pelo materialismo mecanicista dos enciclopedistas, que lhe forneceu as bases teóricas para suas pesquisas sobre os fenômenos naturais em constante transformação e, já se utilizando das descobertas científicas do seu tempo, restabeleceu a objetividade da natureza, concebendo-a como uma realidade que se basta e se explica por si mesma, dotada de vida própria, criadora e autônoma.

Assim, profundamente impregnado pelo romantismo alemão e pelo racionalismo ilustrado, a obra de Humboldt combinou sentimento e razão e, nas palavras de Broc, “levou para o coração do século XIX o que havia de melhor no Século das Luzes” (Op.cit.,p.499), tornando-se, inegavelmente, a maior referência dos naturalistas-viajantes oitocentistas. Considerando o ecúmeno como um todo orgânico em permanente movimento e evolução, o naturalista rompeu com a linha de pensamento tradicional que considerava a natureza estática e imutável. Sua preocupação era com a constituição de uma ciência integradora, através da qual se pudesse comprovar a harmonia da natureza e o encadeamento das diferentes forças que atuam sobre ela, como bem ilustra esta passagem do **Cosmos**:

> “La Naturaleza, considerada por medio de la razón, es decir, sometida en su conjunto a la acción del pensamiento, es la unidad en la diversidad de los fenómenos, la armonía entre las cosas creadas que difieren por su forma, por su

> constitución y por las fuerzas que las animan; es el Todo animado por um soplo de vida. La consecución más importante de um estudio racional de la Naturaleza es apreender la unidad y la armonia que existe en esta inmensa acumulación de cosas y fuerzas; asumir con el mismo interés tanto los resultados de los descubrimientos de los pasados siglos como lo que se debe a las investigaciones de los tiempos en que se vive y analisar los caracteres de los fenómenos sin sucumbir bajo su masa. Penetrando en los misterios de la Naturaleza, descubriendo sus secretos y dominando por la acción del pensamiento los materiales recogidos mediante la observación, es como el hombre puede mostrarse más digno de su alto destino" (Op.cit.,p.160).

Desautorizado a incursionar pelo território brasileiro, Humboldt não teve oportunidade de estender suas pesquisas ao vasto território amazônico então pertencente à Portugal. Smith, em sua pesquisa sobre os conquistadores do rio Amazonas, afirma sobre esta questão:

> "Embora tenha solucionado o mais complexo enigma do Amazonas, é discutível que o barão von Humboldt tenha sido o verdadeiro explorador do grande rio [...] nunca viu o canal principal, provavelmente porque seu laissez-passer era espanhol e não português. É bem possível que fosse preso e levado à Lisboa se tivesse atravessado a fronteira do Brasil "(Op.cit.,p.296).

A ordem-régia expedida de Lisboa pelo príncipe-regente em 2 de junho de 1800 ao governador capitão-general Francisco Maurício de Souza Coutinho da Capitania do Grão-Pará confirma esse fato. Referindo-se a "um tal barão de Humboldt, natural de Berlim", que segundo a Gazeta da Colônia pretendia penetrar pelo território pertencente ao Maranhão, determinava que se examinasse com cuidado se com efeito o dito barão ou qualquer outro estrangeiro viajava por aquela Capitania, "pois que seria sumamente prejudicial aos interesses políticos da Coroa Portuguesa" (Garcia,1922,p.882).

Com efeito, embora já se interessando em rastrear os recursos

naturais brasileiros com o apoio científico oferecido pela Academia de Ciências de Lisboa (que inclusive recomendava o envio de naturalistas à colônia visando aprenderem com os nativos a utilização de plantas úteis, além do estímulo oficial à produção agrícola da colônia com a introdução e aclimatação de novas espécies), a política externa portuguesa de então ainda mantinha sua radical atitude isolacionista, interditando, peremptoriamente, o território brasileiro à entrada de estrangeiros. Priorizando seus interesses geopolíticos e enclausurando o país em si mesmo, os portugueses impediam a circulação de informações sobre a colônia, impossibilitando, como conseqüência, as trocas necessárias ao desenvolvimento científico. Sobre este fato diz Holanda:

> "Os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana, faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de novas idéias que pudessem por em risco a estabilidade do domínio" (1989,p.87).

Essa situação só se reverteria na primeira década do século XIX, quando o enfraquecimento do império português provocado pela decadência de sua Metrópole face à ascensão do poderio político, econômico e militar da França e da Grã-Bretanha obrigaram-no a rever a hermética política externa adotada em relação à sua colônia americana desde os primórdios de sua efetiva ocupação. Como veremos a seguir, o período de restrições aos estrangeiros só se extinguiria, efetivamente, após a implantação de uma série de transformações políticas, econômicas, administrativas e culturais realizadas em função da instalação da Corte joanina no Brasil, quando em fuga aos exércitos de Napoleão.

CAPÍTULO I

NOTAS

(1) Epistémè: “Expressão de origem grega que, didaticamente, significa conjunto de conhecimentos (concepções de mundo, de ciência, de filosofia...) próprio a um grupo social em uma determinada época” (Le Robert 1,1990,p.674).
Ao empregarmos esta expressão adotamos este sentido inspirados em Foucault (1992), que o aplica para retratar a história das *épistémès* que se sucederam desde a Renascença de forma descontínua, criando diferentes configurações para os discursos sustentados sobre os homens e a sociedade. Para o autor, a *épistémè* é o paradigma da verdade que caracteriza o espírito de uma determinada época, remetendo para o contexto, para a forma mental vigente num dado momento histórico. Em suma, a *épistémé* de Foucault aproxima-se da concepção de *mentalidade*, assim definida pelo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: “Conjunto dos hábitos intelectuais e psíquicos de um indivíduo, ou de um grupo” (1995,p.428). A historiografia moderna, ou história das mentalidades, vem dando ênfase a pesquisas que abordam justamente temas relacionados às visões de mundo, de comportamentos e de atitudes vivenciadas em épocas passadas (Le Goff,1988,p.70-72).

(2) Embora esta definição confira uma idéia geral ao termo “cultura”, nela não se esgota, pois a cultura também é uma construção histórica, “seja como concepção, seja como dimensão do processo social da vida de uma sociedade” (Santos,1995,p.44-45). Na moderna antropologia, por exemplo, este tema vem sendo constantemente reformulado de acordo com diferentes concepções de cultura, que vão do sistema adaptativo (neo-evolucionista) às consideradas teorias idealistas de cultura que se subdividem em três abordagens: uma que vê a cultura como sistema cognitivo, uma segunda que a considera como sistema estrutural dos domínios culturais (mito, arte, parentesco e linguagem como geradores das elaborações culturais) e uma terceira que interpreta a cultura como sistemas simbólicos. Para Laraia, “a discussão não terminou [...] pois uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana”, e acrescenta, “só nos resta afirmar mineiramente [...] os antropólogos sabem de fato o que é cultura, mas divergem na maneira de exteriorizar este conhecimento ...” (1995,p.60-65).

(3) De acordo com Castoriadis, “tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico” (1982,p.142). Por definição o símbolo é uma mediação que relaciona duas realidades diferentes que, com exclusão da representação simbólica, não poderiam estar ligadas uma à outra. Seja através de um objeto de origem natural, cultural, institucional ou religioso, ele expressa uma convenção socialmente sancionada que se estabelece entre os homens. O símbolo funciona igualmente como instrumento de conhecimento sempre que é impossível representar de outra maneira uma realidade que se quer conhecer. É neste último sentido que nos referimos ao caráter simbólico das narrativas dos primeiros viajantes, na medida em permitiu apreender, ainda que simbolicamente, determinados objetos ou realidades do Novo Mundo.

(4) Segundo estimativas da Fundação Nacional do Índio (Funai) havia, no território sul-americano correspondente ao Brasil, algo em torno de 5 milhões de nativos, de 900 povos diferentes, distribuídos ao longo da costa e pelo interior. A compreensão dos dife- rentes troncos linguísticos dessas nações indígenas tem sido da maior importância para o entendimento de suas histórias culturais. De modo geral, os povos que habitavam o litoral pertenciam ao grupo linguístico Tupi. Falavam línguas distintas, mas aparentadas, como, por exemplo os dos grupo tupinambá, tamoio, tupiniquim, potiguara, carijó, etc. No interior, a diversidade linguística e de costumes era acentuadamente maior. Grupos pertencentes ao grupo Macro-Jê, como os karajá, Cariri, Krahô, entre outros, era muito diversificados entre si, assim como os Kaiapó do sul (grupo Jê do Norte) e os Goyá, Akwêm-Xavante e Acroá (grupo Jê central). Na Amazônia, um vasto segmento de povos igualmente diversificados entre si ocupavam suas extensas áreas florestais: Makús, Barés, Nambiquaras, Tikunas, Tukanos e Timbiras, entre tantos outros, e foram testemunhas da ocupação daquele vasto território pelos europeus.

Dados do PETI (Projeto de Estudo sobre Áreas Indígenas - Museu Nacional) indicam que resta atualmente no país cerca de 230 mil índios, de 180 povos, falando 160 dialetos. A Funai estima que ainda existem 77 grupos indígenas que continuam isolados no Pará, Roraima, Maranhão e Amazonas (Atlas do Meio Ambiente do Brasil,1996,p.128-129 e Gomes e Teixeira Neto,1993,p.40-42).

(5) Sobre este tema Leyla Perrone-Moisés publicou também a obra **Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505** (SP:Companhia das Letras,1992).

(6) O frontispício da reedição de Marburgo de 1557 continha um longo e “sugestivo’’ subtítulo: *“Descrição verdadeira de um país de selvagens nus, ferozes e canibais, situado no Novo Mundo, desconhecido da terra de Hessen antes e depois do nascimento de Cristo, até que, há dois anos Hans Staden de Homberg, em Hessen, por sua própria experiência os conheceu e agora publica aumentada e melhorada diligentemente pela segunda vez”* (Amado e Figueiredo, op.cit.,p.110). No Brasil primeira edição da obra de Staden deveu-se ao IHGB, em 1892. Posteriormente foi reeditada diversas vezes. Sua publicação mais recente foi realizada pelas editoras da USP e Itatiaia S.A. com o título **Duas Viagens ao Brasil** (Coleção Reconquista do Brasil, volume 17).

(7) Considerada monumento que a humanidade deve à cultura do século XVIII, a Enciclopédia é a representação emblemática da Filosofia das Luzes. Organizada por Denis Diderot (1713-1784) e por Jean Lerond d’Alambert (1717-1783) com o título original **Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Homens de Letras**, seu conjunto compreende trinta e cinco volumes, publicados entre os anos de 1751 a 1780. Escrita com a colaboração de intelectuais da época, entre eles Voltaire, Montesquieu, Rousseau e Buffon, os verbetes da Enciclopédia não foram elaborados como simples repositórios de informações gerais, mas fundamentavam-se no ideário enciclopédico que procurava demonstrar as ligações que se estabeleciam entre os diversos campos de conhecimento abordados. Em seu texto introdutório advertia Diderot: “A obra que começamos (e que desejamos acabar) tem dois objetivos: como *Enciclopédia***,** deve expor tanto quanto possível a ordem e o encadeamento dos conhecimentos; como *dicionário raciocinado* das ciências, das artes e ofícios, deve conter sobre cada ciência e sobre cada arte, quer seja liberal, quer seja mecânica, princípios gerais que lhe sirvam de base e os pormenores mais essenciais que são o seu corpo e substância” (Apud: Fortes, 1993,p.47).

(8) A palavra **metafísica** tem sua origem no grego, *tà metà tà physikà*, que significa além ou depois da física. Esta expressão passou a dominar, em dois milênios de tradição, a própria filosofia. Conforme Corbisier, não tendo qualquer conteúdo mítico, a lógica da metafísica na obra de Aristóteles é a procura da sabedoria ou teoria da verdade, fundamentada no "estudo da natureza ou da substância do ser [...] do real como tal, procurando deduzir de um princípio único e primeiro a pluralidade dos seres que constituem o universo". Reduzida as quatro palavras gregas a uma só na Idade Média - metafísica - a obra aristotélica foi reinterpretada e incorporada à escolástica cristã, numa tentativa de justificação do dogma pela razão, teologizando e portanto suscitando o pensamento mítico, pois que a escolástica preconizava por critério de verdade a fé, ou o dogma, e não a razão. Acrescenta o autor que a construção ideológica difundida pelo filosofia cristã de São Tomás de Aquino no século XIII (tomismo), utilizou o pensamento de Aristóteles a fim de justificar racionalmente a revelação cristã. Diz o autor: "materialmente dogmática e formalmente racional, a teologia tomista procura mostrar que a fé, embora independa da razão, não é propriamente irracional, mas super ou meta-racional"(1987,p.197-201 e 219).

(9) Passamos aqui alguns dados sobre os citados naturalistas:
- Zoólogo e botânico, **Carl von Linée** (1707-1778) foi o primeiro sistematizador da história natural, tendo criado os termos fundamentais desta ciência (como flora, fauna, mamíferos, entre outros). Embora sua crença religiosa o impedisse de negar a criação de todas as espécies por Deus, como fariam mais tarde Lamarck e Darwin, preparou, ao elaborar um sistema definitivo de classificação das espécies (taxionomia), o caminho a ser trilhado por aqueles cientistas. O passo decisivo para a botânica foi a padronização lineana da nomenclatura binominal, estabelecendo dois nomes latinos para distinguir espécie e gênero, além do princípio da *observação*, da *comparação* e da *proporcionalidade* entre as espécies a fim de estabelecer sua classificação.
-Contemporâneo de Lineu, o botânico, geólogo e entomologista, **Georges Louis Leclerc, conde de Buffon**, era membro da Academia de Ciências de Paris. Foi diretor do Jardin de Roi que, sob a sua direção transformou-se no Jardin des Plantes e, a partir de 1794, no Muséum National d'Histoire Naturelle, local que desde os seus primórdios reuniu imensa coleção zoológica, botânica, geológica, mineralógica e paleontológica. Com suas concepções sobre a influência do meio na degeneração das espécies e sobre a diferenciação das raças humanas, foi precursor de Lamarck e Darwin, lançando as sementes que gerariam as teorias evolucionistas. Entre seus vários trabalhos sobre a história natural destacam-se as obras **De la Manière d'Étudier et de Traiter l'Histoire Naturelle** (1749-1761), **Les Époques de la Nature** (1778) e **Théorie de la Terre** (1798-1808), em que antecedendo as gerações de naturalistas posteriores, das quais fez parte o próprio Humboldt, abandonou o empirismo cético de sua época para defender a tese de que a ciência não deveria se limitar unicamente às descrições exatas, apoiando-se unicamente em fatos particulares. Buffon afirmava que esse deveria ser um primeiro trabalho, mas em seguida "é necessário um esforço para elevar-se a qualquer coisa maior e mais digna ainda de nos ocuparmos, que é de combinar as observações, de generalizar os fatos, de ligá-los em conjunto pela força da analogia [...] esforço para chegar a este nível de conhecimento onde poderemos julgar que os efeitos particulares dependem dos efeitos mais gerais, e/ou poderemos comparar a Natureza com ela mesma em suas grandes operações" (Apud: Broc, 1974,p.192).
- **Antoine Laurent de Lavoisier** (1743-1794) além de dedicar-se ao estudo da química, da física, da astronomia e da matemática, também interessava-se pela botânica e pela biologia. Sua principal contribuição para o progresso científico foi a criação da nomenclatura racional química, exposta na obra **Traité de Chimie** (1789), que tomava como ponto de partida o elemento químico.

- Médico, botânico e zoólogo, **Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, chevalier de Lamarck** (1744-1829), foi um dos precursores da teoria da evolução das espécies, mais tarde desenvolvida por Darwin. Admirador de Rousseau, foi um dos fundadores do Museu de História Natural de Paris, onde, a partir de 1794, ocupou a cátedra de zoologia. Esse passo teve consequências históricas pois, entre os anos de 1801 a 1822 publicou, respectivamente, as obras **Système des Plantes** e **Philosophie Zoologique des Animaux sans Vertèbres** em que, refutando a teoria da imutabilidade da herança genética dos seres vivos então em vigor, expôs suas idéias sobre a evolução orgânica. Sua teoria dos *caracteres adquiridos e transmitidos hereditariamente* não foi aceita nos meios acadêmicos conservadores da época e seus opositores, liderados por Cuvier, o lançaram no ostracismo. A essência do pensamento de Lamarck ,entretanto, seria resgatada pelos darwinistas posteriormente.
- Médico e biólogo, **Georges Léopold Fréderic Dagobert de Cuvier, barão de Cuvier** (1769-1832), ocupou a cátedra de anatomia do Museu de História Natural de Paris e da Ecole Centrale du Panthéon, tendo sido um dos fundadores do Institut National de France (1795). Estabeleceu um sistema classificatório para o reino animal e as novas bases da anatomia comparada, preconizando dois princípios fundamentais para o equilíbrio dos organismos: o da *correlação de formas* (a alteração de uma única função provoca o desequilíbrio de toda a estrutura) e o das *condições de existência* (baseada na relação entre o ambiente e o organismo dos animais). Cuvier foi um ferrenho opositor da teoria de Lamarck pois, enquanto protestante, conservador e de espírito imbuído pelas tradições bíblicas, seus princípios religiosos e místicos iam de encontro às teorias evolucionistas, sendo antes de tudo um “fixista”, que preconizava a imutabilidade das espécies.

(10) Em sua investigação sobre a “arqueologia das ciências humanas”, Michel Foucault (1926-1984) registra duas grandes descontinuidades na *épistémè* da ciência ocidental, considerando dois momentos distintos que, a seu ver, romperam com os esquemas de pensamento precedentes: uma primeira cisão corresponde à inauguração da idade clássica, em meados do século XVII; a outra ocorreu no início do século XIX, inaugurando a *épistémè* contemporânea, momento que coincidiu com o intenso desenvolvimento das ciências naturais e com o surgimento das ciências do homem, determinando “o limiar de nossa modernidade”(Op.cit.,p.12). Sobre sua concepção de modernidade é interessante observar que ela difere temporalmente tanto da História, que a considera na renascença, quanto da Filosofia, que a concebe a partir do racionalismo instaurado por Descartes que, ao estabelecer um novo modelo de homem, colocou-o como fundamento do saber e do fazer.

(11) Jean-Jacques Rousseau desenvolveu o tema de seu Discurso a partir da questão colocada pela Academia de Ciências de Dijon que indagava qual era a origem da desigualdade entre os homens, e se ela era autorizada pela lei natural. Na primeira parte do Discurso Rousseau evoca o que ele denomina o “estado de natureza”- tratando-se mais de uma utopia, de uma forma ideal. Nesse estado o homem ainda não é social, e não será em natureza o que é em sociedade. No processo de transformação do estado de natureza (anterior) para o estado de sociedade (posterior), o homem já não tem possibilidade de voltar ao estado anterior. Ou seja, aquilo que fomos, já não podemos ser. Mas não existe no pensamento de Rousseau proposta de retorno ao estado de natureza, não se trata de retroceder, de “voltar a viver na floresta com os ursos”. Se o mito do “bom selvagem” se associou a ele, fica claro para o autor que o homem não é mau nem bom no estado de natureza - ele simplesmente é. Para Rousseau seria um equívoco atribuir-lhe pressupostos que são inerentes ao homem que vive em sociedade.

Ao preocupar-se com a compreensão da natureza humana, Rousseau utilizou o estado de natureza como referência para, na verdade, procurar o entendimento do

ser humano enquanto cultura. Recusou a definição tradicional da essência do homem como ser racional. Para ele os seres humanos, além da faculdade da perfectibilidade (possibilidade de aperfeiçoamento, de transformação, de disposição para mudanças) que os diferenciava dos animais, tinham também a consciência da liberdade, que move os seres humanos para acomodarem-se ou resistirem diante das condições circunstanciais: "portanto, não é o entendimento que faz entre os animais a distinção específica do homem, mas sim sua capacidade de livre agente", e a diferença não reside na razão, a dignidade da humanidade encontra-se na "consciência dessa liberdade que revela a espiritualidade da alma" (Apud: Lagarde et Michard,p.292-294). Assim o homem da natureza é uma ficção. Rousseau demonstrou que não existe uma essência permanente do homem, mas esse é produto da sociedade, da cultura. O homem é criação do homem, e o que atribuímos à natureza humana (valores morais, paixões, linguagem, existência política, etc.) são elaborados externamente, e não inerentes à espécie humana. São resultantes de um processo histórico, de uma evolução e da noção de liberdade.

(12) As posições radicais relativas ao continente americano fazem parte de uma primeira fase do pensamento de Buffon, revisto em parte posteriormente. Na maturidade, o naturalista abandonou suas explicações degenerativas e os nativos da América já não se diferenciavam tanto dos arrogantes europeus. Da sua antiga condição débil e imatura restou, conforme Gerbi, uma "certa preguiça contemplativa". Na obra **Époques de la Nature** (1778), Buffon assegurava que a América era um mundo jovem: "bem longe de ser degenerada pela senilidade; os habitantes eram selvagens mas não débeis nem degenerados, [...] em geral, todos os habitantes da América setentrional e os das terras elevadas da parte meridional, tais como o Novo México, o Peru e o Chile etc., eram homens talvez menos ativos, porém tão robustos como os europeus". Para o naturalista essas colocações referem-se às porções mais antigas e montanhosas da América (sic), não a regiões como as da Amazônia e das Guianas: "é verdade que há certas localidades da América meridional, sobretudo nas partes baixas do continente [...] terras mais novas [...] os naturais parecem ser menos robustos que os europeus: mas é devido a causas locais particulares" (Apud: Gerbi, op.cit.,p.130-131).

(13) A crença na existência das amazonas originou-se certamente nas representações simbólicas divulgadas pelos "testemunhos" dos antigos cronistas. A primeira expedição européia que, documentadamente, atingiu o Amazonas foi a do espanhol Francisco Orellana, que desceu o rio desde o Peru até sua foz em 1541, e lhe deu o nome que conserva até hoje. Frei Gaspar de Carvajal dela fez parte e inaugurou o mito das amazonas ao relatar ter sido a expedição atacada por mulheres altas, brancas e de longos cabelos quando navegavam pelas embocaduras dos rios Trombetas e Nhamundá: "nesse local, dimos de golpe en la buena tierra y señorio de Las Amazonas" (Apud: Mello Leitão, 1944,p.314).

Entre os anos de 1637 a 1638 a frota exploratória do português Pedro Teixeira percorreu o rio Amazonas de Santa Maria de Belém (antigo forte Presépio, fundado em 1606) até o Peru, retornando pela mesma rota. O jesuíta Cristóbal de Acuña, que desceu o rio nessa expedição com a incumbência de "descrever, com clareza, as distâncias em léguas, as províncias, as tribos indígenas, os rios e os distritos existentes, desde o primeiro ponto de embarque até a dita cidade do Pará" (Smith,1990,p.186), posteriormente escreveu suas memórias de viagem no livro **Novo Descobrimento do Rio das Amazonas**. Falando dos "povos fantásticos" dessa região, Acuña advertia, com respeito às amazonas: "Negar a existência das amazonas brasileiras seria o mesmo que faltar com a fé humana [...] só lanço mão do que ouvi com meus ouvidos e com cuidado averigüei desde que pusemos os pé neste rio, no qual não há geralmente coisa mais comum, e que ninguém ignora, que se dizer que nele habitam estas mulheres [...] não é crível que uma mentira se

pudesse ter enraizado em tantas línguas e tantas nações, com tantos visos de verdade" (Apud: Mello Leitão,op.cit.,p.468).

Em princípios do século XVIII o mito das amazonas ainda estava presente no imaginário dos viajantes. La Condamine, que empreendeu o mesmo percurso de Pedro Teixeira, confirmava as informações de Acuña: "As amazonas vivem na região da Serra do tumucumaque e nascente dos rios Oiapoque, Paru, Trombetas, Nhamundá [...] no nor- deste do Pará, norte do Amazonas e nas fronteiras com a Guiana Francesa, Suriname e Brasil "(Apud: Peret,1994,p.78-79). Este último, que realizou um estudo sobre o comportamento feminino de diversas tribos brasileira, acrescenta que os Waiana-Apaly, indígenas habitantes dessas regiões fronteiriças, ainda se recordam do antigo mito: "Existiram as "Olixiana" (guerreiras), que, em tempos remotos, levantaram suas aldeias em plena floresta, nos contrafortes da serra Tumucumaque, e faziam incursões para atacar seus vizinhos (inclusive os Waiana-Apaly) para conseguirem machos. Depois, deixavam-nos escapar ou matavam-nos. As meninas nascidas destas breves uniões viravam também guerreiras e os meninos eram levados para as proximidades das aldeias dos pais ou eliminados" (Id.ibid.,p.80).

Outro elemento significativo na história antiga região amazônica é a lenda do El Dorado, originada do mito de "um índio que se pintava de ouro e habitava um lago onde havia muito ouro". Marcando a cartografia da área com uma ficção geográfica de longa duração, esse lago então denominado Manoa, Parime ou Paititi conforme aparece principalmente em mapas datados do século XVI e XVII, localizava-se para alguns cartógrafos nas cabeceiras do rio Negro e teria atraído para suas cabeceiras e proximidades diversas expedições portuguesas também interessadas no apresamento e comércio de escravos indígenas. Humboldt o identificou em 1801 como sendo o lago Guatavita, na Colômbia (Ferreira, 1982,p.185-186 e Moreira Neto,1983,p.14-15). No mapa-múndi de Bartolomeu Velho, de 1561, configura-se como o unificador lago Eupana, de onde nasceriam os rios São Francisco e o Tocantins, por ele denominado "Pará" (Magnolli,1997, p.50). Para Holanda, tendo "encontrado guarida no sábio e austero tratado do naturalista Jorge Marcgrave de Leibstad (1648)", a recorrência da noção "de que o amazonas tirava suas águas de uma esplêndida e descomunal lagoa existente no íntimo do continente", povoava o imaginário dos bandeirantes do início do século XVII (1977,p.58-9).

(14) Apesar da inevitável circulação dos primeiros dados geográficos sobre o Brasil na Europa, a Metrópole portuguesa não via com bons olhos a divulgação de informações concernentes a sua colônia americana. Certamente foi este o motivo pelo qual proibiu a publicação dos relatórios dessas primeiras expedições. Os resultados da expedição de Martin Afonso de Souza, descritos no **Diário de Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530** por Pero Lopes de Souza, só foi publicado em 1837, por iniciativa de Francisco Adolfo Varnhagem (Garcia,1922,p.861). O mesmo ocorreu com o **Roteiro geral com largas informações de toda a costa, que pertence ao estado do Brasil, e a descripção de muytos lugares della especialmente da Baya de Todos os Sanctos,** título completo da obra de Gabriel Soares de Souza, só foi editado pela primeira em 1825 pela academia de Ciências de Lisboa. Sua primeira edição brasileira foi realizada somente em 1851, por Varnhagem (Midlin,op.cit.,p.38). Com o título **Notícias do Brasil**, esta obra foi publicada em São Paulo pela Liv. Martins,s.d., 2 vol., compondo a Biblioteca Histórica Brasileira, v.16.

A mesma política de censura à difusão de notícias sobre a colônia atingiu também a **História do Brasil**, escrita por frei Vicente de Salvador em 1627, só publicada no Brasil no final do século XIX (1889).

(15) O conceito *Uti possidetis*, com o qual o chanceler Gusmão sustentou o abandono diplomático do Meridiano de Tordesilhas que delimitava as possessões

luso-espaholas na América, é oriundo do direito romano e sua expressão completa é: "*Uti nunc possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto." (*interdito possessório; a posse legitimada e justificada por uma circunstância de realidade, pela ocupação efetiva). *Uti possidetis, ita possideatis:* como possuís, continuais possuindo (Magnolli,Op.cit.,p.74).

(16) De acordo com o Tratado assinado em Madri, Portugal cedeu a Colônia de Sacramento para os espanhóis além de reconhecer-lhes a posse das Ilhas Filipinas. Por seu lado, a Espanha aceitou a soberania portuguesa sobre os Sete Povos das Missões, assim como as margens orientais dos rios Paraná, Paraguai, Guaporé e Madeira.

(17) As novas fronteiras da Amazônia foram delimitadas pelos fortes Macapá, São Joaquim, São José de Marabitanas, São Gabriel e Tabatinga; a oeste, foram construídos os fortes Príncipe da Beira e Nova Coimbra e, ao sul, os fortes Iguatemí e Jesus, Maria, José (Teixeira Soares,1973,p.53-57).

(18) Com a morte de D. José I em 1777, D. Maria I subiu ao trono português e afastou Pombal, permitindo "a viradeira" que se estendeu até o final do setecentos, período de transição regressiva que extinguiu a legislação pombalina. Caído em desgraça, Pombal foi exonerado a seu pedido dos cargos que ocupava e, acusado de abuso de poder e peculato, foi processado em 1780 e considerado culpado. Devido a sua avançada idade, foi banido para sua quinta, onde veio a falecer em 1782.

Embora reconhecendo a modernização efetivada em Portugal por Pombal, a historiografia moderna contrapõe seu despotismo à autêntica mentalidade iluminista da época. Maiores informações sobre o período pombalino podem ser consultadas nas obra de Falcon (1982) e Saraiva (1983). Outra obra que trata deste tema é a de PALACIN,Luis. **Subversão e Corrupção: um Estudo da Administração Pombalina em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

(19) De acordo com Dean, cujo trabalho de pesquisa versa sobre a introdução e a domesticação de plantas exóticas no Brasil desde o período colonial até meados do século XIX, foi sob influência de Vandelli que se organizaram os primeiros hortos e jardins botânicos na colônia: "no Rio de Janeiro, em 1772, ligado a uma sociedade científica patrocinada pelo vice-rei Lavradio; em São Paulo, em 1779; em Belém, em 1796 em Salvador e Ouro Preto depois de 1802" (Id.ibid.,p.220).

(20) As Capitanias do Pará e do Maranhão foram organizadas à parte do restante da colônia, e administradas diretamente por Portugal. Em 1722 deu-se a separação das duas, constituindo-se as Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro, e Maranhão e Piauí, sendo que nessas últimas as atividades econômicas estavam centradas na pecuária, no cultivo do algodão e arroz (Costa,op.cit.,p.36).

(21) Garcia confirma esse fato, acrescentando com ironia que no **Catalogue Méthodique de la Collection des Mamifères du Muséum d'Histoire Naturelle (Paris,1851)**, organizado pelo naturalista Isidore Saint-Hilaire, filho de Geoffoy, o mesmo informa "ingenuamente" que a coleção formada por seu pai em Portugal em 1808 encerra um grande número de espécies brasileiras, denominando inclusive de *Inia geoffroy* a uma espécie de boto do Alto amazonas (1922,p.878). Melo Carvalho é ainda mais detalhista, informando que foram utilizadas por Saint-Hilaire em suas pesquisas 417 espécies, representadas por 592 exemplares e, sem fazer qualquer referência a Ferreira, o naturalista francês não só catalogou o boto vermelho do Amazonas acrescentando-lhe seu nome, mas ainda 15 espécies de primatas, o lobo guará e o rato Dactylomys I. Geoffroy, entre outros (Op.cit.,p.7).

Do lote saqueado por Geoffroy Saint-Hilaire, somente as memórias originais retornaram a Lisboa em 1814 (Belluzo,1994,vol.II,p.65). Em 1833, dezoito anos após a morte de Ferreira, o Museu de História Natural da Real Academia de Lisboa, para onde havia sido transferido o acervo do Museu da Ajuda, encarregou-se de organizar os trabalhos pertencentes à viagem ao Brasil, inclusive alguns manuscritos doados pela viúva do naturalista em 1815, e que se encontravam no arquivo do Jardim Botânico de Lisboa. Vindo para o Brasil, parte desse acervo se dispersou e outra foi resgatada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que já havia adquirido da França outros originais do lote furtado. Divididos e descontínuos, seus manuscritos foram editados pela Revista do IHGB (a **Viagem Filosófica** nos tomos XLVIII e XLIX) e pelo Arquivo do Museu Nacional (Mello Leitão,op. cit.,p.396-399).

As memórias antropológicas, zoológicas e botânicas da **Viagem Filosófica** foram reunidas em dois volumes, editados no Rio de Janeiro em 1972 pelo Conselho Federal de Cultura. As contribuições zoológicas da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira também podem ser consultadas em Vansolini (1996,p.192-205).

(22) O descobrimento do continente antártico (Antártida) só se efetivou no século XIX, com as sucessivas expedições científicas realizadas a partir de 1819. Bellingshausen, a serviço da Rússia, descobriu a primeira terra dentro do Círculo Antártico em 1821. Seguiram-no o americano Charles Wilkes (1838), o francês Dumont d'Urville (1840) e o inglês James Clark Ross (1841), que alcançou a latitude 78º 10' S em 1842. Este limite permaneceu até o final do século passado, quando diversas comissões científicas, financiadas por órgãos governamentais e por entidades privadas como a Royal Geographical Society, se interessaram em realizar pesquisas magnéticas e meteorológicas no continente austral. Competições pessoais e nacionais marcaram o caráter das explorações do final do século XIX e inícios do XIX às inóspitas regiões do Ártico e da Antártida. "O norte-americano Peary chegaria em primeiro lugar ao Pólo Norte em 1909, vencendo nesse desafio seus competidores britânico e escandinavo; o norueguês Amudsen atingiu o Pólo Sul em 1911, um mês antes do desafortunado britânico capitão Scott" (Hobsbawm,1992,p.30-31).

(23) Patrocinada pelo Almirantado inglês, essa expedição tinha por objetivo atualizar as cartas de navegação e fazer um amplo levantamento cartográfico do globo. Contratado como naturalista, essa viagem proporcionou a Darwin a oportunidade de explorar a fauna e a flora de diversas partes do mundo, fornecendo-lhe o material com o qual posteriormente iria elaborar sua teoria sobre a evolução das espécies, baseada na seleção natural como principal fator da evolução dos seres vivos (Desmond e Morris,1995,p. 109-110 e 123).

Na realidade as concepções evolucionistas já vinham se desenvolvendo desde o século XVIII tanto por geólogos, que aplicavam a idéia da evolução para explicar a dinâmica da estrutura terrestre, quanto por cientistas como Buffon, Lamarck e pelo seu próprio avô, Erasmus Darwin. Embora hipóteses vizinhas às de Darwin já estivessem sendo formuladas por cientistas oitocentistas, como as do naturalista inglês Alfred Wallace, foi Charles Darwin quem realizou cientificamente a síntese das idéias evolucionistas tanto de seus precedentes quanto as de seus contemporâneos (Claval,1972,p. 63). Darwin publicou em 1859 a **Origem das Espécies**, vinte anos após ter terminado suas pesquisas, onde só fez escassas sugestões sobre as origens do homem. Isso porque, apesar das progressivas descobertas científicas, o século XIX ainda era palco de resistências, não somente nos meios populares e eruditos, mas também no religioso. Conforme seus biógrafos Desmond e Morris, demoli-las foi um trabalho de persistência que teria minado sua saúde, tendo vivido um verdadeiro "inferno existencial", dividido entre suas convicções e a realidade da sociedade vitoriana a que pertencia. (Op.cit.,p.8-12) Só em 1871 publicou a **Descendência do Homem**, em que delineou os complexos estruturais-funcionais

que distinguem os homens dos antropóides. Reconhecendo a importância da razão, da vida social e da ordem moral no processo seletivo que conduziu ao homem, para Darwin os antropóides constituíam um ser natural do qual algum membro primitivo deste subgrupo deu origem ao homem. Tendo mudado radicalmente a maneira como os seres humanos se vêem no mundo, o esquema darwiniano da origem das espécies deu início à antropologia histórica que se desenvolveu posteriormente (Washburn e Howell,1980,p.187-188).

CAPÍTULO II

O (RE) DESCOBRIMENTO DO REINO TROPICAL PARA O MUNDO DA CIÊNCIA

Resultante do sigilo e do isolacionismo que orientava a política externa portuguesa, o vasto período que se estendeu do século XVI até os primórdios do XIX se caracterizou, inegavelmente, pelo pequeno número de estudos sistemáticos sobre o Brasil. Entretanto, no final da primeira década do oitocentos, essa situação se reverteu sensivelmente e, no cerne das circunstâncias vivenciadas pelo governo lusitano quando da forçada transferência da Corte joanina, juntamente com todo o aparato administrativo português para sua distante colônia americana, seu efeito imediato foi, certamente, o irreversível rompimento com o histórico exclusivismo metropolitano. Neste sentido, buscando conferir maior amplitude às discussões que estamos empreendendo, as considerações que faremos a seguir acerca do processo de deteriorização do sistema colonial e da realidade brasileira das primeiras décadas do século XIX se inserem na perspectiva de procurar compreender a suspensão desse exclusivismo e suas consequências, dentre as quais se reveste de maior importância para este trabalho a abertura do país para os estrangeiros. Dentre eles, interessa-nos particularmente aqueles que se inserem na categoria de naturalistas, cujas produções científicas e memórias de viagens pelo Brasil não só revelaram o país para o mundo exterior no oitocentos, como representam, atualmente, fontes documentais essenciais para o resgate de uma história que nos diz respeito, ainda que narrada do ponto de vista do europeu.

2.1. A FAMÍLIA REAL NO BRASIL: DA RUPTURA COM O EXCLUSIVISMO

COLONIAL À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO.

Como é por demais conhecido, diante da eminência da ocupação militar de Portugal pelo exército francês, a acuada Corte absolutista lusitana viu-se obrigada a emigrar para o Brasil devido a sua aliança com o Reino Unido da Inglaterra, então submetido ao Bloqueio Continental. Sem a menor possibilidade de enfrentar a tirania napoleônica, restou ao príncipe regente português, como única opção frente ao impasse de ter de submeter-se ao jugo francês, aceitar a ajuda que a Inglaterra mais lhe impunha do que propriamente oferecia para abrigar-se na segurança de sua colônia da América do Sul, assegurando assim a continuidade da ameaçada casa dos Bragança.(1) Este histórico acontecimento de novembro de 1807 provocaria, em curto prazo, transformações definitivas no quadro de isolamento e clausura em que se encontrava o Brasil há três séculos; podendo-se portanto, atribuir a circunstâncias externas a abertura do caminho que levou à implantação das mudanças políticas e econômicas que alteraram o panorama brasileiro das primeiras décadas do século XIX, transformando irrevogavelmente as relações até então mantidas entre a metrópole portuguesa e sua colônia americana.

> "O Brasil, sustentáculo do reino, torna-se seu refúgio, com imediatas consequências sobre a própria estrutura do reino, mal seguro e flutuante sem os recursos americanos, suas rendas, tributos e comércio [...] Emigrava a corte, seu ouro e seus diamantes, com metade do dinheiro circulante, frustada por não poder arrecadar a prata das igrejas [...] Portugal ficaria entregue a uma regência, o Brasil seria, desde logo, um 'novo império', de acordo com a força dos acontecimentos " (Faoro, op.cit., p.248-249).

Assim, no bojo de um processo que se caracterizou por contínuas rupturas, nos primeiros cinqüenta anos do século passado o país foi palco de uma série de acontecimentos conjunturais que o iriam levar, não somente a abrir-se para o mundo exterior revelando suas potencialidades, como a definir-se enquanto entidade nacional e política. Ao fim das duas primeiras décadas em que viveu seus últimos dias de colônia seguiu-se o fim do reinado de D. João VI, o início do reinado de D. Pedro I, a proclamação da Independência com a

instauração do Império Brasileiro sob a égide da monarquia unitária dos Bragança, a abdicação de D. Pedro I, o período regencial, as revoluções separatistas, a ascensão de D. Pedro II ao trono e, finalmente, o processo de afirmação do Brasil como Estado-Nação, que se estendeu por todo o oitocentos.

Para Becker e Egler, o fim da era colonial brasileira ocorreu antes mesmo da proclamação da Independência, circunscrevendo-se de fato na primeira resolução tomada por D. João VI quando chegou ao Brasil, fugindo das tropas da Napoleão. Ao ato de abertura dos portos "às nações amigas", decretado em Salvador a 28 de janeiro de 1808, que rompeu com trezentos anos de exclusivismo colonial, base em que se assentava o domínio português colonial, seguiu-se a instalação da Corte e do aparato administrativo-burocrático e militar português no Rio de Janeiro em 8 de março do mesmo ano, estabelecendo o marco do novo período econômico, político e cultural da colônia, desenvolvido sob a hegemonia inglesa (Op.cit,p.54-55).[(2)]

A Inglaterra foi, com efeito, a principal beneficiária dessa medida comercial "liberalizante" decretada pelo príncipe regente. Bloqueados os mercados ingleses por Napoleão, os portos brasileiros eram a solução para o escoamento de uma enorme quantidade de mercadorias que se acumulavam em seus armazéns. Consequentemente, a cobrança pela segurança da viagem da família real para sua colônia de ultramar não se fez esperar: atrás das fragatas da Armada Real Britânica, que colocaram o governo português em total dependência da Inglaterra, vieram imediatamente os navios mercantes "que se lançaram ao Brasil como um viajante sedento a um oásis [...] o preço pago pela manutenção da coroa de D. João VI foi a abertura dos mercados brasileiros ao comércio internacional"(Caldeira,1995,p. 73).

De outra parte, paralelamente à pressão inglesa pela obtenção de privilégios comerciais devido à sua aliança com a casa dos Bragança, essa deliberação se revestiu de um caráter de necessidade, haja vista o entreposto alfandegário português estar ocupado pelas tropas francesas, justificando-se, portanto, a urgência da transferência da arrecadação das cobranças tarifárias para a colônia, a fim de obter os recursos necessários tanto para a manutenção da Corte, como para a implantação da "nova capital" da monarquia portuguesa. Assim, a extinção do pacto colonial baseado no monopólio metropolitano sobre o comércio foi condição necessária para que o Brasil pudesse realizar sua

produção mercantil e constituísse um mercado para os produtos industrializados estrangeiros.

De acordo com Fausto, frente ao contrabando que já se realizava entre a metrópole e a colônia, “a abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento” (Op.cit.,p.122). Esta também é a interpretação de Prado Jr., que assim resume a assinatura do decreto que franqueou o Brasil ao comércio internacional:

> “[...] a medida foi aliás tomada em caráter provisório (o texto do decreto o declara expressamente); e isto já mostra que não foi ditada por nenhuma alta consideração política ou por uma nova orientação imprimida deliberadamente aos negócios coloniais, mas por simples contingências imperiosas do momento. Manter-se-á em vigor mesmo depois que os exércitos napoleônicos são definitivamente expulsos do território português (1809); mas isto é porque já não era mais possível voltar atrás” (1987,p.127).[3]

Embora seja inegável o fato de que a presença material e intelectual inglesa tenha marcado o Brasil do século XIX, principalmente em sua primeira metade, as consequências da instalação do Estado português em sua colônia americana devido à situação desfavorável da Europa não se resumiram somente às questões comerciais advindas dos privilégios cambiais especiais concedidos à Inglaterra, que acabaram por determinar a preponderância do domínio britânico. Paralelamente outras decisões foram tomadas, sendo também responsáveis pela transformação irreversível das antigas feições da colônia. Exemplo disto foi o modelo emancipatório adotado com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815, logo após o Congresso de Viena. Embora esse ato tenha extinguido definitivamente o estatuto colonial, indo ao encontro do projeto reformista ilustrado de unidade do império atlântico português, “absolutamente não encerrava o sentido de ruptura com a “*mãe-pátria*”, ou seja, com o Reino de Portugal” (Lyra,1995,p.175).

Isto porque, embora fossem cada vez mais evidentes os indícios de que o período colonial estivesse em franco declínio, devido à falência econômica do império português frente aos novos interesses da burguesia comercial européia decorrentes da dupla revolução por ela orquestrada (Revolução Industrial e Revolução Francesa) e que definiram o novo sistema econômico

dominante, maximizado no decorrer do século XIX, a Corte, estabelecida no Brasil desde 1808, persistia em seu propósito de manter uma monarquia dual e de bases conservadoras. Esta mentalidade iria persistir até mesmo às vésperas do memorável setembro de 1822 pois, "a idéia da Independência não implicava subversão da ordem [...] e de maneira definitiva [...] só se apresentou no último momento, imposta pelos atos recolonizadores das cortes portuguesas" (Costa,1977,p.75-76).

Sobre o exclusivismo metropolitano, é interessante anotar que, por ocasião da vinda da Corte lusitana, os traficantes brasileiros de escravos já haviam aberto uma brecha naquele fechado sistema. Como é assente, a exportação de produtos tropicais e de ouro para o mercado internacional, bem como o tráfico de escravos por via marítima constituíram os elementos essenciais do comércio colonial. Em princípio o tráfico negreiro era praticado por portugueses da Metrópole, por ingleses, franceses, espanhóis e holandeses. Porém, segundo esclarece Florentino, os brasileiros gradativamente conseguiram nele penetrar, derrubando a interdição ao comércio de longo curso e, investindo por conta própria nos negócios de importação e exportação relacionados com o escambo (tecidos de Goa, armas européias, aguardente e tabaco da colônia), competiram vantajosamente no fornecimento de "peças d'África" para as principais praças brasileiras.

A partir da primeira década do oitocentos, após o desaparecimento da concorrência com a retirada dos países europeus do comércio de escravos, esses comerciantes residentes que se nutriam dos mecanismos de reprodução da hierarquia excludente cuja viabilização passava pelo tráfico atlântico, embora agindo na ilegalidade, tornaram-se ainda mais poderosos. Acrescenta o autor que essa comunidade mercantil de "relevantes cabedais" formava uma classe bem relacionada, desfrutando de prestígio social e cujos lucros,

> "[...] permitiam aos traficantes desfrutar de um papel ímpar na hierarquia sócio-econômica colonial: o mercador de almas era a própria elite da formação colonial como um todo, o que lhe permitia influenciar decisivamente nos destinos da política interna e externa do Estado [...] sua enorme capacidade de acumulação , combinada com a intimidade com o poder (sobretudo através do pertencimento à Ordem de Cristo, da família real) lhes permitiram

> não somente a obtenção das melhores oportunidades econômicas, como enfrentar a questão chave da época, as pressões britânicas pelo fim do tráfico”(1995,p.23 e 220).

Ao nosso ver, é imprescindível registrar como as pesquisas contemporâneas têm contribuído para o conhecimento do que representou o tráfico e a escravidão na formação histórica do povo brasileiro. Neste sentido, é importante não olvidar que, inequivocamente, o sistema escravagista, enquanto forma de exploração do trabalho e da natureza, foi o atributo dominante sobre o qual se assentaram as preponderantes atividades produtivas e as relações sociais delas decorrentes realizadas no Brasil e que, ao se estenderem temporalmente do primeiro século de colonização até as vésperas da proclamação do regime republicano, deixaram cicatrizes indeléveis na memória de nossa identidade histórica.

De fato, ao analisar a hierarquia sócio-econômica brasileira, em particular referindo-se ao período colonial até meados do século XIX, os pesquisadores clássicos, de modo geral, ressaltam o trabalho escravo como um dos seus traços definidores. Todavia, nem todos atentam para a realidade de que os aspectos econômicos das relações escravistas não dão conta da dissimulação a elas subjacente, ou seja, para desdobramentos destas relações excludentes que orientaram nossa organização sócio-espacial, enquanto relações de poder. Nesse sentido, nunca é demais lembrar que o Brasil, antes de se tornar este “país plural em seu ser histórico, culturalmente enraizado sob o signo de um surpreendente entrelaçamento de elementos étnicos, lingüísticos e existenciais de diferentes origens” (Reale,1996), foi um país de senhores e de cativos, fundamentado na apropriação de seres humanos através da brutalidade e da coerção. Daí a procedência da contundente afirmação de Ribeiro:

> “Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou [...] descendentes de escravos e de senhores seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós [...] a mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista” (1995,p.120).

Para o observador de hoje é evidente o entendimento de que as

bases de nossa formação econômica e social colonial foram alicerçada por uma camada hegemônica, formada por homens livres e proprietários de bens e escravos que buscavam sua identidade sublinhando as diferenças entre si e os dominados, ressaltando inclusive a inaptidão dos homens livres como justificativa e legitimação do regime compulsório de trabalho (Mello e Souza,1986,p.218-219). Acrescente-se ainda que as relações escravistas não estavam somente construídas na relação hierárquica entre senhores e cativos, mas também reiteravam a diferença entre o proprietário e os "outros", ou seja, os homens livres não proprietários. Em outras palavras, o sistema escravista destinava-se a reproduzir o status, o prestígio e o poder uma elite enquanto tal, diante de toda a sociedade colonial.

Ilustação15- **Comerciante de Minas Regateando** (W. Read). Representando o constrangedor comércio escravagista o enfoque do artista é explicitamente preconceituoso, apontando o negro inferiorizado diante do branco, padrão ideal de raça e cultura.

De acordo com Florentino, o tráfico "de almas" para o Brasil além de altamente lucrativo, sempre fora intenso, chegando a desembarcar em portos brasileiros entre os séculos XVI e XIX cerca de quatro décimos dos africanos importados pelas Américas, seguido do Caribe Britânico, segunda área receptora, com pouco menos da metade desta cifra.(4) Esta mesma cifra, de cerca de 3,6 milhões de escravos, é adotada também por Mattoso, para quem estes números, apesar de baseados em dados incompletos, detêm a unanimidade entre os historiadores que atualmente se debruçam sobre o problema: "o Brasil teria, pois, importado 38% dos escravos trazidos da África para o Novo Mundo" (1990,p.53).

Embora os cálculos sobre os africanos transportados para o Brasil variem muito, mesmo porque aos registros das entradas não é possível contabilizar o volume daqueles que fugindo às estatísticas oficiais chegaram via contrabando, "estima-se que entre 1550 e 1855 entraram em portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua maioria do sexo masculino" (Fausto,op.cit.,p.51).(5) Este fator aliado às insustentáveis condições de existência dos cativos e às baixas expectativas de vida, explicam, em parte, o alto índice de mortalidade e o "praticamente negativo índice de reprodução biológica e de relações parentais entre os escravos" (Florentino,op.cit.,p.65).

Dados estatísticos avaliam em 1 895 500 o número de africanos transportados para o Brasil até 1780 (IBGE,1990). Embora nossa intenção não seja outra que procurar compreender a extensão do drama que representou o

tráfico, e como lamentavelmente as contabilidades não coincidem, a título de exemplo tomamos o levantamento realizado por Conrad (1970). Segundo este autor, em 1789 a população total da colônia era de 3 248 000 habitantes e o número de cativos na ordem de 1 582 000. Levando-se em consideração que a população livre, estimada em 1 666 000 incluía não somente os reinóis e mestiços (1 010 000), mais também índios (250 000) e forros (406 000), conclui-se que a participação dos escravos correspondia à metade da população total e era superior à população branca e mestiça (Apud:Becker e Egler,op.cit.,p.51). Excetuando o número da população indígena, estas estimativas se aproximam das de Ribeiro, para quem em 1800 os "brancos do Brasil" eram 2 000 000 e o de escravos 1 500 000 (Op.cit,p.151).[(6)] A partir destas cifras pode-se deduzir a dimensão trágica que representou a escravidão e concluir que, inegavelmente, o país era praticamente uma terra assentada na "produção social do estrangeiro", profundamente "marcada por altos graus de desarraigo social, mediante a incessante introdução de forasteiros" (Fragoso e Florentino,1993,p.3).

Às vésperas da Independência (1816-1817), a população total do Brasil era de 3 600 000 e os escravos perfaziam um total de 1 900 000 (Toledo, 1996,p.54). Com a vinda da família real e a concomitante abertura da colônia ao comércio internacional, o movimento do tráfico negreiro nos portos brasileiros se elevou ainda mais nas primeiras décadas do oitocentos. De acordo com Florentino, entre 1811 e 1830 chegaram a entrar, só no porto do Rio de Janeiro, 1190 navios negreiros (Op.cit.,p.57). Certamente esse aumento do volume de entradas dos tumbeiros pode ser atribuído a dois fatores: o primeiro relaciona-se à euforia que se seguiu à instalação da corte dos Bragança que provocou o crescimento dos negócios e, por extensão, da própria economia escravagista; o segundo, com a perspectiva já então vislumbrada da interdição definitiva desse comércio transoceânico.

Isto posto, parece-nos ainda importante acrescentar que a desumana captura e transferência forçada de cativos africanos para realizar o duro trabalho no eito, na mineração e mesmo nos centros urbanos onde "tratados como besta de carga exaurida no trabalho", enfrentando "precaríssimas condições de sobrevivência" (Ribeiro,op.cit.,p.232), foi uma prática que também se consolidou na mentalidade de que trabalho era algo que se obrigava o outro a fazer. Referindo-se tanto à escravidão indígena quanto à negra, Monteiro assinala

a postura depreciativa e o desdém ao trabalho manual como o nexo de convergência entre “a mentalidade colonial referente ao trabalho e o anseio de prosperidade que dava sentido à Colônia” (Op.cit.,p.136).

Ilustração16- **Mercado de Negros.** Apesar de representar o destino adverso imposto aos africanos, esta pintura de Johann Moritz Rugendas atenua a desumanidade do comércio escravagista, sugerindo mais uma espécie de cena de acampamento, onde os negros convivem harmoniosamente.
Ilustração17- **Inspeção de Negras Recentemente Chegadas da África** (Paul Harro-Harring). Contrastando com a ilustração acima, esse trabalho está mais próximo da realidade desonrosa do comércio de escravos, pondo em evidência a condição de objeto a que o negro foi reduzido.

Nesta perspectiva, nunca é demais lembrar que a visão de mundo transposta da Europa para a colônia fundamentava-se na idéia que os outros seres humanos eram inferiores, o que justificava tratá-los como meras mercadorias, como investimentos destinados a produzir o máximo de lucros, forjando, daí, a concepção de que liberdade é o inverso do trabalho. Essa mentalidade era um efeito visível da própria estrutura da sociedade colonial que, no início do século XIX, ainda era marcada pela escassa mobilidade social e por subordinações praticamente irremovíveis, conferindo poder e status social aos proprietários de escravos quer na prática da vida cotidiana rural ou urbana.

> “A ostentação de opulência ou só de bem-estar devia ser perseguida com tenacidade por quem não quisesse passar por pobre ou miserável [...] e o ócio, ou a demonstração social do ócio, era o mais importante signo da abastança, ou de conforto, ou de ‘vida digna’ de quantos pudessem ter escravos para mostrar poder, para dispor de maior tempo em seu trabalho ou simplesmente para sustentar-se. A posse do escravo seria, portanto, imprescindível para alardear um altivo desprezo pelo trabalho” (Araújo,op.cit.,p.95).

A estrutura da formação econômica e social colonial, cujo nexo era o sistema escravista de produção, naturalmente apresentou configurações espaciais específicas, condizentes com as diferentes fases de ocupação e exploração. No início do século XIX, contando com uma população estimada em pouco mais de 3,5 milhões de habitantes que se distribuíam irregularmente no imenso território que se estendia do Amazonas ao Prata [(7)], a organização do espaço produtivo, novamente marcado pela agroexportação, mais uma vez voltou-se para o antigo padrão de ocupação orientado para a diversidade entre “marinha” e “sertão”. Vivenciando uma fase de refluxo populacional em direção ao

litoral motivado pela decadência da mineração, grande parte da população (cerca de 60%) voltou a concentrar-se nas proximidades da faixa costeira, onde estavam localizadas as *plantations* açucareiras e as principais vilas e cidades portuárias coloniais. Simultaneamente, nos imensos vazios demográficos dos sertões permaneciam em estado letárgico uma miríade de rarefeitos núcleos urbanos surgidos na fase aurífera da economia colonial que, com raras exceções, configuravam-se por uma sociedade rude e inculta que, isolada, tendeu a se ruralizar, sobrevivendo basicamente da pecuária extensiva, do extrativismo e da agricultura de subsistência.

Essa era a realidade que marcava tanto as relações sociais de produção como a organização espacial brasileira quando da vinda da Corte portuguesa e de sua "imensa comitiva avaliada em cerca de 10.000 pessoas" (Prado Jr.,op.cit.,p.126).[(8)] De acordo com a bibliografia consultada, é possível concluir que sua transferência para o Brasil teve o significado singular de uma obra quase "nacionalista", contribuindo para a consolidação da unidade nacional e para a condução da antiga colônia à independência, sem o desmembramento do patrimônio territorial brasileiro quando da fundação do império em 1822. Por mais surpreendente e paradoxal que isto possa parecer, coube à metrópole portuguesa, como principal tarefa, suscitar as bases econômicas da futura nação. Mesmo porque, sua simples presença no Brasil, enquanto governo, implicava um aparelhamento político e administrativo condizente com a estrutura da Corte portuguesa que, apesar das circunstâncias desfavoráveis, ainda se entendia como nação soberana.

Por conseguinte, do conjunto das iniciativas tomadas a partir da presença do aparato político, jurídico, militar e ideológico português em terras brasileiras durante o período joanino (1808-1821), o soerguimento econômico da "Nova Luzitânia" (mito que se construiu em torno da idéias da possibilidade de harmonia nas relações entre Portugal e Brasil e que, na realidade, ocultava a própria crise do sistema colonial, já em curso desde a eclosão dos movimentos nativistas e inconfidentes inspirados na Revolução Francesa) foi um dos alvos de maior interesse da administração recém-instalada. Embora novas deliberações neste sentido tenham sido efetivamente aplicadas, desde o começo ficou claro a impossibilidade de beneficiar a colônia em sua totalidade, não somente pela diversidade de sua enorme extensão territorial ainda não dominada pelo

conhecimento, como pela própria prática do sistema produtivo até então comandado pela Metrópole, que sempre cuidara de impedir a introdução de novas tecnologias e a qualificação da mão-de-obra obra disponível.

Estando praticamente extinta a fase mineratória, base de sustentação da economia brasileira do século XVIII, novo impulso foi dado à concessão de sesmarias a fim de incentivar a produção agrícola. No leque das medidas tomadas com o aval do governo, paralelamente à revitalização das culturas já tradicionais e dando continuidade à política setecentista de introdução e aclimatação de novas espécies, foi reativado, em 1809, o Horto Real (criado em 1779), hoje Jardim Botânico do Rio de Janeiro, além da instituição, em 1812, da primeira escola agronômica do país sediada na Bahia (Szmrecsányi,1990,p.25 e Dean, op.cit.,p.223). À oportunidade, parece-nos importante lembrar que uma das primeiras iniciativas tomadas por D. João, quando de sua chegada ao Brasil, foi a de decretar a invasão militar da Guiana Francesa em represália à afrontosa ocupação da Metrópole. Tal qual os franceses haviam feito com o acervo de Alexandre Rodrigues Ferreira reunidos no Real Museu d'Ajuda de Lisboa, o então príncipe ordenou a transferência das espécies do Jardim Botânico de Caiena para jardins botânicos já existentes em Belém e Salvador e para o recém-criado em Pernambuco.

Esse momento em que se procurou, ainda que parcialmente, reorganizar o espaço agrário brasileiro, é comumente denominado de "renascimento agrícola". Na realidade, conforme já tivemos oportunidade de comentar, uma política voltada para o fortalecimento da agricultura já vinha sendo praticada desde as últimas décadas do século anterior, particularmente com o retorno da primazia das tradicionais *plantations* açucareiras da zona da mata nordestina. Concomitantemente, como alternativa para exportação, também foram incentivadas as culturas de algodão e arroz no Maranhão. Estas últimas, entretanto, só vivenciaram um fugaz momento de euforia em razão da "modificação no mercado mundial de produtos tropicais, provocado pela guerra de independência dos EUA e logo em seguida pela revolução industrial inglesa" (Furtado,1989,p.91).

Nos primeiros decênios do oitocentos, a despeito do empenho em dar ânimo à produção açucareira que, gradativamente, iria substituir a cana crioula pela mais rentável cana caiena trazida da Guiana Francesa (1809) e,

ainda, pela reformulação dos processamentos técnicos dos antigos engenhos bangüês nordestinos movidos à força animal pelos hidráulicos, a produção não alcançou os resultados almejados. Apesar do esforço oficial em estimular a produção, incentivando inclusive a diversificação de sua área de cultivo que alcançou o planalto paulista e o norte do Rio de Janeiro, seu “relativo insucesso” deveu-se em grande parte à concorrência externa.

De qualquer modo, se num primeiro momento a política agrícola beneficiou as regiões agrárias mais antigas da colônia, foi somente depois da abertura dos portos e da subseqüente emancipação política do país que se verificou o sucesso da agro-exportação. Aproveitando-se da demanda do café no mercado internacional, o eixo dominante da economia deslocou-se para a região sudeste, que passou a cultivá-lo sistematicamente tornando-se, em poucas décadas, o principal produto da pauta das exportações brasileiras. Esta análise coincide com a seguinte afirmação de Moreira:

> “É com o desenvolvimento e consolidação da cafeicultura, no entanto, que realmente se dá o renascimento agrícola [...] Depois de se espalhar pela vertente atlântica da serra do Mar, o café logo atinge a vertente oposta, ganhando o médio vale do Paraíba, de onde se espraiará pelas áreas vizinhas dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, aí se instalando até cerca de 1850, quando sobe o planalto paulista rumo às terras roxas, onde chega por volta de 1870, ao alcançar Ribeirão Preto (1990,p.30).

Contudo, necessário se faz acrescentar que o estímulo econômico trazido pela liberdade comercial resultante da transferência da Corte para o Brasil não se limitou somente ao incentivo à agricultura. Nesse período em que se processaram muitas mudanças na política externa e interna, numa clara tentativa de retirar o país do exclusivismo, do isolamento e do atraso material em que vegetava, foi revogado o Alvará Real de 1785 (que sob o governo de D. Maria I ordenara a proibição da indústria têxtil e declarara extintas e abolidas todas as fábricas), demonstrando que a nova mentalidade liberal instalada também foi responsável pelo apoio à manufatura. Essa iniciativa também não alcançou os resultados esperados, devido à própria realidade da estrutura escravocrata colonial, fundamentada na agricultura de exportação, na de subsistência e numa

incipiente atividade artesanal que se caracterizavam pelo baixo nível tecnológico.

Deparando-se com a concorrência dos produtos importados estrangeiros, frustaram-se tanto as pequenas manufaturas artesanais, entre elas destacando-se as têxteis, como as empresas metalúrgicas, apesar de instaladas com o aval do governo que, inclusive, facilitou a contratação de técnicos estrangeiros, como os alemães Eschwege, Feldner e Varnhagen (Prado Jr.,op.cit.,p.135-136). Diante do contexto econômico brasileiro da primeira metade do século XIX, cujas condições inviabilizavam qualquer tentativa de reorganização de seu espaço produtivo pela via da industrialização, a solução se resumiu em incrementar as exportações primárias, que, apesar de fortemente dependente do mercado externo, seriam, ainda por muito tempo, praticamente as únicas fontes geradoras de divisas para o país. Sobre esta questão, acrescenta Furtado:

> "Fomentar a industrialização nessa época, sem o apoio de uma capacidade para importar em expansão, seria tentar o impossível num país totalmente carente de base técnica. As iniciativas de indústria siderúrgica da época de D. João VI fracassaram não exatamente por falta de proteção, mas simplesmente porque nenhuma indústria cria mercado para si mesma, e o mercado de produtos siderúrgicos era praticamente inexistente. O pequeno consumo do país estava em declínio com a decadência da mineração, e espalhava-se pelas distintas províncias exigindo uma complexa organização comercial. A industrialização teria que começar por aqueles produtos que já dispunham de um mercado com certa magnitude, como era o caso dos tecidos, única manufatura cujo mercado se estendia inclusive à população escrava. Ocorre, porém, que a forte baixa de preços dos tecidos ingleses [...] tornou difícil a própria subsistência do pouco artesanato têxtil que existia no país" (Op.cit.,p.105-106).

Todavia, a par das políticas que visavam ao soerguimento da economia, além do agravante de não atingirem o país como um todo, acrescente-se o fato de que não havia nenhuma intenção de modificar o sistema agroexportador existente, fundamentado nas relações escravistas de produção. Em outras palavras, para aqueles que defendiam as idéias liberais que, inequivocamente, marcaram o contexto em que se realizou a independência

política do Brasil, cuja população era constituída por uma maioria de escravos e miseráveis e de uma minoritária elite agrária e comercial, interessava mais o término dos laços coloniais do que propriamente romper com a arcaica estrutura de uma consolidada sociedade escravagista, que se manteria até a penúltima década do século passado. Costa é quem melhor define o caráter singular do liberalismo da época:

> "Liberalismo significava nesta fase a liquidação dos laços coloniais. Não se pretendia reformar a estrutura colonial de produção, não se tratava de mudar a estrutura da sociedade: tanto é assim que em todos os movimentos revolucionários se procurou garantir a propriedade escrava. Do que se cuidava era libertar o país do jugo das restrições coloniais" (Op.cit.,1977,p.93).

De outro lado, essas medidas, ditas liberalizantes, muito cedo demonstraram sua incapacidade de resolver os conflitos internos causados pela nova conjuntura. Tudo indica ter sido este o motivo da ambigüidade de D. João VI que oscilava "entre a necessidade de liberalizar a economia e manter os interesses nacionais" (Id.ibid.,p.79-80). Entre as elites regionais, que confinadas em suas fazendas e engenhos constituíam um patriarcado rural, esse movimento também se revelou pelo atrito entre as iniciativas centralizadoras da administração joanina que privilegiava o Rio de Janeiro em detrimento do interior, além do repúdio ao pagamento de impostos e ao recrutamento militar.

Assim, dos descontentamentos internos, gerados pela contradição entre os interesses dos grupos sociais dominantes e a Metrópole, surgiu o movimento "nacionalista e patriótico" de emancipação sediementado nessas idéias liberais e defendido por uma minoria "ilustrada", isto é, uma minoria proprietária de terras cuja estrutura mental fundamentava-se numa escala de valores onde ser rico e proprietário representava a possibilidade de independência de opinião, prestígio social, signo de mérito e capacidade intelectual. Argumentando que o projeto de descolonização envolveu questões cruciais que iam da autonomia institucional e financeira, à forma de governo e ao regime de trabalho, afirma Motta:

> "Novos personagens entraram em cena: a Nação, o Povo, a Pátria ... e o comércio internacional [...] Venceram a monarquia e as lideranças escravocratas, que trataram de organizar um

> império “liberal”. Foram vencidos os ideais republicanos. Ao longo do século articulou-se um complexo e duradouro sistema oligárquico que nem mesmo a proclamação da República destruiria”(1996,p.36).

À oportunidade, é necessário relembrar que a construção da sociedade e do espaço colonial forjara-se historicamente na concepção de que o poder originava-se da propriedade fundiária, cuja ocupação, desde o início da colonização, sempre fora a principal motivação. Não foi por acaso que o sentimento patriótico forjado no interior da condição de ser proprietário tenha dado suporte às manifestações anti-metropolitanas e, por extensão, que o projeto de emancipação política tenha tido um caráter muito mais anti-colonialista do que propriamente nacionalista. Por conseguinte, não há como negar o fato de que o processo de constituição do Estado-Nação de 1822, do qual o povo não participou, foi manipulado tanto pelos interesses da Corte absolutista, que já perdera espaço para uma emergente burguesia, quanto pela elite política promotora da independência que “não tinha interesse em favorecer rupturas que pudessem pôr em risco a estabilidade da antiga colônia” (Fausto, op.cit.,p.146). Esta mesma análise é feita por Reis, para quem,

> “[...] a presença óbvia de detentores do poder controlando latifúndios de características quase autárquicas favoreceu uma estratégia de construção de Estado baseada na aliança entre a autoridade central e proprietários rurais (1988,p.191).

Não surpreende, portanto, o fato de que a aceitação da manutenção do regime monárquico pelos grandes proprietários tenha sido a solução para a sustentar tanto o monopólio das terras como o sistema escravista, já sob pressão externa. A transição da América lusitana para um Brasil independente realizou-se como um processo essencialmente conservador, tanto na sua dimensão política como territorial, apoiando o projeto do estabelecimento de um império aristocrático e escravagista. Resultado de circunstâncias historicamente determinadas pelo jogo de forças sociais externas e internas, o processo de libertação dos grilhões coloniais que elevou o Brasil à condição de Nação politicamente autônoma, ao priorizar a formação de um Estado fortemente centralizado em detrimento de ideais nacionalistas, adquiriu as feições de sua classe dominante.

Único país da América do Sul a adotar o sistema monárquico como forma de governo após a independência [(9)], o grande desafio do Império Constitucional do Brasil foi o de consolidar um centro de poder, tendo em vista as dificuldades em administrar um vasto território escassamente povoado, de frágil integração regional e onde sucessivas revoltas separatistas organizadas por grupos alijados do poder e que questionavam o escravismo, a grande propriedade e a política que impedia a autonomia das províncias tinham de ser sufocadas. As primeiras décadas do Império foram turbulentas, particularmente durante o período Regencial (1831-1840) quando, no rastro deixado pela Revolução Pernambucana (1817), eclodiram diversas insurreições provinciais, cuja derrota tornou-se condição para a consolidação do Estado e da unidade territorial.

Contudo, é inegável que desde a transmigração da família real o Brasil já vinha ganhando uma outra dimensão, inclusive diminuindo seu "distanciamento" em relação à Europa. Isto porque no bojo das transformações efetivadas pela nova administração que alteraram sensivelmente o estatuto da ex-colônia, de um lado havia a necessidade urgente de promovê-la externamente em função das trocas comerciais e, de outro, a própria presença da Corte instalada no Palácio de São Cristóvão exigia imprimir-lhe aparência metropolitana prestigiando, por conseguinte, o *locos* do governo. Em função disto, uma série de medidas foram tomadas em relação à cidade escolhida como sede da monarquia lusitana que passou a abrigar "novos habitantes imigrantes, não apenas portugueses mas espanhóis, franceses e ingleses que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados" (Fausto,op.cit.,p.126). De acordo com Dias:

> "Configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações próprias de uma colônia de povoamento e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam de viver e, para sobreviver, explorar os enormes recursos naturais e as potencialidades do Império nascente"(1972,p.182).

No Rio de Janeiro, cidade litorânea acanhada, sem conforto e que passaria a ter foros de dupla capital, a par da vinda de ministros, conselheiros, juizes, funcionários públicos, membros do alto clero e suas instituições correspondentes, também se instalaram oficiais da marinha e do exército e suas

respectivas famílias. Por conseguinte, se fazia urgente criar condições para acomodar toda essa gente. Ao lado disso, era mister retirar a cidade do marasmo material em que se encontrava, o que aliás era a marca da colônia como um todo. Neste sentido, além dos órgãos da administração portuguesa foram instalados, entre outros, o Banco do Brasil que estabeleceu a circulação fiduciária no país, a Junta do Comércio e da Agricultura, a Imprensa Régia, o já citado Horto, algumas poucas fábricas (de navegação, de pólvora e de vidro) e uma fundição de artilharia.

No domínio da cultura, cujo atraso era equivalente à inércia material em que vegetava a colônia, investiu-se na formação de uma infra-estrutura de acordo com os padrões europeus vigentes. Visando abrir campos de investigação que suprissem as deficiências da colônia, foram inauguradas no Rio diversas instituições de ensino superior como a Escola de Medicina e Cirurgia (1813), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e a Academia de Belas-Artes (1816). A criação da Real Academia Militar e a Academia de Guardas da Marinha (1810) também se circunscreveu nesse projeto. A Academia Militar, particularmente na arma de Artilharia e Fortificações, tinha por objetivo formar engenheiros militares aptos tanto para atividades bélicas, como para realizar explorações e levantamentos cartográficos do território brasileiro ainda pouco conhecido. Data desse mesmo período a instalação da Imprensa Régia que passou a editar a Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal da colônia [(10)], e a criação da Real Biblioteca Pública, atual Biblioteca Nacional.

É inegável que essas primeiras providências implantadas pela administração lusitana tinham como alvo a formação de uma elite civil e militar de mentalidade européia que, por sinal, cultivava uma altiva posição de superioridade em relação aos naturais da terra e desdenhosamente não se interessava em compreender o país. De fato, aos olhos dos nobres portugueses transmigrados o Rio ainda não passava de um precário lugarejo tropical, dominado por ricos, toscos e vulgares comerciantes endinheirados, desprezante “gentalha” de hábitos pouco civilizados para os padrões europeus (Caldeira, op.cit.,p.77-78 e Faoro,op.cit.,p.251). Porém gradativamente, tendo em vista atender aos requisitos de uma população urbana que entrava num processo de rápida expansão, foram sendo criados museus, teatros, orquestras e academias literárias e científicas. A consequência dessas iniciativas culturais, juntamente

com o contato com os recém-chegados, acabaram por influenciar a população carioca que passou a incorporar novos costumes, inclusive no que diz respeito à consolidação da língua portuguesa, que, por força das circunstâncias, encontrava-se, como de resto em todo o país, mesclada com o linguajar nativo e africano.

Apesar das depreciativas impressões sobres as precárias condições da cidade e de seus habitantes expendidas pelos adventícios portugueses, e à exaustão reproduzidas pelos viajantes estrangeiros que a visitaram naquele período, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (fundada por Estácio de Sá em 1565 e capital da colônia desde 1763) era o principal núcleo urbano da colônia, abrigando, inclusive, o principal porto brasileiro. Isso porque, através do Caminho Novo das Minas, descendo a Serra do Mar, a expansão da economia mineratória do século XVIII, notadamente de Minas Gerais, encontrara na Baia da Guanabara seu escoadouro natural.

No início do século passado o porto do Rio - apesar da decadência da mineração e do retorno das atividades agrícolas do nordeste - ainda detinha a preponderância tanto das importações como das exportações coloniais e a cidade caminhava para tornar-se o polo mercantil mais dinâmico da economia brasileira da primeira metade do oitocentos. Acresce considerar que a cidade era o centro de convergência da principal Capitania do país, cuja produção se caracterizava pela agroexportação de açúcar na região de Campos dos Goitacazes e do café, então ensaiando os primeiros passos de sua vertiginosa ascensão no Vale do Paraíba do Sul, o que iria requerer braços para o trabalho, vale dizer, escravos.

As estatísticas da população da Capitania, elevada à condição de Província com a Independência o comprovam: de 169 000 habitantes no final do século XVIII, o número da população total se elevou para 591 000 em 1830, sendo 40% constituída de escravos (Toledo,op.cit.,p.57). Naturalmente, com a cidade do Rio de Janeiro não foi diferente. Detendo em princípio uma ambivalente posição de capital colonial e sede do Império português, a cidade também apresentou um considerável crescimento populacional, detendo em 1822, uma população estimada em 110 000 habitantes (Faoro,0p.cit.,p.249). Essa população, com forte presença de escravos (em 1837 representavam 57% do total dos habitantes), caracterizava-se, segundo Drummond, por uma “curiosa

coalizão" de fazendeiros locais, nobres portugueses e franceses (estes últimos exilados pela Revolução de 1789, pelas guerras napoleônicas ou ainda pela derrota napoleônica), militares ingleses, comerciantes e diplomatas estrangeiros que fizeram fortuna cultivando o café em fazendas localizadas nas imediações da cidade, principalmente nas encostas da Floresta da Tijuca (Op.cit.,p.284).

Ilustração18- **Colheita do Café** (Johann Maritz Rugendas). Buscando o pitoresco para ser consumido na Europa, observa-se no primeiro plano o trabalho de escravos supervisionado por capatazes, em médio plano a vegetação típica da Mata Atlântica entremeada com o cafezal e mais ao fundo a Baia da Guanabara e o Corcovado.

Outra decorrência da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil e da abertura dos portos ao mercado internacional, que teve como consequência imediata a ruptura com o exclusivismo colonial e propiciou o processo de autonomia política do país, foi a quebra da antiga condição de isolamento mantida durante três séculos, período em que Portugal tivera o cuidado de manter afastadas outras nações européias de seus domínios, aplicando uma rigorosa política impeditiva à entrada de estrangeiros. Neste sentido, após haver esboçado neste primeiro ítem, ainda que sucintamente, o panorama brasileiro das primeiras décadas do oitocentos e os desdobramentos das transformações sócio-políticas, econômicas e culturais levadas a efeito após instalação do aparato português em sua colônia de ultramar - tendo como pano de fundo, se não a presença direta, pelo menos a presença ativa e crescente do Estado que se fez sentir desde a transferência da Corte e que se intensificou após a independência - nosso próximo alvo será justamente verificar como, no cerne dessas mudanças internas aliadas a determinadas condições externas, surgiu a oportunidade de revelar o país para o mundo exterior.

2.2. O BRASIL SOB O OLHAR ESTRANGEIRO.

> ”Em outros tempos, no Rio de Janeiro, quiseram prender-me e mandar-me de volta à Europa como espião perigoso, e o aviso baixado neste sentido é exibido por lá como objeto de curiosidade [...] Hoje fazem-me juiz [...] a ordem primeiro; depois a comenda” (Humboldt,1855).*

Conforme tivemos oportunidade assinalar, desde o século XVI, ao tomar posse de sua colônia americana, Portugal orientou seus interesses geopolíticos de ocupação e exploração do território brasileiro de forma a resguardá-lo da cobiça e da rapinagem de outras nações. Com ardilosos olhos de explorador, durante três séculos, os portugueses guardaram as informações sobre a colônia a sete chaves, tornando-as segredo estratégico com acesso restrito somente à Corte. Visando impedir a divulgação de conhecimentos sobre

---

* Esse foi o comentário de Humboldt ao receber a Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa em 31 de março de 1855, após ter apresentado ao governo imperial um relatório sobre os limites brasileiros pelo lado Norte que serviram como sentença arbitral para o letígio fronteiriço do império com a Venezuela, valendo ao Brasil uma porção considerável do território amazônico (Holanda,1989,p. 87).

sua possessão americana, e garantindo para si o monopólio do comércio assentado no sistema econômico mercantil então em vigor, a austera e coercitiva política da administração metropolitana, salvo nos períodos de invasões e disputas de territórios pelos holandeses e franceses, conseguiu manter o país enclausurado em si mesmo e praticamente desconhecido do mundo exterior, com exceção de sua orla marítima que, por contingência da situação portuária, foi esporadicamente visitada por navegantes estrangeiros.

Da legendária "carta de achamento", escrita em 01 de maio de 1500 por Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel (só divulgada em 1817) descrevendo os "bons ares" e a "graciosidade" da terra onde "querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo" (Faoro,op.cit.,p.100), até a primeira década do século XIX, os portugueses, sempre relutantes em admitir estudos sobre seus domínios, conseguiram manter sua inflexível política de portas fechadas aos estrangeiros e, por extensão, às expedições de caráter científico. Consequentemente, o que se sabe deste vasto período colonial, excetuando-se as crônicas de alguns aventureiros como Hans Staden e missionários como André Thevet e Jean de Léry, dos relatórios de navegantes de passagem além dos resultados científicos e artísticos das expedições realizadas pelos integrantes da missão holandesa organizada por Nassau, resume-se aos primeiros relatos de portugueses motivados pela empresa colonizadora, aos relatórios das expedições geográficas de reconhecimento do território e, posteriormente, àqueles referentes às missões demarcadoras de fronteiras.

São dessa natureza também os depoimentos dos missionários portugueses dos séculos XVI e XVII envolvidos na empresa apostólica de "pacificar" e "doutrinar" os elementos autóctones brasileiros, e que sutilmente aliaram à missão evangelizadora a incumbência de observar o país, anotando os caminhos, os rios navegáveis, a flora, a fauna, as riquezas minerais e os habitantes. Dentre tantos que estiveram no Brasil nesse período, destacaram-se, inegavelmente, os padres José de Anchieta, Antônio Vieira, Fernão Cardin e o Frei Cristóvão de Lisboa (que embora não tenha deixado registros escritos, produziu um rico material iconográfico que atualmente encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa), cujas memórias também contribuíram para propagar a obra de colonização portuguesa, na medida em que exaltavam para a administração metropolitana a grandeza e as potencialidades das novas terras.[(11)]

No último quartel do século XVIII, ainda envolvido em litígios com a Espanha por questões fronteiriças e preocupado em estabelecer os limites territoriais de sua colônia, Portugal esboçou um tardio interesse pelas expedições de cunho científico, muito embora de caráter utilitário e voltadas para o fomento de estudos sistemáticos sobre o aproveitamento econômico dos recursos naturais brasileiros, particularmente pelos produtos extrativos botânicos. Apesar disso, o governo português só autorizou, em caráter excepcional, a mencionada expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, a cujos objetivos científicos se mesclavam outros, visivelmente geopolíticos. Portanto, dominado pela mentalidade isolacianista da administração metropolitana, esses trezentos anos de domínio colonial português na América não só se caracterizaram pela produção marcada pelo exclusivismo, como também o foram pela restrição a qualquer difusão de conhecimentos concernentes ao Brasil.

A partir da primeira década do século XIX, essa situação se modificou completa e definitivamente. E a razão disso foi a nova política externa adotada no bojo daquelas já citadas medidas marcadas pelo signo da transformação que acompanharam a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e a imediata abertura dos portos às “nações amigas” - providências que não só alteraram o quadro da realidade sócio-política e econômica do país, como atraíram para a colônia as atenções do mundo exterior. Foi justamente nesse sentido que a reformulação burocrática implantada com a mudança de órgãos administrativos para o Brasil, como o próprio Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros, revestiu-se da maior importância na medida em que suas deliberações, até então restritas a Lisboa, passaram a ser decididas na colônia.

No ministério organizado pelo príncipe regente assim que chegou ao Brasil, a pasta da Guerra e Assuntos Estrangeiros - à qual competia a direção geral da política - foi ocupada primeiro por D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares e, após sua morte em 1812, foi assumida por Antônio de Araújo Azevedo, conde de Barca (Faoro,op.cit.,p. 250). Indo de encontro aos interesses da Metrópole e por isso mesmo encontrando resistências acirradas nos altos círculos da administração lusitana que considerava o episódio da instalação da Corte no Rio de Janeiro um “expediente conjuntural”, os planos do conde de Linhares e a política externa do chanceler Azevedo amparavam-se em uma ampla visão estratégica, que conferia ao Brasil a posição de “Empório do

Comércio de Entreposto entre a Europa e a Ásia", derivada de sua "posição geográfica [...] por si mesma o mais favorável e apropriada" (Magnoli,op.cit.,p.82-83).

Por conseguinte, em contraste com a política monopolista do Estado português e com as regras de sigilo e exclusão mantidas anteriormente pela Metrópole, as negociações diplomáticas e comerciais realizadas após a instalação da Corte joanina levaram as autoridades a relaxar o histórico embargo à vinda de estrangeiros ao Brasil e à difusão de conhecimentos sobre o país, franqueando a partir de então o território brasileiro para os cidadãos procedentes de outros países. O resultado dessa nova política de abertura não se fez esperar, e de imediato um significativo contingente de viajantes europeus aqui aportou na expectativa de conhecer essa parte da América Meridional até então praticamente ignorada pelo Velho Mundo.

Apesar deste trabalho se interessar particularmente por aqueles que se inserem na categoria de naturalistas, que vieram em missões independentes, financiados por instituições científicas ou associados a comissões diplomáticas inglesas, russas, alemãs, austríacas e mesmo francesas após o término das guerras napoleônicas e aos quais se deve a inauguração do ciclo das expedições oitocentistas que haveriam de revelar o Brasil para o mundo da ciência, necessário se faz acrescentar que a vinda de viajantes europeus não se limitou àqueles impulsionados pelo espírito científico. O novo prestígio alcançado pela colônia enquanto sede da monarquia portuguesa e a curiosidade pelas singularidades do país despertada pela recente possibilidade de troca de informações suscitou a chegada de muitos outros, motivados pelas mais diversas razões, fossem diplomáticas, comerciais, artísticas ou mesmo aventureiras. O mais importante, no entanto, é que esses viajantes descortinaram ao olhar europeu uma renovada concepção sobre a paisagem, a sociedade e a cultura do Novo Mundo.

> "A curiosidade tão longamente refreada pode agora expandir-se sem estorvo e, não poucas vezes, com o solícito amparo das autoridades. Nesses poucos anos foi como se o Brasil tivesse amanhecido aos olhos dos forasteiros, cheio da graça milagrosa e das soberbas promessas com que se exibira aos seus mais antigos viajantes [...] homens de outras terras, emboabas de olho

> azul e língua travada, falando inglês, francês, principalmente alemão, os que vão se incumbir do novo descobrimento do Brasil" (Holanda,1985,p.12-13).

Esse impulso ao conhecimento do país deu-se inicialmente no governo de D. João VI, e acentuou-se após a independência, marcando a vida coletiva brasileira nesse complexo período de afirmação do país como Nação, quando ocorreu um intercâmbio ainda maior com o resto do mundo. Na verdade, a exploração produtiva exercida desde o descobrimento já tinha possibilitado um esboço do potencial dos recursos da colônia, que, por força das circunstâncias, não haviam sido submetidos a observações científicas. Por conseguinte, aos interesses em valorizar a nova sede da monarquia portuguesa de ultramar no intuito de promovê-la comercialmente na Europa aliaram-se outros, não menos pragmáticos, que visavam dar continuidade à sua exploração econômica, requerendo naturalmente um maior número de informações sistemáticas sobre o país.

Introduzido o Brasil no círculo das monarquias européias pelas vias diplomáticas, para as elites, que se consideravam portadoras das "luzes" e se viam como parte da civilização do Velho Mundo "condenada aos trópicos", fazia-se urgente aplicar um programa de ação que retirasse o país do obscurantismo, assegurando-lhe uma identidade. Neste sentido, deveu-se à administração joanina as primeiras providências de fundar uma cultura nacional, através da criação, entre outras, das já mencionadas Imprensa Régia e da Biblioteca Real, além do estímulo à vinda da Missão Artística Francesa (1815) e da fundação da Academia de Belas Artes (1816). Essas medidas preconizaram a posterior criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839), cuja concepção colava-se à idéia de "elevar o país à altura de sua classe dirigente, tornando-o digno de figurar no mundo civilizado" (Magnoli,op.cit.,p.95-101).

Em suma, frente à necessidade de elevar o Brasil ao novo papel histórico que as circunstâncias o conduziam a representar, era mister realizar estudos organizados e metódicos sobre seus recursos naturais. Inexistindo ainda na colônia uma estrutura educacional erudita capaz de formar profissionais para esse fim, a solução encontrada pela nova administração foi a de incentivar a vinda de botânicos, zoólogos, geógrafos, cartógrafos, geólogos, mineralogistas e tantos outros cientistas estrangeiros que pudessem, efetivamente, contribuir com

suas pesquisas para o conhecimento do país. Tais medidas foram efetivamente tomadas e consubstanciadas tanto através da contratação oficial de cientistas especializados em diferentes áreas do saber, como da permissão e mesmo do estímulo à vinda de eminentes naturalistas que demonstrassem empenho em realizar viagens pelo interior do Brasil, estudando-o e realizando levantamentos dos recursos disponíveis de acordo com os padrões das exigências científicas da época.

Contudo, é preciso assinalar que essas iniciativas que liberaram o território brasileiro às pesquisas teriam caído no vazio se, paralelamente, os países europeus não manifestassem interesse no conhecimento das riquezas do país. Neste aspecto, as medidas oficiais foram beneficiadas pela conjuntura de um momento histórico particular decorrente de um conjunto de fatores profundamente interrelacionados, quais sejam: o acúmulo de informações propiciadas pela expansão geográfica que reduzira consideravelmente o espaço terrestre, o progresso científico europeu legado do setecentos, a mentalidade laica instaurada pela Ilustração em oposição à mentalidade religiosa, além, obviamente, do rápido desenvolvimento do sistema capitalista recém-implantado.

No início do século XIX, as nações que já vivenciavam os efeitos da revolução industrial voltaram seus interesses para regiões do globo ainda inexploradas, depositando grandes expectativas no conhecimento de outros cenários naturais distintos dos seus - o que demandava um domínio racional sobre o meio natural. Isto explica o interesse pela exuberante biodiversidade tropical brasileira, cujo desvendamento seria realizado por diversos naturalistas europeus através de viagens exploratórias de cunho “filosófico”. Aspiração de todo naturalista-humanista, essa prática de viagem herdada do final século anterior valorizava os estudos da história natural fundamentados no princípio da observação direta e da experiência sensível com a natureza, tal como o fizeram Humboldt e Bonpland em sua mencionada expedição à América espanhola.

Não resta dúvida que o estímulo às pesquisas que se realizaram no Brasil nesse período foram ao encontro do impulso geral dado às expedições científicas organizadas na Europa, que, inclusive, prepararam o caminho da corrida neocolonialista concretizada no final do século passado. Assentada na histórica relação entre espaço e poder, a nova ordem econômica instalada nos países industrializados no decorrer do século XIX, à qual se aliou o progresso

científico e tecnológico, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a crescente necessidade de matérias primas e de mercados consumidores, incitou vigorosamente a ação imperialista sobre novos territórios. Sobre esta questão, Pratt é bastante incisiva ao afirmar:

> "O *momentum* para a exploração terrestre é claro. À medida que a industrialização acelera a produção, na Europa intensifica-se a demanda de mercados e matérias-primas; os capitalistas europeus buscam um comércio mais direto com o estrangeiro sem competência e sem intermediários locais; uma enorme apropriação e transformação eurocentrista do planeta põe-se em movimento. Ao longo de todo o século XIX a exploração e descrição foram uma atividade de capital importância para o processo expansionista, tanto do ponto de vista instrumental (confecção de mapas, documentação, contatos iniciais) quanto ideológico" (Op.cit,p.152).

Que o afã das viagens exploratórias se multiplicou no decorrer do século XIX é patente. Todavia, não nos parece suficiente apresentar sua história nos termos muitas vezes radicais colocados pela crítica contemporânea que põe sob suspeita todas as expedições oitocentistas, estigmatizando-as sob o conceito de "historiografia do imperialismo", entendendo-as como motivadas exclusivamente por finalidades econômicas e político-ideológicas expansionistas, como o fez a autora supracitada. Ainda que não se possa ignorar os interesses capitalistas das nações desenvolvidas em relação aos continentes ainda inexplorados, é imprescindível registrar que, antecipando essa onda expansionista neocolonialista, o período que corresponde à primeira metade do século XIX não pode ser definido como "imperialista" se levada em consideração a verdadeira acepção do termo. A denominação de imperialismo remete para as ações de repartição e anexação dos territórios da África e do Pacífico entre as grandes potências européias, pelo Japão e pelos EUA da década de setenta do século XIX até 1914, período denominado por Hobsbawm como a "Era dos Impérios", para quem a palavra "imperialismo" passou a fazer parte do vocabulário político somente a partir de 1890 (Op.cit.,p.87-89).[(12)]

Por conseguinte, embora não desconhecendo o fato de que já em suas primeiras décadas o século XIX foi palco de grandes explorações terrestres

que visavam ao conhecimento racional do espaço mundial, e que o acervo de informações por elas reunidas colaborou para o projeto expansionista europeu posterior (quando já se havia genuinamente instalado uma nova complexidade no sistema dominante global advindo da industrialização e da ideologia neo-colonialista), parece-nos mais coerente dimensioná-las dentro do contexto da época. Este é o motivo porque não partilhamos com interpretações que julgamos demasiadamente generalizadas e mesmo reducionistas, na medida que ignoram ou eventualmente colocam como subproduto dois fatores associados ao inegável pragmatismo das mesmas, e que consideramos da maior relevância. O primeiro deles é que essas missões também eram objetivamente orientadas para realizar estudos científicos de territórios ainda desconhecidos, bem como de observar a cultura de suas populações; o segundo, mais subjetivo e não menos importante, remete para os naturalistas nelas envolvidos, herdeiros da Ilustração e inequivocamente movidos pela viva curiosidade científica e pela busca apaixonado do conhecimento.

Na realidade, não se trata de idealizar as relações que marcaram essas expedições da primeira metade do século XIX ocultando suas motivações econômicas, políticas e ideológicas, encarando-as somente sob o prisma de suas realizações científicas ou a partir da real, porém mais difícil de ser percebida, subjetividade que envolvia seus integrantes, seres únicos e portadores de desejos e expectativas. Se a princípio os propósitos que as moviam parecem contraditórios, diametralmente opostos e sem reciprocidade, sua história comprova que os fatores anímicos, científicos e pragmáticos não se apresentaram como excludentes. Embora ambientadas de fato num período pré-imperialista, situando-se num momento de interesse e de impulso ao conhecimento estreitamente relacionados com o ativo movimento cientificista europeu, elas também estão, inegavelmente, associadas à história das relações internacionais de poder.

Tanto assim que no decorrer das primeiras décadas do oitocentos, cujo contexto foi profundamente marcado pelo impacto do desenvolvimento das ciências da natureza e pelo crescente interesse na cultura material e nos valores sociais e religiosos de outros povos, as academias de ciências européias e seus museus antropológicos e de história natural que já vinham de longa data reunindo espécimes exóticos e pitorescos de outras terras, multiplicaram-se e ganharam

ainda maior prestígio. Evidentemente, a idéia da criação dessas instituições também se relacionou com aspectos políticos-ideológicos dos países desenvolvidos, que cultivavam, em relação àqueles menos favorecidos, um senso de superioridade nitidamente eurocêntrico que já servira para justificar séculos de dominação. Essa visão de mundo (em que o “eu” europeu expressava sua dificuldade em lidar com a diferença, vendo-se como centro de tudo e todos os “outros” eram percebidos e sentidos pelos valores e modelos da cultura européia), explica o posterior surgimento de tipos particulares de museus, como os históricos e os etnográficos, que não somente tinham por finalidade ressaltar diferenças, como também afirmar identidades e nacionalidades.(13)

Superada a etapa de expansão do espaço conhecido e dominados os contornos e as configurações geográficas do mundo, interessava, naquele momento, desvendar as vastidões territoriais do interior dos continentes ainda por conhecer. E isso efetivamente se fez, através de estudos cada vez mais organizados de suas particularidades, da localização e descrição de seus acidentes naturais, da coleta e posterior catalogação dos seres vivos, da observação de outras culturas, etc. Esses levantamentos sistemáticos realizados acabaram por propiciar uma base palpável para as análises comparativas entre as diferentes regiões terrestres, preparando a grande revolução econômica e cultural que consolidaria o capitalismo em todos os quadrantes do globo.

Justamente por isto, consideramos relevante assinalar que, ao lado das novas aquisições e conquistas realizadas no campo das ciências naturais, como da biologia, da botânica, da zoologia, da geologia e da química orgânica, entre outras, a geografia também contribuiu não somente para orientar o pensamento científico da primeira metade do século XIX, como também colaborou para a realização do empreendimento expansionista-imperialista do final do século passado. Concebida pelos grandes e pioneiros mestres alemães Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), que a circunscreveram ao âmbitos das ciências naturais e ao domínio dos conhecimentos humanos respectivamente, a geografia então praticada voltava-se para a descrição e interpretação das diferenças regionais da superfície da Terra e para o conjunto dos objetos e dos seres que contribuíam para sua variedade. Herdeira do pensamento de Kant - que a definira como a ciência que estuda o espaço terrestre - essa tendência corográfica da geografia, que estuda os

fenômenos naturais e humanos de uma determinada área, marcou época numa Alemanha que ainda vivenciava um tardio processo de inserção no sistema capitalista e de unificação de seu Estado-Nação, que somente se concretizaria em 1871.(14)

Embora não tenha se descuidado do mundo dos homens, particularmente em seus aspectos históricos e sociais, Humboldt dedicou-se mais a compreender as inter-relações entre os fenômenos da natureza que davam caráter à paisagem natural, interessando-se pelas características físicas e biológicas do meio e dedicando-se as descrições explicativas e comparativas de diferentes áreas do globo. Por sua vez, Ritter também entendia cada unidade individual da Terra como um todo, como um complexo inter-relacionado de elementos. Tendo aderido ao transcendental idealismo romântico alemão, para ele a geografia não era uma ciência natural pura, e sua finalidade era a de desvendar o homem a si mesmo enquanto parte integrante da natureza: "o estudo do meio no qual vive o homem assim como sua relação com esse meio tem por finalidade revelar a cada povo o caráter que lhe pertence e a grandeza espiritual desse caráter" (Apud: Nicolas-Obadia,1974,p.9).

Apesar de ter dado ênfase ao homem habitante, "espelho dos segredos da natureza", as bases do seu trabalho também foram construídas no quadro natural, a partir dos seus limites, nos quais eram analisadas as diferentes sociedades. Neste sentido, como bem o assinala Moreira, não foi certamente um acontecimento fortuito o fato de a geografia elaborada por Ritter, ao estudar os fenômenos naturais e a história dos povos com base no território - concepção que seria levada ao extremo por seu discípulo Friedrich Ratzel (1844-1904) - ter sido ultilizada pelos Estados já atentos em incorporar outras áreas do globo ao sistema capitalista, numa política cujos desdobramentos os levou às disputas por territórios coloniais:

> "[...] interessava-lhes sobretudo o método cartográfico aplicado por Ritter em seus estudos, que consiste em tomar como referência para a diferenciação dos territórios nacionais as linhas de relevo e das bacias fluviais, servindo-lhes assim de referência das fronteiras nacionais [...] Essa metodologia geográfica que vai norteando o Estado Prussiano em suas ações militares passa a ser logo empregada pelos geógrafos dos demais países a serviço

> de seus respectivos governos." (Op.cit.,1993,p.32).

Entretanto, convém assinalar que a visão de mundo proporcionada pela geografia desse período, embora já valorizando a natureza a partir de uma compreensão interativa de seus diferentes fenômenos e de sua constante transformação, como é perceptível na obra de Humboldt, ainda excluía toda incursão pelo domínio dos processos e encadeamentos particulares dos fenômenos humanos e o homem era compreendido somente por suas obras, ou seja, pelas marcas deixadas na paisagem por suas atividades; a maneira como as tinha realizado não fazia parte até então dos interesses geográficos (Claval,1973,p.22-23). Não obstante isso - mesmo porque era essa mentalidade que orientava o contexto científico daquele momento - a geografia, ainda entendida como "aquela da exploração do mundo", colaborou decisivamente para um conhecimento mais sistematizado da Orbe, tanto no que diz respeito às áreas efetivamente habitadas (ecúmeno), como àquelas inabitadas (anecúmeno).

As expedições do século XIX foram de grande valia porque, imbuídas do espírito objetivo das ciências modernas, realizavam levantamentos e recolhiam dados precisos sobre os lugares. Não surpreende, portanto, o fato de no decorrer do oitocentos ter-se constituído um número considerável de sociedades geográficas, concentradas, sobretudo, na Europa. É consenso entre os pesquisadores da evolução do pensamento geográfico, que o interesse pela criação de tais sociedades seguiu muito de perto o rítmo da política expansionista dos países europeus. Tanto assim, que na centúria de 1820 a 1920 foram fundadas 113 dessas instituições, tendo sua grande maioria surgido no último quartel do oitocentos e início do século XX.[(15)] Sobre o comprometimento da geografia com o imperialismo através dessas sociedades, assim se expressa Capel:

> "A geografia se converteu, desde a segunda metade do século XIX, em uma ciência a serviço dos interesses imperialistas dos países europeus. O conhecimento dos países coloniais constituía uma premente necessidade para os governos europeus, que estimularam para isso não só a realização de explorações, base importante de conhecimento geográfico, mas a criação de centros de estudos dedicados à investigação dos países de ultramar (...) com vistas aos intercâmbios comerciais e difusão da produção

industrial e da cultura européia" (1983,p.173).

Quer norteadas por finalidades exclusivamente científicas, quer pragmáticas (ou ambas), não resta dúvida de que a participação dessas sociedades na tarefa especulativa do oitocentos foi da maior relevância, sendo seus objetivos os mais amplos: planejavam e financiavam expedições, avaliavam os recursos naturais de outras terras, realizavam observações astronômicas, etnográficas, botânicas, zoológicas, geológicas, elaboravam mapas temáticos representando climas, hidrografia, vegetação, distribuição de populações, organizavam exposições e conferências, concediam prêmios e medalhas aos grandes exploradores, publicavam trabalhos científicos, perseguiam o fomento do comércio, etc.

Claval faz interessante observação sobre o caráter dessas sociedades geográficas do século XIX, que por sinal corrobora o ponto de vista que sustentamos. Segundo este autor, na primeira metade do século passado elas eram marcadas pelo espírito do século XVIII, o que se poderia provar pelo número de cientistas, nobres e altos funcionários que as compunham. Esses se arrebatavam pelas explorações de cunho científico e pela descoberta do mundo consideradas como "esporte aristocrático", sendo o conhecimento perseguido por si mesmo, além do prestígio que lhes era conferido no plano social. Por volta de 1850 em diante, outras motivações iriam impulsionar o desenvolvimento dessas sociedades geográficas, fossem econômicas, marítimas ou coloniais. Apadrinhadas e financeiramente apoiadas pelos governos e pela burguesia empreendedora iriam, fundamentadas no princípio de conhecer para dominar, buscar informações susceptíveis de dirigir a política de repartição do mundo e atrair para essa aventura os efetivos necessários à exploração e conquista (1972,p.76-77).

Do exposto, depreende-se que foi justamente no período pré-imperialista - sob o pretexto de integrar missões oficiais ou particulares - que um número expressivo de naturalistas europeus veio ao Brasil, dando início, nas primeiras décadas do oitocentos, ao ciclo das expedições científicas que iriam revelá-lo para o mundo exterior, notadamente para o da ciência. Decorrente da política de abertura inaugurada pela Coroa portuguesa esse ciclo, que não pode ser visto à margem da historiografia brasileira daquele período, constituiu-se num círculo de competência para os primeiros conhecimentos da natureza tropical em

seus aspectos botânicos, zoológicos, geológicos e geográficos.

Em nome da objetividade não se pode desvincular as ações dessas expedições dos interesses dos governos ou das instituições que as patrocinavam, e que, evidentemente, utilizavam os naturalistas como instrumentos para atingir determinados fins. Não há como negar, todavia, que ao vasculharem o país em constantes e penosas viagens era a paixão pelo conhecimento que movia uma parcela considerável desses cientistas-viajantes que, após retornarem a seus países de origem, dedicaram suas vidas às pesquisas sobre o Brasil.

No contexto da primeira metade do século XIX, tais viajantes constituíram-se igualmente em um fator primordial para a reelaboração da idéia que se tinha do Brasil, inclusive no atinente a uma nova compreensão do homem natural dessa parte do mundo, ainda mal descortinada pelo olhar europeu. Nunca é demais lembrar que, por força da secular política restritiva luso-espanhola, as concepções que se faziam do continente sul-americano na Europa no início do século XIX eram muito difusas e idealizadas, estando intimamente relacionadas com o processo de desenvolvimento do Velho Mundo e à ambientação do século XVIII, particularmente em sua segunda metade, quando nas cogitações européias formularam-se idéias polêmicas sobre o Novo Mundo.

Interesses econômicos, filosóficos, teorizações detratoras e visões edênicas que se configuravam pela crítica social negativa ou pela fuga da realidade mesclavam-se no imaginário europeu sobre a América e, por extensão, sobre o Brasil. Na virada do século XVIII, imbuída dos ideais de “progresso” e marcada por um intenso cientificismo, a Europa voltava suas atenções e interesses - tanto científicos quanto mercantis - para o conhecimento dos continentes ainda inexplorados. Realizar viagens exploratórias era o sonho de todo naturalista, e sua presença em terras brasileiras acabou por contribuir para a divulgação de dados mais concisos (embora nem sempre isentos de erros) e com novas apreciações sobre o país.

Os vários argumentos que expressamos até agora também nos permitem concluir que essas primeiras expedições científicas ao país foram profundamente marcadas pelo contexto de transição da virada do século dezoito para o dezenove quando, ao lado das condições materiais proporcionadas pelo novo sistema econômico e pela nova ordem política e social, ocorreram transformações internas no processo de conhecimento, na ordem epistemológica

introduzida e na própria visão de mundo européia. Nesse processo, que rompeu com determinados pressupostos do passado e deu continuidade a outros, consolidou-se o projeto científico oitocentista, fundamentado em alguns pontos basilares.

Um deles deles diz respeito à interpretação racionalista de mundo legada do iluminismo e apoiada no paradigma cartesiano-newtoniano. Tendo introduzido o método experimental na observação sistemática e na busca de constâncias, ritmos e relações entre os fenômenos da natureza, nas primeiras décadas do oitocentos, o modelo físico-mecânico ainda era o método dominante de análise desses fenômenos, estendendo-se inclusive para todos os saberes. Esse quadro permaneceu inalterado até meados do século em foco, quando a própria evolução da química, geologia e da biologia que direcionavam cada vez mais suas pesquisas para as estruturas íntimas da natureza, haveria de questioná-lo. Seus desdobramentos, principalmente no campo da biologia, conduziram as pesquisas científicas à concepção evolucionista, que se tornou o modelo dominante ao estabelecer um ponto de inflexão, ou seja, uma mudança irreversível nos rumos da história da ciência. A mesma análise é feita por Carvalho:

> “ A natureza deixou de ser a “mãe nutriente” e dadivosa de outros tempos, passou a ser uma máquina que se opera e manipula, desde que se conheçam as regras de seu funcionamento, isto é, o método de Descartes e as equações da física newtoniana [...] E assim a natureza permaneceu, até que, mais uma vez, novos fatos e novas exigências vieram cobrar sua substituição, isto é, outra concepção de mundo [...] O marco dessa nova “revolução”, o encontraremos na teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin” (1990,p.49-50).

Outro fator da maior relevância em relação a essas expedições oitocentistas é a constatação de que sua realização só foi possível em razão do florescimento e progresso das ciências naturais alcançado no século anterior, período em que, ao dominar o panorama científico, o enciclopedismo colaborou tanto para a expansão dos diferentes campos de investigação como, por extensão, ampliou também os poderes do homem sobre o meio natural. Após o longo caminho em que esteve atrelada aos pressupostos tradicionais da história

natural, no século XVIII, especialmente em sua segunda metade, a organização das ciências da natureza modificou-se e, alicerçada por uma cultura fundamentada num sistema de positividades que privilegiava a visão reflexiva, inaugurou novos paradigmas que iriam orientar as investigações científicas posteriores.

Um deles remete para a progressiva ruptura com os pressupostos da superioridade do homem sobre outras espécies. Da tradição alegórica de tendência antropomórfica inserida na cosmologia popular a ciência se desvinculou, rejeitando os mitos primitivos e o pensamento simbólico das classificações não científicas, adotando o método da investigação sistemática como princípio. Postulado pela Ilustração, o antigo conceito foi assim minado pela nova maneira dos cientistas olharem os seres da natureza, e a seus esforços se deveu a iniciativa de classificá-los sistematicamente. Mais imparcial e menos antropocêntrica que no passado, a evolução da taxionomia, elaborada a partir do "fixismo" preconizado no **Sistema Naturae** (obra publicada em 1735 e reeditada pela décima ves em 1758) e na **Philosophia Botanica** (1751) de Lineu, e as contribuições trazidas posteriormente por cientistas "transformistas" como Buffon e Lamarck, tornaram possível um estudo da história da natureza diferente da antiga história natural, orientando os naturalistas que, desde o final do setecentos, passaram efetivamente a percorrer o mundo em suas célebres "viagens filosóficas".[(16)]

Para que surgisse essa nova concepção de natureza, fez-se necessário deixar de apreender os seres vivos somente por suas configurações visíveis, rompendo igualmente com o princípio de regularidade e imutabilidade em que se baseava a antiga história natural. Ao progresso científico do setecentos seguiu-se uma elaboração sistemática do conhecimento, atendo-se da necessidade de explicar a origem e o desenvolvimento de todas as coisas.

Conforme Belluzo, embora no século XVIII já se suspeitasse de uma *ordem oculta* que os regia, a mudança de foco da observação dos elementos visíveis para sua composição interior, que se deu graças ao desenvolvimento da fisiologia, acabou por atribuir um novo sentido à investigação *da forma* dos seres, redefinindo-as como derivada da organização interna e comandada pelo funcionamento do organismo. Essas novas exigências acabaram por levantar questões referentes às análises comparativas entre os elementos visíveis de

seres da mesma espécie e de espécies diferentes. A investigação da “lógica do organismo” concretizou-se no século XIX, momento em que sua compreensão se aprofundou e atingiu amplas dimensões, ”passando a se estabelecer as relações entre os órgãos e suas funções, entre aparência e essência” (1994,vol.II,p.20).

A valorização da natureza, tomando por base a interação de seus diferentes fenômenos em constante transformação, foi outro modelo que marcou o panorama científico do século XIX. Pelo fato de estar o pensamento oitocentista estreitamente relacionado com o desenvolvimento das ciências naturais, o processo de dessacralização da natureza ganhou, naquele século, maior intensidade ao aliar suas recentes aquisições à ação intervencionista dos seres humanos sobre o meio natural, explorando-o e fazendo-o produzir segundo seus interesses. Assim, ao lado do gradual desenvolvimento do conhecimento dos processos estruturais da natureza, paradoxalmente uma percepção utilitária iria reduzi-la, e a ênfase à racionalidade das relações entre o homem e a natureza acabou por privilegiar a otimização de seus recursos disponíveis para fins econômicos, ancorada na idéia de progresso.

Na exploração racional da natureza, saber e fazer uniam-se como condição necessária para o próprio processo de desenvolvimento do conhecimento científico. Caracterizada pelo alto grau de cientificismo a nova ordem cognitiva instaurada no oitocentos iria solidificar a crença na capacidade da razão herdada do iluminismo, e a fé generalizada no progresso seria uma consequência da realização da ciência enquanto produção humana. Finalmente, nunca é demais lembrar que apesar de ainda encontrar resistências nos âmbitos religiosos, leigos e mesmos nos acadêmicos, um dos pontos de apoio do pensamento científico do século XIX foi justamente sua ruptura com as ortodoxias teológicas do passado, que perderam terreno à medida que as bases das novas ciências iam sendo reformuladas, agora baseadas no ordenamento do mundo a partir de suas características estruturais. Ao explicar os fenômenos da natureza a ciência invadiu espaços que, sendo do mistério, milenarmente pertenciam à jurisdição das religiões, tornando o oitocentos secular e laico. Sinteticamente, assim Mendoza autentica a nossa análise:

> “[...] os ingredientes básicos do projeto oitocentista poderiam ser resumidos pela pretensão de racionalidade; pela dessacralização da natureza; pelo novo papel atribuído ao pensamento científico,

> como substituto laico da religião pela idéia de progresso, entendido como consequência inevitável da intervenção do homem sobre a natureza através da eficácia científica" (Op.cit.,p.21-22).[17]

Mas a concepção da natureza no oitocentos não se resumiu a essa abordagem essencialmente pragmática, voltada para interesses imediatistas. Forte ênfase à sua valorização também foi dada tanto pelo idealismo romântico alemão quanto pelas diferentes formas como esse movimento se manifestou na França e na Inglaterra, mas que tinham em comum a predominância da emoção e dos sentimentos sobre a razão, a busca da realidade dentro da idealidade, a análise subjetiva do ser e até mesmo a recorrência à religiosidade. A sensibilidade poética, a confraternização e o amor à natureza também lhes dava unidade.[18] Aproximando a ciência dos valores estéticos, a percepção da paisagem natural embebida de lirismo deu origem à noção de uma natureza "sublime", que realçava a sensação de pequenez do homem diante da natureza, numa experiência que ao mesmo tempo elevava e impunha admiração e respeito por uma força maior, remetendo para a crença em Deus, mas não para uma religião em particular.

Divulgada inicialmente pela **Voyage de Humboldt e Bonpland** (1805-1834), essa forma de interpretação da paisagem natural construída sob a égide do pensamento romântico, que aliava arte e sentimento à observação científica (de preferência feita *in loco*), influenciou um número significativo de naturalistas e artistas que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX. Em busca do exótico e do pitoresco esses estrangeiros, que extraiam do lugar distante e estranho as inspirações poéticas para sua imaginação, acabaram por revelar em seus relatos de viagens e representações pictóricas a visão que o imaginário europeu cultivava sobre o ainda pouco conhecido homem americano e sobre uma natureza idealizada, sublime e intocada.

Ilustração 19- **Vogël-Teich am Rio São Francisco** (Lagoa de Aves à Margem do Rio São Francisco). Exemplo significativo do idealismo romântico de Spix e Martius. " [...] vimo-nos de todos os lados os lados cercados de matas virentes, que orlavam extensas lagoas piscosas. Quando à tarde espreitávamos uma dessas lagoas, que espetáculo estranho se apresentou aos nossos olhos! Centenas de róseos colhereiros [...] grandes jaburus e tuiuiús, perseguindo peixes, com os compridos bicos [...] Ressoam aqui, na mais alvoroçada celeuma grasnada, chiados e gorjeios sem fim dos mais diversos gêneros de aves, e, quanto mais observávamos o raro espetáculo, em que os animais, com a inata independência e vivacidade, sozinhos representavam os papeis do espetáculo da natureza, tento menos vontade tínhamos de perturbar, com mortíferos tiros, aquele cenário pacífico da natureza. Vimos mais de 10 000 pássaros reunidos [...] Parecia-nos ter

renovado o quadro da criação do mundo diante dos nossos olhos" (Spix e Martius,1938,vol.II,p.190-191).

Assim, diferenciando-se radicalmente das pretéritas viagens cujos relatos ocasionais e intuitivos expressavam a inquietude do europeu frente ao desconhecido e misterioso, suscitando no imaginário do Velho Mundo representações fantásticas e simbólicas sobre um distante e insólito mundo novo; o que de modo geral caracterizou as viagens de cunho "filosófico" realizadas através do Brasil nesse período, foi a preocupação com o progresso da ciência e a procura do saber norteada pela racionalidade científica - que não excluía a visão romântica da natureza. Vivenciando um tempo em que a mentalidade intelectual européia intensificava ainda mais o interesse em pesquisar países e culturas diferentes, os naturalistas que para cá se dirigiram empenharam-se, através de suas investigações sistemáticas, em incorporar novos elementos que colaboraram significativamente para o desenvolvimento das ciências naturais do oitocentos.

O modelo dessas viagens, inaugurado no final do setecentos e que vigorou no século XIX, pautava-se pela apreciação da paisagem natural enquanto topografia, geografia, flora e fauna, às quais também se aliavam observações da vida humana dos trópicos. E isso se dava através da coleta, observação e classificação de espécimes naturais; bem como do recolhimento metódico de dados geográficos, geológicos, mineralógicos, etnográficos e antropológicos, entre tantos, realizados pelo olhar "ilustrado" de naturalistas que depositavam enormes expectativas no desvendamento da biodiversidade desse imenso e fascinante país tropical e de seus habitantes, ainda considerados pela visão européia de mundo como "exóticos e diferentes".

A maior parte desses naturalistas-viajantes chegava ao Brasil pelo porto do Rio de Janeiro, onde travavam os primeiros contatos com outros naturalistas residentes, ou também de passagem, e preparavam minuciosamente suas expedições pelo litoral e interior do país. Nesse ínterim, herborizavam pelas cercanias da cidade e mesmo pelo interior da Província, recolhendo espécies naturais da Mata Atlântica que, de imediato, enviavam para museus e instituições científicas européias. Embora por essa ocasião a economia mineratória e diamantífera já estivesse em pleno declínio produtivo - o que levara a nova administração colonial a contratar especialistas estrangeiros com a finalidade de

introduzir novas técnicas de exploração - os viajantes, mesmo os botânicos e os zoólogos, interessaram-se em visitar as áreas onde ainda havia alguma atividade dessa natureza, notadamente em Minas Gerais, a fim de examinar de perto os processos de extração.[(19)]

Um número expressivo dessas missões tinha como destino final a Amazônia, região que exercia sobre os naturalistas estrangeiros enorme fascínio face às possibilidades de seus recursos naturais e à riqueza de sua biodiversidade ainda por explorar, o que pode ser facilmente constatado se observado seus roteiros de viagem. Tendo há muito desaparecido do imaginário europeu os antigos mitos amazônicos, seus objetivos eram essencialmente científicos ou pragmáticos. Esta opinião é sustentada unanimemente tanto por autores modernos que examinam crítica e seletivamente o papel dessas expedições oitocentistas, como pelos clássicos que realizaram inventários metódicos sobre as mesmas e seus integrantes. A título de exemplo, afirma Garcia:

> "[...] ainda por muitos annos havia o valle do Amazonas de attrahir a attenção dos geógraphos e naturalistas, quer visassem a rapidez dos transportes e a facilidade das permutas, quer tivessem por objetivos investigações puramente scientíficas" (1922,p. 894).

Sobre esta questão, acrescenta Oliveira Filho em estudo recente que a opção por determinadas áreas geográficas foram, em momentos diferentes, fortemente privilegiadas por uma parcela significativa de viajantes que para elas se dirigiam atraídos pelo fato de serem as mesmas objeto das principais descobertas e discussões científicas então registradas: "assim ocorreu com a Amazô- nia, que se constitui durante o século XIX em uma das áreas prioritárias de interesse para os viajantes" (1987,p.101). Esta já era a opinião de Sampaio em seu consagrado estudo sobre as expedições científicas que estiveram na América luso-espanhola nos séculos XVIII e XIX:

> " A geographia e sobretudo as sciências naturaes dominam o campo das investigações no primeiro período do século XIX [...] No Brasil, é para o valle do Amazonas, a Terra da Promissão dos naturalistas e viajantes, que se concentram as attenções do mundo sábio [...] A incomparável opulência de sua Flora,

> desenvolvida num meio physico, sob condições especialíssimas... a variedade immensa de sua Fauna, maximé na parte ornithológica, entomológica e na ichtiologia de seus rios e lagos; o grande número de nações selvagens que ainda nas suas mattas se occultam ou vagueiam nos grandes rios, muitos destes ainda inexplorados, tudo ahí attrahe naturalista, ávido dos mystérios da natureza" (1915,p.548).

Todavia, é inegável que ao abrir-se para o mundo exterior naquele momento, o Brasil apresentava-se para esses estrangeiros como um manancial inesgotável de conhecimentos, uma fonte inusitada de reflexão, um verdadeiro laboratório vivo a ser explorado em todos os seus quadrantes. Comportando-se como analistas meticulosos e fundamentados no princípio da universalidade do saber que caracterizava a visão de mundo enciclopédica, ao empreenderam suas viagens de pesquisa corpo a corpo esses homens de ciência - que iriam revelar o Brasil para os próprios brasileiros - registravam em manuscritos de viagens suas experiências vividas num mundo desconhecido para depois divulgá-las sob os mais variados aspectos, passando pelos diversos ramos da história natural, às observações etnológicas, aos registros iconográficos dos seres vivos, à crítica de costumes e até mesmo à literatura.

Seus cadernos de campo eram verdadeiros companheiros de viagem, muitas vezes os únicos interlocutores possíveis. Neles tudo anotavam criteriosamente: as mais íntimas reflexões, seus estados de espírito, as experiências vividas cotidianamente, as dificuldades encontradas nos percursos, suas impressões pessoais sobre a natureza, a coleta e preparação de espécimes naturais, os lugares visitados, os hábitos, costumes e estilo de vida dos habitantes do país. Era a partir desses diários, porta-vozes de suas memórias, que organizavam posteriormente seus livros de viagens e aos quais, não raramente, os naturalistas mais criteriosos dedicavam-se durante anos, assim como à divulgação dos resultados científicos de suas expedições.

Esses relatos representavam o testemunho pessoal dos viajantes e, posto que os que se lançavam nas aventuras exploratórias eram homens de formação acadêmica, salvo exceções, seus depoimentos sobre lugares, povos e culturas diferentes, assim como suas descobertas no campo científico eram recebidos com credibilidade por um público leitor ávido das "novidades" de um

mundo novo recém-aberto aos olhares estrangeiros. Sobre esta questão, Leite faz uma interessante observação:

> "O culto do "outro" exerceu um verdadeiro fascínio nos círculos intelectualizados da Europa. As reservas naturais abundantes e a existência de populações indígenas ainda atraíam o europeu não apenas para o estudo e pesquisa, mas também pelo simples deleite. Os 'países exóticos' como eram chamadas as colônias, exerciam enorme atração. As elites dominantes tinham oportunidade de comprovar 'ao vivo'. Outros, de menor poder aquisitivo ou não podendo viajar, liam as façanhas através dos livros de viagem. Essa é, sem dúvida, uma das explicações para o grande sucesso desse tipo de obra publicada na Europa do século XIX (1996a,p.60).

A par disso, a curiosidade européia em conhecer terras distantes e exóticas, ia ao encontro de um já estabelecido e próspero mercado editorial de publicações literárias de viagem, de álbuns ilustrados e de coleções de espécimes naturais que inclusive representavam para os naturalistas-viajantes uma segura fonte de rendimentos, além da possibilidade do reconhecimento nos meios científicos da época. Esses fatores sem dúvida os motivaram a penetrarem no mercado de bens simbólicos, através de contrato antecipado de venda de livros de viagens e de coleções de história natural, que eram, ao lado do apoio material governamental ou de academias de ciências, um esquema alternativo de financiamento que possibilitava a viabilização de suas expedições científicas (Oliveira Filho,op.cit.,p.107).

Estudos contemporâneos têm realçado o etnocentrismo como conceito-chave para o entendimento da percepção que os naturalistas e viajantes estrangeiros tiveram do Brasil oitocentista. Definido por Rocha como "uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e os outros são pensados e sentidos através de nossos valores, nossos modelos e nossas definições sobre o que é a existência" (1994,p.7), este conceito é um terreno fértil para a abordagem da alteridade, cuja experiência expressa a dificuldade que normalmente se tem em enxergar o ser humano diferente, a partir do ponto de vista dele próprio e não a partir dos valores e referências de quem observa.

De fato, a leitura e interpretação dos relatos de viagens pelo Brasil

tem permitido concluir que esses visitantes - envolvidos na enorme expectativa de conhecer essas terras idealizadas na Europa pela exuberância de suas florestas habitadas por povos primitivos, pela grandeza de seus rios, pelo clima tropical e pela abundância de seus recursos naturais - frustaram-se frente à realidade social encontrada, demonstrando maior empatia pela natureza do que pelos habitantes, com os quais não se identificavam. Contaminados pelas idéias de progresso e vindos de um continente que se auto-concebia como civilização sábia e superior não relativizaram o que viram, e ao se depararem com a situação peculiar do Brasil, reforçaram sua própria auto-imagem pela comparação, reduzindo a do "outro" a um estágio de atraso e primitivismo. Isso porque esses naturalistas estrangeiros não passaram por um processo de abstração do próprio "eu" para considerar o "outro", revelando, em suas ilações sobre o país, a percepção etnocêntrica de um olhar ingênuo, que transformava em absolutos os valores e instituições de sua própria cultura.

A impressão que tiveram da terra, comumente vista como um conjunto doentio e degradante de raças que se misturavam ao sabor de uma natureza sensual, passava por espessas camadas de representações sociais que tinham que superar para o entendimento do "outro", o que na maior parte das vezes não ocorria.[20] A noção da "diferença" os impedia de ver no Brasil uma sociedade que vivia segundo padrões e comportamentos próprios da época e das circunstâncias historicamente construídas. De modo geral, o país visto por esses viajantes era ainda uma terra inculta e sem identidade, uma nação que não designava um povo com seus valores, escolhas, ideais de vida, hábitos, usos e costumes próprios, unidos por uma língua comum.

O próprio nome "Brasil" chegou a ser atribuído, como o fez o inglês Horace Say em 1815, à "designação genérica das possessões lusitanas na América portuguesa", já que "não existia, por assim dizer, uma unidade brasileira" (Apud:Süssekind,op.cit.,p.38). Frutos de um patrimônio cultural anterior e cristalizado, seus comportamentos diante do "outro" refletiam noções pré-concebidas, sob as quais organizavam suas observações de um mundo estrangeiro totalmente diferente: um imenso país tropical, em vias ou recém-saído de sua condição de colônia, material e culturalmente defasado em relação à Europa, habitado por uma grande maioria de negros, mestiços e indígenas e uma por minoria de brancos como eles próprios, e aos quais também se sentiam

superiores.

Por outro lado, diante dessa que era a mentalidade da época não se pode esperar, nem tampouco exigir desses naturalistas posturas impossíveis de serem pensadas no contexto histórico que vivenciaram. Não entendê-los corretamente na etapa sincrônica em que viveram é cair na armadilha dos julgamentos parciais, é incorrer no erro, hoje inaceitável, de não relativizar, de não perceber as coisas sem que elas passem pelo filtro interno do próprio “eu”. Lançar sobre esses viajantes exploradores um olhar que os situe historicamente é, como nos lembra Bosi, não nos atermos só nos limites de suas determinações objetivas, mas é também a possibilidade de sondarmos a qualidade complexa de suas intencionalidades subjetivas (1993,p.79). Certamente entendê-los sob esta ótica, ou seja, analisá-los como protagonistas de um universo diferente do pessoal significa um profundo respeito pelo mistério que é o “outro”, o que não é fácil pois tendemos ao eco, à repetição. O esforço de conseguir tirar a venda da visão pessoal para mergulhar no “outro” para percebê-lo como é, sente, vive ou interpreta o mundo representa, no mínimo, respeito à individualidade alheia. E é, certamente, o caminho para compreender a vida, as pessoas, e a complexidade de suas interelações.

Ainda que em suas reflexões sobre o Brasil deixem nitidamente transparecer tanto o fascínio por uma natureza intocada, como o confronto com a alteridade do Novo Mundo mediada pelo olhar eurocêntrico, não há como não valorizar o espírito dessas verdadeiras epopéias de desbravamento, plenas de aventuras, fantasias e sonhos que a modernidade desfez. Suas viagens se realizavam em função direta de seus desejos e necessidades e na razão inversa às limitações de sua liberdade. Eram viagens autênticas, partiam do conhecido para a o desconhecido, de dentro para fora, do interior de si mesmos para o exterior do outro. Movidos pelo espírito classificatório, por uma curiosidade sem limites e obstinados com a idéia de penetrar no coração do país, nada detinha esses viajantes do passado que, na busca do novo, da renovação e da própria superação, enfrentavam caminhos intransitáveis e obstáculos muitas vezes intransponíveis.

Seus depoimentos nos remetem para formas de deslocamento no espaço inconcebíveis na atualidade. Viajavam em lombos de mulas, em canoas e mesmo a pé por enormes distâncias onde se deparavam com dificuldades,

desconfortos e imprevistos de toda sorte para os quais não estavam preparados: da solidão dos ermos desabitados onde dormiam ao relento, às febres tropicais que os abatiam, à fome, frio ou calor excessivos. Além do constante cansaço provocado pelos dos meios de transporte, resistiam ao ataque de insetos, a secas ou chuvas torrenciais que os pegavam desprevenidos. Eram obrigados a atravessar rios caudalosos onde não raramente perdiam animais de carga com suas anotações e coleções de espécimes naturais cuidadosamente coletadas e preparadas. Vistas por esta perspectiva, é impossível desconhecer que as contribuições desses primeiros "brasilianistas" para o conhecimento das riquezas do país foram, no mínimo, impressionantes.

Ilustração 20- **Rencontre des Indiens avec des Voyageurs Européens** (Johann Moritz Rugendas). Esta aquarela, sem dúvida uma imagem idealizada se observada em seus detalhes, ilustra uma das formas de deslocamento dos naturalistas e viajantes pelo Brasil do século XIX. A percepção do autor se revela na composição da natureza e na postura e indumentária dos viajantes, que contrastam fortemente com o guia negro e com a nudez dos indígenas.

2.2. AS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.

Pari passu à nova conjuntura instalada com a vinda da Corte para o Brasil, a consolidação dos laços políticos e econômicos entre Inglaterra e Portugal, que já vinham se estreitando desde o século anterior, beneficiou em princípio os viajantes ingleses, que não se furtaram em aproveitar as circunstâncias para defender seus interesses. Tendo assegurado sua posição praticamente hegemônica no mercado brasileiro a influência britânica, que se estenderia por praticamente todo o século XIX através de amplos investimentos de capitais, de tecnologia e importação de mercadorias industrializadas, permitiu não somente a vinda de naturalistas, mas principalmente a de vários representantes da classe mercantil que viajaram pelo país, instalando firmas comerciais nas principais cidades portuárias brasileiras. A título de exemplo, Pantaleão informa que antes mesmo de completar um ano da instalação da Corte no Rio de Janeiro, já exis- tiam 100 estabelecimentos importadores ingleses na capital da colônia (1985,p. 73).

Certamente foi este motivo que levou o governo português a autorizar, de imediato, a presença desses primeiros viajantes ingleses. Imbuídos da mentalidade colonialista da época e defensores dos lesivos tratados realizados entre ingleses e portugueses, eles foram os primeiros críticos mordazes dos costumes da sociedade brasileira, divulgando na Europa um conjunto de preconceitos estereotipados tais como preguiça, indolência e apatia que haveriam de fazer escola. Isto porque quase todos, mesmo os comerciantes, aproveitando-se do mercado editorial de literatura de viagem em ascensão, logo que retornavam ao seu país de origem publicavam memórias sobre o Brasil, onde descreviam a vida rural e urbana do país, seus aspectos naturais, os elementos indígenas, avaliavam as condições de existência da população em geral, seus usos e costumes, as formas de trabalho, a quantidade de mão-de-obra disponível, etc. Escritos sob a ótica do estrangeiro, esses relatos revelam o quanto esses viajantes estavam impregnados pelo filtro de seus equipamentos culturais, que condicionava o modo com que viam e percebiam a realidade brasileira de então.

O naturalista Thomas Lindley, que excepcionalmente recebeu permissão para visitar o país antes da mudança da Corte, foi o primeiro inglês

que deixou informações escritas sobre sua estada no Brasil, ocorrida entre 1802 e 1803, quando elas ainda eram praticamente inexistentes.[21] Suas memórias, reunidas no livro **Narrative of *Voyage* to Brazil**, publicada em Londres em 1805, foi recebida com curiosidade pelos europeus, sendo inclusive traduzida para o francês no ano seguinte.

O mineralogista e comerciante John Mawe, cuja vinda ao Brasil é atribuída ao desejo de enriquecimento fácil, foi o segundo inglês a viajar pelo país com aval oficial. Após haver percorrido as Capitanias de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro entre 1807 e 1810, obteve permissão especial para conhecer o distrito diamantino, até então vedado aos estrangeiros. De volta à Inglaterra, relatou suas reminiscências de viagem no livro **Travels in the Interior of Brazil, Particulary in the Gold and Diamond Districts of that Country** (Londres,1812). Traduzido para o português com o título **Viagens ao Interior do Brasil** (Itatiaia e Edusp,1978), sua leitura detecta o quanto o autor se equivocou nos aspectos geográficos e históricos do país, mudando cursos de rios, citando cidades inexistentes e criando pela própria fantasia personagens que nunca existiram. Por outro lado, seu livro é estimável no que diz respeito às observações que fez sob a capacidade produtiva das minas no período de decadência da atividade mineratória.

Embora esse relatório cause mesmo a impressão de que sua visita às regiões mineiras foi movida menos por interesse de servir à ilustração pública que a seus próprios interesses particulares, ao criticar, por exemplo, as condições do porto e do comércio do Rio de Janeiro, o viajante acabou também por deixar um significativo testemunho da dependência do mercado brasileiro em relação ao inglês. Dentre suas observações, Mawe destaca como as lojas do Rio estavam abarrotadas de mercadorias inglesas, algumas absolutamente inúteis para a realidade dos hábitos tropicais brasileiros, como bizarros patins de gelo e espartilhos.

> “ Tão grande e inesperado foi o fluxo de mercadorias inglesas ao Rio de Janeiro, poucos dias depois da chegada do Príncipe, que os aluguéis das casas para guardá-las elevou-se extraordinariamente. A baía cobriu-se de navios e a alfândega não tardou a transbordar de mercadorias [...] sal, barris de ferragens e pregos, peixe salgado, barris de queijo, chapéus,

> juntamente com uma imensa quantidade de cestos e barris de louças, cordames, barris e garrafas de cervejas, tintas resinas, alcatrão, etc., ficaram expostos não só ao sol e à chuva, mas à depredação geral" (Mawe,1978,p.216-217).

Mais dois súditos britânicos vieram ao Brasil na primeira década do oitocentos, tendo igualmente deixado registradas suas experiências de viagem. Um deles, Jonh Luccock, era o representante comercial da firma Lupton & Co. de Leads. Esse inglês que residiu no Rio de Janeiro entre 1808 e 1818 importava, entre outras mercadorias, "carteiras e porta-notas numa terra onde não existia papel-moeda e onde os homens nem sequer carregavam dinheiro, devido ao peso das moedas, deixando-o aos cuidados de escravos que os acompanhavam..." (Pantaleão,op.cit,p. 76). O grande contingente de escravos urbanos no Rio causou impacto no inglês:

> " Antes das 10 horas da manhã, não havia homens brancos nas ruas, somente escravos (alguns forros) nos trabalhos de carregadores, saíam a recados ou levavam à venda, sobre tabuleiros, frutas, doces, armarinhos [...] Todos eram pretos, tanto homens como mulheres, e um estrangeiro que acontecesse atravessar a cidade pelo meio do dia quase poderia supor-se transplantado para o coração da África" (Apud:Kossoy e Carneiro,p.110).

Não obstante ter sido seu livro de memórias **Notes on Rio** (Londres,1820) escrito com a parcialidade típica do olhar estrangeiro, Francisco Adolfo Varnhagem - Visconde de Porto Seguro e "pai" da historiografia brasileira - o considerou "a mais fiel pintura do verdadeiro estado material, moral e intelectual em que estava a capital do Brasil à chegada da família real e dos progressos que se fez nesses poucos anos" (Apud:Garcia,1922,p.882). Essa visão, que ia ao encontro da imagem cultivada pelos estrangeiros, explica-se pela elevada auto-estima cultivada pela elite local, que, por sinal, não tinha a menor correspondência com a imagem depreciativa que faziam do país e de seus habitantes.

Da mesma natureza são as descrições de viagem pelo Brasil do comerciante e naturalista Henry Koster que após percorrer as Capitanias do Norte e do Nordeste entre os anos de 1809 e 1815, publicou suas memórias no livro

Travels in Brazil (Londres,1816), traduzidas em alemão e francês, onde relata aspectos da agricultura da região e suas experiências como gerente de dois engenhos de açúcar. Nascido em Portugal, mas filho de ingleses, Koster foi também defensor dos desiguais acordos comerciais estabelecidos entre os dois países, assegurando que as concessões mútuas beneficiariam ambas as nações... Embora tenha sido mais suave e condescendente que outros estrangeiros em suas críticas aos usos e costumes dos brasileiros à época, com os quais inclusive dizia sentir-se "entre patrícios", Koster revelou-se imbuído de teses deterministas, atribuindo ao clima o tipo de conduta moral observado no povo:

> "O labor não é agradável. O homem trabalha geralmente por necessidade e tem necessidades de alguns estimulantes para animá-lo ao esforço. Esse fato ocorre sob todos os climas, e influi com maior frequência naqueles em que a natureza inclina à indulgência essas pretensões indolentes" (Apud:Monteiro,1978,p. 75).

Ilustração 21- **A Senhora Saindo a Passeio** (Henry Koster). Uma das primeiras imagens do Brasil oitocentista divulgadas na Europa (1816), retrata o uso da cadeirinha como meio de transporte urbano, hábito que serviu de tema para muitos cronistas e artistas viajantes. Observe-se os carregadores negros uniformizados de libré e chapéu porém descalços, conforme mandava a tradição para os escravos.

Mas a influência britânica que permitiu a vinda desses primeiros viajantes não se limitou aos aspectos políticos e econômicos. Sua orientação se estendeu também para a esfera intelectual da vida brasileira. Chamando a atenção para a importância que o Brasil assumiu para a Inglaterra, Campos assinala que os ingleses interessaram-se também pela História do país. Um esboço histórico e geográfico encontra-se na **History of Brazil** do médico Andrew Grant, publicada em Londres em 1809. Destinada "a todos os que se empenham em especulações comerciais", o livro de Grant exaltava a natureza brasileira, vislumbrando suas potencialidades futuras. Segundo o mesmo autor, outras publicações semelhantes foram escritas por ingleses movidos pela doutrina do "progresso" como Robert Southey (1810-1819), "o primeiro historiador de relevo no concernente ao nosso país", e James Anderson (1821), cujo trabalho apresentava intuito de "comunicar novas informações relativamente a uma porção da América do Sul, agora mais do que nunca digna da atenção do mundo comercial, político e científico" (Op.cit,p.49-52).

Ainda que plenas de juízos de valor, posto que fundamentadas em visões de mundo essencialmente eurocêntricas, essas primeiras fontes de informações que circularam na Europa - exaltando a natureza inanimada em contraste com o quadro negativo das condições sociais e morais do povo brasileiro - colaboraram para construir um Brasil no imaginário do Velho Mundo e certamente despertaram o interesse científico de naturalistas, que se dirigiram ao país na expectativa de conhecer sua diversidade natural e humana. Após os primeiros viajantes que eram sobretudo comerciantes, até a primeira metade do oitocentos diversos botânicos, zoólogos, geógrafos, geólogos e mineralogistas ingleses vieram ao Brasil e suas publicações e produções científicas serviram de estímulo aos que os procederam.

Dentre eles destacaram-se: o ornitólogo Charles Waterton (1812-1816) que esteve entre 1812 e 1816 na Amazônia recolhendo espécimes naturais e escreveu o livro **Wandering on South-América** (Londres,1825); o também ornitologista, entomologista e botânico William Swainson que visitou as Capitanias do nordeste entre 1819 e 1821 e publicou, entre outras, as obras iconográficas **Zoological Ilustrations** e **Birds of Brazil**; o mineralogista Alexander Caldleugh que em viagem pelo Novo Mundo de 1819 a 1821, refere-se à sua passagem pelo Rio de janeiro e às pesquisas que realizou em Minas Gerais no livro de memórias **Travels in South-America** (Londres,1825); o botânico e artista William J. Burchell que, percorrendo grande parte do interior do país, num percurso que se estendeu do Rio até Belém entre os anos de 1825 a 1829, deixou riquíssimo testemunho pictórico e alguns trabalhos botânicos, como o **The Brazilian Herbarium** e o **Catalogus Geographicus Brasiliensis** (Kew,s.d.) e o rev. e botânico R. Wash que veio ao Brasil na qualidade de capelão e viajou pelas Províncias do Rio e de Minas realizando pesquisas faunísticas, publicadas na relação de viagem **Notices of Brazil in 1828 and 1829** (Londres,1830).

Da terceira década até meados do século XIX uma nova leva de naturalistas ingleses visitou o continente sul-americano. Particularmente no Brasil estiveram: o cientista Charles Darwin, que visitou alguns portos brasileiros em sua famosa expedição científica relatada na obra **Voyage d'un Naturaliste ao Tour du Monde, fait à Bord du Navire Beagle de 1831 à 1836** (Paris,1855); o botânico e geólogo George Gardner, cuja estada no Brasil entre 1836 e 1841

propiciou significativo material científico e o livro de memórias **Traves in the Interior of Brazil,** etc. (Londres,1846) e William H. Edwards, que esteve realizando pesquisas botânicas, zoológicas e geográficas Amazônia em 1846 e cujos resultados antes mesmo de serem publicados na obra **A Voyage up the River Amazon** (Londres,1855), encorajou outros naturalistas a visitarem esta região.

Alfred Russel Wallace, Henry Walter Bates e Richard Spruce foram os últimos visitantes desse período. Os dois primeiros empreenderam juntos uma expedição científica pelo Amazonas, iniciada em 1848, da qual resultaram duas hipóteses que arrebatou os cientistas do século passado: o transformismo e o mimetismo. Wallace, envolvido com pesquisas sobre a origem e evolução das espécies, retornou à Inglaterra em 1850 e publicou suas memórias no livro **Narrative of a Travels on the Amazon and Rio Negro** (Londres,1853). Bates permaneceu pesquisando os segredos da flora e da fauna da amazônica até 1859, quando também retornou a Europa com uma imensa coleção de espécimes naturais (dentre as quais foram classificadas 8 000 novas espécies), depositadas no Museu Britânico. Além de relatar sua viagem no livro **The Naturalist on the River Amazon** (Londres,1863,2 vols), Bates também publicou o considerado clássico ensaio **Contribution to Insect Life of the Amazon Valley**. Em 1849 foi a vez do botânico Richard Spruce, que permaneceu na região até 1855, investigando o vale do rio Amazonas, coletando igualmente espécies naturais que enriqueceram os museus da Inglaterra. Suas **Notes of a Botanic on the Amazon and Andes** entretanto só foram publicadas em 1908 por Wallace, em Londres.*

Nesses cinquenta primeiros anos do oitocentos, além dos ingleses - e igualmente estimulados pelo novo intercâmbio de notícias sobre o Brasil proporcionado pelo fim das restrições e pela política de abertura implantada pela nova administração desde a vinda da família real - um número expressivo de europeus, notadamente franceses e germânicos, também se dispôs a percorrer o território brasileiro em expedições de cunho científico. Movidos pelo espírito de "coletar, observar e catalogar" muitos desses pesquisadores também possuíam formação artística e, afora os óbvios interesses em anotar seus diários dados

* Os dados sobre naturalistas ingleses foram pesquisados nos textos de referência de Theodoro Sampaio, Carlos Teschauer, Rodolpho Garcia e Cândido Mello Leitão.

científicos e as experiências do dia-a-dia das viagens, também se preocuparam em elaborar mapas e aspectos topográficos das regiões percorridas, assim como desenhar paisagens brasileiras, temas zoológicos, botânicos, etnográficos e cenas do cotidiano, focalizando a diversidade dos tipos humanos habitantes.

Subjacente a essa prática havia certamente uma intenção nitidamente documental. Até porque, para esses viajantes que se viam como "testemu- nhas oculares", essa era na realidade a única forma disponível de preservarem, ao lado das anotações manuscritas, a memória visual dos objetos observados e dos fatos vivenciados pessoalmente. Suas criações artísticas combinavam a percepção e apreensão pessoal ao desejo de materializar e tornar acessível a todos, os personagens, os seres da natureza e as coisas longínquas e inacessíveis por via direta ao olhar do espectador europeu. Tanto assim que, posteriormente, seus esboços eram reproduzidos em pranchas coloridas, feitas por eles mesmos ou por artistas contratados para este fim, passando a compor os álbuns que acompanhavam a literatura de viagem.

Contudo, convém assinalar que tal qual o texto escrito, a iconografia traduz igualmente a abordagem do autor para descrever e representar o mundo visitado, construído a partir de sua perspectiva, comprometendo, não raras vezes, a noção de "verdade objetiva". Além disso, o fato das estampas serem muitas vezes o resultado do trabalho de vários artistas, que jamais viram o que estavam representando, contribuiu ainda mais para as deformações que se observam em muitas imagens do Brasil à época.

Concomitante com a chegada dos naturalistas estrangeiros, parece-nos interessante registrar que o Brasil também foi visitado por pintores europeus de diferentes nacionalidades, que aqui aportaram com a intenção de registrar as inéditas "paisagens pitorescas" e os "exóticos habitantes" de um país recém-saído de sua condição de isolamento. Acolhidos favoravelmente, tanto por parte da administração colonial como pela imperial, muitos desses artistas se radicaram (principalmente no Rio de Janeiro), ou se estabeleceram por longo tempo no país, viajando e fixando em aquarelas e desenhos suas paisagens naturais e humanas. O primeiro impulso à vinda desses pintores deveu-se, sem dúvida, à presença da Missão Artística francesa, ela mesma responsável pelo estímulo à vinda da maior parte deles, dentre os quais se destacaram, entre os franceses, os pertencentes à família Taunay (Nicolau e Félix Emile - este último pai do

Visconde de Taunay) e os retratistas e paisagistas Vinet, Barandier, Le Chevrel e Debret, seguidos mais tarde pelos irmãos Auguste e Louis Moreau, Armand J. Pallière e Charles Ribeyrolles (Taunay,1895,p.228-231).

O ambiente propício às atividades artísticas também trouxe ao Brasil os ingleses James Henderson e Thomas Grinn; os suiços Charles Guilhaume Théremin e Abraham Louis Buvelot e o dinamarques Paul Harro-Harring (Kossoy e Carneiro,op.cit.,p.20). De acordo com Belluzo, a presença dos artistas estrangeiros e seu engajamento como professores da Academia de Belas Artes, as exposições por ela patrocinadas e a criação de oficinas e ateliês litográficos e xilográficos no Rio de Janeiro, concorreram substancialmente para a circulação de informações do país no exterior. Para a referida autora, foram, certamente, esses os motivos que também atraíram os pintores alemães Emil Bauch, Karl Linde, Heinrich e Karl Fleiuss, Joseph Brüggemann, August Off e Jules Martin, todos herdeiros da tradição artística romântica (1994,vol.III,p.66).

Jean-Baptiste Debret (1768-1848) sem dúvida destacou-se entre os demais artistas, tanto pelo conjunto da obra produzida, como pela importância da divulgação da imagem do Brasil na Europa. Discípulo do célebre francês David, o pintor permaneceu por quinze anos no Brasil (1816-1831) realizando composições típicas de sua formação artística, concebida dentro dos cânones da pintura heróica e histórica, como os retratos de D. João VI e de membros da Corte, o desembarque da arquiduquesa Leopoldina e a aclamação de D. Pedro I, entre outras. Mas sua pintura também revelou que desfrutava de uma visão crítica de certos aspectos da vida social brasileira, enfocando em suas telas as práticas sociais e os de personagens de uma sociedade altamente hierarquizada. Isto é muito nítido principalmente em suas representações da vida cotidiana do Rio de Janeiro, onde dá forte ênfase à presença do escravo em diferentes modalidades de trabalho artesanais.

Além disso, Debret excursionou pelo interior do país, registrando paisagens rurais, aspectos da natureza e tipos indígenas em seu habitat natural. Suas impressões de viagem e composições artísticas foram registradas no livro **Voyage Pittoresque et Historique au Brèsil** em três volumes (Paris,1834 e 1839). No prólogo da edição brasileira dessa obra, informa R.B. de Morais que essa coletânea foi considerada pelos membros do IHGB como chocante por registrar “costumes de escravos e cenas da vida popular com tanto realismo”

(Itatiaia e Edusp,1978, tomos I e II).

Ilustração 22- A percepção da vida urbana brasileira em Debret é um lugar de encontro e confronto de uma sociedade heterogênea. Esta aquarela, denominada **Officier de la Cour se rendent ao Palais**, bem o demonstra através do plano social hierárquico representado na composição.

Ilustração 23- **Paveurs** (Jean-Baptiste Debret). Negros escravos empregados na pavimentação das ruas do Rio de Janeiro.

Por essa ocasião não era igualmente incomum a presença de pintores agregados a missões científicas, contratados com o objetivo de retratarem o país nos seus mais diferentes aspectos. Thomas Ender, Johann Moritz Rugendas, Adrien Taunay e Hercule Florence são exemplos típicos que se inscrevem nessa categoria. Ender veio ao Brasil em 1817 como integrante da Missão Austríaca, e antes de retornar a Viena por não ter se adaptado ao clima tropical acompanhou uma parte da expedição dos alemães Spix e Martius pelo Brasil, particularmente no Rio, São Paulo e Minas Gerais. No curto período em que permaneceu no país (dez meses) o pintor reuniu um significativo acervo de desenhos e aquarelas, alguns deles fazendo parte do álbum de viagem dos citados naturalistas, que retratam o padrão arquitetônico colonial brasileiro em igrejas e casarios, cenas da vida urbana, tipos humanos, vistas panorâmicas, etc.[(22)]

Os outros três faziam parte da expedição organizada pelo naturalista e diplomata alemão Georg Heinrich von Langsdorff, que se estabeleceu em 1813 no Rio de Janeiro como cônsul geral da Rússia (Pinto,1976,p.452). Financiada em parte pelo governo brasileiro e pelo czar Alexandre I essa missão científica, composta por Ludwig Riedel (botânico), Edouard Ménétriès (zoólogo e linguista), Christien Hasse (zoólogo e médico) e Nester Rubtsov (astrônomo), percorreu, de 1821 a 1829, 17 mil quilômetros do território brasileiro - desde o Rio de Janeiro até o Amazonas - coletando dados sobre sua economia, natureza e a população do país. Tendo terminado de forma trágica, com a morte de Taunay no rio Guaporé e com a perda da memória de seu dirigente, vitimado por febres tropicais, seus resultados científicos ficaram esquecidos por cem anos nos arquivos do Jardim Botânico da Academia da Ciências de São Petersburgo, guardados em caixas contendo desenhos, aquarelas, diários, mapas, amostras geológicas e de espécimes naturais, material etnográfico, diários e correspondências diversas.

Recuperados em 1930 por especialistas soviéticos que se

surpreenderam com seu estado de conservação, todo este material, por motivos políticos e ideológicos, permaneceu inacessível aos pesquisadores brasileiros até o final da década de 1980. Na atualidade o acervo da missão Langsdorff vem sendo objeto de estudos acadêmicos na Rússia e particularmente no Brasil, haja vista sua importância como testemunho da vida e da natureza brasileira do século XIX. Recentemente os diários e os documentos dos expedicionários analisados por Komissarov foram traduzidos e publicados em língua portuguesa por Braga no livro **Expedição Langsdorff: Acervo e Fontes Históricas** (antes dele o Visconde de Taunay já havia traduzido uma variante do diário de Hercule Florence, na Revista do IHGB, tomo 39,1876). Komissarov também localizou parte das coleções de Taunay e Florence na referida Academia e em mãos particulares, perfazendo um total de 655 aquarelas e desenhos ainda por estudar. Para este autor russo, o conjunto destes desenhos, somados aos de Rugendas, "formam uma en-
ciclopédia pictórica sem igual, que nos conduz ao passado do povo brasileiro" (1994,p.100).

Rugendas (1802-1858), em razão de seu desentendimento com Langsdorff, se desligou dessa expedição e pôs-se a viajar pelo país por sua própria conta. Além de retratar em suas telas a exuberância do espetáculo da natureza vivenciado em suas excursões, a vida humana dos trópicos foi também foco de atenção do pintor. Embora menos crítico que Debret, fixou em originais desenhos e aquarelas os usos e costumes do povo, as relações entre escravos e senhores, mamelucos, indígenas em seus ambientes naturais e cenários da vida urbana. De volta à Europa em 1825, o artista, denominado por Humboldt como o "desenhista da América", reuniu 100 desenhos feitos no Brasil e publicou-os, acompanhados do livro **Voyage Pittoresque dans le Brèsil** (Munique,1827e Paris,1835).[(23)] Rugendas esteve mais uma vez na América entre 1831 e 1847 visitando diversos países latino-americanos, registrando seus cenários, usos e costumes. No Brasil ele esteve mais um ano, entre 1846 e 1847, particularmente no Rio de Janeiro e Pernambuco. Segundo Oberacker, de volta à Alemanha, teria levado consigo "um acervo de 3 339 esboços, desenhos e aquarelas, que entregou ao rei da Baviera em troca de uma pensão vitalícia" (Op.cit.,p.131).

ILUSTRAÇÃO 24- Representando detalhe de uma mata tipicamente tropical, esta belíssima aquarela de uma **Floresta Virgem perto de Mangaratiba** expressa a visão romântica de seu

autor, Johann Moritz Rugendas, marcada pelo primado dos valores artísticos sobre a natureza observada.

O importante legado pictórico deixado pelos artistas-viajantes tem sido objeto de avaliações recentes não somente pelo valor artístico, mas sobretudo por constituírem importantes fontes documentais visuais, representando verdadeiros testemunhos de uma época significativa da vida histórico-social do Brasil oitocentista. Num trabalho que é pautado por esta perspectiva de análise, Kossoy e Carneiro assinalam que as iconografias produzidas por esses observadores sensíveis da natureza tropical mas também observadores do "outro", posto que retratam atitudes e intenções, também tiveram papel fundamental como veículo de difusão da imagem desse "outro", apresentada como "novidade" na Europa (Op.cit.,p.174).

Retomando nosso tema, é importante destacar neste momento que se o prestígio econômico britânico assegurado pelo acordo de 1810 possibilitou desde cedo a conquista do mercado brasileiro e facilitou a vinda de comerciantes e naturalistas ingleses, os franceses, após o congresso de Viena que restabeleceu a paz na Europa e possibilitou o retorno das relações diplomáticas entre a Portugal e França, sentiram-se igualmente atraídos pelo Novo Mundo. A partir de então, não obstante o fato de a França ter se empenhado em estabelecer relações comerciais com o Brasil, sua esfera de influência sem dúvida iria se organizar mais no plano cultural, traduzindo-se na forte ascendência sobre os hábitos e costumes brasileiros do século XIX. Após a citada Missão Artística que trouxe pintores (retratistas e paisagistas), gravuristas, escultores e arquitetos encarregados do ensino artístico no Rio de Janeiro nos moldes do Liceu de Artes e Ofícios e da Academia de Belas Artes de Paris, outros franceses seguiram-lhes os passos e muitos deles estabeleceram-se definitivamente no país, exercendo diferentes atividades profissionais: eram médicos, literatos, jornalistas, gráficos, educadores, padres, engenheiros, agrônomos, historiadores, negociantes e até militares.

Quanto aos naturalistas, esses também tomaram a iniciativa de explorar o vasto território brasileiro e, de modo geral, suas expedições eram apoiadas financeiramente pelo próprio governo francês ou por academias de ciências. Embora numericamente bastante aquém dos ingleses, foram recebidos com a habitual postura de acolhimento e incentivo que tanto a administração do

Brasil reino como as que se seguiram após a independência dispensavam, de modo geral, aos cientistas estrangeiros. Garcia informa que além de proteção e da permissão para percorreram sem obstáculos as diferentes Províncias, recebiam esses viajantes inclusive uma soma anual para sua manutenção e passaportes apresentando-os em termos lisonjeiros às autoridades do país (1942,p.201).

Dentre os franceses, são dignos de referência o botânico Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire, que empreendeu quatro excursões pelo interior do Brasil entre 1816 a 1822 e publicou extenso material científico e memórias de viagens, dentre elas a conhecida **Voyage dans l'Interieur du Brésil** (Paris,1830-1851,6 vols.); o zoólogo e botânico Hyppolyte Taunay, que na mesma época percorreu grande parte do litoral brasileiro e, com a colaboração de Ferdinand Denis, escreveu o livro **Le Brésil, son Histoire, Moeurs, Usages et Coutumes des Habitants de ce Royaume** (Paris,1824,6 vols) e o botânico, zoólogo e geógrafo Alcides d'Orbigny, que, em sua longa viagem pela América de 1826 a 1833, esteve nas Províncias do sul do Brasil e em Mato Grosso e descreveu suas memórias de viagem no livro **Voyage dans l'Amérique Méridionale** (Paris,1834-1837). A única comissão científica francesa registrada nesse período foi a dirigida pelo naturalista e diplomata Francis de La Porte, conde de Castelnau, que percorreu vasto território do Brasil e países limítrofes entre 1843 e 1847. Integravam-na Eugène d'Osery (engenheiro de minas), Hugues Weddell (médico e botânico) e Emille Déville (zoólogo e preparador), e seus resultados foram publicados em Paris entre os anos de 1850 e 1857, numa obra de quinze volumes entitulada **Expedition dans les Parties Centrales d'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para** (Pinto,op.cit.,p.460).[(24)]

A esfera da influência alemã foi diferente das até agora comentadas. Isto em razão da própria especificidade da Alemanha que, no início do século XIX, não se constituía em um Estado Nacional autônomo. Econômica e politicamente atrasada em relação aos países capitalistas europeus, a Alemanha vivenciava naquele período um intenso processo de lutas internas que levariam à sua unificação no final do século (1871). Apesar de integrar a Confederação Germânica (1815), juntamente com os reinos da Áustria e da Prússia, suas ligações com o mundo exterior ainda eram muito frágeis, o que explica, em

princípio, as tímidas relações comerciais estabelecidas com o Brasil, que entretanto se firmaram pelas vias diplomáticas. Foram justamente essas relações com os países de origem germânica que permitiram o surgimento da primeira corrente migratória de camponeses alemães para o Brasil.

Favorecido pela difícil situação sócio-política e econômica da Alemanha e pelos incentivos do governo brasileiro (que muito prometeu e nada cumpriu), esse movimento ia ao encontro de imagens idealizadas que circulavam sobre a América, vista como o continente do futuro, tornando-se o Brasil, por extensão, a "Terra da Promissão". Para uma aflita classe camponesa deserdada da terra, estabelecer-se no Novo Mundo representava a oportunidade de libertar-se da pobreza numa "terra abençoada, à qual faltavam mãos diligentes para trabalhar o solo". Havia inclusive uma série de músicas que apregoavam as maravilhas do "paraíso do oeste", ecoando na massa popular e incentivando a emigração. Ao som de canções que diziam coisas tais como "vamos para as terras brasílicas, pois lá não há inverno algum", ou "quem ainda quiser viver feliz deve viajar para o Brasil", ou ainda a mais famosa delas, "o Brasil não é longe daqui", embarcavam os alemães na vã esperança de dias melhores, que logo se desvanecia diante "de um rosário de sofrimentos para os que se deixaram levar pelos sonhos da riqueza fácil" (Campos,op.cit.,p.57-59).

Mas o exercício das relações políticas exteriores estendeu-se sobretudo ao prestígio dado ao âmbito científico, o que, em si, representou uma peculiaridade da influência germânica no Brasil nesse período. Certamente foi este fator que possibilitou a vinda de vários naturalistas não só alemães, mas também austríacos, custeados financeiramente por seus países de origem. Incentivados por Humboldt (então intensamente envolvido com suas publicações científicas) e seguindo o exemplo de seus passos rumo à América, esses homens de ciência dispuseram-se a percorrer o país em busca do conhecimento da enorme diversidade e exuberância da flora e da fauna nativa brasileira. As memórias de viagens que elaboraram posteriormente também contribuíram para a divulgação da imagem do país na Europa, e suas produções científicas foram inegavelmente relevantes para o progresso das ciências naturais do século XIX.

Após o citado botânico Sieber, o príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied inaugurou o ciclo das expedições científicas alemãs. Oficial do exército prussiano, Wied-Neuwied era também um apaixonado pela história natural e

decidiu-se a “correr o mundo, renunciando às glórias da vida militar, em que se iniciara com brilho” (Pinto,op.cit.,p.447). Esse pioneiro viajante aqui chegou em 1815 com o pseudônimo de Max von Braunsberg e, acompanhado dos jovens naturalistas George Freyreiss e Franz Sellow (que vieram ao Brasil em 1813, intermediados pelo barão Langsdorff), dedicou-se a investigações nos campos da botânica, da zoologia e da etnologia. De volta à Alemanha, descreveu sua viagem no livro **Reise nach Brasilien:1815-1817** (Francfurt,1820-1822, 2 vols. com atlas), cujo tom narrativo ainda é, na avaliação de Mello Leitão “um encanto para o naturalista, pelo colorido das paisagens, pelas notas quase sempre benévolas, pelas observações cheias de vida e perspicácia” (Op.cit.,p.432).

Os resultados das pesquisas científicas de Wied-Neuwied foram publicados na obra **Beiträge zur Naturgeschichte von Brasilien** (Weimar,1825-1832, 5 vols.), editado em francês com o título Matériaux pour l’Histoire Naturelle du Brésil (Teschauer,op.cit.,p.369). Freyreiss e Sellow, que também viajaram com o barão Eschwege realizando pesquisas mineralógicas, não só deixaram trabalhos científicos e memórias de suas viagens, como enviaram diversas coleções de história natural para os Museus do Rio de Janeiro e de Berlim. Sobre eles diz Garcia: “G. Freyreiss interessou-se pela colonização alemã em nosso país [...] conseguiu a fundação da Colônia Leopoldina, no sul da Bahia. Faleceu em 1825, aos 36 anos de idade, e foi sepultado na Vila de Viçosa. Seu companheiro F. Sellow, morreu afogado no rio Mucurí, na Bahia” (1942,p.204).

Esses primeiros viajantes foram seguidos muito de perto por outros cientistas de origem germânica de ainda maior importância, que tiveram oportunidade de visitar o país em 1817 por ocasião do casamento de D. Leopoldina de Habsburgo, filha do imperador da Áustria, com D. Pedro de Alcântara, herdeiro da Coroa portuguesa. Somando-se oportunamente aos aspectos políticos que envolveram a união das duas Coroas imperiais, os interesses em conhecer as riquezas naturais do Brasil foram viabilizados pela organização de uma expedição científica apoiada pelos governos da Áustria, da Bavária e da Toscana. Para tal, foram incorporados na comitiva da futura imperatriz uma comissão de naturalistas com o objetivo de empreender viagens exploratórias pelo país concernentes à história natural, e cujos profícuos resultados não só permitiram a criação de um museu brasileiro em Viena, como enriqueceram os acervos botânicos e zoológicos de diversas instituições

científicas de Berlim e Munique.

Liderada pelo botânico austríaco Johann Christien Mikan e considerada “a maior que já visitou nosso país, nunca tendo aportado um grupo tão numeroso e seleto de cientistas” (Mello Leitão,op.cit.,p.349), a Missão Austríaca, como ficou conhecida, contou com a presença de competentes naturalista já consagrados nos meios intelectuais europeus, como Johann E. Pohl e Johann von Natterer (austríacos), Johann-Baptiste von Spix e Karl F. Von Martius (alemães) e Giuseppe Radi (italiano). A esta equipe foram também agregados o citado pintor Thomas Ender, o desenhista Franz J. Frühbeck, o paisagista e botânico Johann Buchberger, o jardineiro e botânico Wilhelm Schott, o caçador e taxidermista Domenik Sochor e o mineralogista e bibliotecário Rochus Shüch. Este último que se tornaria diretor do gabinete de história natural da imperatriz Leopoldina, ela mesma, informa Oberecker, “particularmente inclinada” aos estudos desta matéria (Op.cit,p.123).

O botânico e mineralogista Pohl permaneceu no Brasil por mais de quatro anos viajando demoradamente pelo interior do país, principalmente pelas Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás. Vitimado por febres tropicais e inadaptado às condições do país (o que aliás não era incomum entre os naturalistas-viajantes), retornou à Europa em 1821, levando grandes coleções de espécimes naturais e geológicos, depositados no recém-criado Museu de Viena. Apesar de não ter sobrevivido muito tempo (morreu em 1836), Pohl ainda teve tempo de se debruçar em suas pesquisas sobre o Brasil, consignando-as em cinco títulos de interesse sobre o país, com descrições de novas espécies botânicas, especialmente na **Plantarum Brasiliae Icones et Descriptiones** (Viena, 1827-1831). Suas memórias foram reunidas na **Reise im Innerm von Brasilien** (Viagem no Interior do Brasil. Viena,1832-1837).

Natterer, que era botânico e zoólogo, permaneceu no Brasil por 18 anos (1817-1835), e a amplitude de suas expedições abarcou praticamente todo o território do país, particularmente o da Amazônia. Considerado excelente taxidermista, foi o naturalista que mais enviou espécimes naturais e artefatos indígenas para o Museu de História Natural de Viena, onde assumiu a cadeira de professor adjunto após seu retorno.[(25)] Segundo Oberacker, a maior parte de seus manuscritos de viagem, diários e pesquisas científicas foram consumidos pelo

incêndio que destruiu aquele Museu em 1848, e só no final do século foi publicado em Viena (1871) um trabalho seu sobre pássaros brasileiros: **Zur Ornithologie Brasiliens: Resultäte von Johann Natterers Reisen in der Jahren 1817 bis 1835** (id.ibid.,p.125). De Raddi pouco se tem notícia, pois não se aventurou em missões científicas além da Capitania do Rio de Janeiro, onde herborizou na região da Serra dos Órgãos na companhia do inglês Swainson, retornando à Europa em 1819. Esse naturalista italiano não escreveu memórias de sua viagem, mas deixou diversas monografias de interesse botânico e zoológico, dentre elas as **Di Alcune Specie Nuove di Repttili i Pianti Brasiliani** e a **Plantarum Brasiliensium - Nova Genera et Species Novae,** publicadas em Roma e em Florença nos anos de 1819 e 1825 respectivamente (Garcia,1942,p.217).

É de absoluto consenso na historiografia das expedições científicas oitocentistas que os bávaros Spix e Martius foram os mais significativos naturalistas-viajantes que visitaram o país naquele período; sendo a leitura da **Reise in Brasilien** (Munique,1823-1831), traduzida com o título **Viagem pelo Brasil** (IHGB,1938,3 vols com atlas contendo 50 gravuras), imprescindível para os que se interessam pelo tema. Percorrendo 10 000 km do território do país (do Rio de Janeiro à Amazônia) entre 1817 a 1820, esses cientistas legaram para a posteridade uma contribuição científica fecunda e inigualável, tanto do ponto de vista quantitativo como pela qualidade e seriedade de suas pesquisas.

Na realidade e por justiça, a obra desses viajantes deve ser atribuída sobretudo a Martius, pois Spix faleceu pouco anos depois de chegarem à Alemanha (1827), e foi Martius que, tendo sobrevivido 40 anos a seu inseparável companheiro de viagem, completou seus estudos zoológicos. Portador de um saber enciclopédico e dominando vários campos do saber que iam da botânica, à etnologia, às artes, à história e à literatura, Martius foi um típico homem de ciência de seu tempo. Dentre sua extensa bibliografia científica, especial destaque é dado a considerada “monumental” **Flora Brasiliensis** (40 vols.,3.811 gravuras), iniciada em 1840 e à qual se dedicou até sua morte em 1868. Concluída por outros cientistas em 1906, essa obra, apesar das inúmeras descobertas posteriores, ainda hoje é referência fundamental para os estudos

botânicos brasileiros (Bellu- zo,1994, vol.II,p.112 e Lisboa,1994,p.16-17).*

Nesse período em que as expedições científicas européias continuavam a avançar pelos trópicos, outros naturalistas estrangeiros estiveram no Brasil, mas nenhum deles obteve êxito semelhante aos dos integrantes da Missão Austríaca. Dentre eles vale citar os botânicos Peter W. Lund, J. Linden e Eduardus F. Poeppig . Lund, que era dinamarquês, chegou em 1827 com o objetivo de coletar espécimes naturais para formar um museu em seu país, intenção que o levou a viajar na companhia de Riedel (integrante da missão Langsdorff) pelas Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Mais tarde, numa outra viagem realizada em 1833, descobriu depósitos fósseis nas cavernas calcárias de Lagoa Santa (MG), e naquela Freguesia estabeleceu-se definitivamente realizando pesquisas paleontológicas, algumas delas comunicadas ao IHGB, que as publicou em sua revista (1843, tomo IV e 1844,tomo VI).

Linden, natural de Luxemburgo, herborizou no país por dois anos (de1835 a 1837) e de volta à Europa, onde tornou-se diretor do Jardim Botânico de Bruxelas, produziu dois trabalhos de valor científicos, contendo iconografias de plantas brasileiras. Finalmente o alemão Poeppig, o mais significativo dentre os acima citados, realizou uma grande expedição pela América do Sul, nela incluindo todo o percurso do rio Amazonas, desde o Peru até sua embocadura. Os resultados botânicos e zoológicos de sua viagem foram organizados na sua **Reise in Chile, Peru und auf dem Amazonas von 1827-1832** (Leipzig,1835-1836) e na **Nova Genera et Species Plantarum quas in Regno Chilensi, Peruviano et in Terra Amazonica** (Leipzig,1835-1844).

Do quanto sumariamente apresentamos em relação a esses naturalistas e viajantes que se deslocaram em expedições científicas pelo território brasileiro, resta-nos reafirmar que o interesse em reexaminar suas contribuições pauta-se no reconhecimento de que eles não só lançaram as bases para o conhecimento sistemático do país, como redigiram páginas fundamentais de uma história que é nossa, ainda que relatada sob a ótica do estrangeiro. Não

---

* Maiores informações sobre as expedições científicas do período analisado e, particularmente sobre os naturalistas Spix e Martius, Saint-Hilaire, Castelnau, Burchel, Pohl e Gardner podem ser consultadas próximo capítulo.

obstante isto, o legado científico e literário que deixaram seguramente representa não apenas uma das veredas que nos transporta à natureza e à cultura do século passado, mas também nos permite rever as imagens que os europeus criaram sobre o Brasil a partir de sua visão de mundo. É justamente esta a motivação que nos levará na seqüência do trabalho a nos determos particularmente nos viajantes que visitaram a Capitania / Província de Goiás na qualidade de exploradores. Nossa proposta será a de avaliar seus depoimentos dentro da perspectiva que a literatura de viagem, ao lado da inequívoca qualidade que a caracteriza enquanto fonte documental para o resgate de histórias regionais, representa também uma manifestada forma de expressão de uma cultura particular, que se pode definir como o discurso sobre o "outro".

CAPÍTULO II

NOTAS

(1) O futuro D. João VI, herdeiro do trono luso-brasileiro, assumiu o poder em 1792 com o impedimento de sua mãe, D. Maria I. Entretanto, somente se atribuiu o título de príncipe-regente em 1799. Sua aclamação como soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves ocorreu em fevereiro de 1818, no Rio de Janeiro, dois anos após a morte de D. Maria I.

(2) A colaboração da Inglaterra na transferência da Corte portuguesa concretizou a manutenção de um acordo antigo entre os dois países, iniciado pelo Tratado de Methuen de 1703, no qual Portugal já havia se tornado aliado e dependente dos produtos ingleses (Campos,1985,p.47) e, como assinala Prado Jr., em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, veio a significar a quebra do monopólio do comércio exercido por

Portugal, ao longo dos séculos de colonização. A mesma análise é feita por Novais, para quem o ato imediato de abertura dos portos significou, assim como para Becker e Egler, o início da ruptura com o sistema colonial (1977,p.51).

(3) O ato de abertura dos portos de 28 de janeiro 1808 fixava para o comércio externo um direito geral de 24% *ad valorem* (tributação feita de acordo com o valor da mercadoria importada ou exportada e não conforme seu peso, volume, espécie ou quantidade) para todas as nações. Tendo favorecido os proprietários rurais brasileiros produtores de bens primários destinados à exportação, tal medida contrariou os interesses de comerciantes locais e portugueses, fazendo com que o príncipe regente o reformulasse. Em junho de 1808 um novo acordo foi decretado, restringindo o comércio livre aos portos de Belém, São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. O de cabotagem ficou nas mãos dos portugueses e os impostos de importação para embarcações lusitanas foi reduzido para 16%. Diante da pressão da Inglaterra, em fevereiro de 1810 firmou-se com aquele país um acordo comercial reduzindo a tarifa anterior de 24% para 15% sobre suas mercadorias exportadas para o Brasil, mais favorável portanto que a tarifa outorgada à Portugal. “Tão estranha e absurda situação, que mostra a que ponto chegara a subserviência do soberano português e o predomínio da Inglaterra nos negócios da monarquia, manter-se-á até 1816, quando se equipararão as tarifas portuguesas às inglesas” (Prado Jr.,op.cit.,p.129).

(4) “Dos quase dez milhões de africanos importados pelas Américas o Brasil recebeu cerca de 3.600.000” (Apud:Curtin,op.cit.,p.41). Acrescenta Florentino que apesar haver importado quase quatro milhões de africanos até 1850, em 1872 existia apenas hum milhão e quinhentos mil escravos no Brasil (id.ibid.,p.60). Esses últimos números sem dúvida se explicam pelo movimento abolicionista ligado à crise do escravismo no Brasil, cujo marco inicial ocorreu justamente em 1850 com a Lei Euzébio de Queiróz que proibiu o tráfico negreiro. “Coincidentemente”, neste mesmo ano foi instituída aquela que, segundo palavras de Moreira, seria sua “irmã siamesa”, a Lei de Terras que veio a substituir a Lei de Sesmarias, extinta em 1827. Conforme o autor, a partir de então “[...]a terra se valoriza e ganha a importância mercantil que leva o Estado a formular novas regras, as de mercado de terras, para o arranjo fundiário”(1990,p.27).

(5) Ribeiro demonstra estas disparidades: ”As primeiras estimativas relativas à quantidade de negros introduzidos no Brasil durante os três séculos de tráfico [...] vão desde números exageradamente altos, como 13,5 milhões para Colágeras (1927) ou 15 milhões para Rocha Pombo (1905), até cálculos muito exíguos, como 4,6 milhões para Taunay (1941) e 3,3 milhões para Simonsen (1937)” (Op.cit.,p.161-162).
(6) Segundo os cálculos de Darcy Ribeiro, dos 5 000 000 de aborígenes brasileiros à época do descobrimento, sua população se reduziu, em 1800, a um total de 1 500 000 indivíduos. Desses, 500 000 seriam “índios integrados” e 1 000 000 de “índios isolados” (Id.Ibid., p.151).

(7) De um total de 3 598 132 habitantes em 1819, Mattoso representa por regiões a irregularidade da concentração da população no país: no Norte, 143 251; no Nordeste,
1 112 703; no Sudeste, 1 807 638; no Sul, 433 976; e, no Centro-Oeste, 100 564 (Op.cit.,p. 64-65).

(8) Certamente é difícil avaliar com exatidão quantos portugueses migraram para o Brasil nessa ocasião. Na bibliografia consultada os números não conferem. Para Drummond, “o príncipe regente fugindo das tropas de Napoleão [...] empacotou seus bens mais valiosos e lançou-se atabalhoadamente na travessia do Atlântico em direção ao Brasil. Com D. João vieram sua mãe, D. Maria I, rainha oficial de Portugal, e mais de 20 000 nobres, militares, funcionários, padres e suas respectivas famílias” (1988,p.284). Alencar

et. alii. por sua vez referem-se a uma cifra de 15 000 funcionários que, após a fuga dos nobres, teriam embarcado antes que os 1200 soldados franceses ocupassem a Lisboa (1985,p.81-82).

(9) Neste sentido é interessante relembrar o papel da Inglaterra no processo de emancipação dos países latino-americanos. Tendo consolidado sua posição de potência privilegiada na Europa após vencer o exército francês em Waterloo (1815), os britânicos alastraram sua área de influência para o continente sul-americano por praticamente todo o século XIX, garantindo a exportação de suas manufaturas pelos portos livres do Atlântico e do Pacífico. Já tendo imposto sua "ajuda" na continuidade da casa dos Bragança, que lhe interessava preservar, sua "proteção" também se estendeu aos caudilhos que lutavam para libertar-se da coroa espanhola ainda submetida ao franceses, configurando-se assim o fato de ter a América portuguesa se convertido numa monarquia, e os países de colonização hispânica em repúblicas. Pela ordem, tornaram-se independentes nas primeiras décadas do oitocentos a Argentina (1816), o Chile (1818), a Colômbia (1819), o Peru (1820), a Bolívia (1825), o Uruguai (1828) e finalmente a Venezuela em 1864 (Motta,1996,p.25). Sobre o processo de descolonização dos países latino-americanos, ver também o trabalho *O Brasil e a América Latina*, do geógrafo Manuel Correia de Andrade (1989).

(10) Conforme Fausto, A Gazeta do Rio de Janeiro era o jornal oficial do governo. "O jornal brasileiro independente dessa época, que continha críticas à política portuguesa, era o Correio Brasiliense [...] editado em Londres entre 1808 a 1822" (Op.cit.,p.227). Ao lado do aparecimento da Gazeta do Rio de Janeiro, surgiu o jornal baiano Idade do Ouro do Brasil, ambos circulando sob censura e reprodutores da política oficial da administração lusitana. De acordo com a bibliografia consultada a imprensa brasileira nasceu efetivamente com O Correio Brasiliense, também denominada Armazém Literário, editado em Londres por Hipólito da Costa e que, circulando clandestinamente no Brasil, se caracterizou pela sua oposição aos princípios obscurantistas portugueses que mantinham o país sob rígido controle. Após a Revolução do Porto (1820) o Correio pode entrar livremente no Brasil, o que para seu redator tornou-se razão para o fim de sua existência. Embora a imprensa política tenha se dinamizado após a Independência, não se pode falar de verdadeira *liberdade de imprensa* na primeira metade do século XIX, haja vista as perseguições, prisões e deportações que foram vítimas aqueles que se arvoraram em criticar o sistema vigente à época. Exemplo emblemático disso foi o de Cipriano José Barata de Almeida, que fundou em 1822 o Sentinela da Liberdade, primeira publicação republicana do Brasil, que apoiou todas as revoluções liberais e federalistas contra o governo central. Para maiores informações sobre o tema, consultar Sodré (1966).

(11) Típico exemplo de narrativas que tinham por finalidade informar à Coroa portuguesa aspectos das terras recém-descobertas, encontra-se neste trecho das **Cartas do Brasil**, do padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), descrevendo o lugar onde se fundou Salvador: "A região é tão grande que, dizem, de três partes em que se dividisse o mundo, ocuparia duas [...] é muito fresca e mais ou menos temperada, não se sentindo muito o calor do Estio; tem muitos frutos de diversas qualidades e mui sãosorosos; no mar igualmente muito peixe e bom. Semelham os montes grandes jardins e pomares [...] onde quer que vamos somos recebidos com boa vontade, principalmente pelos meninos, aos quais ensinamos" (Apud:Seixo,1996,p. 131).

(12) Esta afirmação pode ser comprovada pela ordem cronológica com que se deu a dominação dos referidos territórios pelos países imperialistas. Com exceção da tomada da Argélia pelos franceses (1830), da Costa do Ouro pelos ingleses (1843) e da anexação do Texas, do Novo México e da Califórnia pelos americanos (1845-49), foi na segunda metade do século XIX, particularmente no seu último quartel, que a política expansionista imperialista se acirrou (Bruit,1987,p.75-77). No que tange à América luso-espanhola, os primeiros cinquenta anos do oitocentos se caracterizaram pela

descolonização da maior parte de seus países, ao qual se seguiu o processo de formação dos Estados Nacionais sul-americanos, ainda que conduzido pelas classes dominantes, com o aval da Inglaterra (v.nota 09 deste capítulo).

(13) Até meados do século XVIII as coleções de arte, de história natural e de objetos da cultura material de outros povos eram restritas aos denominados "gabinetes", pertencentes a grande senhores que convocavam sábios para inventariá-los. A idéia de museu tal qual concebemos modernamente, ou seja, enquanto instituição com fins educacionais e de formação cultural pública, surgiu no decurso do setecentos, resultante da sistematização dos conhecimentos a partir da obra de Lineu, do movimento enciclopedista e da democratização da sociedade ligada à ascensão da burguesia. Mas foi só a partir da criação do Museu do Louvre em 1793 que esta idéia de livre acesso ao grande público se concretizou realmente, estimulando o aparecimento de inúmeros museus europeus e em outras partes do mundo no decorrer do século XIX. Diferenciando-se da acumulação desordenada dos antigos gabinetes, o alargamento dos interesses nas ciências e nas humanidades advindos da expansão do mundo conhecido conduziu a uma ordenação e classificação dos acervos dos museus gerais em alas específicas, o mesmo ocorrendo nos museus particulares como os de história natural, de antropologia e etnografia, de artes, de história e arqueologia.

(14) O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) foi professor catedrático da Universidade de Königsberg, onde ministrou o curso de geografia física. Antecipando de certa forma a separação característica da cultura moderna entre diferentes campos das ciências, o pensamento de Kant distinguia "[...] o mundo natural, objeto da razão teórica, do mundo moral, domínio da razão prática" (Mendoza,op.cit,p.29). Preocupado com os problemas do conhecimento e, por extensão da ciência, para Kant esta última se compunha de "juízos", que podiam ser "analíticos" ou "sintéticos". Nos "analíticos" incluía as ciências *a priori*, ou especulativas, apoiadas na razão, como a Física e a Matemática. Os "juízos sintéticos" delimitavam as ciências *a posteriori*, ou empíricas, resultantes da experiência, como a Antropologia, a Geografia e a História - estas últimas eram consideradas, respectivamente, ciências descritivas e narrativas. A Geografia tratava dos fenômenos se sucediam no espaço e a História dos acontecimentos que se sucediam no tempo. Entretanto Kant foi mais longe, pois pretendia que os juízos da ciência deviam ser, ao mesmo tempo, subjetivos e objetivos, já que o conhecimento deriva das percepções individuais, interpretada à luz dos esquemas conceituais, que são produtos do raciocínio pautado em experiências anteriores.

(15) Na primeira metade do século XIX destacaram-se na Europa: a Société de Géographie de Paris (1821), a Sociedade Geográfica de Berlim (1828), a Royal Geographical Society of London (1830, surgida da African Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa, de 1788), a Sociedade Geográfica de Frankfurt (1838) e a Sociedade Geográfica Russa de São Petersburgo (1845). Nesse mesmo período ou muito próximo, em países europeus não colonialistas e em outros fora da Europa também foram constituídas sociedades geográficas com igual interesse pelas expedições científicas, podendo-se apontar: a Sociedade de Geografia do México (1833), a Sociedade de Geografia de Genebra (1858), a Sociedade Geográfica Americana de Nova York (1852) e a Sociedade Espanhola de Madri (1856).

No Brasil da primeira metade do século XIX foi criado o mencionado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839), que colaborou expressivamente com o projeto político-social, histórico e territorial brasileiro daquele período. O IHGB desde seu surgimento identificou-se com o projeto de consolidação do Estado Nação brasileiro, cujo o ideário de integridade e de indivisibilidade do território nacional era o dogma político. Consoante com o projeto positivista de progresso, seus membros pertenciam à elite intelectual da época, formada com base nas idéias iluministas européias, particularmente as de Coimbra. Só no final do oitocentos (1883) seria criada a primeira Sociedade

Geográfica (no Rio de Janeiro), que procurou outorgar ao projeto territorial certo grau de cientificidade.

Informações mais detalhadas sobre as sociedades geográficas do século XIX podem ser encontradas em Capel (1983 e 1991), Claval (1972) e Baker (s.d.). Sobre o IHGB e a SGRJ, indicamos Zusman (1993), Magnoli (1997) e Schwarcz (1989).

(16) A organização lineana dos seres vivos em reinos, classes, ordens, espécies e gêneros obedecia a uma ordem natural inalterada desde a criação (Divina) do universo. O novo horizonte teórico inaugurado em fins do século XVIII delineou-se à custa da insatisfação com o "fixismo" de Lineu, e passou a se preocupar com as transformações ocorridas no plano interno dos seres vivos, gerando a necessidade de conhecer a sua "história natural", isto é, os elos que poderiam ligar relacionar as espécies entre si (Wehling,1994,p.61-65).

(17) O oitocentos foi um século complexo e suas transformações estruturais naturalmente não se resumiram à mentalidade científica instalada. Paralelamente uma nova ordem emergiu como consequência da dupla revolução das últimas décadas do século XVIII e do surgimento do sistema capitalista de produção sustentado pelo advento da indústria, pelo desenvolvimento das técnicas e dos meios de comunicação, inaugurando uma moderna economia de mercado que se mundializou sob a primazia européia, o que iria posteriormente justificar o expansionismo neocolonial e as rivalidades imperialistas entre os países mais avançados (Kemp,1985,p.19). Embora não caiba nos limites deste trabalho aprofundarmos estes temas, necessário se faz, ainda que de passagem, lembrar que o contexto histórico europeu desse período foi igualmente norteado por acontecimentos políticos e sociais. Eles foram estimulados pelas correntes liberais, democráticas, socialistas e nacionalistas - denominadas por Rémond como as quatro grandes "vagas" - que entraram em conflito com a ordem estabelecida, com os princípios oficiais, com instituições legais, com as idéias de poder e com as classes dirigentes, representando a luta entre forças políticas, sociais e intelectuais de conservação e de renovação que tiveram, nos diferentes países onde se manifestaram, motivações particulares (1975b,p.8-20).

(18) Permeada pelo impulso dado ao desenvolvimento científico e pelos eventos sócio-econômicos e políticos, a ambientação da primeira metade do século XIX encontrou uma certa identidade no romantismo. Preconizado por Rousseau - em cuja obra filosófica já revelava o amor à natureza - e pelo idealismo alemão, o romantismo assinalou uma transformação significativa no campo das idéias, das artes e das letras. Traduzindo a expressão exaltada dos sentimentos e das paixões, pregava a liberdade de inspiração e a substituição da ordem e do equilíbrio clássico pela fantasia, ou seja, a quebra da rigidez das convenções pela busca do ideal. Sob o signo da rebeldia, da insurgência e exaltando nacionalidades, foi um movimento cultural de forte teor ideológico que pretendia reconciliar o mundo real com o ideal, exprimindo-se ora pelo otimismo e pelo reformismo social, ora pelo pessimismo e insatisfação (o "mal do século" de Chateaubriand), pelo saudosismo e pela contra-revolução.

No Brasil o romantismo surgiu após a independência política de 1822, identificando-se com o ideal de nacionalidade e de afirmação do Estado Nação, estando os primeiros autores preocupados em definir a cultura brasileira em seus variados aspectos: a língua, a etnia, as tradições, o passado histórico, as diferenças regionais, etc. Na poesia são apontados três gerações de poetas românticos. Na primeira, nacionalista, indigenista e religiosa destacaram-se Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães; na segunda, marcada pela influência francesa do 'mal do século', as figuras mais expressivas foram as dos poetas Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Casimiro de Abreu; na última geração, que desenvolveu preocupações sociais e políticas marcadas pelos movimentos abolicionista e republicano, Castro Alves foi sem dúvida seu representante mais significativo. No mesmo contexto pós-independência, o romance que também se

orientava em busca de definição da nação e da cultura brasileira, caracterizou-se por três abordagens: uma indigenista e histórica, outra regionalista e uma terceira urbana. Na prosa romântica e no teatro esses temas foram tratados, entre outros, por José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Joaquim Manuel de Macedo, Visconde de Taunay, Bernardo de Guimarães, Álvares de Azevedo e Martins Pena.

Para um maior aprofundamento sobre o tema, consultar Citelli (1986) e a coletânea de ensaios organizada por Guinsburg (1978).

(19) Já citados no primeiro item deste capítulo, os alemães Wilhelm Ludwig von Eschwege, Friedrich W. L. Varnhagem e Wilhelm C. Gothelf Feldner foram os especialistas contratados pela administração joanina para realizar estudos mineralógicos no Brasil. Varnhagem (pai do historiador Francisco Adolfo Varnhagem, Visconde de de Porto Seguro) nada deixou sobre suas atividades. Feldner prospeccionou jazidas carboníferas no Rio Grande do Sul, tendo elaborado um trabalho científico sobre suas pesquisas. O geólogo e mineralogista Eschwege, que esteve no brasil entre 1810 e 1821 viajando pelo interior do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, seguramente se destacou entre os primeiros pela relevância de seus trabalhos científicos publicados na Alemanha. Particularmente o **Pluto Brasiliensis** (Riqueza do Brasil, 1833, dois volumes) foi a obra que lhe deu maior fama. Neste livro Eschwege expõem suas pesquisas sobre os recursos minerais e a geologia do país, além de descrever a história da descoberta e a ocorrência do ouro em diversas Províncias, as técnicas de extração das jazidas e a legislação das minas. Traduzida por Domício de F. Murta, esta obra foi publicada no Brasil em 1979 pelas editoras Itatiaia e Edusp, compondo a coleção Reconquista do Brasil, n°s 58-59.

(20) “Representações Sociais” é um termo filosófico que significa a reprodução retida na lembrança ou de um conteúdo do pensamento (Minayo,1994,p.89). Intimamente ligada às expressões mentalidade, ‘espírito’, idéias, concepção e visão de mundo, nas ciências sociais a abordagem das representações sociais dá ênfase aos fenômenos mentais coletivos de uma sociedade como linguagem, arte, relações econômicas e políticas, religião, costumes, mitos e correlatos, “cujo processo de constituição está profundamente ligado à forma como os sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu *lugar*, através de uma identidade social” (Jovchelovitch,1994,p.65).

(21) Antes de Lindley, uma única exceção à regra de sigilo mantida pela Coroa portuguesa ocorreu com a autorização dada, em 1801, ao alemão Frederico Guilherme Sieber, que foi o primeiro naturalista a pisar o solo brasileiro no século XIX. Sieber realizou naquele ano pesquisas botânicas e geológicas na Bacia Amazônica, onde coletou espécimes que foram levados para serem estudados na Europa (Oberacker,1985,p.121).

(22) A maior parte do acervo de Ender, cerca de 800 desenhos e aquarelas encontra-se no Museu de Viena e só foi revelada ao Brasil na década de 1950. Parte delas foram reproduzidas por Gilberto Ferrez em duas coletânea: *O Velho Rio de Janeiro Através das Gravuras de Thomas Ender* (SP:Melhoramentos,1957) e *O Brasil de Thomas Ender - 1817* (RJ: Fundação J.M.Salles, 1976). Algumas gravuras e desenhos do artista relativos ao Brasil podem também ser apreciados no álbum *Zeicknungen von Schiffen*, pertencente à Biblioteca nacional (RJ).

(23)Tratando-se de um estudo sobre as condições do Brasil à época, onde ao lado de erros e imprecisões mesclam-se interessantes informações de valor histórico, o texto da Viagem Pitoresca, embora atribuído a Rugendas pelo seu tradutor Sérgio Milliet, foi na realidade escrito por seu amigo Victor Aimée Huber a partir das cartas do artista enviadas a Paris (Belluzo,1994,vol.III,p.77 e Komissarov,op.cit.,p.93-94).

(24) Outros naturalistas franceses estiveram no Brasil nesse período, mas não deixaram obras publicadas. Taunay, em seu estudo sobre os “Estrangeiros Ilustres e Prestimosos” cita os ornitólogos Théodor Descourtilz, Audebert e Vieillot e os botânicos Gaudichaud e Camillo de Montserrat (1895,p.229). Garcia ainda aponta um outro francês, Arsène Isabelle, que não obstante viajar como agente comercial também era um naturalista amador e relatou aspectos geológicos, climáticos e outros relativos às produções naturais dos países da América do Sul que visitou de 1830 a 1834, inclusive o Brasil, no livro **Voyage à Buenos-Ayres et à Porto Alegre, les Missions d’Uruguai et Province de Rio Grande do Sul**, Le Havre, 1835 (1942,p.222).

Ferdinand Denis, embora não fosse propriamente um naturalista, foi outro francês que viajou pelo interior do Brasil, deixando no estudo entitulado **Brésil** (editado na série L’Univers, Histoire et Description de tous les Peuples, Paris:1837) aspectos de interesse histórico e sociológico do país à época (Oberacker,op.cit.,p.129). Com o título **Brasil**, esta obra foi editada pelas editoras Itatiaia e Edusp, em 1980, compondo a coleção Reconquista do Brasil.

(25) O levantamento do extenso roteiro de viagens de Natterer (onde se inclui o acervo das coleções botânicas, zoológicas e etnográficas por ele recolhidas) realizado por seu genro, Július von Neudenburg, foi traduzido no Brasil por Emílio Goeldi (Revista do Museu Paraense, tomo I, 1896), que nele incluiu dados biográficos do naturalista e as novas espécies por ele catalogadas. Essas informações estão reproduzidas nas *Explorações Científicas* de Rodolpho Garcia (1942,p.212-216).

CAPÍTULO III

NATURALISTAS E VIAJANTES ESTRANGEIROS EM GOIÁS (1800-1850)

Dentre os naturalistas integrantes do ciclo das expedições científicas que percorreram o interior do Brasil na primeira metade do oitocentos, interessa, neste momento, ocuparmo-nos particularmente com aqueles que de maneira efetiva estiveram na Capitania de Goiás, elevada, em 1822, à condição de Província.

Protagonistas de experiências até então impensadas para os estrangeiros, a curiosidade desses viajantes levou-os a vencer enormes distâncias que demandavam as remotas fronteiras de um território praticamente desconhecido, delas deixando registros em que relatam seus pontos de vista sobre os mais diferentes aspectos da vida goiana desse período. Para tal estudo, foram sele- cionados os franceses Auguste de Saint-Hilaire e Francis de Castelnau; os ingleses George Gardner e William John Burchell; o austríaco Johann Emanuel Pohl e os alemães Johann Baptist von Spix e karl Friedrich von Martius.

Suas crônicas de viagem são testemunhos reveladores do passado, especialmente quando se considera que o conhecimento da realidade de um espaço vai muito além de sua materialidade, implicando também representações e percepções que os seres humanos estabelecem com o referido espaço. Nesta perspectiva, a leitura e interpretação dessas memórias revestem-se da maior importância à medida em que possibilitam delas extrair inúmeras informações e impressões que tiveram da paisagem goiana da época, ainda que concebidas sob o crivo da mentalidade sustentada pela cosmovisão européia.

Embora em seus transitórios percursos de viagem só possam dar a

conhecer um espaço mediado pelo olhar do “outro”, do estrangeiro; por outro lado, invertendo a posição do foco de análise, esta é também uma forma de nos vermos através deles e de buscarmos, paralelamente ao que pode se inscrecrever como “verdade objetiva”, o resgate das imagens que inequivocamente contribuíram para forjar a construção de um passado que ainda povoa nossa historiografia regional. Por conseguinte, apesar dos estereótipos introduzidos, a leitura de seus relatos de viagem por Goiás permitem uma possibilidade, ainda que imperfeita, de autoconhecimento.

Antes porém de prosseguirmos na sequência do trabalho, atendo-nos à exegese dessas memórias de viagens, consideramos primeiramente esclarecer uma questão, para nós de fundamental importância: *Quem foram esses viajantes?* Neste sentido, e baseando-nos na concepção de “experiência vivida” - via humanística que recorre à filosofia dos significados para responder a indagações pertinentes ao ser humano enquanto produtor e produto do mundo real, que vê cada indivíduo como um mundo particular dentro do universo dos mundos compartilhados e reforçados pela ação social - é que buscamos esboçar, no primeiro item deste capítulo, o perfil de cada um em particular.

No intuito de darmos o primeiro passo para o entendimento de suas visões de mundo, peças chave para a reconstituição e contextualização dos relatos, procuramos definir alguns indicadores que nos auxiliassem neste sentido. Para tal, reunimos o maior número de informações biográficas e bibliográficas sobre os mesmos, investigando suas nacionalidades, origens familiares, formações acadêmico-profissionais, como se inseriam na ambientação científica da época, o que os atraiu e motivou a empreender suas viagens exploratórias, a finalidade das mesmas, quem as financiou, se viajavam em missões particulares ou como integrantes de alguma comissão científica, seus itinerários de viagem pelo Brasil, suas produções científicas, artísticas, literárias e outras que achamos pertinentes.

Todavia, ao nos empenharmos em desvendar um pouco de suas histórias de vida, estamos cientes de que as fontes bibliográficas a que recorremos não são relatos de todo imparciais na medida em que, mesmo involuntariamente, acabam por engendrar um personagem para o leitor. Como na ficção, as personalidades biografadas são como personagens de um autor, que as recria a partir de determinadas opções, correspondentes ao seu próprio

mundo. Diante desse fato, mais duas interrogações se colocam: Como é possível esperar conhecer pessoas que viveram num passado remoto, captar suas razões de vida, reconstuir suas trajetórias apenas com registros antigos ou contemporâneos nem sempre confiáveis? Como é possível desapegarmos de nossa própria concepção de mundo para compreender a do "outro"?

Embora estreitamente relacionadas a primeira delas é, a nosso ver, ainda mais difícil de ser contornada, se é que isto é possível. Como todo historiador bem sabe, entre biógrafo e biografado estabelece-se uma ambígua interação que envolve sentimento e objetividade. Isto não significa que o investigador "inventa a história", posto que seu objeto é real. Entretanto, recortamos de vidas que elegemos para trazer à tona do passado o que nos interessa, ou seja, perguntamos ao passado nossas próprias perguntas. Diante deste fato, e da dificuldade imposta em compreender um mundo de nós distante, no tempo e no espaço, e que inequivocamente remete para a questão da alteridade com a qual já vimos tratando ao longo deste trabalho, nossa preocupação foi a de manter o bom senso de abordarmos suas biografias metodologicamente, inserindo-os no tempo que vivenciaram. Embora estejamos cônscios do natural envolvimento que se estabelece com o objeto da pesquisa, por outro entendemos que a compreensão do passado requer muito mais que emoção, e só vamos realmente ser fiéis aos nossos "personagens" e a nós mesmos se contextualizarmos suas experiências vividas dentro dos padrões da realidade existencial de seu mundo.

Ressalte-se que não é nossa intenção vasculhar em profundidade a vida dos viajantes, mesmo porque não dispomos de material suficiente para tal, nem é o objetivo final deste trabalho. O que pretendemos é estabelecer um delineamento biográfico dos mesmos, razão porque receberão um tratamento de certa forma descritivo, mas cujos resultados nos dê subsídios para a interpretação de suas memórias de viagem, que serão oportunamente tratadas a seguir. Complementam o primeiro item deste capítulo mapas temáticos referentes aos roteiros das expedições empreendidas pelos viajantes no território goiano da época, focalizando as principais localidades visitadas, algumas iconografias que consideramos sugestivas e por fim, quatro quadros com dados gerais sobre os naturalistas e suas viagens. Outrossim, acrescentamos ser de ordem alfabética o critério estabelecido para a apresentação biográfica e bibliográfica dos mesmos.

3.1. PERFIS BIOGRÁFICOS, NOTAS BIBLIOGRÁFICAS E ROTEIROS DE VIAGENS.

BURCHELL, William John

Ilustração 25. **Auto-Retrato de William J. Burchell**.

Naturalista e pintor inglês, William J. Burchell nasceu na cidade de Fulhan, próxima a Londres, no ano de 1781. Praticamente desconhecido até há pouco tempo no Brasil pela comunidade científica, por historiadores e pelo meio artístico, a recente descoberta de seu importantíssimo espólio permitiu resgatar sua memória, figurando atualmente seu nome entre as mais representativas personalidades formadas nas academias européias que produziram valiosa documentação científica e visual sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XIX.

De acordo com seus biógrafos, seu lado anímico, suas aptidões e afinidades desde cedo inclinaram-se para a história natural, tendo ainda bastante jovem, aos quatorze anos de idade, iniciado os estudos de botânica, provavelmente por influência de seu pai, Mathew Burchell, “jardineiro” (como eram então também denominados aqueles que se dedicavam à botânica) e proprietário do Horto de Fulhan. Após concluir seus estudos acadêmicos com brilhantismo foi, em 1803, aceito como membro da Linnean Society of London.

Em 1805, foi nomeado pela Companhia das Índias Orientais para exercer suas atividades profissionais na ilha de Santa Helena, onde permaneceu por cinco anos como professor e organizador do Jardim Botânico, do qual também foi diretor. Relata Ihering que motivos de ordem pessoal, relacionados a uma decepção amorosa, teriam exercido grave e funesta influência sobre Burchell, fazendo que deixasse definitivamente Santa Helena em 1810, dedicando-se exclusivamente, a partir de então, às suas expedições a países longínquos. (1)

Talvez tenha sido esse o motivo pelo qual não retornou de imediato à Inglaterra. Sua personalidade irrequieta de investigador científico levou-o primeiramente à África do Sul, onde permaneceu também por cinco anos. Na Cidade do Cabo preparou-se para uma longa expedição pelo interior, tendo

inclusive aprendido o holandês, no intuito de facilitar sua comunicação. Guiado por nativos e enfrentando adversidades de toda sorte, Burchell empreendeu uma viagem por regiões ainda desconhecidas daquele país, tendo percorrido cerca de 4.500 milhas (7.240 km), razão pela qual se notabilizou posteriormente como o "viajante africano".

De volta à Fulhan em 1815, dedicou-se a organizar o vasto material coletado em sua expedição sul-africana, que incluía 63.000 espécies naturais, 500 desenhos, além de informações gerais que anotara em seus diários de viagem, que incluíam até dados astronômicos e meteorológicos. As memórias dessa viagem estão reunidas na obra que o tornou conhecido e respeitado no meio científico, intitulada **Travels in the Interior of Southern Africa**, publicada em Londres (1822-1824). Por essa ocasião conheceu o naturalista William Swainson (1789-1855), de quem se tornou amigo pessoal. Swainson também planejava incursionar pela Africa do Sul, mas diante dos resultados obtidos por Burchell, optou por uma expedição ao Brasil, onde permaneceu por um ano e meio.

Especialista nos ramos da ornitologia e da entomologia, Swainson pretendia realizar uma expedição com fins científicos pelo interior do país partindo de Recife, onde chegou em dezembro de 1816. Tendo ficado retido naquela cidade até junho de 1817, em razão dos acontecimentos políticos que ali ocorriam (Revolução Pernambucana) e que o impediam de prosseguir viagem, mudou seus planos, dirigindo-se para Salvador, de onde saiu em diversas incursões pelo sertão e pelo litoral baiano até março de 1818. Dirigiu-se então para o Rio de Janeiro, onde já se encontravam vários naturalistas enviados pelas cortes européias para compor comissões científicas. Com o botânico Giuseppe Raddi, diretor do Museu de Florença, realizou uma excursão à Serra dos Órgãos, onde coletaram uma grande variedade de espécies peculiares da Mata Atlântica.

Swainson reuniu em suas viagens uma considerável coleção de aves (760 espécies), de peixes (120 espécies), de insetos (mais de 20.000 espécies) e ainda um herbário de 1200 espécies vegetais. Ao voltar à Inglaterra, em agosto de 1818, dedicou-se a catalogar e classificar o extenso material coletado no Brasil e a produzir diversos trabalhos científicos, dos quais o que mais nos diz respeito é a iconografia **Birds of Brasil**, "contendo mais de oitenta

gravuras, que representam as espécies mais características da Ornis brasileira" (Garcia,1922,p.
883).

Entusiasmado e motivado pela riqueza dos relatos e descrições da paisagem tropical brasileira, além de impressionado com os resultados positivos das expedições de seu amigo Swainson por nosso país, Burchell resolveu conhecer o Brasil. Seus biógrafos não fazem referência a nenhuma instituição científica ou mesmo governamental que tenha dado apoio financeiro às suas viagens nem pelo Brasil, nem tampouco pela África do Sul. O mais provável é que as realizasse por conta própria, haja vista pertencer a uma abastada família. Na realidade, a viabilização das viagens de exploração mediante recursos particulares foi um dos esquemas praticados por viajantes dotados de amplos recursos econômicos. Embora não fosse uma prática frequente, posto que extremamente onerosa, usualmente se restringia à expedição de apenas um viajante, não incorporado a qualquer comissão científica.

Tendo obtido licença para acompanhar a missão de Sir Charles Stwart, que veio ao Rio de Janeiro como encarregado das negociações relativas ao reconhecimento da Independência do Brasil, Burchell, então com 44 anos de idade, e o artista Charles Landseer embarcaram em Portsmouth no navio Wellesley, que zarpou com destino à América do Sul, em 15 de março de 1825. Aportaram na Baia da Guanabara no dia 18 de julho do mesmo ano, após uma escala de dois meses em Lisboa, onde o naturalista teve os primeiros contatos com a língua portuguesa. Burchell permaneceu no Brasil por quase cinco anos. Landseer, cuja existência artística estava ligada à Royal Academy de Londres, onde havia se formado e mais tarde se tornaria reitor, ainda ficou por dois anos e nesse período produziu uma obra pictórica de grande valor artístico sobre o Rio de Janeiro e arredores.

Infelizmente, a perda dos registros de viagem de Burchell, correspondentes ao itinerário que percorreu a partir de São Paulo, ou seja, da maior parte do percurso de suas viagens, o impediu de relatar as memórias de suas expedições, como o fizeram outros naturalistas e viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil no século passado. Já de volta à Inglaterra, escrevendo em 1830 ao professor de botânica da Universidade de Glasgow, Sir Willian Hooker, lamentava tal fato dizendo com uma ponta de amargura que "das belas coisas

publicadas por Saint-Hilaire, Martius e Pohl, a maioria é por mim conhecida, assim como muitas outras que não foram anotadas por eles" (Mckey apud Ferrez,1981,p. 22).[(2)]

Entre os naturalistas que estiveram no Brasil nas primeiras décadas do oitocentos, Burchell é citado somente por George Gardner, que aqui chegou em 1836, incentivado pelo mesmo Prof. Willian Hooker, correspondente de Burchell. Em sua obra **Viagem ao Interior do Brasil**, cita-o como "intrépido" e dá notícias da passagem do "viajante africano" pela fazenda Santa Ana do Paquequer, pertencente a um inglês, George March, localizada na Serra dos Órgãos (RJ), onde Burchell teria se demorado "seis semanas, nove ou dez anos antes", e também no arraial da Chapada, na Província de Goiás (1975,p.19,43 e 160).

Não tendo sido encontrados seus diários, o que se sabe de sua passagem ficou registrado através da correspondência que mantinha com amigos e parentes, das datas de seus desenhos e manuscritos zoológicos e botânicos. Os manuscritos foram de grande valia para a reconstituição de suas expedições, pois mencionam dia-a-dia onde fora herborizar, coletar ou estudar a natureza. Suas cartas pertencem ao acervo da Linnean Society e os manuscritos botânicos estão reunidos nos nove volumes do seu **Catalogus Geographicus Brasiliensis** e no **The Brasilian Herbarium**, obras pertencentes à biblioteca do herbário do Royal Botanic Garden, de Kew.

Em compensação, um inédito e precioso conjunto de mais de 250 desenhos e aquarelas de sua autoria foi localizada em 1960, na Public Library of the African Museum de Johannesburgo, África do Sul. Ignorada por mais de cento e trinta anos, essa coleção representa uma documentação iconográfica de inestimável valor histórico e artístico para o Brasil. Sua divulgação deveu-se à iniciativa de Gilberto Ferrez, que contou com o apoio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do consulado da República Sul-Africana do Rio de Janeiro, cuja intervenção possibilitou a reprodução fotográfica das pranchas de Burchell, posteriormente editadas no livro **O Brasil do Primeiro Reinado Visto pelo Botânico Willian John Burchell**, sob o patrocínio das Fundações Pró-Memória e J.M. Salles, em 1981.

Nessa coleção pictórica de talento incontestável, o artista-cientista, animado pelo espírito da universalidade do saber revela seu perfil enciclopedista, retratando com realismo e originalidade variados temas e cenas da vida brasileira que observou: espécimes vegetais e animais, paisagens litorâneas e do interior, grandes panoramas circulares de algumas cidades, conjuntos urbanos que visitou e tipos humanos, principalmente indígenas, escravos e sertanejos.

Ilustração 26. **Panorama do Rio de Janeiro** (William J. Burchell). Feito do alto do morro do Castelo (hoje demolido) esta aquarela representa com riqueza de detalhes o antigo centro do Rio, permitindo reconhecer edificações importantes como o Mosteiro de São Bento, o Largo do Paço e a igreja da Candelária. Ao fundo a Baia da Guanabara e a Serra do Mar.

Para Belluzo, que compara a qualidade dos desenhos de Burchell aos de Landseer e de Thomas Ender (esse último integrante da missão austríaca que veio ao Brasil em 1817), os procedimentos paisagísticos desses artistas tem em comum composições que resultam do acúmulo de informações, não se inscrevendo na visão idealizada da natureza, cultivada pela sensibilidade romântica: ”o cálculo abstrato de distância do espaço da representação ao real mostram a procura de um justo equilíbrio no movimento de um a outro”. Os tipos humanos não recebem igual tratamento, percebendo-se nas diferentes etnias retratadas um ajuste idealizado a padrões e proporções considerados universais: “não se pode desconhecer que as idealizações diante do motivo dão ensejo ao embelezamento das formas e situam esses artistas na articulação do sensível ao razoável, na aproximação do existente ao desejado” (1994,vol.III,p.37).

Burchell se situa entre os naturalistas e viajantes europeus ligados à especulação científica dotados de recursos de desenho, o que fazia parte da formação acadêmica daquele tempo. Herdeiros da tradição artística do século XVIII, as iconografias desses cientistas-artistas eram utilizadas como auxílio e meio de que dispunham para se aproximarem dos objetos do conhecimento que não lhes eram familiares, preservando-lhes a memória visual juntamente com anotações manuscritas. Utilizados mais tarde para ilustrar álbuns de viagens, esses trabalhos artísticos, realizados também por naturalistas amadores, caracterizavam-se estéticamente pela representação detalhada de elementos topográficos, urbanísticos, da flora ou da fauna, dos costumes, dos tipos humanos e de todos os aspectos que tiveram como origem primordial o comentário da natureza, do povo e da sociedade do país.

Dos desenhos e aquarelas de Burchell pode-se afirmar que não se identificam com o padrão do olhar romântico de muitas composições artísticas realizadas principalmente por artistas diletantes que estiveram no Brasil nas primeiras décadas do oitocentos, encantados com as paisagens exóticas e pitorescas. Em Burchell cada motivo é alvo de concentração, aliando a organização lógica da composição dos grandes planos por ele executados à sensibilidade dos detalhes. Essa preocupação com o detalhe é nítida nas iconografias que retratam as cidades que percorreu, revelando-se como importantes fontes históricas para a reconstituição do padrão construtivo e do estilo arquitetônico colonial brasileiro. Exímio desenhista, as perspectivas e as proporções das construções por ele retratadas são perfeitas, podendo-se mesmo perceber os materiais utilizados nas edificações: se de madeira, de tijolos, de taipa de pilão ou de pedra.

> "Nada lhe passava desapercebido: os grandes beirais com seus cachorros de madeira, os tipos de cimalhas, as janelas com rótulas ou muxarabis, as ombreiras de madeira, as portas almofadadas, os cunhais de pedra, o calçamento, os tipos de telhado, as varandas, os alpendres..." (Ferrez,op.cit.,p.36).

Em sua pesquisa sobre Burchell, Ferrez informa ter localizado em 1970 na biblioteca da Royal Geographical Society de Londres, a publicação da conferência de autoria de Edward Poulton, datada de 1907, reconstituindo parte do roteiro da viagem do naturalista pelo Brasil, "graças às várias cartas escritas a membros de sua família e que lhe foram emprestadas por Mr. Francis A. Burchell na África do Sul "(id.ibid.,p.25). Todavia, o zoólogo Hermann von Ihering já havia feito referências a esse trabalho do Prof. Dr. Poulton, da Universidade de Oxford, em seu artigo intitulado **As Viagens de William John Burchell**, escrito em 1910 e publicado na Separata da Museu Paulista, em 1929:

> " Em nossos trabalhos zoológicos nos deparamos de vez em quando com espécies de insectos, aves,etc. que foram colligidas no Brasil por Burchell ,e, tratando-se muitas vezes de localidades pouco conhecidas ou cujas denominações tem sido mudadas no decorrer dos annos, é conveniente conhecer-se os dados do itinerário desse escellente naturalista" (Op.cit.,p.482).

Ihering ressalta a importância dessa matéria de cunho científico que possibilitou identificar as localidades onde Burchell obteve suas coleções, em trabalho publicado na revista Annals & Magazine of Natural History, com o título **The Collection of William John Burchell** (sér.7,vol.XIII, London, 1904). Posteriormente essa revista, editada pelo Hope-department da Universidade de Oxford, publicou diversos artigos sobre espécies zoológicas e botânicas brasileiras recolhidas pelo naturalista.

No período em que esteve no Brasil (1825-1830), Burchell teve oportunidade de visitar as Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Pará. No Rio se demorou por mais de um ano (de julho de 1825 a setembro de 1826), fazendo excursões pelo litoral e pela região serrana. Data dessa época uma viagem de um mês a Minas Gerais. Essas Províncias foram retratadas em 60 desenhos e aquarelas. A par disso, dedicou seu tempo à coleta de material botânico, entomológico e geológico, que enviou para a Inglaterra antes de prosseguir viagem pelo interior do país.

Em princípio, tinha intenção realizar uma extensa viagem pela América do Sul. Passando por São Paulo, Goiás e Mato Grosso, pretendia seguir pela Bolívia para alcançar o altiplano peruano. Seu itinerário original incluía excursões ao lago Titicaca e às ruínas incaicas. Seguiria depois para Lima, retornando por Buenos Aires. Em suas correspondências exprimia admiração pela natureza brasileira, mas em relação à população sua visão era crítica e mesmo pejorativa. Quando se preparava para partir para a Província de São Paulo, escreveu uma carta a seu pai onde comentava: “minha pretendida viagem parece ter despertado grande interesse entre os europeus daqui; porém os iletrados brasileiros não tomam conhecimento dela” (Mckey apud Ferrez, op.cit.,p.16).

Em setembro de 1826 embarcou para Santos, onde demorou por quase três meses. De dezembro de 1826 a janeiro de 1827 colecionou espécimes florísticos em Cubatão, seguindo para a cidade de São Paulo, onde permaneceu por sete meses herborizando por seus arredores e deixando dessa estadia uma série de desenhos que retratam a cidade com fidedignidade. Passada a estação das águas, partiu, em agosto do mesmo ano, para a Província de Goiás pelo antigo caminho dos bandeirantes, via Jundiaí, Campinas, Franca, registros dos rios Grande e Paranaíba, de onde alcançou o primeiro núcleo

urbano goiano de sua viagem, o arraial de Bonfim. De lá seguiu para a cidade de Goiás, capital da Província, passando pelos arraiais de Meia Ponte e Jaraguá. Segundo se deduz pelas datas registradas nos desenhos desses últimos arraiais, Burchell teria chegado àquela cidade em princípios de 1828, tendo sua estada por lá se estendido por nove meses, certamente em razão das chuvas que o impossibilitaram de prosseguir viagem.

Ilustração 27. **Meia Ponte** (William J. Burchell). Desenho a lápis sobre papel datado de 15.10.1827, retratando detalhe do rio das Almas e da ponte do arraial de Meia Ponte, hoje Pirenópolis, que ficava a 27 léguas da cidade de Goiás e era o entroncamento dos caminhos que demandavam à Província de Goiás.

Burchell registrou a cidade de Goiás em vinte e dois desenhos que constituem sua mais antiga representação pictórica, testemunhando com exatidão e riqueza de detalhes, os mais expressivos logradouros públicos, cenas da vida urbana e duas visões panorâmicas da cidade nos anos vinte do século passado.

Ilustração 28. **Panorama of Goyas on Three Sheets** (William J. Burchell). Aquarela e lápis sobre papel. Na visão deste Panorama de Goiás em Três Folhas é possível observar a harmonia do conjunto urbano colonial da cidade de Goiás, destacando-se a Matriz de Sant'Ana e sua torre sineira (hoje desaparecidas), a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e o Palácio conde dos Arcos.

Ocupando-se em explorar as imediações da cidade, onde teve oportunidade de coletar material botânico e zoológico e ainda organizar suas coleções, o naturalista não se descuidou de sua correspondência. Em carta enviada a Sir W. Hooker, datada de 15 de abril de 1828, dizia que nos últimos cinco meses havia feito uma série de observações e colhido mais de 500 espécies botânicas, que a parte entomológica era oito vezes maior que a reunida na África do Sul e que seu **Catalogus Geographicus** já contava com 7.063 espécies. No entanto, se por um lado o naturalista revelava seu entusiasmo com os resultados obtidos em suas explorações científicas, por outro reiterava a visão negativa e preconceituosa em relação aos brasileiros:

> "Neste país de iletrados, não se encontra alguém que se interesse por ciências. Aqui a natureza fez muito - o homem, nada; aqui ela lhe oferece inúmeros objetos para admiração e estudo, e no entanto, ele continua vegetando no negrume da ignorância e em extrema pobreza, devido unicamente à preguiça" (Ferrez,id.ibis., p.19).

Ainda na cidade de Goiás, tendo recebido notícias da doença de seu pai, Burchell desistiu de seus planos de viagem e, modificando o itinerário

previamente estabelecido, dirigiu-se para a Província do Pará, descendo o rio Tocantins. Partindo da cidade de Goiás em outubro de 1828, seguiu por terra para o norte, passando por diversas localidades na região das cabeceiras do rio Tocantins tais como Arraias, Conceição, Nossa Senhora da Natividade, Carmo e Porto Real, que alcançou em novembro daquele ano. Nesse arraial aguardou ocasião propícia para embarcar, rio abaixo, para Belém. Desse percurso que se estendeu da cidade de Goiás até ao presídio de São João das Duas Barras, localizado no extremo norte da Província, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, onde chegou em abril de 1829, Burchell deixou trinta e quatro desenhos dos arraiais que conheceu, diversas paisagens do rio Tocantins, inclusive uma da Cachoeira do Lageado, além representações de tipos indígenas da região.

Roteiro da Viagem de Burchell pela Província de Goiás - principais localidades visitadas (1827-1828).

Chegando a Belém em junho de 1829, embarcou de volta à Inglaterra em fevereiro de 1830, levando consigo uma coleção estimada em 7.200 espécies vegetais recolhidas em suas expedições pelo Brasil, dedicando-se posteriormente a classificá-las, catalogá-las e a organizar seus manuscritos botânicos e zoológicos. Segundo Ferrez, Burchell era o protótipo do cientista naturalista de sua época: “Individualista, nunca fez parte de escola alguma. Era profundo conhecedor da natureza “in loco” e de tudo que o rodeava. Meticuloso, tudo executava com espírito científico, com maior cuidado e fidelidade, sem medir esfor- ços “(id.ibid.,p.23).

Depois de sua volta à Inglaterra, Burchell teria vivido retirado do mundo, isolado em Fulhan, em meio às suas imensas coleções e guardando-as com tal zelo e ciúmes que não admitia que nem amadores nem cientistas delas tomassem conhecimento, nem tampouco se preocupando em publicar qualquer relatório sobre as mesmas. Não tendo sido divulgados seus trabalhos científicos, é compreensível o quase total desconhecimento de sua existência no Brasil. Apesar de membro eleito pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1841, constando seu nome do Cadastro Social do Instituto (revista do IHGB, Tomo IV,1842), somente em 1964 foi publicada uma matéria a seu respeito, de autoria de Gilberto Ferrez, intitulada **O Mais Belo Panorama do Rio de Janeiro - 1825**.

O final de sua vida foi triste e as circunstâncias de sua morte trágicas. Aos 82 anos de idade, doente e ressentido por se sentir desprestigiado pelo governo inglês que não valorizou seu trabalho, preterindo-o e conferindo honra- rias a outras personalidades que julgava menos competentes, o atormentado William John Burchell pôs fim à própria vida em 13 de março de 1863.

Não consta que Burchell tenha deixado herdeiros diretos. Seus bens foram legados aos seus irmãos e tiveram destino diversos. A seção mais valiosa de suas coleções naturais que se constituía em um imenso herbário, foi doada por sua irmã ao Royal Botanic Garden de Kew. Os três livros de notas de viagem e os manuscritos zoológicos, entre os quais constam 362 espécies de aves e 16.000 de insetos reunidos no Brasil, foram oferecidos pelos herdeiros à Universidade de Oxford, fazendo parte do acervo do Hope-department. A coleção de desenhos foi herdada por um irmão, que posteriormente as legou a um sobrinho, filho de um outro irmão de Burchell, o médico James Burchell, que imigrara para a África do Sul em 1820. Conforme Ferrez, essa coleção foi parar na Public Library de Johannesburg, provavelmente através de venda efetuada por seus parentes radicados na África do Sul.

Seu amigo Swainson, que o admirava e o considerava “um dos melhores preparadores e dos mais capazes investigadores de todos os tempos e países (sic)” (Apud:Ihering,op.cit.,p.483), solidariamente lhe dedicou uma de suas obras, exprimindo-se com as seguintes palavras:

> “A William John Burchell, o Viajante Africano cujas descobertas beneficiaram todos os ramos da ciência natural, cujos talentos, desconhecidos e desestimulados pelo seu próprio governo, são respeitáveis e estimados através do mundo civilizado: este Zoological Illustration é dedicado por seu companheiro e afetuoso amigo, o autor” (Apud:Ferrez,op.cit.,p.26).

CASTELNAU, Francis de

Dentre os mais expressivos naturalistas que vieram ao Brasil no século passado em missão científica, figura o nome do francês Francis de La Porte, conde de Castelnau, nascido em Londres em 1812. Identificado pelo visconde de Taunay entre os “ilustres e prestimosos estrangeiros” que fizeram do Brasil motivo de estudos e investigações, Castelnau, “o notável viajante do interior do Brasil” (1895,p.230), foi o primeiro a atravessar o continente sul-americano desde o Rio de Janeiro até Lima, numa longa expedição de cinco anos (1843-1847), que incluiu uma prolongada estadia na Amazônia.

Embora tenha nascido na Inglaterra, onde seus pais se refugiaram em consequência da Revolução de 1789 que levou muitos nobres a emigrarem, Castelnau, posteriormente, adotou a nacionalidade francesa, pertencente que era à uma antiga e tradicional família aristocrática radicada no centro-sul da França, desde o século XIII. Muitos de seus ancestrais, que se notabilizaram como diplomatas, homens de letras e militares destacaram-se como personalidades participativas da história da França, fazendo jus às palavras “Currens Post Gloriam Semper”, impressas no brasão familiar.

Dentre os inúmeros visitantes estrangeiros que vieram ao Brasil na primeira metade do século XIX, Francis de Castelnau identifica-se com aqueles que possuíam elevada posição social e formação acadêmica especializada. Dedicando-se às ciências da natureza, particularmente ao estudo da zoologia, da geologia e da etnografia, foi discípulo de grandes sábios de seu tempo, como Cuvier, Adrian Jussieu, Saint-Hilaire e Beaumont, mestres da Academia de Ciências e do Museu de História Natural de Paris. Mais tarde Castelnau optaria pela diplomacia, sem contudo abandonar suas pesquisas científicas.

Já tivemos oportunidade de assinalar que a repercussão dos resultados de expedições científicas e os relatos e álbuns de viagens pitorescas aos continentes ainda pouco conhecidos já vinham despertando na Europa, desde as primeiras décadas do século XIX, o interesse tanto do meio letrado quanto do popular, através da divulgação de uma vasta literatura de viagem produzida por naturalistas, artistas e viajantes diletantes e amadores. Protagonistas de experiências e aventuras inusitadas, cujo impacto estimulou o imaginário europeu em relação a terras desconhecidas, suas produções não somente lhes trouxeram prestígio social e retorno financeiro, como estimularam

as viagens de outros cientistas em busca do conhecimento de imensos cenários naturais ainda por desvendar, principalmente na América e na África.

Com Castelnau não foi diferente. Vivenciando um momento em que a Europa depositava enormes expectativas no conhecimento dos recursos naturais e dos aspectos geográficos, históricos, culturais de outros continentes, que posteriormente iria sustentar nova a mentalidade colonialista e a corrida imperialista da segunda metade do oitocentos, suas afinidades com os estudos da natureza e a atração pelas aventuras exóticas levaram-no a empreender sua primeira viagem de exploração, cuja escolha recaiu na América do Norte. Com recursos financeiros públicos, Castelnau viajou durante cinco anos pelos Estados Unidos e Canadá, tendo, ao voltar à França, registrado suas memórias de viagem no livro **Vues et Souvenirs de l'Amérique du Nord**, além de um trabalho geológico sobre o saluriano do continente norte-americano.

Segundo relata Affonso d'E. Taunay, Castelnau teria mantido contatos diplomáticos nessa viagem, e suas relações teriam sido tão boas com os estadistas "yankees", que teria mesmo recebido uma "honrosa proposta: nomeá-lo agente diplomático desta república (EUA) no Peru, podendo ainda dedicar-se aos estudos de história natural "(1936,p.294). O sucesso dessa missão proporcionou-lhe, de parte do governo francês e da Academia de Ciências da França, o patrocínio de uma outra, então direcionada para as regiões mais centrais da América Meridional. Contando com o apoio e incentivo de Louis Philippe e de seus ministros Villemain e Guizot, que lhe ofereceram subsídios para compra de equipamentos, Castelnau aparelhou-se convenientemente para empreender sua segunda expedição, que contou com a participação de três especialistas: o astrônomo e meteorologista Eugène d'Osery, graduado engenheiro de minas; o Dr. Hugues Weddell, médico e botânico e Emile Déville, zoólogo e preparador. Castelnau estaria à frente dessa comissão científica, encarregado da parte zoológica juntamente com Déville, além de se ocupar da geologia, da paleontologia e da etnografia.

O fim precípuo dessa expedição era o de pesquisar, sob os mais variados aspectos, a vasta bacia do rio Amazonas, num longo percurso que se estenderia por um território ainda desconhecido. Delineada dentro de moldes que eram dos mais vastos até então concebidos, seus integrantes deveriam investigar o Equador magnético, os produtos úteis da Amazônia, sobretudo a quina, realizar

observações dos habitantes, das plantas, animais, da geologia e meteorologia. Conforme Taunay, grande parte do itinerário da viagem da comissão Castelnau, que pretendia percorrer mais de 6000 km, correspondia a regiões ainda intocadas por europeus: “atravessaria a missão o país das amazonas, guerreiras em cuja existência ninguém mais acreditava, e do misterioso El Dorado ou outros cujos nomes faziam desvairar as imaginações” (Id.ibid.,p.293).

Com efeito, conforme comentamos anteriormente, a Amazônia “mis- teriosa e selvagem” sempre tivera o dom de impressionar civilizações distantes e, como outras regiões do Novo Mundo, foi idealizada, fabulada. Realidade e fantasia confundiam-se nas narrativas dos cronistas que descreveram as primeiras expedições de reconhecimento do grande rio, em que referências ao estranhamento dos hábitos e à diversidade dos seres e da natureza exótica eram encontradas com freqüência. No século XIX entretanto, mitos como o do El Dorado e das amazonas já haviam desaparecido do imaginário europeu e os objetivos das expedições eram científicos e pragmáticos.(3)

Partindo do porto de Brest, em 30 de abril de 1843, no brigue de guerra francês Du Petit Thouars, os expedicionários chegaram ao Rio de Janeiro em 17 de junho do mesmo ano. Castelnau tinha então 31 anos de idade. Nesse mesmo dia, entusiasmado diante das inúmeras perspectivas que essa viagem anunciava, o naturalista escreveu em seu diário que se encontrava tomado de alegria e de singular emoção ao pisar o “solo encantado do Brasil “(Apud:Mello Leitão,op.cit,p.356). Todavia, o impacto causado pela visão da beleza natural da Baia da Guanabara foi anuviado ao presenciarem uma cena, para eles inusitada, que os surpreendeu desagradavelmente.

Ao fundear no porto fluminense, os cientistas da missão ficaram pasmados ao avistar uma plataforma flutuante pela qual eram transferidos escravos aprisionados em navios negreiros para um vaso de guerra inglês. Por essa ocasião a Inglaterra, atribuindo-se o papel de “guardiã da moral do mundo”, pressionava o governo imperial pela extinção do tráfico escravagista, passando não somente a autorizar que a marinha inglesa apreendesse os navios suspeitos de contrabandear escravos em alto mar, considerados piratas, como a autorizá-los a penetrarem em águas territoriais e nos portos brasileiros para capturá-los e julgar os envolvidos em tribunais britânicos (Fausto,op.cit.,p.195). Impressionado

com o episódio que testemunhou, Castelnau registrou-o em suas primeiras anotações de viagem, considerando o fato “humilhante para a soberania brasileira que suportava tal atentado à inviolabilidade de suas águas territoriais”(Apud: Taunay,1936,p.296).

O roteiro estabelecido pela comissão científica liderada por Castelnau propunha-se a atravessar o continente sul-americano em duas etapas. A primeira partindo do Rio de Janeiro até Lima, no Peru; a segunda, de volta, desceria o curso do rio Amazonas até sua foz, em Belém do Pará. A expedição limitava-se entre as linhas do Equador e do Trópico de Capricórnio, deixando de fora os afluentes setentrionais da bacia amazônica. Era intenção dos viajantes investigarem, no primeiro percurso, as nascentes meridionais do rio Amazonas, procurando estabelecer comunicações entre suas águas e as do rio Paraguai, o que possibilitaria a abertura da navegação desde as Antilhas até Buenos Aires. Essa exploração geográfica tinha também uma finalidade comercial, na medida em que, ao pesquisarem os recursos naturais da Amazônia, pretendiam encontrar uma solução viável para o seu escoamento.

No Rio de Janeiro Castelnau permaneceu por dois meses, oportunidade em que, na companhia de seus companheiros de viagem, realizou breves excursões botânicas, zoológicas e geológicas pelas suas imediações, coletando material para estudos, que foram enviados ainda no mesmo ano à Academia de Ciências da França. Por essa ocasião, observou que a natureza tropical daquela região oferecia abundante material botânico para coleta, mas do reino animal já não se podia dizer o mesmo:

> “[...] a numerosa população que se comprime nos arredores do Rio de Janeiro caçou quase que inteiramente os mamífieros, os pássaros brilhantes e mesmo os papagaios tornaram-se hoje muito raros nas vizinhanças imediatas da cidade “(Apud:Mello Leitão, op.cit.,p.408).

Preparando-se para a expedição, pesquisaram na Biblioteca Nacional, em bibliotecas particulares e no Instituto Histórico e Geográfico, procurando dados e informações sobre tudo que se pudesse relacionar com a finalidade da mesma. Do governo imperial receberam apoio na forma de cartas de apresentação aos presidentes das Províncias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará, que deviam percorrer. Deixando o Rio de Janeiro em 12 de

outubro de 1843, a missão Castelnau seguiu para Minas Gerais, demorando-se em Ouro Preto, Sabará e Pitanguí. Observando as técnicas de produção aurífera dessa Província, o naturalista, alheio às condições históricas de exploração a que aquela região de minas se submetia desde o período colonial, fez severas críticas à "ojeriza infantil dos brasileiros" em relação às companhias inglesas de mineração que na sua opinião traziam grandes benefícios àquela região, "na forma de circulação de grandes capitais, em troca do metal precioso, que a gente da terra era perfeitamente incapaz de extrair do solo (sic)" (Apud:Taunay,1936,p.313).

Seguindo viagem, a expedição alcançou o alto rio S. Francisco em janeiro de 1844. De lá tomaram rumo oeste e, atravessando o registro do rio Paranaíba, adentraram na Província de Goiás. Passando pelos arraiais de Catalão, Bonfim (Silvânia), Meia Ponte (Pirenópolis) e Curralinho (Itaberaí) chegaram em abril à cidade de Goiás. Nessa localidade permaneceram até maio, quando prosseguiram viagem para o norte da Província com o intuito de explorar os rios Araguaia e Tocantins, o que efetivamente fizeram, descendo à jusante pelo primeiro e navegando uma grande extensão do segundo até retornarem à cidade de Goiás por terra. Diz Castelnau em suas memórias de viagem:

> "Meu projeto consistia em reabrir o Araguaia à navegação, que desde muitos anos tinha sido interrompida por causa dos morticínios praticados pelos índios; em subir depois o Tocantins, que, a despeito das numerosas quedas, é percorrido todos os anos por grandes canoas, procedentes do Pará, ou a caminho desta Província"(1949,vol.266,p.231).

Contando com o apoio do governo provincial, que cedeu soldados para acompanhá-los considerando que a expedição poderia trazer resultados úteis à navegação comercial, Castelnau e seus companheiros permaneceram naquela região por volta de seis meses. O rio Araguaia foi alcançado após terem embarcado na aldeia de Salinas, às margens do rio Crixás, afluente do Araguaia. A expedição que contava então com 35 homens, desceu cerca de dois terços deste rio em quatro barcos, até São João das Duas Barras. Sobre essa região habitada por indígenas, dizia Castelnau em carta enviada da cidade de Goiás ao IHGB em 1844, que desde a destruição dos presídios pelos índios em 1813, "não

havia sido visitada por homem algum civilizado" (1931,p.117). Subindo o rio Tocantins, os expedicionários passaram pelas vilas de Pedro de Alcântara e Porto Imperial (Porto Nacional), arraiais do Peixe, Amaro Leite, Pilar, aldeia do Carretão, chegando finalmente à cidade de Goiás em 17 outubro de 1844.

Roteiro da Viagem de Castelnau pela Província de Goiás (1844) - principais localidades visitadas.

Após a estada de nove meses na Província de Goiás, a expedição dirigiu-se para Mato Grosso, chegando a Cuiabá em dezembro de 1844. Uma excursão ao norte dessa Província permitiu-lhes determinar a posição geográfica das nascentes dos rios Paraguai e Tapajós. De volta à Cuiabá, desceram os rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai até Assunção, de onde retornaram e, navegando então à montante do rio Arinos, adentraram pelo território da Bolívia, passando por Chuquisaca e Potosí, subindo a Cordilheira dos Andes até La Paz, onde chegaram em 15 de novembro de 1845. De lá rumaram para a capital do Peru, visitando as ruínas da antiga cidade de Tiahuanaco, o lago Titicaca, a cidade de Puno e o vulcão Arequipa, alcançando Lima em janeiro de 1846.

Em maio, iniciaram a viagem de regresso, tomando seu itinerário o rumo leste a fim de alcançar a bacia amazônica. Ainda no Peru ocorreu a única baixa da expedição, com o assassinato de Eugène d'Osery. Esse fato teria ocorrido quando o naturalista tentava voltar a Lima a fim de buscar reforços para os expedicionários que haviam sido abandonados pelos guias contratados. Com ele desapareceu grande parte dos manuscritos da comissão que estavam sob os seus cuidados, sendo recuperadas somente as anotações correspondentes ao percurso da viagem de Goiás até Chiquitos, na Bolívia.[(4)]

Seguindo viagem, a expedição chegou à cidade peruana de Pebas em dezembro de 1846, após navegarem pelos rios Urubamba e Ucayale. Desceram o Maranõn e atravessaram a fronteira brasileira, onde esse rio recebe o nome de Solimões até se misturar com as águas do Negro, formando então o Amazonas, denominação que toma até sua foz, no Atlântico. Dos 6.671 km de extensão do rio Amazonas, a comissão Castelnau percorreu 4.800 km, chegando finalmente à cidade de Belém do Pará em março de 1847, de onde os naturalistas embarcaram para Caiena. A missão continuou suas pesquisas na Guiana, de onde retornaram à França. As coleções etnográficas e de história

natural reunidas pela missão Castelnau no Brasil foram exibidas ao público no Jardin des Plantes de Paris durante vários meses (Oberacker,op.cit.,p.106).

Apesar da fatalidade da morte do companheiro Osery e da perda de grande parte dos resultados científicos da expedição, Castelnau, com o auxílio de Weddell, reconstituiu sua longa viagem sul-americana na obra intitulada **Espedition dans les Parties Centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para,** contendo 15 volumes impressos em Paris pela editora Bertrand, de 1850 a 1857. Os seis primeiros volumes tratam dos relatos da viagem e os demais da parte iconográfica, das antiguidades incaicas, dos itinerários, dos aspectos geográficos, geológicos, botânicos e zoológicos observados pela comissão. Essa obra foi publicada no Brasil pela Companhia Editora Nacional em 1949,com o título **Expedição às Partes Centrais da América do Sul,** integrando a Coleção Brasiliana.

Ilustração 29- **Máscara Ritual**. Litografia do livro Expéditions das les Parties Centrales de l'Amérique du Sud. (Castelnau,1850-1857). Biblioteca da UEB-USP . In: Vansolini,1996,p.219.

Sobre os resultados científicos obtidos pela expedição afirma o naturalista-viajante:

> "[...] apesar da perda de uma porção notável de nossos documentos, os materiais que ainda temos em mãos são muito consideráveis e consistem em mais de 200 desenhos, representando paisagens e costumes das tribos, cerca de 40 desenhos zoológicos, esboços numerosíssimos de plantas, principalmente criptógomos, devido a Weddell, num itinerário completo de nossa viagem do Rio a Lima, em cartas dos rios percorridos, etc" (Apud:Mello Leitão, op.cit.p.409).

Segundo seus biógrafos entretanto, os resultados botânicos, geológicos e zoológicos da missão deixaram a desejar. Apesar dos "esboços numerosíssimos de plantas", a parte botânica é muito pobre e Weddell, dela encarregado, só publicou posteriormente a obra **Chloris Andina**, que trata apenas da flora de altitude. Não obstante ser citado em alguns tratados florísticos referentes ao Brasil, tendo contribuído para a classificação de várias espécies, Weddell não teve o cuidado de indicar os locais onde herborizou, o que dificultou os estudos posteriores sobre sua contribuição para a fitografia brasileira. O valor geológico do relatório de Castelnau é criticado por praticamente resumir-se na descrição das feições topográficas das regiões atravessadas e, quando faz

referências aos aspectos geológicos, como ocorre no trecho de sua viagem aos rios Araguaia e Tocantins, as localidades das ocorrências não são claras. A parte zoológica, especialidade de Castelnau, que se dedicava principalmente à entomologia tendo já publicado um reconhecido trabalho sobre os Bupéstridas (besouros), também é questionada pelos diferentes autores consultados. De acordo com Mello Leitão, por exemplo, apesar do abundante material coligido, o viajante já envolvido com seus afazeres consulares a ele não se dedicou, entregando-o a outros especialistas. (5)

Castelnau retornou ao Brasil em 1849, ocupando na Bahia o cargo de cônsul da França. De lá datou, em 1º de julho desse ano, a introdução de sua **Histoire du Voyage** (Tome Premier. Paris: Bertrand,1850). Nela o viajante emite um breve e eloquente testemunho que resume o entusiasmo pelas experiências vividas no singular cenário da natureza tropical brasileira e, tal qual inúmeros viajantes que desde Humboldt, ao contemplarem a hiléia prodigiosa exprimiram sentimentos quase místicos, afirma: “é impossível duvidar que este foi o berço da raça humana (sic), pois uma região semelhante se apresenta uniformemente ao espírito como sendo o paraíso terrestre da cosmologia universal dos povos” (Apud: Mello Leitão,id.ibid.,p.356).

Posteriormente, o naturalista realizou uma viagem ao continente africano, da qual resultaram dois trabalhos: **Memória sobre os Peixes da África Central** e **História Natural dos Animais Articulados**, este último em colaboração com os zoólogos Blanchard e Lucas. Os últimos anos de sua vida foram totalmente dedicados à diplomacia. Nomeado, em 1862, cônsul geral da França na Austrália, Francis de Castelnau se estabeleceu definitivamente em Melbourne, onde veio a falecer em 4 de fevereiro de 1880, aos 68 anos de idade.

GARDNER, George

Nascido na Escócia em 1813, George Gardner apresenta um perfil característico dos naturalistas-exploradores de seu tempo, que eram, basicamente, movidos pelo espírito enciclopedista, fundamentado na universalidade do saber. Embora tenha tido formação acadêmica em medicina,

quando ainda era estudante sua atração pelos estudos da natureza já se revelavam a ponto de dedicar suas horas de lazer à história natural, na qual iria posteriormente se especializar, principalmente nos campos da botânica, da geologia e da mineralogia. Gardner circunscreve-se igualmente entre os naturalistas e viajantes que, imbuídos pelo desejo de aperfeiçoar e ampliar o conhecimento do mundo, inauguraram nas primeiras décadas do século XIX o ciclo das expedições científicas ao Brasil, e cujos resultados foram amplamente divulgados e reconhecidos nos meios científicos europeus.

Influenciado pela leitura das obras de Humboldt - sábio humanista que dominava o conhecimento das ciências naturais de sua época - e pelas descrições da exuberância e biodiversidade excepcionais da natureza tropical difundidas pelos trabalhos científicos e relatos de viagens feitos por naturalistas que o precederam em expedições exploratórias pelo Brasil, Gardner resolveu empreender sua própria viagem ao continente sul-americano. Seu grande incentivador e patrocinador foi Sir William Jackson Hooker (o mesmo correspondente de Burchell), diretor do Jardim Botânico de Kew e regente da cadeira de botânica da Universidade de Glasgow.

Ainda jovem, aos 23 anos de idade, Gardner preparou-se convenientemente para sua longa viagem, optando por um itinerário que privilegiava as províncias do interior do Brasil. No seu entender, esse seria o melhor campo para suas pesquisas, “visto que as produções vegetais desse imenso império talvez fossem então menos conhecidas dos ingleses, que as de outro país de igual tamanho no mundo” (1975,p.19). Partindo de Glasgow para Londres no dia 14 de março de 1836, no dia 20 desse mesmo mês Gardner deixou a Inglaterra a bordo do navio Memnon com destino ao Rio de Janeiro, onde aportou em 22 de julho daquele ano, após quatro meses de viagem. O impacto causado pela visão panorâmica da Baía da Guanabara ficou registrado em seu diário de viagem:

> “Impossível exprimir os sentimentos que dominam o observador enquanto os seus olhos contemplam o cenário belamente variado que se apresenta à entrada do porto, cenário talvez sem rival na face da terra, e em que a natureza parece ter esgotado todas as suas energias” (Id.ibid.,p.20).

Entretanto, ao desembarcar no dia seguinte após receber o *laissez-passer* das autoridades brasileiras, as impressões produzidas pelo contato direto com a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes causaram-lhe as primeiras sensações de estranhamento que iriam manifestar-se ao longo de sua viagem por um país cujas referências culturais e étnicas eram-lhe até então desconhecidas:

> "Vista de bordo pela manhã,apresentava a cidade um aspecto imponente por sua posição e pelas numerosas casas e igrejas caiadas de branco: mas, olhadas de perto, desvanecia-se a ilusão [...] raramente se vê um rosto branco [...] As ruas estreitas e sórdidas, a catinga de milhares de negros, as emanações dos armazéns de provisões, davam a impressão que podia ser tudo, menos agradável (Id. ibid.,p.20).

Nos cinco anos em que permaneceu no Brasil (1836-1841), Gardner teve oportunidade de viajar por uma vasta porção do território brasileiro, coletando e identificando um grande número de espécies vegetais, muitas delas ainda desconhecidas do mundo científico. Elas foram posteriormente litogravadas em sua obra botânica **Sertum Plantorum**, editada em Londres, por H.B. Fielding, no ano de 1844 (Belluzo,1994,vol.II,p.156).

Sua estada no Rio de Janeiro estendeu-se por um ano e dois meses, período em que realizou diversas expedições botânicas pelos arredores da cidade, pelo interior da Província e pela Serra dos Órgãos. Seguindo seu roteiro de viagem, em setembro de 1837 embarcou no paquete Opossum com a finalidade de explorar as Províncias do nordeste. Esteve na Bahia, em Alagoas e Pernambuco. Dessa última Província dirigiu-se também por mar para o Ceará, desembarcando em Aracatí, de onde seguiu para o interior até a vila de Crato, herborizando pelos seus arredores e pela Serra do Araripe, onde colheu diversas espécies características da caatinga e fez observações geológicas. Ainda no Ceará descobriu depósitos fósseis de peixes e moluscos, que foram enviados em janeiro de 1839 para a Inglaterra, juntamente com parte de suas coleções botânicas.

Seguindo viagem, da Província do Ceará o naturalista dirigiu-se para a cidade de Oeiras, na Província do Piauí. Em seu percurso de volta ao litoral fluminense, Gardner foi acompanhado por Edward Walker, inglês que encontrou no Ceará e que passou a ser seu ajudante e preparador. Do Piauí

retornaram à Província de Pernambuco e, atravessando uma região agreste, denominada pelos seus habitantes de “gerais” tomaram o rumo oeste, transpondo os limites que naquela época ainda separavam essa Província da de Goiás. Essa etapa foi finalmente alcançada no final de setembro 1839, após atravessarem a Chapada da Mangabeira, seguindo o curso do rio Preto.

Na Província de Goiás, o naturalista, sempre acompanhado de E. Walker, demorou-se cerca de sete meses em razão das chuvas, período em que aproveitou para herborizar, coletar e classificar novas espécies, principalmente botânicas. Também identificou várias espécies já classificadas por outros naturalistas, como Saint-Hilaire e Martius. Em Goiás, os viajantes estiveram na aldeia do Duro (São José do Duro, atual Dianópolis), no arraial de Almas e nas vilas de Natividade e Arraias, além dos arraiais da Chapada, da Conceição, São Domingos, Capela da Posse, Sítio d’Abadia e proximidades do arraial Formoso, de onde se dirigiram para Minas Gerais.

Roteiro de Viagem de George Gardner pela Província de Goiás (1839-1840) - principais localidades vivitadas.

Ilustração 30- **Diplusadon decussatus Gardn**. (George Gardner). Villa de Arraias, Goyas. Litogravura do livro Sertum Plantarum.

Ilustração 31- **Cambessedesia mambranacea Gardn**. (George Gardner). Villa de Natividade, Goyas. Litogravura do livro Sertum Plantarum.

Deixando Goiás, após transporem a Serra Geral de Goiás, os viajantes tomaram o rumo sudeste em direção à vila de São Romão no rio S. Francisco, onde chegaram no final de junho de 1840. Da Província de Minas Gerais, onde Gardner examinou os distritos auríferos e diamantíferos, retornaram ao Rio de Janeiro em novembro de 1840. Durante todo o seu percurso de viagem Gardner não se recusou a prestar serviços médicos quando solicitado, tendo inclusive realizado diversas cirurgias. Mas, afora seu desejo em enriquecer seus conhecimentos nesta área, observando as diferentes patologias do interior do Brasil, demonstrou em relação à flora brasileira um particular interesse, tanto no que diz respeito a descoberta de novas espécies como pela possibilidade de seu aproveitamento para uso farmacêutico.

Sua permanência no Rio de Janeiro estendeu-se por seis meses. Embora já tivesse enviado grande parte de suas coletas para os Jardins Botânicos de Glasgow e de Kew, no período que antecedeu seu retorno a Inglaterra dedicou-se a organizar seu herbário de 6.000 espécimes vegetais, reunidas em suas viagens (Ferri,1975d,p.9). Realizou ainda novas pesquisas

pelos arredores da cidade na companhia do botânico alemão Ludwig Riedel, um dos integrantes da citada expedição científica realizada pelo barão Langsdorff no Brasil, entre os anos de 1821 a 1829.

Em maio de 1841 Gardner embarcou no navio Gipsey de volta à Inglaterra. Após uma breve escala de quinze dias na Província do Maranhão, chegou, finalmente, ao porto de Liverpool em 10 de julho do mesmo ano. Diz o naturalista ao final de seu livro de memórias: “não foi sem pesar que deixei o Brasil, porque a vida que lá vivi era independente e livre [...] o país é belo e mais rico que qualquer outro do mundo nos objetos naturais a cujo estudo devotei a minha vida” (Op,cit.,p.250).

Os resultados de suas explorações no lustro em que permaneceu no Brasil foram bastante abrangentes. Embora mais abundantes em relação ao reino vegetal, suas pesquisas a ele não se limitaram. A parte zoológica de suas expedições é inexpressiva; em compensação, suas pesquisas geológicas foram bastante frutíferas. Da mesma forma, a inédita coleção de peixes fósseis que reuniu nas províncias do norte do Brasil suscitou grande interesse nos meios científicos europeus. Conforme informa o próprio naturalista, esse material foi exposto em Glasgow pela Associação Britânica e examinado pelo zoólogo Agassiz, que o descreveu em artigo publicado no New Philosophical Journal de Edimburgo, em 1841 (Id.ibid.,p.104).[(6)]

Em seus cadernos de campo Gardner descreveu detalhadamente o quadro físico das Províncias que conheceu, anotando também importantes observações sobre os diferentes ecosistemas brasileiros. Isso lhe deu as bases para escrever suas memórias de viagem, cujo relato oferece um retrato abrangente da vida e das condições da terra e dos habitantes, reunindo informações concernentes aos aspectos históricos, sociológicos e antropológicos das regiões percorridas que representam, para o leitor contemporâneo atento às concepções de mundo do naturalista, uma valiosa fonte documental para o entendimento dos usos e costumes brasileiros da época.

Sua produção bibliográfica, entretanto, não foi quantitativamente expressiva, pois faleceu ainda jovem, em 11 de março de 1849, oito anos após retornar do Brasil, aos 37 anos de idade incompletos (Garcia,1942,p.223). Por ocasião de sua morte, sobre a qual seus biógrafos não entram em maiores

detalhes, Gardner exercia o cargo de diretor do Jardim Botânico de Kandy, pequena cidade situada no interior do Ceilão (atual Sri Lanka).

Logo após sua volta à Inglaterra, Gardner publicou suas observações geológicas na obra **Geological Notes Made During a Journey from the Coast into the Interior of the Province of Ceará in the North of Brasil**, **Embracing an Account of a Deposit Fossil Fisches** publicada em 1841, em Edimburgo, no vol. XXX do New Philosophical Journal. De 1842 a 1848 publicou no London Journal of Botany, dirigido por Sir William Hooker, as **Contribuitions Towards a Flora of Brazil**. Foi também um dos colaboradores da **Flora Brasiliensis**, do naturalista bávaro Karl F. von Martius (Belluzo,1994,vol.II,p.156).

Sua obra mais significativa reúne as memórias de sua viagem pelo Brasil. Dedicando-a a Sir William Hooker, Gardner compilou-a e concluiu-a no Ceilão em 1846, sendo no mesmo ano publicada em Londres com o título **Travels in the Interior of Brazil, Principal Trough the Northern Provinces and the Gold and Diamond Districts, During the Years 1836-1841** (London: Reeve Brothers, 1846). Reeditada posteriormente em Londres, recebeu também uma versão em alemão, feita por B. Lindem (Leipzig,1848). No Brasil foi editada em 1975 pelas Editoras Itatiaia Ltda./Universidade de São Paulo e traduzida por Milton Amado com o título **Viagem ao Interior do Brasil**, compondo a Coleção Reconquista do Brasil, vol.13.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von

Ilustração 32. **Karl F. P. von Martius.**

Naturalista de origem italiana e alemão por nascimento, Martius, como haveria de ficar conhecido no mundo científico, nasceu no norte da Baviera, na cidade de Erlangen, a 17 de abril de 1794.(7) Criado num ambiente familiar propício à sua formação intelectual, tendo inclusive educação escolar complementada por preceptores particulares, ainda jovem, aos 16 anos de idade, ingressou no curso de medicina da Universidade Fredericus Alexander de sua cidade natal.

Formando-se em 1816, numa época em que não havia ainda a divisão rígida das ciências em disciplinas especializadas, obteve o grau de doutor em botânica, defendendo a tese **Plantarum Horti Academici Erlangensi Enumeratio**, considerada de valor pela profundidade com que tratou o tema. Sua vocação pelas ciências naturais, particularmente pela botânica, deveu-se provavelmente à influência exercida por seu pai, Ernesto Guilherme Martius, professor de farmacologia em Erlangen e um dos fundadores da Sociedade Botânica de Regensburg. Segundo seus biógrafos, o contato com o ofício de seu pai desde cedo contribuiu para sua iniciação nos estudos da flora.

No mesmo ano em que se formou, Martius foi para Munique com o intuito de dar continuidade aos seus estudos na Real Academia de Ciências. Foi lá que travou conhecimento com um de seus membros, o zoólogo Johann Baptiste Spix, de quem se tornaria amigo particular e companheiro de viagem pelo Brasil. Spix abriu-lhe as portas daquela renomada instituição de pesquisa científica, para a qual prestou exames de admissão, sendo aprovado com sucesso. Após haver terminado seus estudos na Academia, tornou-se assistente do conservador do Jardim Botânico de Munique e foi nomeado professor adjunto de botânica da Universidade daquela cidade. No período em que ocupou esses cargos, Martius realizou diversas expedições de estudos aos Alpes, nas regiões do Tirol e da Coríntia, e publicou seu segundo trabalho científico, a **Flora Cryptogamica Erlangensis**.

Em princípios de 1817, dois anos após a frustada tentativa do rei Maximiliam José da Baviera de enviar uma expedição científica à América do Sul, o Museu de História Natural de Viena estava organizando uma missão exploratória ao Brasil, em virtude do casamento da arquiduquesa Leopoldina com o príncipe herdeiro D. Pedro. Graças às ligações familiares do rei da Baviera com o imperador Francisco I, da Áustria, surgiu a oportunidade de integrar Martius e Spix ao séquito da noiva na condição de pesquisadores da Real Academia de Ciências de Munique, a qual lhes forneceu o necessário suporte financeiro para tal empreendimento.

É consenso entre seus biógrafos que a nomeação para integrar a comissão de naturalistas enviados ao Brasil pelos governos da Áustria, da Bavária e da Toscana deveu-se ao fato de que, embora só tivesse 23 anos, por

essa ocasião já havia conquistado o reconhecimento profissional e o respeito do meio científico. Martius, juntamente com o austríaco Pohl e o italiano Raddi ficaram encarregados principalmente da parte botânica da expedição, enquanto Spix e o austríaco Natterer deveriam incumbir-se da parte zoológica. A Academia ainda lhes deu instruções especiais em relação a outros ramos das ciências, no intuito de buscarem o maior número possível de informações sobre aquele vasto e até então pouco conhecido território do continente sul-americano. Assim, tanto quan- to o tempo e as circunstâncias o permitissem, também deveriam ser observados os domínios da geologia e da mineralogia, da física, da geografia e da história, da etnografia e mesmo da filologia.

Para uma missão de tal envergadura Spix e Martius estabeleceram um longo roteiro que cruzaria o interior do país, ainda intocado pela investigação científica. Partindo do Rio de Janeiro, a meta estabelecida era alcançar o Pará, de onde pretendiam seguir o curso do Rio Amazonas adentro, explorando-o, assim como alguns de seus principais afluentes. “Spix e Martius”, como haveriam de ficar conhecidos desde então, permaneceram no Brasil por três anos (1817-1820), período em que empreenderam sua extensa viagem de estudos, conhecendo quase todas as paisagens naturais brasileiras: mata atlântica, cerrado, caatinga e hiléia. Faltaram-lhes o pantanal o os pampas (Vansolini,1990,p164).

Os dois naturalistas bávaros chegaram ao Rio de Janeiro em julho de 1817, onde se demoraram por seis meses investigando a mata atlântica pelas imediações da cidade. Suas primeiras impressões, como a de todos os viajantes que aportavam no Rio, foram de deslumbramento frente à exuberância da natureza tropical:

> “ Na grandiosa entrada do porto do Rio de Janeiro [...] onde espalhadas em labirintos ilhas verdejantes, limitadas ao fundo por uma serra coberta de matas, como jardim paradisíaco de exuberância e magnificiência [...] todos se deleitavam na contemplação do país; cuja doçura, cujo esplendor superam muito todas as belezas naturais, que jamais havíamos visto” (Spix e Martius,1938, vol.I.,p.44-45).

O mesmo não se pode dizer de suas opiniões sobre a sociedade carioca, à qual criticaram acidamente pelo excessivo gosto pelas comodidades,

pelo luxo e pelas formas de vida amena que julgaram ser responsáveis pelo desinteresse em relação às artes e às ciências. Essas observações os levaram inclusive a comparar os diferentes graus de desenvolvimento entre os países dos hemisférios norte e sul. Demonstram estar imbuídos de uma concepção eurocentrista e determinista de mundo, atribuindo à livre sensualidade e ao cultivo da vida exterior dos países do sul o fato de chegarem tardiamente ao aperfeiçoamento artístico e ao enobrecimento científico já alcançados pelos países do norte.

Ilustração 33. **In Rio de Janeiro** (Spix e Martius).

No Rio de Janeiro estiveram com o barão Georg Heinrich von Langsdorff - ou Gregori Ivanovichi Langsdorff - cônsul geral da Rússia Imperial e encarregado de negócios no Brasil. Já adaptado ao país, esse diplomata, e também naturalista, era muito procurado pelos despreparados europeus recém-chegados, aos quais prestava auxílio instruindo-os como enfrentar as condições "adversas" do novo ambiente, e qual era o melhor modo de empreender viagens pelo país (Belluzo,1994,vol.II,p.109). Langsdorff era proprietário de uma fazenda, denominada Mandioca, que se localizava na Serra da Estrela. Visitada e citada por quase todos os naturalistas que estiveram no Rio naquele período, essa fazenda era um exemplo de aclimatação e exploração de novas espécies trazidas da Europa e da Ásia (Sevsenko,op.cit.,p.117). Spix e Martius também a conheceram, opinando sobre o estilo construtivo despojado e tradicional das habitações rurais locais da época:

> "[...] estas pequenas vivendas rurais consistem em algumas peças sem adorno, levantadas sobre o chão frio, com janelas de grades ou postigos; o telhado corre em geral para um lado, alguns pés acima das paredes forma-se a varanda apoiada sobre pilares e muro baixo" (Op.cit.,p.97).

Em dezembro de 1817 os naturalistas partiram do Rio abrindo o caminho de sua peregrinação científica de cerca de 10.000 km pelo interior do Brasil, em cujo percurso seriam auxiliados por tropeiros e guias nativos. Dirigiram-se primeiramente para a Capitania de São Paulo na companhia do citado Thomas Ender, célebre artista também integrante da missão austríaca que fez os registros iconográficos das vilas do vale do rio Paraíba e da cidade de São Paulo, de onde voltou para a Áustria em consequência de sua inadaptação ao clima tropical.

Dessa Capitania seguiram para a de Minas Gerais, dessa vez na companhia do geólogo Eschwege. Em Minas, além dos aspectos geológicos, florísticos e faunísticos, observaram as atividades mineralógicas e diamantíferas em Vila Rica e no Distrito Diamantino. Em março de 1817, prosseguiram viagem seguindo para o norte, penetrando ainda mais no interior do país alcançando o rio São Francisco. (ver ilustração n°19 do Capítulo II)

Em São Romão, antes de prosseguirem pelo itinerário estabelecido internando-se pelo sertão da Bahia, fizeram um desvio para noroeste dirigindo-se, em setembro do mesmo ano, para o rio Carinhanha e atravessando o Registro de Santa Maria adentraram na Capitania de Goiás: "fomos aqui recebidos com todas as mostras da mais cordial e ingênua hospitalidade, o que deve ser considerado um traço importante dos goianos" (Id.ibid.,vol.II,p. 232). Apesar de lamentavelmente terem estado somente numa pequena parte do território de Goiás, em fazendas e pousos nas proximidades dos arraiais de Couro e de Flores, os naturalistas deixaram em suas memórias de viagem interessantes observações sobre a região do Vão do Paranã, sobre a história da Capitania e sobre as possibilidades da navegação no rio Tocantins, razão que justifica suas presenças neste trabalho.

Roteiro de Spix e Martius pela Capitania de Goiás (1818).

Retomando o itinerário de viagem, retornaram aos rios São Francisco e Carinhanha, dirigindo-se para Salvador, onde chegaram em novembro de 1818. Depois de terem ido por mar a Ilhéus, pesquisando seus arredores, retornaram a Salvador onde receberam autorização oficial para seguirem rumo ao norte. Nessa cidade despacharam para Hamburgo o material zoobotânico coletado e iniciaram nova etapa da jornada. Passaram novamente pelo sertão baiano até Joazeiro, atravessando o rio São Francisco e penetraram em Pernambuco em abril de 1819. Nessa Capitania evitaram o litoral por causa das agitações políticas que a vinham convulsionando desde a Revolução Pernambucana de 1817.[(8)]

Dirigindo-se para noroeste, passaram pela cidade de Oeiras no Piauí, e alcançam São Luís do Maranhão. Assolados por febres e enfraquecidos pelo esforço da viagem, permanecem algum tempo em São Luís recuperando-se e organizando a próxima etapa da expedição. Em julho de 1819 embarcam para Belém do Pará, lançando-se à extensa excursão pela bacia amazônica. Partindo

no mês de agosto, durante oito meses investigam os rios Amazonas, Solimões, Negro e Japurá, até a fronteira com a Colômbia, retornando a Belém em abril de 1820. [(9)] Nessa última cidade anotaram:

> "[...] estavam prontos para o embarque as coleções que trazíamos desta expedição longínqua, em quantidade espantosa para nós mesmos, e eram alvo de admiração da gente da cidade, que peregrinava em multidão à nossa casa, para ver as riquezas de sua pátria, tão pouco deles próprios conhecidas" (Id.ibid.,vol.III, p.473).

Dois meses após chegarem a Belém, os naturalistas retornaram à Europa em razão do preocupante estado de saúde de Spix, castigado por alguma moléstia tropical. Despedia-se assim do Brasil uma das mais profícuas expedições empreendidas nas primeiras décadas do século passado, cujos resultados se revelaram através da valiosa produção científica realizada posteriormente por esses dois naturalistas que consagraram o resto de suas vidas não somente a divulgar suas memórias de viagens pelo Novo Mundo, mas a organizar o vasto acervo zoobotânico e etnográfico por eles reunidos e instalados no Museu da Real Academia de Ciências de Munique.

Entretanto, não obstante os aspectos exitosos do colecionismo que os movia, ocorreu um outro fato, pouco comentado por seus biógrafos e que se configura como a nota dissonante e constrangedora da expedição: dos cinco índios pertencentes a tribos da região dos rios Japurá e Içá que lhes foram "presenteados", dois deles, Juri e Miranha, resistiram à travessia do Atlântico, mas faleceram em Munique,"não suportando a mudança de clima e as outras circunstâncias exteriores" (Lisboa,op.cit.,p.29).

Ilustração 34. **Juri** e **Miranha** (Spix e Martius).

De volta a Munique, a 10 de dezembro de 1820, Spix e Martius foram homenageados pelo governo bávaro que os condecorou com a Ordem do Mérito Civil. Recebidos pelo rei Maximiliano José I da Baviera, receberam o título de nobreza que lhes acrescentou o "von'' que passou a acompanhar seus nomes. Por essa ocasião Martius foi nomeado membro da Academia de Ciências, da qual, posteriormente, tornou-se secretário vitalício, transpondo rapidamente os degraus de sua reconhecida carreira científica.

Reassumindo seu trabalho no Jardim Botânico da Academia, onde se tornaria conservador-chefe entre os anos de 1832 a 1854, foi Martius foi também nomeado professor titular da cadeira de botânica da Universidade de Munique. Dedicando-se à docência e à pesquisa, publicou uma extensa bibliografia científica com os dados de natureza botânica e filológica recolhido no Brasil - cerca de 6.500 espécies vegetais e um extenso vocabulário indígena. Os viajantes também levaram para a Alemanha uma coleção de 400 peças etnográficas, representada por armas, utensílios domésticos, cerâmicas, máscaras rituais e arte plumária indígena de diversas tribos da Amazônia (muitas já extintas), que atualmente se encontram no Museu de Etnologia de Munique.

Ilustração 35. **Máscara Juri-Taboca** (Tanzmaske, Darstellung der "Grossen Zecke", Juritaboca). Criada para rituais simbólicos, esta máscara de 40 cm de altura representa a cabeça de um carrapato gigante.

Martius e Spix relataram sua viagem na obra **Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximiliam Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820** (Munique, 1823-1831), composta originalmente em três volumes, acompanhada de um atlas com 50 gravuras, cujo frontispício foi desenhado pelo pintor alemão Peter von Cornelius. Spix entretanto só participou da elaboração do primeiro volume, pois faleceu em 1826, no decurso de sua publicação. Seu companheiro se encarregou de concluí-la, motivo pelo qual seus biógrafos assinalam que ainda que a participação individual dos dois autores da **Viagem pelo Brasil** seja dificilmente perceptível, impõem-se o reconhecimento da prevalência de Martius, o que acabou por creditar-lhe os louros da expedição realizada no país: "à memória de Spix devemos por certo gratidão; Martius, porém, foi mais do que Humboldt, foi o Colombo do Brasil (sic) [...] pelo berço alemão, pelo sangue italiano, Martius é nosso pela cabeça e pelo coração. (10)

Concebida sob a ótica da filosofia romântica e contemplativa da natureza, mas também revelando a influência racionalista iluminista, a **Viagem pelo Brasil** de Spix e Martius é uma obra de inegável valor para o leitor contemporâneo pois apresenta uma enorme variedade de informações sobre o Brasil da primeira metade do século XIX, tanto do ponto de vista das ciências naturais como da história e da geografia, além de reunir dados estatísticos e aspecto sócio-antropológicos e linguísticos do país. Com mais de mil páginas de texto escrito, o atlas que o acompanha contém mapas geográficos e 40 estampas litografadas, realizadas por diversos artistas a partir de esboços e desenhos dos

próprios naturalistas, e que serviram como base para as futuras litogravuras. Spix e Martius acrescentaram ainda um interessante compêndio musical, apresentando canções populares brasileiras e melodias indígenas recolhidas durante a viagem.(11) No Brasil, sua primeira edição completa (três volumes e atlas), com o título **Viagem pelo Brasil**, foi promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1938, traduzido por Lúcia F. Lahmeyer.

Em relação a exploração geográfica do país, a contribuição de Spix e Martius não foi menos importante. Baseados nas anotações e cartas topográficas levantadas durante a viagem, fizeram imprimir em Munique, no ano de 1825, a **General Karte von Sud-Amerika**, "considerada em seu tempo uma das mais completas desta parte do mundo" (Garcia,1922,p.889). Na edição original da **Reise in Brasilien**, vol.III, encontra-se também uma carta do rio Amazonas, elaborada por ocasião de sua expedição àquela região. No Atlas dessa obra, editado pelo IHGB, foram reproduzidos diversos mapas elaborados na Alemanha a partir dos levantamentos feitos pelos naturalistas.

Nos quarenta e dois anos que sobreviveu a Spix, além de completar a obra zoológica de seu companheiro com a colaboração de outros naturalistas, Martius desenvolveu intensa atividade científica, praticamente dedicada ao Brasil. " Inquestionável seguidor da taxionomia de Lineu (1707-1778) [...] almejava alcançar um saber universal [...] para tal cativou vários interlocutores, dentre eles Goeth, Humboldt, Varnhagem e D. Pedro II" (Lisboa,op.cit.,p.8). Nesse período tornou-se membro de várias sociedades científicas, dentre elas o IHGB, para o qual foi eleito membro honorário em 1840. Mantendo com o Instituto estreitos laços e assídua correspondência, essa instituição foi responsável pela divulgação de sua obra no Brasil, desde a tradução dos originais da **Viagem pelo Brasil** e de estudos etnográficos, à publicação das cartas que Martius enviava a seus sócios.

Ao mesmo tempo em que editava a relação da **Viagem pelo Brasil**, Martius deu início à publicação da sua **Historia Naturalis Palmarum** (Munique, 1823-1853,3vols.,245 gravuras coloridas), obra em que descreve e classifica sistematicamente as palmeiras, "com tal culminância, que o próprio Alexandre von Humboldt afirmou que enquanto se falar de palmeiras e se conhecerem palmeiras o nome de Martius será celebrado"(Oberacker,op.cit.,p.127). Por esse trabalho

científico, de grande valor estético, cujos dois primeiros volumes pertenceram à D. Maria Luíza Bonaparte, irmã da princesa Leopoldina, Martius ficaria conhecido como o “pai das palmeiras’.

Ilustração 36. **Astrocaryum Iauari** e **Leopoldinia pulchra** (Martius). História Naturalis Palmarium.

A partir de 1823, Martius publicou gradativamente sua extensa bibliografia relativa à sua especialidade - a flora brasileira - em que se destacam:

- **Nova Genera et Species Plantarum Brasiliensium** (Novos Gêneros e Espécies de Plantas Brasileiras, Munique, 1823-1832. Contendo 70 novas famílias e mais de 400 novas espécies, ilustrado com 300 desenhos gravados em cobre);
- **Icones Selectae Plantarum Criptogamicarum Brasiliensium** (Desenhos Selecionados das Plantas Criptogâmicas Brasileiras. Munique,1828-1834. Contendo 70 gravuras em cobre);
- **Herbarium Florae Brasiliensis** (Munique,1837-1840);
- **Systema Florae Medicae Vegetabilis Brasiliensis** (Sistema dos Remédios Vegetais Brasileiros, Munique,1843). Essa obra foi traduzida para o português pela Cia. Ed. Nacional em 1939, com o título **Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios** Brasileiros. (Coleção Brasiliana).

Ilustração 37. **Langsdorffia hypogae**. (Martius). Nova Genera et Species Plantarum. “A natureza conserva suas criações sempre bem, apesar das vicissitudes do tempo, e elas sobrevivem a todos os momentos da grandeza humana. Neste sentido, é belo o costume na botânica de imortalizar o merecimento e o nome de ilustres pesquisadores pelas próprias flores sempre renovadas.”

Não obstante sua intensa produção científica, sua maior realização foi, sem sombra de dúvida, a **Flora Brasiliensis**. Nela Martius pretendia sistematizar e descrever todas as plantas brasileiras conhecidas até aquele momento, considerando inclusive sua utilização medicinal, comercial e econômica. Em carta enviada ao secretário do IHGB, datada de Munique a 24/02/1840, onde agradecia o diploma de sócio honorário daquele Instituto e fazia considerações sobre a flora e a etnografia do Brasil, Martius falava de seu ambicioso projeto:

> “ As riquezas vegetais do Império do Brasil são tantas, que talvez não haja um só vegetal conhecido ou útil ao homem, cujo representante não se ache entre os inumeráveis que constituem a flora desse belíssimo país. Considerando nisto, tenho preparado, há muitos anos, uma flora médica do Brasil, a qual breve sairá à

> luz. Esta obra formará parte de uma **Flora Brasiliensis** geral, que deve tratar de todas as plantas até agora descobertas no Brasil e que, sob os auspícios de S.M. o Imperador da Áustria, vou publicar com meu amigo o Prof. Eichler, de Viena, ajudado por muitos botânicos alemães, franceses e ingleses. Contamos 14 a 15 mil espécies pertencentes a essa flora" (Apud:Mello Leitão, op.cit.p. 405).

Martius dirigiu a elaboração e publicação dessa considerada "monumental" **Flora Brasiliensis** por 28 anos, sob o patrocínio de Ferdinando I, imperador da Áustria; Ludovico I, rei da Baviera e de Pedro II, imperador do Brasil. Em princípio os governos da Áustria e da Baviera não só estimularam como contribuíram para a publicação da **Flora**. Entretanto, como esclarece Brandenburger, "a agitação revolucionária e a crise econômica que abalaram a Alemanha naquele período obrigaram o governo da Baviera a fazer restrições, e a fortuna e as rendas de Martius não puderam suportar tal ônus" (1919,p.450). Recorrendo a D. Pedro II, Martius conseguiu as subvenções necessárias para dar prosseguimento à sua obra, que a partir de 1852 acrescentou ao título da **Flora Brasiliensis** a frase "Sublevatum Populi Brasiliensis Liberaritate" (Publicado Graças à Liberalidade do Povo Brasileiro).

Ilustração 38.**Formas de Plantas da América Tropical** (Martius). Flora Brasiliensis.

Iniciada em 1840, após seu falecimento a **Flora Brasiliensis** continuou a ser elaborada por seu co-editor Augusto Guilherme Eichler e dirigida por Inácio Urban, com a colaboração de 56 botânicos de diversas nacionalidades, sendo finalmente concluída em 1906.[('12)] Conforme Maxmüller, enquanto a publicação foi dirigida por Martius, foram impressos 46 fascículos em que estão classificadas 850 famílias, com mais de 8.000 estampas litográficas. A obra completa, escrita em latim, está contida em 40 volumes, com 130 fascículos, reunindo em suas 20.733 páginas de texto 2.253 espécies e 22.767 variedades vegetais e 3.811 gravuras, quase que exclusivamente brasileiras (1941,p.24-25).

Diante disto, seus biógrafos são unânimes em afirmar que Martius foi, em última instância, o idealizador da maior obra sobre a flora de um país e, para Oberecker, "apesar das descobertas posteriores de milhares de plantas, a **Flora Brasiliensis** continua sendo a obra fundamental de sistemática de nossa botânica" (Op.cit.,p.127). Prova de que essa extensa obra - passados mais de

150 anos do início de sua elaboração continua referência obrigatória sobre o tema, - foi sua recente edição em língua portuguesa. Seu primeiro volume, traduzido por Matheus et alii com o título **A Viagem de von Martius - Flora Brasiliensis**, foi luxuosamente publicado neste ano de 1996 pela editora Index.

Além da botânica, Martius cultivou especial interesse pela antropologia, sendo-lhe atribuído o primeiro impulso ao estudo sistemático da etnografia brasileira, que não se limitou a descrever as numerosas nações indígenas por ele visitadas, mas também por sua dedicação à pesquisa linguística e as novas sugestões para classificá-las. Sobre estes temas publicou as obras **Beiträge zur Ethnographfie uns Sprachekund Amerikas zumal Brasiliens** (Contribuição para a Etnografia e Linguística da América, especialmente do Brasil, Leipzig,1867,2 vols.) e **Glossaria Linguarum Brasiliensium** (Glossário das Línguas Brasileiras, Erlangen,1863). (13)

Em 1843, Martius enviou para o IHGB a obra **O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil**, traduzida do alemão por Alberto Löfren e publicado pela revista do Instituto em janeiro de 1845. Reeditada pelas Editoras da USP e Itatiaia Ltda. em 1982, nela é possível perceber as limitações impostas pelo etnocentrismo do autor, que emite opiniões depreciativas e definições ingênuas em relação aos índios brasileiros, tais como:

> "[...] o indígena desta terra continua qual enigma obscuro, que ninguém ainda compreendeu [...] Se feições singulares do corpo os diferenciam de todos os outros povos da Terra, mais ainda se diversificam pela natureza do seu espírito e do seu caráter. Permanecendo em grau inferior da humanidade, moralmente, ainda na infância, a civilização não o altera, nenhum exemplo o impulsiona para um nobre desenvolvimento progressivo [...] Este estranho e inexplicável estado do indígena americano até o presente, tem feito fracassarem todas as tentativas para conciliá-lo inteiramente com a Europa vencedora e torná-lo cidadão satisfeito e feliz"(Martius,1982,p.11).

Escrevendo sobre um tema estranho ao seu favorito, Martius produziu o ensaio historiográfico **Como Escrever a História do Brasil**. Traduzido pelo barão de Capanema, foi publicado pela revista trimestral do IHGB, tomoVI, 1845. Com esse trabalho participou e venceu um concurso promovido em 1847

pelo Instituto, recebendo como prêmio uma medalha de ouro. Nele o naturalista sugere uma história do Brasil que não fosse a do poder político, mas a dos grupos étnicos formadores de sua população. Essa abordagem, que destacava as três etnias e os fatores de ordem natural como os elementos fundamentais e determinantes da sociedade brasileira, foi a linha de pensamento que orientou alguns historiadores do século XIX, como Varnhagen e Capistrano de Abreu. Em comemoração ao seu septuagésimo aniversário, em 1864, o Instituto mais uma vez o homenageou, cunhando em sua honra uma medalha com a inscrição "Palmari Patri Dant Lustra Decemtibi Palman: In Palmis Resurges".

Finalizando, é importante ainda acrescentar sua aventura pelo caminho da literatura ficcional, bem ao estilo do romantismo alemão da época, com a obra **Frey Apollonio - ein Roman aus Brasilien**, concluída em 1831 e publicada por Dietrich Reimer Verlag (Berlim,1945). Os originais dessa obra, assinada com o anagrama Suitram (Martius ao contrário), foram descobertos por Erwin Theodor na Biblioteca Estadual da Baviera, que a traduziu com o título de **Frey Apollonio - um Romance do Brasil** e dotou-a, na edição brasileira de 1992, de uma interessante apresentação. Contradizendo o próprio título, a ação do romance se passa numa genérica Amazônia, não sendo possível perceber o Brasil como entidade nacional e política. Sua leitura entretanto se reveste de importância na medida em que, carregada das idéias do autor, a narrativa se desenrola através da trama que envolve os três personagens (o velho sacerdote Apollonio, o jovem cientista Hartoman e o empresário Riccardo), sendo possível perceber a imagem que o europeu criou do continente sul-americano a partir de sua visão de mundo.

Martius faleceu em 13 de dezembro de 1868 na cidade alemã de Schledor, com 74 anos de idade, deixando esposa e filhos. Honrado como "conquistador intelectual do Brasil", considerava nosso país sua segunda pátria e se assinava 'Um Brasileiro" nas correspondências que mantinha com amigos. Em sua última carta enviada em 1867 ao conselheiro do IHGB, um ano antes de morrer, dizia:

> "Nós, velhos, vivemos de lembranças e de saudades. Esse, em verdade, é para mim o país para o qual, por acontecimentos providenciais, estou consagrando meus desvelos literários. Ainda alguns anos; depois, dormirei no chão destas pacíficas

> montanhas; mas algumas pessoas no Brasil dirão: “Morreu um alemão, um sábio e ativo lente, que trabalhou entre nós e amou a nossa gente” (Apud:Nonnato,JB:14/12/1968).

Do quanto sumariamente procuramos expor sobre a inequívoca importância da obra científica de Martius sobre o Brasil, há ainda que ressaltar que sua memória - passados 129 anos de seu desaparecimento - permanece viva, cultivada e valorizada por diversas instituições culturais brasileiras. Exemplo disto foi a criação, em 1971, do Museu von Martius, localizado no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Teresópolis - RJ); além da realização de diversas exposições comemorativas - como as patrocinadas pelo IHGB, pelo Jardim Botânico e pelo Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, pelo Museu Nacional, pela Secretaria de Cultura de São Paulo, pela fundação Hans Staden Institut, etc. - que periodicamente vêm divulgando o itinerário de Spix e Martius pelo Brasil, através da exibição de documentos e obras originais, manuscritos de viagem e álbuns iconográficos.

POHL, Johann Baptiste Emanuel

Dentre os mais considerados naturalistas que visitaram o Brasil nas primeiras décadas do século XIX, destacou-se pela importância de sua obra o austríaco Johann B. E. Pohl, que nasceu a 22 de fevereiro de 1782 na cidade de Kamnitz, na Boêmia, e faleceu em Viena a 22 de maio de 1834.[(14)] Doutor em medicina pela Universidade de Praga, como outros cientistas de seu tempo dedicou-se ao estudo das ciências naturais, particularmente da botânica, pela qual tinha maior inclinação. De suas pesquisas da flora da região da Boêmia resultou seu primeiro trabalho científico, o **Testamen Florae Bohemicae**, contido em dois volumes, impresso e publicado em Praga no ano de 1814.

Em 1817, aos 33 anos de idade, Pohl veio ao Brasil como integrante da missão científica austríaca que acompanhou o cortejo nupcial da arquiduquesa D. Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo, filha do imperador Francisco I da Áustria, que se tornaria a desafortunada primeira esposa de D. Pedro de Alcântara, então herdeiro de Portugal, do Brasil e Algarves, posteriormente imperador do Brasil. Sob a direção geral do príncipe de

Metternich-Winneburg, essa comissão, composta de diversos naturalistas, tinha por finalidade proceder no país a investigações relacionadas com a história natural. Para tanto, foram escolhidos e contratados (conforme já comentamos no capítulo anterior) sábios de renomada reputação no meio científico europeu. Além de Pohl, dela faziam parte os botânico Johann Christian Mikan e Johann von Natterer que também era zoólogo, os pintores Thomas Ender e Johann Buchberger, o imperial jardineiro Wilhelm Schott, o imperial caçador Dominik Sochor, o mineralogista e bibliotecário Rochus Schück, os naturalistas bávaros Spix e Martius e o botânico Giuseppe Raddi - esses últimos incorporados à missão por solicitação dos respectivos governos da Baviera e da Toscana.

Pohl partiu para o Brasil do porto italiano de Livorno em agosto de 1817, embarcando, juntamente com Buchberger e Raddi, na corveta portuguesa Dom João que, em novembro do mesmo ano fundeou na Baia da Guanabara. Por essa ocasião o naturalista registrou em seu diário de viagem toda a pompa com que foi recebida a futura imperatriz Leopoldina. O panorama visual descortinado na entrada do porto do Rio de Janeiro, primeiro contato com o país era, como sempre, motivo de admiração para os naturalistas que por lá chegavam. Com Pohl não foi diferente:

> "[...] pujante e grandiosa é a impressão que causa a vista desta baía, de suas águas orladas de elevações e planuras, que tão arrebatadoramente se alternam! A rica flora da costa, as altas palmeiras nas ilhas, as formas pitorescas do Pão de Açúcar e o pico duplo do Corcovado a oeste, a distante Serra dos Órgãos ao nor- te, tudo isso reunido sublima o encanto do quadro" (1976,p.38).

Embora os naturalistas da missão austríaca tivessem previsto uma estada de dois anos no Brasil, a permanência de Pohl prolongou-se por quatro anos, período em que, apesar de constantemente enfermo, viajou por regiões do interior do país até então pouco exploradas. Sua incumbência, em princípio, era a de realizar pesquisas mineralógicas, mas com o retorno antecipado do botânico Mikan à Europa, Pohl também ficou, como Martius, encarregado da parte florística da expedição. Johann Christian Mikan, professor da Universidade de Praga era o chefe da missão austríaca. Ao voltar à Viena,em 1818, levou as primeiras coleções botânicas e zoológicas reunidas pelos naturalistas, que foram

expostas nos Jardins Imperiais daquela cidade e sobre as quais publicou a obra **Delectus Florae et Faunae Brasiliensis** (Viena,1820). Com ele retornaram à Europa os pintores Thomas Ender e Johann Buchberger, “este doente em consequência de uma queda e aquele por não tolerar o clima tropical “(Mello Leitão,op.cit.,p.887).

Deslocando-se em lombo de mulas, atravessando rios caudalosos, navegando em frágeis canoas, sujeito às mudanças climáticas, exposto ao sol e às chuvas e enfrentando toda espécie de obstáculos Pohl excursionou sozinho, penetrando pelo interior do Brasil. De 1817 a 1821 percorreu as Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, “mas é considerado, precipuamente, o explorador de Goiás, do qual foi o primeiro a registrar a extraordinária riqueza mineralógica e faunística “(Oberacker,op.cit.,p.124). [15] Demorando-se no Rio de Janeiro por quase um ano, realizou uma viagem exploratória pelo interior e pelo sul do litoral fluminense e, de volta, preparou o material coletado pelos expedicionários que foi enviado para Viena juntamente com seu ensaio **Expositio Anatomica Organi Auditus per Classes Animatium,** publicado naquela cidade em 1819.

Nesse período foi encarregado de organizar as coleções de espécimes naturais e de minerais do Gabinete de História Natural do Museu Real, que já era uma referência para os naturalistas estrangeiros que partiam em expedições científicas pelo Brasil. Fazendo um minucioso inventário sobre a passagem de Pohl pelo Rio, Taunay comenta que, sobre o recém criado Museu Real, o naturalista não poupou severas censuras. Observando o mau estado do acervo zoológico, que já contava com uma significativa coleção de espécimes provenientes de possessões portuguesas da África e das Índias Orientais, “critica o geólogo a taxidermia dos preparadores do museu [...] estavam por assim dizer, ainda por se fazer [...] aves e mamíferos mal empalhados causavam desagradável impressão” (14.12.1941).

Herdeiro da ilustração e da mentalidade enciclopédica instaurada pelo desenvolvimento das ciências naturais do século anterior, o Museu Real, inaugurado em 1818, denominava-se anteriormente Casa de História Natural (1783) e Casa dos Pássaros (1798). [16] Em sua origem vinculou-se, portanto, ao impulso científico europeu setecentista que conduziu à multiplicação dos museus

de história natural por todo o mundo. A presença da princesa Leopoldina no Brasil contribuiu para sua ampliação e organização, haja vista seu particular interesse pela história natural, tendo mesmo constituído, sob a direção de Rochus Schück, uma pequena coleção particular no Palácio de São Cristóvão. Sua interferência também beneficiou o desenvolvimento do Real Horto, atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro, além da criação do Jardim Zoológico de Santa Cruz. Pohl esteve também no Real Horto do Rio, fundado por decreto em 1808 e anexado ao Museu Real em 1819, ao qual esteve subordinado até 1822. Anexo à Escola de Botânica, esse horto destinava-se à aclimatação de plantas exóticas e ao cultivo de especiarias.

Embora não tenha poupado elogios às iniciativas culturais da administração de D. João VI, "que se empenhou em instruir a nação, cedendo, para uso público, a sua biblioteca de 80.000 volumes", Pohl foi bastante crítico em relação à imprensa do Rio, cuja atividade se limitava a "imprimir folhetos e versos em honra à família reinante" e aos costumes da "inculta sociedade carioca", fato comprovado pelas "insignificantes livrarias que dispunha a cidade" (Op.cit,p.40-41). Tendo como referencial arquitetônico o estilo das construções européias, a cidade despertou-lhe a desagradável sensação de uniformidade e mau gosto. Por outro lado, em relação à natureza, "esplêndida, onde tudo reverdeja e cresçe viçosamente", a impressão registrada pelo naturalista revela a influência do idealismo alemão na contemplação romântica e pitoresca da paisagem:

> "Para o europeu, a flora das cercanias do Rio de Janeiro traz encantador prazer, quase inebriante. Em seu solo nativo, com a força primitiva, desenvolveu-se colossalmente, mostrando-se-lhe aqui famílias inteiras de vegetais dos quais ele apenas conhecia algumas variedades de exemplos raquíticos; e o que a sua fantasia criara nos mais audazes sonhos de encantamento e pompa da flora, tudo encontra aqui realizado ante seus olhos, em admiráveis formas, troncos e folhas, neste verde copioso que reluz com a mais opulenta variedade das flores, com insetos fascinantes, com o fulgor de fogo dos colibris (Id.ibid.,p.47).

Em setembro de 1818, Pohl deu início à sua viagem pelo interior do Brasil, seguindo para Goiás via São João del Rey, Barbacena e Paracatú do Príncipe, em Minas Gerais. Transpondo a Serra dos Cristais, divisa entre as duas

Capitanias, adentrou em Goiás pela antiga Estrada Real das Minas, passando pelos arraiais de Santa Luzia (Luziânia) e Meia Ponte (Pirenópolis) até chegar a Vila Boa em janeiro de 1819, já então elevada à categoria de cidade desde o ano anterior, com a denominação definitiva de Cidade de Goiás (Azevedo,op.cit.,p. 51). Nessa Capitania permaneceu cerca de um ano e meio, realizando diversas expedições, inclusive às suas regiões mais setentrionais, visitando diversos arraiais e descendo o Tocantins até a Aldeia de Cocal Grande. Dentre os experimentados naturalistas que estiveram em Goiás na primeira metade do século XIX, foi Pohl sem dúvida quem melhor explorou a Capitania. Nas palavras de Bertran, "foi de longe o cientista mais viajor de Goiás e do Tocantins [...] parece que morreu em consequência de febres que por aqui adquiriu e que lhe abreviaram a vida" (1994,p.200).

Roteiro da Viagem de Pohl pela Capitania de Goiás (1818-1820) - principais localidades visitadas.

Tomando o caminho de volta ao Rio de Janeiro, onde só chegaria em fevereiro de 1821, Pohl, apesar de já esgotado e adoentado, mudou seu itinerário em Minas Gerais, visitando a Real Mina de Galena do Abaeté, Vila do Fanado e Vila Rica. Nessa última, demorou-se por dois meses e, em companhia do geólogo e mineralogista Eschwege, realizou diversas expedições de reconhecimento a minas de ouro e fundições de ferro.

> " Durante a minha longa permanência na triste cidade de Vila Rica, onde só o Sr. Von Eschwege conseguia distrair-me e onde quase sempre estive doente e acamado, tive tempo de sobra para tomar todas as providências para a viagem de regresso ao Rio de Janeiro [...] O Sr. Von Eschwege encarregou-se amavelmente da remessa para o Rio de Janeiro de meus objetos de História natural, que intencionalmente deixei em Vila Rica "(Op.cit.,p.406).

Devido ao seu debilitado estado de saúde, o navio mercante inglês Nortumbria foi especialmente fretado pelo governo imperial para transportá-lo de volta a Europa. Pohl partiu do Rio de Janeiro em março de 1821 levando um significativo acervo mineralógico e botânico (cerca de 4.000 espécies vegetais) coligido em suas viagens.[17] Foi também o portador das coleções reunidas pelos outros naturalistas da missão austríaca denominadas *Brasilianum*, que foram instaladas em Viena no **Brasilianisches Naturalien Kabinett**, ou Real e Imperial Museu do Brasil, criado em 1821 especialmente para este fim.

> “ Depois de terem chegado a Viena as primeiras coleções feitas no Brasil, Sua Magestade, o nosso clementíssimo Imperador, dignou-se ordenar que num local próprio, sob a denominação de Real e Imperial Museu do Brasil fossem depositadas e exibidas todas as coletas feitas pelos naturalistas como demonstração de seus serviços e para serem observadas e utilizadas como elemento instrutivo” (Pohl,id.ibid.,p.15).

Localizado no Palácio Harrache, em Johannesgasse, sua criação se deveu igualmente à mentalidade européia instaurada desde o século XVIII, que já vinha propagando a idéia de reunir em museus espécimes naturais e objetos representativos da cultura material de outros povos. Durante a revolução de 1848 o Museu do Brasil teve parte de suas coleções confiscadas e incendiadas, desaparecendo considerável parcela de seu acervo. Certamente as exposições nele organizadas, assim como em outros de diversas capitais da Europa, ao exibirem as riquezas naturais e etnológicas remetidas pelos naturalistas que estiveram no Brasil naquele período contribuíram para tornar o país mais conhecido entre os europeus.

Já em Viena, onde se estabeleceu definitivamente, Pohl foi nomeado Conservador do Gabinete de História Natural do Real e Imperial Museu do Brasil, dedicando-se, a partir de então, à sua produção científica que, segundo Taunay, “provavelmente muito maior seria, não fosse haver prematuramente desaparecido do mundo em plena pujança cerebral “(07.12.1941).

As memórias de suas viagens pelo Brasil foram consignadas nos dois volumes da obra **Reise in Innern von Brasilien**, publicada em Viena nos anos de 1823 e 1837, acompanhados de um álbum com estampas litogravadas em cobre pelos artistas Armann e Passini, baseados nos esboços de Thomas Ender. Esse trabalho, que o Grand Dictionnaire Universel du XIXème Siècle qualifica de “ouvrage magnifique”, representa para o leitor contemporâneo mais que uma mera narrativa de viagem de um naturalista de formação erudita. Embora uma apreciação crítica detecte em seus relatos julgamentos de valor tendenciosos, posto que escritos sob o ponto de vista do estrangeiro, tal fato a nosso ver não os inviabiliza do ponto de vista da pesquisa histórica. Desde que devidamente contextualizado seu texto inegavelmente contém, não somente observações relacionadas à história natural e descrições da paisagem do

hinterland brasileiro, como encerra importantes informações concernentes à história sócio-cultural e econômica do país na fase imediatamente anterior à Independência.

Pohl só escreveu e revisou o primeiro volume dessa obra, ou seja, aquele publicado em 1823. A nota de observação que precede a segunda parte da **Viagem no Interior do Brasil** - justamente a que corresponde a maior parte de seu percurso pela Capitania de Goiás e de seu retorno ao Rio de Janeiro passando por Minas Gerais - informa que a prolongada enfermidade que antecedeu sua morte, aos 52 anos de idade, impediu-o de acompanhar sua edição (1976,p. 167). Ordenada pelo imperador austríaco, a impressão desse segundo volume foi literalmente baseada em seus diários de viagem, razão pela qual afirma Garcia: "Pohl faleceu em 1834, antes da impressão do segundo volume de sua **Reise** em 1837 [...] revisto por pessoa inábil, saiu inçado de incorreções, principalmente quanto aos nomes do país" (1922,p.887).

Confirmando esse fato Taunay, que leu os originais da obra e sobre ela escreveu três artigos no Jornal do Commércio, acrescenta que "tradução da **Reise** é tentame a ser realizado por quem tenha cultura elevada e especializada". Em relação às observações científicas, "suas páginas estão apinhadas de termos de uma tecnologia hoje frequentemente obsoletas, com a evolução da sistemática". O autor também comenta que os termos da toponímia brasileira muitas vezes mal compreendidos pelos ouvidos germânicos de Pohl, pouco habituados com a língua portuguesa, tornam inidentificáveis muitas localidades e acidentes geográficos aos quais o naturalista se reporta. Neste mesmo artigo Taunay sugere ao Ministro da Educação a impressão da obra de Pohl, como importante iniciativa prestada às nossas artes e letras (07.12.1941).

A primeira versão portuguesa das memórias de viagem de Pohl foi feita na década de 1940 por Lúcia Furquin Lahmeyer, bibliotecária do IHGB, também responsável pela tradução da **Viagem pelo Brasil** de Spix e Martius. Mais recentemente esta tradução foi revista por Milton e Eugênio Amado e editada sob o patrocínio das editoras da USP e Itatiaia Ltda., com o título **Viagem no Interior do Brasil**, compondo a Coleção Reconquista do Brasil, volume 14, 1976.

Pohl também publicou trabalhos de caráter estritamente científicos, principalmente no campo da botânica, em cuja sistemática seu nome é lembrado pela **Pohlana**, gênero das **Zanthoxylaceas**, plantas com propriedades antipiréticas e pela **Pohlia**, gênero de musgos, da família das **Briáceas**, compreendendo várias espécies que vicejam nas regiões alpestres da Europa. Sua contribuição para a flora brasileira encontra-se nos dois volumes da **Plantarum Brasiliae Icones et Descriptiones Hactenus Ineditae**, impressos em Viena de 1827 a 1831, parceladamente. Nessa obra, em que o naturalista descreve diversas espécies até então desconhecidas, o gênero **Franciscea**, pertencente à família das **Solanáceas**, vulgarmente denominadas **Manacás**, foi criado em homenagem a seu soberano, o imperador Francisco I da Áustria.

Ilustração 39. **Peltodon tomentosos** e **Peltodon pussilus.** (Johann Baptiste Emanuel Pohl). Águas-forte coloridas à mão por J.Haüssle a partir de desenhos de Pohl. Plantarum Brasiliae.

Em 1832 foram impressos em Viena seus dois últimos trabalhos científicos. Um relativo à entomologia, denominado **Os Principais Insetos do Brasil**. O outro, relativo à geologia, tinha o mesmo título de uma das obras de Eschwege: **Beitraege zur Gebirgeskund Brasiliens**. Segundo Mello Leitão, essa **Contribuição sobre a Geologia do Brasil** é “pouco mais é que uma relação das rochas e minerais colecionados”, revelando que, “em Pohl o geólogo estava longe de equivaler ao botânico” (Op.cit.,p.351).

SAINT-HILAIRE, Augustin François Cezar Prouvençal de

Ilustração 40. **Auguste de Saint-Hilaire.**

Naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire, como ficaria conhecido no mundo científico, nasceu na cidade de Orléans em 4 de outubro de 1779 e faleceu em 1853 em Turpinière (Loiret). Saint-Hilaire pertencia a uma antiga e tradicional família orleanesa possuidora de fortuna considerável. Muitos de seus ancestrais serviram na marinha francesa e seu pai era oficial de artilharia quando eclodiu a Revolução de 1789, ocasião em que foi aprisionado por não optar, como o fizeram outros nobres, pela emigração.

Educado na sua cidade natal pelos beneditinos de Solesmes, no colégio Pontlevez, o jovem Auguste estava desde o início de sua formação destinado a seguir a carreira comercial, tendo em vista dirigir a refinaria de açúcar de propriedade de sua família. Com a finalidade de realizar estudos na área de comércio, que o capacitassem a assumir a empresa familiar, foi enviado à Holanda. Comenta M. Moquin-Tandou, membro da Academia de Ciências da França que escreveu sua biografia para o Michaud - Biographie Universelle: “sua extrema repugnância por esse gênero de ocupação e o incômodo ao qual ele estava forçado a viver, como todos os franceses desta época no estrangeiro, tornaram particularmente penosa essa época de sua juventude” (s.d.,p.326).

De volta à França, iniciou-se nos estudos da botânica, aos quais consagraria sua vida. Suas primeiras noções de morfologia vegetal foram adquiridas através da **Flora Francesa** do poeta, dramaturgo e romancista Johann W. von Goethe, que também se dedicava às ciências naturais, particularmente à botânica. Saint-Hilaire, como os estudiosos de história natural de seu tempo, foi fortemente influenciado pelas leituras das obras dos grandes naturalistas do final do século XVIII e teve como primeiros mestres o botânico Dutour de Salvert, seu cunhado, e o Dr. Pelletier-Sautelet. Posteriormente, ao prosseguir seus estudos na capital francesa, foi discípulo de grandes sábios, dentre eles Claude Richard, Desfontaines e Antoine Laurent de Jussieu, professores do Jardin du Roi de Paris.

Criado no século XVII, esse jardim botânico - que estava em declínio desde a morte de Buffon (1788) - foi reorganizado por Jussieu, transformando-se, a partir de 1793 no Muséum d’Histoire Naturelle. Resultante do impulso dado ao desenvolvimento das ciências naturais da virada do século XVIII, a área de ensino superior deste museu, até então restrita à botânica e à farmácia expandiu-se, inaugurando doze novas cadeiras, entre elas os cursos de geologia, de geografia e de história, criando ainda o Bureau des Longitudes e o Conservatoire des Arts et Métiers. Segundo Broc, nessa época essas duas instituições ligadas ao Muséum enriqueceram consideravelmente suas coleções graças aos livros, instrumentos e gabinetes de curiosidades confiscados aos nobres e eclesiásticos emigrados (Op.cit.,p.465-466). Ao concluir seus estudos acadêmicos na escola superior de botânica do Muséum, Saint-Hilaire tornou-se professor daquela instituição.

Em 1816, aos 37 anos incompletos de idade, Saint-Hilaire que nas palavras de Calmon foi “o mais fecundo dos escritores-naturalistas que visitaram o país” (s/d,vol.IV,p.1388), veio ao Brasil acompanhando a comitiva do duque de Luxemburgo, que havia sido nomeado embaixador da França em missão especial junto à corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro após a Restauração Bourbônica (Garcia,1942,p.209 e Leite,1996b,p.27). Além da autorização e apoio financeiro do governo francês para empreender sua viagem ao Brasil, tudo leva a crer que Saint-Hilaire também foi patrocinado pelo Museu de História Natural e pela Academia de Ciências de Paris. Esta última, para a qual foi nomeado membro correspondente em 1819, seguia muito de perto o modelo da Royal Society de Londres, grande incentivadora e organizadora de expedições científicas à época.

Chegando à baía da Guanabara a bordo da fragata Hermione, no dia 1º de junho de 1816, sua permanência no Brasil estendeu-se até 1822, período em que teve oportunidade de realizar diversas viagens de estudos às Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, num itinerário que cobriu cerca de 2.500 léguas (15.000 km) do território brasileiro (Garcia,1922,p.886). O ponto de apoio de suas operações era a cidade do Rio de Janeiro, para onde sempre retornava de suas expedições, ali depositando e despachando para a Europa suas coleções de história natural. Encarregado de realizar principalmente estudos botânicos, trouxe consigo o zoólogo Pierre Antoine Delalande para tratar dos assuntos referentes à fauna brasileira. Entretanto, com o retorno deste à Europa, Saint-Hilaire tomou para si o encargo de observar e coletar também espécimes desta natureza em suas viagens pelo Brasil.

No mesmo ano de sua chegada, herborizou pelos arredores da cidade do Rio de Janeiro e fez sua primeira viagem de estudos ao interior daquela Capitania, conhecendo suas regiões serranas e indo até as margens do rio Paraíba do Sul. Em dezembro de 1816 iniciou outra, mais demorada, pelo sertão de Minas Gerais, chegando ao vale do Jequitinhonha e às cabeceiras do rio São Francisco, retornando ao Rio em março de 1818. Essa expedição foi em parte acompanhada por Langsdorff, cônsul da Rússia na capital da colônia, já elevada à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves.

Do Rio de Janeiro seguiu para a Capitania do Espírito Santo pelo litoral, não indo porém além da foz do rio Doce. De janeiro a outubro de 1819 efetuou sua quarta viagem, desta vez à Capitania de Goiás, onde chegou em maio desse ano e onde permaneceu por quatro meses.Foi o primeiro francês a visitar alguns dos núcleos urbanos já visitados pelo naturalista austríaco Pohl, que chegara àquela Capitania cinco meses antes.

Roteiro da Viagem de Saint-Hilaire pela Capitania de Goiás (1819) - principais localidades visitadas.

De Goiás, retornou ao Rio, desta vez passando pela Capitania de São Paulo, visitando em seguida o interior do Paraná, o litoral de Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e a Província Cisplatina, itinerário cumprido entre dezembro de 1819 e junho de 1821. Regressando de Porto Alegre, viagem que fez pelo mar, ao chegar novamente ao Rio o naturalista teve a desagradável surpresa: “seu herbário, tão cuidadosamente organizado, sofrera de nossos pequeninos sevandijas um ataque que quase o inutilizara para sempre” (Mello Leitão,op.cit.,p. 402). Diante disso, o naturalista vu-se forçado a permanecer naquela cidade recuperando e reorganizando pacientemente suas coleções até janeiro de 1822, quando então, procurando reparar o prejuízo acarretado pela perda de parte dos espécimes naturais coletados em suas viagens, empreendeu sua última expedição, percorrendo regiões já conhecidas de Minas e de São Paulo, regressando à Europa em maio do mesmo ano.

Após seis anos de permanência no Brasil, o colecionismo que o movia realizou-se plenamente pois retornou à França no final de agosto de 1822 levando consigo um considerável material botânico e zoológico, “acondicionado em 16 caixas de plantas e 24 caixas contendo mamíferos, aves e insetos” (Mello Leitão,id.ibid.,p.403). De acordo com Ferri, seu herbário era composto de 30.000 exemplares, abrangia 7.000 espécies, das quais 4.500 foram classificadas como novas (1975b,p.11). Dean apresenta números mais modestos: “Saint-Hilare colecionou perto de mil plantas, 2 mil pássaros e 6 mil insetos” (Op.cit.,p.223).

Conforme seus biógrafos, grande parte dos exemplares florísticos coletados foram analisados *in loco*, não contando o botânico com qualquer outro recurso além de sua lupa, através da qual seu olhar seguro e sua presteza de observação tudo registrava. Aos resultados de suas pesquisas posteriores, deve-lhe a botânica a classificação de duas novas famílias, as **Paronychiaes** e as

Tamarinaceaes, grande número de gêneros e espécies. Além de uma significativa produção científica, Saint-Hilaire também legou à posteridade uma grande contribuição para o desenvolvimento da fitogeografia florística e ecológica, ao estabelecer a relação entre o meio físico e as espécies por ele observadas nas diferentes regiões brasileiras que visitou.

Dedicando-se ao estudo do material recolhido e à elaboração de sua produção científica, Saint-Hilaire não se ateve somente às pesquisas no campo das ciências naturais. Em seus relatos de viagens, acumulou um acervo notável de relevantes informações sobre aspectos geográficos, históricos, econômicos, estatísticos e sócio-culturais, que representam uma valiosa fonte documental sobre as condições materiais de vida do país nas primeiras décadas do século XIX. Com seu acurado espírito de observação tudo anotava e, apesar de demonstrar especial interesse pela natureza, pelos problemas relacionados à agricultura e ao uso do solo, não descurou dos aspectos humanos dos lugares percorridos, comentando os hábitos e costumes brasileiros, além de descrever detalhadamente os núcleos urbanos e as paisagens rurais que visitou, embora sob a ótica, nem sempre complacente, de sua cultura européia.

Movido pela mentalidade científica enciclopédica de seu tempo, o naturalista também fez da etnografia um dos seus objetos de interesse, particularmente no que se refere ao estudo de línguas indígenas. Além dos costumes dos Botocudos que descreveu com minúcias, anotou em seus manuscritos de viagem um pequeno vocabulário dos Caiapós da Capitania de Goiás (que ele denomina Coiapós), dos remanescentes dos Bororos e Caiapós da Aldeia das Pedras, próxima ao rio Paranaíba, dos Chicriabás do rio das Velhas, dos Coroados do Xopotó, dos Macunis e dos Malalis de Minas Novas (Teschauer,op.cit., p.369).

De volta a Paris, Saint-Hilaire lecionou organografia vegetal na Faculdade de Ciências da Sorbonne, tendo suas aulas de morfologia vegetal sido reunidas na obra **Leçons de Botanique**, publicada por aquela instituição de ensino superior em 1840-41. Já reconhecido como eminente cientista, a Academia de Ciências de Paris elegeu-o membro titular em fevereiro de 1830, passando a ocupar a cadeira deixada vaga com a morte de Lamarck. O governo português também o homenageou, condecorando-o com as comendas da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Legião de Honra. No Brasil foi eleito membro

correspondente do IHGB e sócio honorário da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

Diferente de outros naturalistas e viajantes, afoitos em publicar relatos de viagens tão logo chegavam aos seus países de origem, Saint-Hilaire foi extremamente cauteloso na preparação e publicação de suas obras. Após haver apresentado à Academia de Ciências de Paris um relatório intitulado **Aperçu d'un Voyage dans l'Intérieur du Brésil, la Province Cisplatine et les Missions Dites du Paraguay** (Mémoires du Muséum d'Histoire Naturelle, tomo IX,1823), só a partir de 1830 passou a publicar sistematicamente suas memórias de viagens. Essa tarefa que lhe consumiu mais de vinte anos não ficou totalmente concluída - a **Viagem ao Rio Grande do Sul** ficou inédita e só foi editada em 1887, trinta e quatro anos após sua morte.

Nesse amplo espaço de tempo em que as produziu (1823-1851), não só reviu seus apontamentos como procurou inteirar-se de tudo o que era publicado sobre o Brasil, atualizando seus dados e dando aos seus relatos um embasamento bibliográfico pouco comum nas narrativas de outros viajantes, o que, sem dúvida, atesta a seriedade de seus trabalhos. Acrescente-se que quando concluiu suas viagens pelo Brasil, o naturalista, então com 43 anos incompletos, encontrava-se extremamente fatigado e doente, o que o obrigava a interromper seus trabalhos constantemente, conforme atestam suas próprias palavras:

> "Confiei demasiadamente em minhas forças. Quando voltei do Brasil achava-me esgotado, e em breve vi-me obrigado a interromper meus trabalhos. Praticamente quinze anos, que poderia ter dedicado a eles, foram perdidos devido a males cruéis que por três vezes me acometeram. Em consequência, não deve causar surpresa o fato de haver intervalos tão longos entre minhas diferentes publicações [...] tão logo comecei a me restabelecer de prolongada enfermidade [...] procurei esquecer o presente, tão doloroso para mim, e me vi em imaginação sob o belo céu do Brasil, numa época em que, ávido de conhecimentos, eu percorria os sertões desse vasto país quase tão descuidado do futuro quanto seus próprios indígenas" (Saint-Hilaire,1975a,p.13).

Sobre a flora brasileira, Saint-Hilaire escreveu diversos ensaios que foram publicados nas Mémoires du Muséum d'Histoire Naturelle, nos Annales des

Sciences Naturelles, nos Compter-Rendus de l'Institut e nos Bulletins de la Societé d'Orléans. Sua grande obra denominada **Flora Brasiliae Meridionalis** (Paris, 1824-1834,3vols.), teve a colaboração dos botânicos A. de Jussieu, de J. Cambessèdes e de seu amigo Charles S. Kunth, que também cooperou nas obras botânicas de Humboldt e Bonpland. Escreveu também a **Histoire des Plantes les Plus Remarcables du Brésil et du Paraguay** (Ann.Soc.d'Orléans,1829,vol. IX,44p.), ainda não traduzida para o português e em cujo capítulo introdutório existe um esboço das viagens do autor, consideradas principalmente do ponto de vista botânico.

Ainda sobre a flora brasileira, Saint-Hilaire elaborou diversos trabalhos, podendo-se citar: **Mémoires sur les Curcubitacées du Brésil** (1832), **Plantes Usuelles des Brésiliens** (1824), **Mémoires sur les Fougères du Brésil** (1832) e **Réflections sur la Symétrie des Fleurs** (1833). Seu interesse pela agricultura resultou em dois trabalhos específicos sobre o tema: **Mémoires sur le Système d'Agriculture Adopté par les Brésiliens et les Résultats qu'il a eus dans la Province de Minas-Geraes** (Mém.Mus.,1827,tomoXIX) e **l'Agriculture et l'Elevage de Bétail dans les Campos-Geraes** (1849).

Sua produção bibliográfica correspondente aos relatos de viagens apareceu gradativamente a partir de 1830, razão por que utilizou a denominação de províncias para as capitanias visitadas antes da independência do Brasil. Por ordem cronológica, foram publicadas as seguintes edições originais:

- **Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes.** Paris: Grimbert et Dorez,1830,2vols. (**Voyage dans l'Intérieur du Brésil**, première partie);
- **Voyage dans le District des Diamants et sur le Litoral du Brésil** - suivi de notes sur quelques plantes caractéristique et d'un précis de l'histoire des révolutions de l'Impire du Brésil, depuis le commencement du régne, de Jean VI jusqu'à l'abdications de D.Pedro. Paris: Gide,1833,2vols. (**Voyage dans l'Intérieur du Brésil**,deuxième partie);
- **Les Sources du Rio S. Francisco** (fragment). Paris: Bertand,1842;
- **Voyage aux Sources du Rio de S. Francisco e dans la Province de Goyas**. Paris: Bertrand,1847-1848 (**Voyage dans l'Intérieur du Brésil**, troisième partie);

- **Voyage dans l'Intérieur du Brésil**. Bruxelas: Delavigne et Callewaert, 1850, 2 vols;
- **Voyage dans la Province de Saint-Paul et de Sainte Catherine**.Paris: Bertrand, 1851, 2 vols. (**Voyage dans l'Intérieur du Brésil**, quatrième partie);
-**Tableau Général de la Province de Saint-Paul**. Paris: Bertrand,1851 (extrato do volume anterior);
- **Voyage à Rio Grande do Sul (Brésil)**. Orléans: H. Herluisson, 1887 (obra póstuma).

Um ano após haver concluído sua **Voyage aux Sources du Rio de S. Francisco et dans la Province de Goyas** (**Voyage dans l'Intérieur du Brésil**, troisième partie), Saint-Hilaire escreveu ao presidente do IHGB, ofertando àquele Instituto um exemplar da obra. Diz em sua carta, lida na seção do dia 10 de maio de 1849: "Procurei pintar com exatidão os países que percorri [...] possam os Brasileiros ver em minhas publicações um testemunho de gratidão que tenho sempre conservado pela hospitalidade que me honraram" (Revista do IHGB, tomo XII,1849,p.283). Parafraseando Chateaubriand no prefácio da **Viagem à Província de Goiás** ao afirmar que "as viagens são uma das fontes da história", o autor revela como já tinha os olhos voltados para os leitores de um futuro remoto:

> " Se alguns exemplares dos meus relatos resistirem ao tempo e ao esquecimento, as gerações futuras talvez encontrem neles informações de grande interesse sobre essas vastas províncias, provavelmente transformadas, então, em verdadeiros impérios [...] Tempo virá em que cidades florescentes substituirão as miseráveis choupanas que mal me serviam de abrigo [...] seus habitantes saberão com certeza pelos relatos de alguns viajantes, quais foram as origens não apenas de suas cidades mas também dos seu mais insignificantes povoados" (1975a.,p.14-15).

Suas memórias de viagens têm sido constantemente reeditadas no Brasil, haja vista o particular interesse que sempre despertam. A primeira publicação de uma obra sua em língua portuguesa foi realizada pela Ed. Monteiro Lobato & Cia., em 1922, com o título **São Paulo nos Tempos Coloniais**. Desde então diversas editoras e entidades culturais têm editado sistematicamente seus livros, destacando-se o IHGB, a Ed. Nacional (Coleção Brasiliana) e a Martius Ed.

Ltda. (Biblioteca Histórica Brasileira). As últimas publicações foram realizadas na década de 1970 pelas Editoras da USP (SP) e Itatiaia Ltda. (BH), reunindo todo o acervo dos relatos de viagens de Saint-Hilaire na Coleção Reconquista do Brasil, nos 4 a 11.(18)

O conjunto das obras de Saint-Hilaire adquire uma dimensão ainda maior, se levado em consideração o precário estado de saúde com que teria sido obrigado a conviver nos longos anos de vida que lhe restaram após suas viagens pelo Brasil. Nos intervalos de sua intermitente enfermidade, provavelmente estimulado pelas melhoras orgânicas, produziu suas obras mais significativas. Todavia, essa inidentificável doença com o tempo tornou-se contínua, retardando pouco a pouco o ritmo de seus trabalhos, até impedi-los totalmente.

Diz Moquin-Tandou que "uma doença orgânica, cujo germe ele trazia antes de sua viagem e as fadigas numerosas que experimentou no Brasil o tornaram sofredor e infeliz durante os trinta últimos anos de sua vida [...] ele tinha os nervos singularmente abalados". Segundo este biógrafo, a susceptibilidade nervosa do cientista, causadas por perturbações orgânicas e mentais, tornavam-no pouco sociável e impediam seu autocontrole nos momentos de crise: "angustiado, passava por momentos terríveis que o deixavam moroso, inquieto e desconfiado, confundindo seus mais fiéis e devotados amigos com detratores e perseguidores". Não obstante sua saúde fragilizada, Moquin-Tandou afirma que o comportamento doentio de seus momentos de delírio não conseguiram " macular sua reputação de cientista sério e de raciocínio privilegiado, nem tampouco seu conceito de cidadão, admirado por sua honestidade e por sua natureza indulgente e modesta (Op.cit.,p.238-239).

Tendo residido em Paris e em Orléans, seus últimos invernos foram passados em Montpellier. Nesta localidade do sul da França, além da conveniência de seu clima mediterrâneo e de tratamento médico adequado, o atraía a possibilidade de contato com os livros e a convivência com outros cientistas, amigos e colaboradores como os botânicos Pelletier, d'Orléans e Duval que viviam naquela cidade, cujo ambiente intelectual girava em torno de sua tradicional Universidade criada no século XIII, da Société Royale de Montpellier e de seu tradicional Jardim Botânico.

Saint-Hilaire faleceu no dia 30 de setembro de 1853 vitimado por um ataque fulminante de apoplexia, quando faltavam poucos dias para completar 74

anos. Informando que todos os seus bens foram doados em testamento, seus biógrafos não fazem nenhuma referência à existência de herdeiros diretos ou indiretos. Ao Museu de História Natural de Paris, Saint-Hilaire legou seu herbário brasileiro e os manuscritos a ele relacionados; à cidade de Orléans, doou suas coleções botânicas reunidas na França e na Suíça, os desenhos originais da **Flora do Brasil**, seus quadros e objetos de arte; à cidade de Montpellier, sua biblioteca científica e à abadia de Solesmes, seus livros de história e literatura.

SPIX, Johann Baptist von

Ilustração 41. **Johann Baptist von Spix.**

Naturalista alemão, Spix nasceu na cidade de Hoschstadt Aisch, localizada na região da alta Francônia, a 9 de fevereiro de 1781 e faleceu em Munique, a 13 de março de 1826. Seus primeiros estudos foram realizados em Bamberg, continuando-os no seminário de Wurzburg, onde dedicou-se por algum tempo à teologia. Posteriormente cursou medicina e seguindo sua aptidão natural, consagrou-se também ao estudo das ciências naturais, particularmente no campo da zoologia.

A partir de 1808 entrou para o serviço do governo bávaro, para o qual realizou numerosas viagens de cunho científico pela Europa e posteriormente ao Brasil. De regresso a Munique após realizar suas primeiras expedições pela França, Suíça e Itália, publicou seu primeiro trabalho zoológico, denominado **Geschichte und Beurtheilung aller Systeme der Zoologie seit Aristoteles** (Nuremberg,1811; História e Crítica dos Sistemas de Zoologia desde Aristóteles), onde já esboçava pontos de vista considerados inovadores, que alcançaram repercussão no meio científico da época. Em 1811 foi nomeado Conservador das coleções zoológicas do Museu de História Natural de Munique, e em 1813, já tendo adquirido reputação pela competência e saber, foi eleito membro da Academia de Ciências de Munique. Sua publicação seguinte foi a obra **Cephalogenisis Sive Capitis Ossei Structura** (Munique,1815), trabalho em que demonstrou a extensão de seus conhecimentos de fisiologia e de anatomia comparada.

Em 1817, por indicação do imperador Maximiliano José da Baviera à Corte de Viena, Spix, então com 36 anos de idade, foi integrado à missão

científica austríaca que veio ao Brasil com a finalidade de realizar pesquisas no campo das ciências naturais. Isso se deu, conforme já assinalado anteriormente, por ocasião do casamento político da arquiduquesa Leopoldina da Áustria com o herdeiro do trono português, D. Pedro de Alcântara. Acompanhou-o nessa empreitada seu jovem amigo e compatriota, o também médico e botânico Karl F. von Martius, de quem se tornaria companheiro constante de viagem e mais tarde grande colaborador de suas produções científicas.

Sob os auspícios do governo bávaro, os dois naturalistas, "na ciência conhecidos como dois irmãos inseparáveis: Spix e Martius" (Garcia,1922, p.889), receberam, através da Academia de Ciências de Munique, os recursos materiais necessários às pesquisas que iriam realizar, na forma de suporte financeiro, equipamentos de viagem e instrumentos de precisão. Em razão desse encargo, a Academia lhes fez uma série de instruções especiais, porém recomendando que tratassem preferencialmente da zoologia e da botânica em suas expedições pelo Brasil. Spix, que já fazia do estudo do reino animal objeto de suas investigações e atividades profissionais, encarregou-se da fauna brasileira. Martius, enquanto botânico, assumiu a responsabilidade de pesquisar a flora tropical.

Em 6 de fevereiro de 1817, os naturalistas deixaram Munique com destino à Viena onde chegaram no dia 4 de março, reunindo-se com os outros expedicionários da missão austríaca. De Viena dirigiram-se para Trieste, cidade italiana do litoral do Mar Adriático, onde embarcaram na fragata Áustria, em 10 de abril do mesmo ano, dando início à travessia marítima rumo ao Brasil. Deixando para traz o Mediterrâneo após a passagem pelo estreito de Gibraltar e, já no Atlântico passando pela Ilha da Madeira, pelas Canárias e por Cabo Verde, os naturalistas já evidenciam, em seu relato de viagem, a expectativa que aumentava à medida que se distanciavam da Europa rumo à América do Sul:

> "Transpondo o Equador, rumávamos para o hemisfério sul [...] Com que vivas esperanças, com que indizíveis sensações, entramos nessa outra parte do mundo, que nos iria oferecer opulência de fenômenos e descobertas! Sim, esse momento foi um dos mais solenes e mais sagrados de nossas vidas [...] nos abandonamos em júbilo estático, ao prazer antecipado de uma natureza estranha, tão rica e maravilhosa (Op.cit.,vol.I,p.39)

Após três meses de viagem, chegaram ao porto do Rio de Janeiro a 15 de julho de 1817, dando início à expedição que, posteriormente, viria a ser reconhecida entre as mais importantes realizadas naquele período, em razão de seus proveitosos resultados científicos. Permaneceram no Brasil por três anos e, não obstante a opinião de outros naturalistas que compararam seus projetos de viagem tal qual "vôo de Ícaro", não se deixaram intimidar. Apesar das inúmeras dificuldades encontradas, percorreram em maior ou menor escala as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Amazonas.

Nesse itinerário de viagem, que cobriu cerca de 10.000 km do território brasileiro, os naturalistas só se separaram quando excursionavam pelo rio Solimões. Spix explorou o médio Amazonas, desde Ega (Tefé) até Tabatinga, nos limites com o Peru, adentrando ainda pelos rios Jataí e Juruá. Martius seguiu pelo rio Japurá até a fronteira colombiana e subiu o rio Negro até Barcelos. Reuniram-se novamente na barra do rio Negro e navegaram pelo rio Madeira de onde retornaram ao Amazonas, descendo-o até Belém do Pará. Nessa cidade, por se encontrar Spix muito doente, apressaram seu retorno e embarcaram para a Europa na galera Nova Amazônia, especialmente fretada para transportá-los.

Partiram do Brasil a 13 de junho de 1820, escoltados por uma escuna da armada portuguesa, levando as anotações cuidadosamente recolhidas em suas viagens e uma numerosa coleção de história natural, que incluía espécimes zoológicos, botânicos e geológicos, além de rico material etnográfico. Esse acervo foi instalado no Museu da Real Academia de Ciências de Munique, e, posteriormente, exposto à visitação pública. Comentando os resultados da expedição, afirmam os naturalistas:

> "O Brasil, fechado durante séculos consecutivos às investigações dos europeus, oferecia a oportunidade de enriquecer com fatos aquelas ciências, e, quanto aos meios para atingir esse alvo, não tínhamos escolha. Pareceu-nos mais acertado colecionar, durante a viagem, exemplares tanto de formações orogênicas, quanto de maravilhas etnográficas, e, em particular, de animais e plantas, dar assento, em nosso diário, a descrições e notícias minuciosas [...] graças a isso tudo, uma vez de volta à pátria, preparar uma exposição científica pormenorizada" (Id.ibid.,vol.III,p.480).

Em Munique, Spix reassumiu suas antigas ocupações e dedicou-se a inventariar o material zoológico coligido no Brasil, que totalizava 3.381 espécimes, assim distribuídas: 85 mamíferos, 350 aves, 130 anfíbios e répteis, 116 peixes e 2.700 insetos. Dessa representativa aquisição o naturalista teve tempo de tratar apenas dos mamíferos, das aves e de parte dos anfíbios e répteis, pois faleceu seis anos após seu retorno, aos 45 anos de idade, em consequência de alguma moléstia tropical contraída em suas viagens. Os trabalhos científicos que realizou entre os anos de 1823 a 1826 foram publicados pela Academia de Ciências de Munique. São eles:

- **Simiarum et Vespertolionum Brasiliensium Species Novae** (história natural das espécies de macacos e morcegos, observados e recolhidos durante a viagem no interior do Brasil, por ordem de S.M. o rei da Baviera, durante os anos de 1817-1818-1819 e 1820, publicado por J. Spix). Munique,1823;
- **Species Novae Lacertarum, quae Descripsit Dr. J.B. Spix**. Munique,1824-1825;
- **Species Novae Testudinum et Ranarum, quae in itinere per Brasilia anis 1817-1820... Collegit et Descripsit Dr. J.B. Spix**.Munique,1824;
- **Avium Species Novae, quae Descripsit Dr. J.B. Spix**. 2 tomos. Munique, 1824-1825.

Ilustração 42. **Mycettes barbatus (mas.)** e **Cebus cucullatis (foem.)** (Johann B. Von Spix). Simiarum et Vespertolionum Brasiliensium Species Novae.

Ainda no Brasil Spix escreveu a obra **Brasilien in Seine Entwicklung seit der Entdeckund bis auf Unsere Zeit** (O desenvolvimento do Brasil desde o Descobrimento até Nossa Época), cujo manuscrito foi enviado a Munique em 1818 e publicado somente após o seu regresso, em 1821. Não se tem notícia da tradução dessa obra para o português.

Entre suas produções a que mais se destacou foi, sem dúvida, a **Reise in Brasilien** (Munique:Theil,1823-1831), redigida juntamente com Martius. Entretanto, em virtude de sua já referida morte prematura, “ocasionada pelas fadigas sofridas no Brasil e pela insalubridade do clima que haviam alterado sua constituição, dos quais não mais se restabeleceu” (MICHAUD,tomo XL,p.72), Spix só participou da elaboração do primeiro volume da **Reise,** tendo Martius se incumbido de concluí-la. Sua primeira edição em língua portuguesa foi realizada pelo IHGB em 1938, no ensejo das comemorações do centenário daquele

Instituto e traduzida por Lúcia F. Lahmeyer, com o título **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**, acrescida de um Atlas com diversas iconografias representando paisagens, aldeias e tipos indígenas, quadros da vida humana, mapas e exemplares botânicos e zoológicos brasileiros.

Ilustração 43. **Tierformem des Tropischen America** (Formas de Animais da América Tropical) Iconografia do Atlas da Viagem pelo Brasil, representando a diversidade da fauna brasileira.

Sobre a primeira edição da **Viagem pelo Brasil** editada pelo IHGB, comenta Mello Leitão:

> "Foi Spix o companheiro inseparável de Martius e na alentada narrativa de viagem dos dois notáveis naturalistas, embora assinada por ambos e escrita sempre no plural, as notas referentes à nossa fauna devem ser todas devidas ao alto saber de Spix [...] sendo de lamentar que na obra patriótica e louvadíssima do Instituto Histórico fazendo traduzir essa Viagem pelo Brasil, de leitura indispensável por todos que se interessam pelo nosso país, não tivesse sido ouvido um zoólogo que lhe modernizasse os nomes latinos dos animais [...] quase todas as notas referentes à zoologia, feitas por revisores não especializados, são inexatas ou errôneas" (Op.cit.,p.435).

Em maio de 1961 a **Viagem pelo Brasil** foi integralmente reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, que também publicou sua terceira edição brasileira em 1975, desta vez com a colaboração do Instituto Nacional do Livro e do IHGB, revisada por Ernest Winkler. Existe ainda uma outra publicação desta obra, realizada pelo Instituto Nacional do Livro em 1972 (INL-Coleção Documentos nº 5), com o título **A grande Aventura de Spix e Martius: Condensação da Viagem ao Brasil de Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius**. Esta edição resumida suprimiu os preparativos de viagem dos naturalistas, assim como a maioria das observações botânicas, zoológicas, climatológicas e as ilustrações, dando ênfase aos roteiros de viagem e às anotações referentes ao homem e ao meio do hinterland brasileiro. Mais recentemente foi novamente publicada, na sua íntegra, pelas editoras da USP e Itatiaia Ltda., fazendo parte da Coleção Reconquista do Brasil (Nova Série) em três volumes, nºs 46,47 e 48.

Após a morte de Spix, Martius completou a obra zoológica de seu companheiro, publicando, com o auxílio de outros cientistas, quatro monografias

baseadas nos manuscritos deixados pelo naturalista: os peixes foram tratados por Louis Agassiz na obra **Selecta Genera et Species Piscium quos in Itinere per Brasiliam annis 1817-1820 Colligit J.B. de Spix. Digessit et Discritsit L. Agassiz**, editada e prefaciada por Martius (Munique,1829-1831); os ofídios por Johann Wagler na **Serpentum Brasiliensium Species Novae quae in Itinere per Brasiliam annis 1817-1829 Colllegerunt J.b. de Spix et K.F. Ph. de Martius. Digessit et descripgit J. Wagler**, editada por Johann Schrank e Martius (Munique,1827) e os artrópodes por M. Perty, na **Delectus Animalium Articulorum quae in Itinere per Brasiliam annis 1817-1829 Collegerunt J.B. de Spix et K.F. de Martius. Digessit et Descrigit, Pingenda Curavit Maximilianus Perty**, também editada e prefaciada por Martius (Munique,1831).

Ilustração 44. **Genera et species piscium**.

QUADRO I - **Conjunto dos Viajantes da Capitania / Província de Goiás (1800-1850)**

Os Viajantes	País de Origem	Nascimento e Morte	Duração da Viagem pelo Brasil	Duração da Viagem por Goiás
Burchell	Inglaterra	1781-1863	julho de 1825 a fevereiro de 1830	final de 1827 a abril de 1829
Castelnau	França	1812-1880	junho de 1843 a março de 1847	fevereiro a dezembro de 1844
Gardner	Escócia	1813-1849	junho de 1836 a maio de 1841	setembro de 1839 a maio de 1840
Pohl	Áustria	1872-1834	novembro de 1817 a março de 1821	dezembro de 1818 a junho de 1820
			junho de 1816 a	maio a setembro

Saint-Hilaire	França	1779-1853	agosto de 1822	de 1819
Spix e Martius	Alemanha	1781-1826 e 1794-1868 (respect.)	julho de 1817 a junho de 1820	setembro de 1818

QUADRO II - **Modalidades de Viagens e Viajantes**

Financimento	Qualificação intelectual	Composição da viagem	Prêmios e recompensas	Distribuição dos viajantes
Estado, instituição científica	Superior	Comissão científica	Internos à trajetória intelectual (reconh.cient.)	Spix e Martius Castelnau
Estado, instituição científica	Superior	Individual	Internos à trajetória intelectual (reconh.cient.)	Saint-Hilaire Gardner Pohl
Autofinancia-mento	Superior	Individual	Reconhecimento científico e artístico	Burchell

QUADRO III - **Formação Científica dos Viajantes**

Zoólogo	Spix
Botânico	Saint-Hilaire Martius Burchell Gardner Castelnau Pohl
Médico	Martius Spix Gardner Pohl

QUADRO IV - **Outras Áreas de Interesse dos Viajantes**	
Astronomia e Meteorologia	Spix e Martius Castelnau Burchell
Mineralogia	Pohl Spix e Martius
Geologia	Gardner Spix e Martius Castelnau Pohl
História	Saint-Hilaire Spix e Martius Castelnau
Geografia	Castelnau Spix e Martius Saint-Hilaire
Zoologia	Burchell Saint-Hilaire
Etnografia e Etnologia	Castelnau Spix e Martius Pohl Saint-Hilaire
Linguística	Saint-Hilaire Spix e Martius
Aspectos Econômicos e Sócio-Culturais	Castelnau Saint-Hilaire Pohl Gardner Spix e Martius
Arte Pictórica	Burchell
Iconografias de Espécimes Naturais	Spix e Martius Castelnau Pohl Gardner Burchell
Ficção Literária	Martius
Música	Spix e Martius

3.2. A VISÃO DOS VIAJANTES.

> “Memória é vida. [...] Ela está sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, inadvertida de suas deformações sucessivas e aberta a qualquer tipo de uso e manipulação. Às vezes fica latente por longos períodos, depois desperta subitamente. A história é a sempre incompleta e problemática reconstrução do que já não existe. A memória sempre pertence a nossa época e está intimamente ligada ao eterno presente: a história é uma representação do passado” (Pierre Nora, apud: Hobsbawn,1992,p.13).

Diante do conjunto dos naturalistas estrangeiros que integraram o ciclo das expedições científicas ao Brasil na primeira metade do século XIX, é inegável que o imenso território do interior do país, atualmente pertencente aos Estados de Goiás e Tocantins*, não foi privilegiado pela visita da maior parte deles. Observando os itinerários desses viajantes, fica evidente que suas atenções estavam preferencialmente voltadas para o conhecimento da biodiversidade da hiléia (conforme denominou Humboldt a floresta amazônica), para as regiões litorâneas do país onde ainda vicejava uma exuberante Mata Atlântica, bem como de outros biomas, tais como as Matas Araucárias e o pantanal. Embora no início do século passado a exploração aurífera já tivesse deixado de ser a base da economia brasileira, as antigas regiões que ainda se dedicavam a esta atividade, particularmente as da Província de Minas Gerais, também foram alvo da curiosidade desses viajores, sobretudo no que se refere aos aspectos relacionados às técnicas de extração do ouro e suas potencialidades.

A explicação para o pouco interesse pela Capitania de Goiás, elevada à Província em 1822, provavelmente se encontre menos nas dificuldades de acesso ao seu território, do que no desconhecimento, por parte desses naturalistas, das possibilidades e da riqueza do Sistema Biogeográfico do cerrado, que abrange uma infinidade de formas vegetais e uma significativa variedade de espécimes faunísticas. Acresce que a própria situação conjuntural de Goiás à época era pouco atraente para esses estudiosos estrangeiros. Tanto assim que dentre aqueles por nós citados no capítulo anterior, foram apenas sete os arrolados como tendo efetivamente visitado, em maior ou menor escala, o território goiano. Com exceção de Burchel, que não deixou registros escritos sobre Goiás, mas que legou à posteridade uma valiosa coleção de desenhos da Província, todos os outros publicaram suas impressões pessoais em livros de viagem. Cientes que essas memórias vivas de um passado já morto constituem para o leitor contemporâneo uma fonte de pesquisa indispensável para a recuperação de uma parcela da historiografia de Goiás, é que pretendemos analisar como Pohl, Saint-Hilaire, Martius e Spix, Gardner e

* Quando nos referirmos a partir deste momento a Goiás, seja como Capitania ou Província, queremos significar a área territorial que engloba os Estados de Goiás e Tocantins presentemente.

Castelnau interpretaram e descreveram as características que davam um sentido peculiar à vida goiana da primeira metade do século XIX.

Esses documentos, além de relatar as experiências vividas no dia-a-dia pelos naturalistas em suas viagens, contêm uma variada e heterogênea quantidade de informações e impressões que possibilitam as mais diferentes abordagens. Nesta etapa final do trabalho, nossa proposta é a de neles pinçar o que se refere à percepção que tiveram das feições da paisagem regional goiana da época - paisagem aqui entendida como reflexo da sociedade que a constrói, e se materializa no espaço através de um conjunto de formas que, criadas em momentos históricos diferentes, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre os seres humanos e a natureza. Vista desta maneira, a paisagem não é somente produto da história, ela reproduz a história. Nesta perspectiva, os relatos dos viajantes são preciosos instrumentos de trabalho pois, apesar de escritos sob o ponto de vista do estrangeiro, permitem rever etapas de um passado dentro de uma visão de conjunto, cuja dinâmica de mudanças dos rítmos das relações sociais se expressam nas paisagens descritas.

Convém assinalar que, ao procurarmos realizar uma interpretação crítica das narrativas dos viajantes, estaremos atentos a uma questão que é, do nosso ponto de vista, fundamental: a lógica dos textos. Isto por entender que, muitas vezes, o leitor, ele mesmo envolvido com sua imaginação criativa, corre o risco de faltar com a verdade ao extrapolar as palavras do autor com interpretações de cunho pessoal. Daí a importância da utilização de citações textuais ao longo da análise das narrativas, o que representa a forma mais segura de deixá-los falar por si.

Todavia, respeitar a lógica de um texto não requer que fiquemos presos somente ao que nele está explícito. O que os relatos dos viajantes mostram está carregado de latências. E o que está latente, obviamente, não está evidente, mas pulsa por trás, aguçando e motivando a sua leitura. Portanto, não ignorando as linhas, ao tecermos comentários sobre os argumentos manifestos nas narrativas, estaremos também atentos às entrelinhas, o que também permite entrever o que está subentendido, oculto - ocultamento nem sempre voluntário e que, seguramente, reflete as posições ideológicas dos autores. Neste sentido, há que se levar em consideração que a exposição das narrativas dos viajantes

estrangeiros não são isentas, na medida que não descrevem a totalidade goiana da época como realidade objetiva, mas relativa e parcial, muitas vezes inçadas de julgamentos de valor, não podendo, como tal, serem afirmadas sem reservas.

É justamente isto que pretendemos demonstrar, ou seja, como suas concepções de mundo - resultantes de um patrimônio cultural anterior - os condicionavam, servindo como mediação entre o que viram e o que apreenderam. Suas memórias de viagem são construções que revelam, ao olhar do observador contemporâneo, espessas camadas de representações que passavam por um processo de comparação, classificação e ordenação de suas impressões sobre o “outro”, ressaltando diferenças.

Vindos de um continente já transformado pelo advento da revolução industrial, pelo desenvolvimento do capitalismo e por um crescimento demográfico que se processava desde o século XVIII, eram esses naturalistas homens de mentalidade urbana e portadores de uma saber acadêmico enciclopédico. Herdeiros da Ilustração e do movimento romântico, suas incursões pelo Brasil muito se assemelham às viagens filosóficas iluministas, praticadas desde o final do século anterior. Suas funções, além do levantamento e estudo de aspectos relacionados à natureza abrangiam, entre outras preocupações, a observação dos povos encontrados. Para eles, o viajante não podia ser um simples espectador, mas devia ser um ator de passagem, observador atento da realidade, exercitanto diante dela a arte de refletir. A despeito disso, não rompendo com os fortes laços culturais europeus que os prendiam a uma visão de mundo etnocêntrica, além de estarem fortemente imbuídos das idéias de “progresso”, não relativizaram o que viram, e perceberam a conjuntura goiana a partir de seus próprios referenciais: tal qual Narciso, acharam feio o que não era espelho...

Destaque-se que Goiás, à época, passava por uma grave crise decorrente da praticamente extinta atividade mineratória. Nas primeiras décadas do século XIX o esgotamento da capacidade produtiva das minas, que já vinha ocorrendo de forma progressiva desde o último quartel do setecentos, deixava fora do eixo econômico nacional e internacional essa área que as minas haviam povoado, sofrendo o espaço mineiro um refluxo econômico e demográfico tão rápido quanto havia sido o surgimento do ciclo do ouro. A consequência desse processo foi a gradativa ruralização do povoamento, voltada basicamente para

uma economia primária de subsistência que, diferente da atividade febril da mineração, obedecia, como bem o coloca Bertran,

> "[...] às lentidões do calendário agrícola e ao lento crescimento vegetativo dos rebanhos. Nada era urgente ou inadiável a não ser libertar o tempo para o ócio, para as inumeráveis festas do campo ou do arraial - a sociabilidade do tempo - para pescarias, caçadas, enfim, numa palavra, para o exercício dos prazeres de uma vida simples" (1997,p.13).

Estendendo o inequívoco processo de declínio da atividade mineratória para uma visão negativa de Goiás e de seus habitantes, esses viajantes acabaram por estabelecer "verdades" a partir de suas incompletas visões dos acontecimentos. A não compreensão da realidade goiana da época em sua totalidade, fez que emitissem opiniões e julgamentos raramente imparciais de sua condição social, econômica e mesmo cultural. Foram esses julgamentos resultantes do choque entre os fatos observados e os valores internos de quem os julgava, e não uma relação obtida fora de quem julga, ou seja, sem que os critérios e os valores do julgador interferissem.

Eram esses viajantes legítimos representantes da mentalidade européia da época, cujo padrão de avaliação dos homens e de sua produção se dava, basicamente, por critérios econômicos, de acordo com o êxito e fracasso alcançados. Não é de admirar, portanto, que tenham ajuizado a Capitania / Província de Goiás inadequadamente, emitindo sobre a mesma uma série de mal-entendidos. Ademais, ao revelarem o olhar estrangeiro sobre Goiás, demonstraram como as imagens que foram sendo construídas de fora para dentro acabaram por semear idéias que foram incorporadas pela historiografia regional ao longo do tempo, reproduzindo suas visões de mundo - plenas de atitudes culturais estabelecidas anteriormente, de forte conteúdo discriminatório e racista. Trazendo a postura do "civilizado" diante de uma população "atrasada", atribuíram ao estilo de vida rural de Goiás das primeiras décadas do século XIX o signo da decadência material e moral: as mulheres eram ou reclusas e inibidas ou devassas sem princípios, todas ignorantes; os brancos, libertinos, soberbos e preguiçosos; os negros imorais e os sertanejos, a personificação da apatia e da indolência.

Em artigo intitulado O Olho que Vê o Mundo, Moreyra alerta para as "armadilhas ideológicas" ocultas nas memórias históricas ou científicas produzidas sobre Goiás nos séculos XVIII e XIX. Referindo-se particularmente à Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás, do botânico Auguste de Saint-Hilaire, "livro que tem sido amplamente utilizado na historiografia brasileira", o autor questiona as observações sociais nelas contidas:

> "A descrição que fez dessa viagem, é mantida quase sempre entre o espanto e a agressão a uma região cuja rusticidade surpreendeu o pesquisador: péssimos caminhos, fazendas abandonadas, engenhos em ruínas, arraiais despovoados. Enfim, a decadência retratada em tudo o que observava no decurso de suas vagarosas jornadas de coleta botânica. [...] Entre o que os seus olhos viram e o que compreendeu, medeia uma distância, coberta por sua visão européia. As impressões do naturalista são as impressões do naturalista. É necessário ver hoje as coisas que ele viu, da forma pela qual ele não pôde enxergá-las, vê-las como ele não pôde vê-las" (1997/1988,p.164).

É justamente nesta perspectiva que Chaul propõem uma revisão do conceito de decadência explícito nos relatos dos viajantes e nos documentos oficiais da época que, através de referências exaustivas ao estado deplorável, ruína, miséria, preguiça atávica, indigência e outras expressões de caráter pejorativo, forjaram a construção de uma auto-imagem depreciativa da realidade goiana do século XIX. Entendendo que na forma com que a sociedade goiana se organizou após a crise da mineração, "existiu muito mais de vida e vigor do que as interpretações sobre a decadência indicam", para o autor a reiterada percepção dos viajantes sobre a pobreza de Goiás da época fundamentava-se numa errônea noção de que a Capitania vivera momentos de fausto e esplendor no período mineratório: "A partir de um pretenso desenvolvimento da sociedade mineradora, criou-se o posterior espectro da decadência que passa a rondar a sociedade estruturada pós-crise da mineração" (1997,p.16), .

Condicionada pelas idéias de progresso e pelo filtro da cultura européia, a visão dos viajantes apoiava-se no argumento de que a Capitania teria entrado num processo de abatimento que atingia a população como um todo, relegando-a a uma espécie de derrotismo moral. Como os habitantes não tinham condições materiais para enfrentar os problemas advindos da crise econômica

que se estabelecera em Goiás, refugiavam-se em atitudes de conformismo, apatia, depressão, licenciosidade, tédio e ócio. Conforme Chaul:

> "Dentre os mais variados argumentos alegados para justificar a decadência, temos a precariedade das estradas, a falta de incentivos da Coroa para colocar em funcionamento novos meios de comunicação e o constante ócio em que vivia o povo de Goiás. [...] todo esse conjunto de negativas criou uma imagem de Goiás que ficou gravada, por intermédio da cultura dos viajantes, como verdade inconteste [...] Repetida pelos historiadores contemporâneos, Goiás passou a ter um perfil de decadência, retrato de uma sociedade que parecia não ter o mínimo básico para existir devido à sua inoperância, sua carência de tudo, sua solidão traduzida em isolamento, sua redoma de preguiça" (Id.ibid.,p.35).

Diante deste quadro, antes de nos atermos às memórias de viagem dos referidos naturalistas, a nosso ver é necessário traçar, ainda que brevemente, um panorama da organização do espaço goiano do setecentos, para, então, considerar seu contexto nas primeiras décadas do século XIX, cotejando-o com os pontos de vista dos viajantes.

Goiás só surgiu no cenário colonial no início do século XVIII, com grande defasagem de tempo em relação à ocupação da faixa litorânea brasileira. Mais de duzentos anos se passaram antes que se concretizasse a anexação e o efetivo povoamento daquela vasta região do Planalto Central Brasileiro que "entrou na história como as Minas dos Goyases [...] título de existência e de identidade de Goiás durante quase um século" (Palacin,1994,p.25). Até então, como é por demais conhecido, a população concentrava-se notadamente nas áreas agrícolas costeiras ou nos centros urbanos da orla marítima - "arranhando a costa como caranguejo" nas palavras metafóricas de frei Vicente de Salvador - deixando despovoados o interior mineiro e pecuário.

A ambição do ouro foi a motivação maior que impulsionou os sertanistas a penetrarem por aqueles imensos vazios geográficos habitados por silvícolas, onde encontraram toda espécie de dificuldades na epopéia do desbravamento. As sucessivas descobertas do ouro nos planaltos do interior não só acabaram por realizar a ocupação e o povoamento dos vastos sertões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, definindo a configuração das fronteiras e a

extensão territorial do oeste brasileiro, como transformaram a face da economia da colônia por todo o século XVIII, relegando a um gradativo abandono a tradicional atividade agroexportadora açucareira que por século e meio fora o sustentáculo da obra colonizadora lusitana. Passando a dominar a economia e as atenções da Metrópole e dos colonos portugueses e brasileiros, a mineração possibilitou que as localidades dedicadas a essa atividade se multiplicassem rapidamente.

> "No Planalto Brasileiro, as vilas '*bocas de sertão*' chegaram a fixar-se a 400 e 500 km do oceano, particularmente em terras mineiras e baianas, se bem que '*sentinelas*' avançadas mais isoladas da onda urbanizadora pudessem ser encontradas a mais de 1000 km, em terras de Goiás e Mato Grosso" (Azevedo,op.cit., p.33).

Com grande parte de seu território localizado a oeste do Meridiano de Tordesilhas, a Capitania de Goiás, que até 1744 esteve sob a jurisdição de São Paulo, teve portanto seu processo de ocupação estreitamente relacionado às descobertas das jazidas de ouro. Com a divulgação da riqueza das minas, levas de garimpeiros e de aventureiros de toda espécie embrenharam-se pelos sertões goianos à procura do metal precioso. Os resultados mais imediatos dessa corrida foram a formação dos primeiros arraiais, muitos deles gêneses de futuras cidades de Goiás e do Tocantins, e a incorporação da Capitania ao sistema mercantil português.

Iniciada a exploração sistemática das minas em 1726, na medida em que novas lavras iam sendo descobertas o número dos arraiais se multiplicava e o afluxo de garimpeiros ia crescendo a tal ponto que em poucos anos já havia uma significativa quantidade de povoados, que surgiam com a mesma velocidade com que desapareciam. Eram a febre do ouro e a obstinação da riqueza fácil as razões da atração dos mineiros que, vindos de outras regiões da colônia e até mesmo da Metrópole, penetravam pelo território de Goiás, ora pelas vias fluviais, ora pelos caminhos que iam abrindo pelos sertões inóspitos e desconhecidos. Nesse período teve início a formação de uma população miscigenada, de caráter semi-urbano e de intensa mobilidade. Semi-urbana porque a própria atividade produtiva exigia a mediação de um núcleo comercial onde fossem concentradas todas as ações relacionadas com a mineração. Móvel

porque na medida em que os veios auríferos se esgotavam, os mineiros migravam em busca de outros sítios.

A primeira região ocupada foi a do vale do rio Cambaúbas, mais tarde renomeado Vermelho, um dos principais tributários do rio Araguaia. Próximo ao arraial da Barra as descobertas se sucederam e surgiram os arraiais de Sant'Ana (Vila Boa), São João Batista (Ferreiro), Ouro Fino, Anta, Santa Rita e Tesouras. Conforme Palacin e Moraes, três zonas foram sendo povoadas no século XVIII, com relativa densidade. A primeira delas, localizada no centro-sul de Goiás, relacionava-se com a expansão paulista e foi onde se fixaram os arraiais de Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Córrego de Jaraguá e Vila Boa. Em uma segunda zona, na região do alto Tocantins (ou Maranhão), que administrativamente pertencia à correição do norte, surgiram Traíras (Tupacirama), Água Quente, São José do Tocantins (Niquelândia), Santa Rita do Pontal (Pontalina) e Muquém. A terceira zona referida pelos autores localizava-se no norte da Capitania, abrangendo extensa área entre os rios Tocantins e os chapadões limítrofes com a Bahia, onde foram criados os arraiais de São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (Porto Nacional). Além dessas áreas de povoamento, outras surgiram, mas na forma de arraiais isolados da atividade mineradora. É o caso de Pilões (que ficava a 18 léguas de Vila Boa), Pilar e Crixás (nas matas da região do Araguaia) e Couros (Formosa) no caminho para a Bahia (1989,p.10-11).

Resumidamente, pode-se situar a urbanização do território goiano no século XVIII em três fases. Uma primeira correspondeu aos primeiros descobrimentos de ouro, caracterizada por uma atividade febril e anárquica em termos de fixação da população e da própria instalação do sistema produtivo. Na segunda fase, iniciada em 1736, já se evidenciavam os contornos regionais e se realizavam as comunicações habituais com São Paulo, Minas e Bahia. Data desse período a proibição do cultivo das terras com fins lucrativos nas regiões das minas. O objetivo desse impedimento era forçar a população a dedicar-se prioritariamente à atividade mineratória. O gado, que era necessário à alimentação, vinha do nordeste - pela calha do S. Francisco abrira-se o caminho para o transporte das boiadas. Contudo, como por esse caminho o contrabando de ouro também se realizasse, ficou interditada sua utilização, o que acarretou graves problemas de abastecimento na Capitania.

A terceira fase, iniciada em 1749, coincidiu com tomada de posse na Câmara Municipal de Vila Boa (capital da Capitania), em 8 de novembro do mesmo ano, do seu primeiro governador, D. Marcos de Noronha e Brito, mais tarde Vice-Rei com o título de Conde dos Arcos. Em sua gestão, que durou até 1755, foram tomadas inúmeras providências que diziam respeito à mineração, dentre elas a abolição da capitação e o incentivo ao descobrimento de novas minas. D. Marcos de Noronha também estimulou o contato pacífico com os gentios, além de ter sido o primeiro a fixar os limites da Capitania de Goiás com as de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Por ordem sua, o cartógrafo Tosi Colombina levantou a primeira Carta de Goiás. Nesse período, em Vila Boa, instalou-se todo o aparato administrativo: o Tribunal da Junta da Real Fazenda, a Intendência do Ouro, a Casa do Senado, a Cadeia Pública, o Quartel das Companhias de Dragões e Pedestres e a residência do Governador.

Na segunda fase de urbanização, momento em que começaram a definir-se os núcleos urbanos mineiros, Vila Boa e Meia Ponte tornaram-se os centros regionais do centro-sul, exercendo funções polarizadoras em Goiás. Os arraiais do rio Vermelho (Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino), bem como o caminho que levava a Pilões, Rio Claro e Cuiabá, eram áreas de influência de Vila Boa. Meia Ponte era o ponto de intersecção de todos os caminhos que demandavam a Goiás. De lá partiam as estradas que ligavam a Capitania a Minas Gerais via Santa Luzia e Paracatú (leste); a São Paulo, via Bonfim e Santa Cruz (sudeste) e a Pernambuco e Bahia, via arraial dos Couros, Arraias, São José do Duro e São Domingos (nordeste). Internamente, uma rede de caminhos, picadas e pontes interligavam os principais povoados: “Vila Boa - Meia Ponte; Vila Boa - Pilar; Vila Boa - Santa Cruz; Água Quente - São José do Tocantins e São Félix - Natividade; Natividade - Carmo; Meia Ponte - Santa Luzia” (Salles,1992,p.105). Ainda acompanhando a linha do paralelo 14, numa extensão de 400 km, interligavam-se precariamente os arraiais de Crixás e Flores, mediados por Pilar e Traíras. Foram praticamente esses mesmos os caminhos trilhados pelos naturalistas e viajantes estrangeiros, quando de suas passagens por Goiás, nas primeiras décadas dos século XIX.

A última fase é considerada o “período áureo” da mineração em Goiás, quando a população gradativamente se estabeleceu. As feições do espaço urbano foram tomando seus contornos característicos, um mercado

interno - ainda que incipiente - desenvolveu-se e a administração colonial organizou-se. As zonas de povoamento relacionadas à mineração cobriam, então,1/3 do território da Capitania. Outros fatores que colaboraram para o processo de urbanização desse período, ainda que em menor escala, foram os locais de pouso de tropas, os presídios, registros e aldeamentos. (19) O sul, sudeste e extremo norte de Goiás só iriam receber ocupação humana ordenada a partir das primeiras décadas do século XIX, devido, principalmente, à economia agropecuária que gradativamente se desenvolveu, à garimpagem de cristal e aos patrimônios que também possibilitaram o surgimento de alguns núcleos urbanos.

Mapa da Capitania de Goyaz.
TEIXEIRA NETO, Antônio. In: Palacin, Garcia e Amado (1995,p.126).

Quando Goiás iniciou a exploração aurífera, toda sua vida social e econômica girava em torno dessa atividade. O metal extraído era, em princípio, levado para São Paulo para ser fundido e quintado. Seu volume, entretanto, atraiu as atenções da administração colonial, que se instalou na Capitania com o intuito de estabelecer a ordem, cobrar os devidos impostos e impedir o contrabando. Neste sentido foram tomadas diversas providências, tais como a proibição, em 1737, da navegação de Goiás até Belém pelo rio Tocantins, o que aliás pouco adiantou, pois o ouro continuou a ser extraviado para a Bahia e Pernambuco; a instalação de registros para a cobrança de direitos de entrada; a fiscalização rigorosa nos caminhos, onde os comerciantes e mineiros eram obrigados a declarar a quantidade de ouro que transportavam; o imposto de capitação (cobrado sobre o número de trabalhadores empregados nas minas) que vigorou entre 1736 e 1751 e finalmente a cobrança do quinto da produção bruta feita pela Intendência nas casas de Fundição de Vila Boa e São Félix. Não obstante essas tentativas de fiscalização, era impossível administrar um território de tal dimensão e os desvios eram amplamente praticados: ”o contrabando ia além de 50% dependendo do flutuar das conjunturas e dos lugares**”** (Bertran,1997,p.12). Chaul vê nessa prática do contrabando, uma das manifestas ações de desobediência civil:

> “A forma primeira encontrada para burlar a cobrança do quinto que, ao diminuir seu lastro devido ao esgotamento das minas e ao parco desenvolvimento técnico, sobrou a desculpa para a sonegação. Não havia entendimentos possíveis e o contrabando grassava também como forma de demonstrar o

> descontentamento geral para com as arbitrariedades lusitanas em terras dos goyases. Significava tanto o descontentamento com o governo imposto como do imposto do governo”(12.05.1997).

O ouro, afirmou Cunha Mattos, “tirava-se da superfície da terra às arrobas e às arrobas se encaminhava para Portugal e, de lá, para toda a Europa e Oriente” (1874,p.292). Conforme os autores contemporâneos consultados, não é possível demonstrar com exatidão o montante do metal precioso extraído em Goiás no período colonial, haja vista a imprecisão dos registros, e mesmo a impossibilidade de se conhecer a quantidade que foi sonegada e contrabandeada. Palacin e Moraes fazem a seguinte estimativa: “o quinto, nos cem anos que vão até a independência, subiu aproximadamente a 20 000 kg, sendo, portanto, a produção declarada de 100 000 kg” (Op.cit.,p.21). Salles afirma que antes de 1736, não são fidedignos os dados sobre o quinto, e de 1736 a 1751, período da capitação, eles são insuficientes. Todavia, os dados do quinto de 1752 a 1822 são mais estáveis, e desse período a autora fez o seguinte levantamento:

> “[...] entre 1752 e 1761 o quinto produziu anualmente uma média de 31 arrobas. Na década seguinte, 1762 a 1771, há um colapso acentuado, descendo para 22 arrobas por ano [...] 30 % que o período anterior; entre 1772 e 1781, arrecadaram-se 14 arrobas por ano, com um decréscimo de 38%; de 1782 a 1791, a defasagem aproxima-se de 9 arrobas, 36% a menor que a fase precedente; de 1792 a 1801, arrecadaram-se 6 arrobas, com um decréscimo de 34 %; de 1802 a 1821, chegou-se a 2 arrobas anuais, isto é, 34% a menos que o período anterior [...] em 1822 o quinto produziu meia arroba” (1992,p.144-145).

Esses números apresentados demonstram como a produção do quinto do ouro em Goiás de 1752 a 1822 totalizou 872,8 arrobas, ou seja, 13 092 kg, de uma produção bruta de 65 460 kg (quantitativo que corresponde a cerca de 20% da produção de Minas Gerais no mesmo período, que foi de 306 075 kg). Por este demonstrativo também é possível observar como a produção goiana foi breve e irregular. O processo gradativo de esgotamento das minas inicia-se de forma bastante clara a partir da década de 1770, quando o quinto arrecadado anualmente caiu para 14 arrobas anuais (210 kg). A partir desta década a queda

da produção acentua-se irreversivelmente, até praticamente desaparecer em 1822, quando o quinto produziu somente 7,5 kg.

A pequena quantidade de ouro extraído e a descontinuidade de sua produção afetavam não só ânimo dos mineiros, como também as rendas da Capitania. Com a progressiva e regular queda de seus resultados, a partir da década de 1770 a receita tributária sobre o comércio e a agricultura, que era insignificante, iria tornar-se em princípio equivalente e, posteriormente, maior que a do quinto. De acordo com os dados de Bertran, contrastando com a arrecadação de 1765, de 60% para a mineração e de 40% para a agricultura e comércio somados, a relação mineração, agricultura e comércio de importados era a seguinte em 1778: 50%, 30% e 20%, respectivamente. Prosseguindo em sua análise, o autor informa que em 1778, nada menos que 600 kg de ouro saíram de Goiás para cobrir as importações. Quase 60% da produção. Nas décadas seguintes a balança comercial permaneceu deficitária, pois quase nada havia para exportar. A conseqüência dessa situação foi a progressiva diminuição das importações por falta de ouro que as lastreasse, a ponto de, em 1823, representarem só 50% do que eram em 1806 - período em que o ouro despencou em 70% (1988,p. 28-29). Ressaltando que a região “experimentou um declínio constante” em sua balança comercial, Castelnau informa em sua memória de viagem: “Em 1844, a receita da Província era apenas de dezessete contos de réis, para uma despesa de cento e vinte contos” (1949,vol.266A,p.42).

Para o entendimento do declínio da economia mineradora, que se processou no Brasil no último quartel do setecentos e se consolidou nas primeiras décadas do século XIX , há que se considerar uma série de fatores que, juntos, colaboraram para tal quadro. Prado Jr. assim os resume:

> “[...] a ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro que dos quintos a um rei esbanjador e à sua corte de parasitas [...] e no resto satisfazer o apetite imoderado de aventureiros” (Op.cit.,p.63).

Em Goiás não foi diferente, e uma das causas que contribuíram para que essa atividade se transformasse num empreendimento de risco, pressupondo de antemão a derrocada para os que nela se aventurassem, relaciona-se ao baixo rendimento dos trabalhadores das minas, que se foi

agravando à medida que as camadas mais superficiais e de maior concentração das jazidas iam-se escasseando, tornando inoperante a importação de novos escravos. Isto porque grande parte da apuração do ouro dava-se através do “aluvião”, tipo de jazida que aflora sobretudo no leito dos cursos d’água e nas suas margens. Esta forma de ocorrência é resultante de um processo geológico milenar em que a água, desagregando as rochas matrizes onde o ouro se encontra concentrado, espalha-o por uma área superficial extensa.

Até a década de 1740 em Goiás vigorou principalmente a denominada mineração de cascalho. Esse método consisitia na exploração dos veios d’água, através da lavagem da areia e do cascalho superficial ou pouco profundo em batéias, para que o ouro, mais pesado, ficasse sedimentado no fundo das mesmas. A partir desta data passou-se também a explorar os tabuleiros (terrenos planos nas margem dos rios) e as grupiaras (formações auríferas nas encostas de elevações do terreno). A mineração de morro em suas duas formas, de “talho aberto” e de “galeria” foram muito pouco praticadas na Capitania, pois exigia maiores investimentos e tecnologia, inexistentes na região.

Por ocasião de sua passagem por Goiás em 1819, Saint-Hilaire se espantou com a paisagem desoladora das minas desativadas, e observou:

> “[...] os goianos - despreocupados do futuro - quase nunca se destacaram a explorar jazidas a céu aberto (talho aberto) e muito menos a abrir galerias (mineração de minas). O único tipo que conheciam era o de exploração do leito dos rios (lavras de veio de rio) ou nos terrenos de declive, desde o sopé dos morros até a beira dos córregos (lavras de grupiara)”(1975b,p.178).

Em sua crítica o viajante não levou em consideração a questão conjuntural não só de Goiás, mas da própria colônia no que dizia respeito ao interesse da Metrópole portuguesa que, ao só cogitar os lucros advindos da arrecadação do quinto, entravava o progresso da mineração, apressando sua decadência. Mantendo sua política de isolamento, Portugal impedia rigorosamente que os mineiros tivessem acesso ao conhecimento de técnicas mais avançadas relativas à essa atividade. Enquanto se tratava de depósitos superficiais, não era difícil extrair o metal precioso. Mas à medida que esses escasseavam, surgindo a necessidade de aprofundar as prospecções pelo

subsolo, a capacidade dos mineiros se exauria: tanto pela incapacidade técnica, quanto pela falta de recursos.

Uma outra causa ainda pode ter contribuído para o gradativo fracasso da mineração, qual seja, a falta de espírito associativo entre os mineiros, que seria uma opção para contornar a falta de capital privado para investir na mineração de talho aberto ou de galeria. Confirmando que a exploração do ouro na Capitania foi meramente superficial, Palacin cita somente uma única exceção em relação à primeira: “em 1754, foram concedidas ao Coronel Duarte Pereira Ramos e seus cinco sócios 152 datas no descoberto de Cocais, pois prometiam com seus seiscentos escravos instalar uma lavra de mineração a talho aberto”. No que tange às minas de galeria, o autor afirma que algumas tentativas de exploração foram realizadas em Pilar, Santa Cruz, Cavalcante e Vila Boa, embora delas não se tenham conservado seus respectivos registros (Op.cit.,p.59).

Em seu relato de viagem, Pohl cita a existência de uma outra sociedade de mineração, a do descoberto de Anicuns, localizada a doze léguas de Vila Boa (cerca de 70km). O naturalista lá esteve em abril de 1819, na esperança de verificar com os próprios olhos o processo de extração do ouro. Suas esperanças foram em vão, pois a mina já estava praticamente esgotada e em função das chuvas, “estava cheia de água até a metade”. As impressões que registrou tanto do arraial, onde “reina tamanha pobreza” e “os víveres são extraordinariamente caros”, como da mina, de “insignificante produção, obtida com grandes despesas e trabalho”, foram as piores. Apontando a ignorância no processo extrativo do ouro como a causa fundamental do esgotamento dessa atividade, Pohl comenta que procurou repassar seus conhecimentos aos mineiros, mostrando-lhes como separar as rochas onde o ouro incidia através da explosão com dinamite. Eles porém “não mostraram nenhum interesse pela inovação [...] apesar de sua indigência, preferem um trabalho incerto, cansativo e pesado” (1976,p.149)

A despeito do tom depreciativo de suas palavras, Pohl informa como funcionavam essas sociedades mineratórias e o sistema fiscal a que estavam submetidas, e, o que é mais importante, nos permitem vislumbrar uma forma de trabalho que só um regime de coerção poderia sustentar:

> “A função da sociedade consiste em cada sócio enviar ao trabalho tantos negros quanto possa [...] o ouro produzido, após a dedução

> de todas as despesas, é dividido de acordo com o número de escravos e os dias de trabalho [...] Ao Rei deve ser entregue, além da cota ordinária do quinto, o lucro correspondente ao trabalho de doze homens [...] Dirigem a obra um feitor e vários inspetores, nenhum dos quais tem o menor conhecimento da mineração regular. Os últimos usam um bastão de cerca de dois metros de comprimento, que tem na ponta uma correia [...] com esse instrumento castigam os trabalhadores preguiçosos ou os que praticam desonestidades. Apesar desses atos punitivos, o trabalho é feito com a tradicional preguiça brasileira (sic)" (Id.ibid,p.148).

Passado o período de exploração aurífera, no início do século XIX a Capitania encontrava-se em franco colapso econômico. Não tendo acumulado capitais na fase mais dinâmica da mineração, era praticamente impossível reorganizar a economia em outras bases, haja vista terem sido todos os seus recursos consumidos, entre outros, pela rapacidade e avidez do sistema fiscal, interessado somente nos lucros advindos do quinto; pela falta de organização e despreparo da administração colonial; pelo extravio do ouro, pelos altos custos de vida nas regiões das minas, pela incapacidade gerencial dos mineiros aliada a uma dissipação imprevidente e pelas dívidas contraídas através da compra de escravos.

Os dados demográficos também revelam como o declínio da mineração acabou também por desfavorecer a continuidade do povoamento da Capitania. De acordo com Salles, em 1750 a população de Goiás era de 35 000 habitantes, sendo 20 000 escravos e 15 000 livres. Em 1781 houve um aumento do contingente populacional na ordem de 41%, passando a 58 829 habitantes, sendo 35 292 escravos e 23 528 livres. Nos dois anos posteriores a população só cresceu 1%: em 1783 era de 59 287, o que demonstra a paralização de seu crescimento, que a partir desta data foi negativo. O levantamento populacional realizado pelo censo de 1804 estimava haver em Goiás 50 155 indivíduos, sendo 18 285 escravos, 24 597 livres e 7 273 brancos. Esta distinção entre indivíduos "livres" e "brancos" devia-se à presença de mestiços e negros forros (1981,p.90).

Comparando estes últimos dados com os da estatística de 1824, elaborada por Cunha Mattos (1875,p.18), observa-se que, em 24 anos, a

população apresentou um ínfimo aumento, sendo que a eles foram acrescentados os indígenas catequizados:

ANO	BRANCOS	LIVRES DE COR	ESCRAVOS	ÍNDIOS	TOTAL
1804	7 273	24 597	18 285	-	50 155
1824	10 535	37 985	13 375	623	62 518

Destes números, pode-se deduzir que, como a conjuntura de Goiás nas duas primeiras décadas do século XIX não era propícia a novas correntes migratórias (o que só iria ocorrer após a terceira década do oitocentos com a vinda de paulistas e mineiros para as novas áreas agropastoris do sudeste e leste de Goiás), o acréscimo da população foi devido ao crescimento vegetativo. A população branca pouco cresceu nesse período, a cativa apresentou um decréscimo significativo, certamente pela alforria, pois os dados apontam um sensível aumento de indivíduos livres de cor em 1824 proporcional à diminuição do contingente de escravos.

Saint-Hilaire, que tratou longamente da questão da população goiana em sua obra, demonstrou estar imbuído de uma visão de mundo etnocêntrica, cujo padrão valorativo era não somente a cultura européia, como também o elemento da raça branca. Além de manifestar-se claramente desfavorável à miscigenação, que a seu ver degenerava o homem, seu modo de olhar o “outro” estava inequivocamente impregnado de forte conteúdo ideológico determinista e racista. Tanto assim que atribuiu o crescimento da população negra a causas ambientais, transformando assim em *natural*, e portanto fora do controle humano, uma situação que era econômica, social e histórica:

> “O clima da América é mais favorável ao homem de cor que aos europeus [...] a raça caucasóide tende a se enfraquecer na América do Sul e a raça africana a se fortalecer [...] enfraquecidos, irritados pelo calor das regiões tropicais, os homens da raça caucásica tornam-se apáticos e perdem a alegria” (1976a,p. 51 e 1976b, p.136-169).

Todos os fatores relacionados, somados à distância geográfica das regiões mais desenvolvidas e dos centros de poder e decisão do país, levaram Goiás a uma situação crítica de isolamento, que transformaram as linhas estruturais da economia goiana na virada do século XVIII para o XIX. Isso se deu justamente num momento em que a unidade territorial da colônia já estava

praticamente definida, e que o declínio da mineração iria reorganizar o espaço produtivo e demográfico brasileiro, acrescentando-lhe novas áreas.

Como já assinalamos no capítulo anterior, o século XIX, que começou sob o signo do renascimento agrícola, com o reforço das culturas de açúcar e algodão no Nordeste e com o incremento da cafeicultura no sudeste, foi também palco de acontecimentos políticos que possibilitaram mudanças estruturais no Brasil, advindas do nascimento e da posterior consolidação do Estado Nacional. Goiás, entretanto, ficou à margem desse processo, não se incorporando ao novo modelo agro-exportador, baseado, primeiramente no trabalho escravo e, após 1850, com a proibição do tráfico negreiro e da consequente crise de mão-de-obra, no trabalho assalariado dos imigrantes europeus.

Os dados estatísticos o comprovam: no início do século passado os 50 155 habitantes da Capitania representavam, aproximadamente, 1,5% do contingente populacional da colônia, estimado por Ribeiro em 3 500 000 habitantes (Op.cit.,p. 151). No período imediato à independência, enquanto a Província de Goiás detinha uma população na ordem de 62 518 habitantes (dados de Cunha Mattos), na Província do Rio de Janeiro, que se tornara o novo pólo dinâmico da economia brasileira com a ascensão da cafeicultura no Vale do Paraíba do Sul, os números da população eram estimados em torno de 600 000 habitantes . Desses, 110 000 concentravam-se na cidade do Rio de Janeiro (quase o dobro de toda a população da Província de Goiás), que então abrigava o principal porto exportador do Brasil e já tinha ares cosmopolitas (Toledo,op.cit.,p.57 e Faoro,op.cit., p.249).

Fora do sistema mercantil brasileiro da época, o quadro instalado em Goiás pós-mineração caracterizou-se pelo surgimento de uma economia fechada, de subsistência, que perduraria por toda a primeira metade do século XIX. A inexistência de um comércio representativo e a ausência de produtos em escala de exportação que gerassem lucros provocaram, além da retração econômica, o êxodo da população para outras regiões da colônia. Consequentemente, ocorreu um refluxo do povoamento e um estreitamento do mercado consumidor. A população que permaneceu em Goiás dispersou-se, instalando-se sobretudo na zona rural. Muitos dos antigos centros mineradores simplesmente desapareceram. Os que resistiram transformaram-se em letárgicos

núcleos semi-urbanos, praticamente despovoados pela retirada de seus moradores para o campo, só animados nos domingos e em dias de festas.

Os viajantes naturalmente constataram o marasmo das vilas e arraiais, e o repetem frequentemente ao longo de suas narrativas, argumentando ser uma das conseqüências visíveis do estado de decadência em que se encontrava a Capitania. No caso de Saint-Hilaire e de Pohl, tudo leva a crer que essa impressão foi fortemente influenciada pelo contato que estabeleceram com o cônego Luiz Antônio da Silva e Souza, então residente em Vila Boa (onde veio a falecer em 1840). Por essa ocasião, Silva e Souza, como ficaria conhecido, já havia escrito duas memória sobre a Capitania, intituladas **Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Coisas mais Notáveis da Capitania de Goyaz** e **Memória Estatística da Província de Goyaz (...)**. Esses manuscritos foram confiados aos viajantes, que, posteriormente, reproduziram as informações neles contidas em suas próprias memórias de viagem.

Silva e Souza, que um ano antes de sua morte recebeu o título de Sócio Honorário e Membro Correspondente do IHGB, foi dos primeiros a divulgar a imagem de decadência de Goiás, relacionando-a com o declínio da mineração. Seus relatórios sobre a Capitania falam do abatimento que se arrastava pelos arraiais e da descrença de uma população que, a seu ver, nada sabia fazer a não ser garimpar o ouro. Diante do empobrecimento generalizado, o povo goiano não reagia, entregando-se com muita facilidade à ociosidade e à deterioração social:

> "Menos o amor da glória e o desejo de ser útil, que o interesse próprio e aquella ambição, que leva muitas vezes os homens por incalculáveis perigos ás mais árduas, mais importantes emprezas, foi o motivo do descobrimento de Goyaz, uma das capitanias do domínio portuguez na extensão do Brasil que menos tem aproveitado a sua situação vantajosa [...] correu em menos de um século do esplendor do seu princípio para a crise da decadência, seja por se desprezarem os meios mais proprios e mais energicos de promover seu lançamento, seja (o que me parece mais provavel) por se ter enervado nos braços da ociosidade aquelle amor do trabalho e patriotismo, que prefere ao interesse próprio o bem commum" (1978,p.71-71).

Os naturalistas Pohl e Saint-Hilaire não deixaram por menos. A título de exemplo, citamos o caso de Santa Luzia, primeiro arraial por eles

visitado quando chegavam a Goiás pela antiga estrada Real das Minas, via Paracatú do Príncipe (MG). Pohl participou das festas natalinas de 1818 daquele povoado, e relata que se sentiu comovido - “aqui, nas selvas de um novo mundo, separado de minha querida pátria pelo oceano” - com a homenagem que lhe foi feita pelo sacerdote local, que exaltou “a Sereníssima Casa Imperial da Áustria, cuja piedade louvou com muita eloquência em oportuna exposição” (Idi.bid.,p.113). Não obstante a simpatia que sentiu pela atual Luziânia, onde foi bem recebido, o naturalista não se esquivou em assinalar o empobrecimento da região, cujos habitantes, com exceção da comercialização de sua tradicional marmelada que exportavam para o Rio de Janeiro, viviam de uma agricultura de subsistência e da criação de gado em pequena escala:

> “A cidadezinha está situada pitorescamente na encosta de uma colina, e tem ruas razoavelmente retilíneas, mas mal e só parcialmente calçadas [...] Segundo um recenseamento feito em 1812, a população desta localidade e suas cercanias somava 3 886 almas. Desta época até hoje esses números mais diminuiram que aumentaram, dada a constante falta de negros. Os mulatos ou pardos são a maioria. Os brancos distinguem-se pela conduta modesta e cortês. Ambas as raças, porém, desde que quase não mais possuem escravos para trabalhar nas lavras de ouro, estão mais ou menos empobrecidos. Ademais, são todos muito preguiçosos e consideram vergonha ou desonra um branco ou livre trabalhar, ainda que pouco (Id.ibid.,p.112)

Saint-Hilaire foi menos condescendente em seus comentários sobre Santa Luzia, cujos rudes habitantes, conforme observou, dedicavam-se somente à exportação de “peles de animais selvagens, couros e marmelos açucarados”. O naturalista também registrou as condições do povoado, “reduzido à mais extrema indigência”, onde assinala ter tido como único interlocutor possível o “instruído” vigário local (o mesmo citado por Pohl), que falava vários idiomas e tinha uma biblioteca “com várias centenas de livros, o que no país é uma raridade” (1976a, p.24). Ressaltando a impossibilidade de comparar os povoados europeus com os brasileiros, pois esses últimos “não passam de um amontoado de casebres miseráveis e ruas lamacentas”, afirma o autor :

> “ A maioria dos arraiais de Minas e Goiás, cuja origem se deve às minas de ouro, hão de ter tido o seu encanto em seus tempos de

> esplendor, e é evidente que Santa Luzia foi um dos mais aprazíveis [...] à época de minha viagem, não existia em Santa Luzia uma única pessoa que se dedicasse em grande escala à exploração das minas, e apenas uns quatro ou cinco negros, quando muito, ainda iam procurar palhetas de ouro nos córregos [...] com excessão de um pequeno número de artesãos, todos os habitantes de Santa Luzia dedicam-se ao cultivo da terra e só vão ao arraial aos domingos e dias de festas [...] durante a semana não se vê ninguém nas casas e nas ruas"(Id.ibid.,p.26).

Mesmo Vila Boa, "implantada como sentinela avançada do mundo português, ilha de civilização em meio ao oceano de barbárie, a centenas de léguas do litoral" (Freitas e Silva,1989,p.91), apesar de ser a mais próspera povoação então existente em Goiás, inegavelmente carecia de infra-estrutura sanitária, de boas casas e conforto. Certamente a cidade vivera um período dinâmico (mas não necessariamente de "esplendor") até o final da década de 1770, quando seus principais edifícios públicos já haviam sido construídos. Daí para a frente entraria em gradativo processo de estagnação, reflexo do esgotamento do ouro que já vinha dando seus sinais e que significou, para a Capitania como um todo, o começo de uma fase de dificuldades.

Na realidade, diferenciando-se das cidades do ciclo do ouro de Minas Gerais, Vila Boa pouco se beneficiou da riqueza mineral que possuiu. Prova disto é ainda hoje visível no seu harmônico, porém despojado, conjunto arquitetônico, testemunho material da curta e instável produção aurífera da Capitania. Como outros centros desta natureza, a cidade não se furtou aos descaminhos dos mineradores, atrevessadores, comerciantes inescrupulosos e mesmo à improbidade de autoridades venais movidas pela ambição do enriquecimento. A estes fatores, some-se a ação extorsiva da malha fiscal portuguesa que, com seus excessivos impostos, não deixava margens para a acumulação de capital em mãos de particulares.

Na virada do século XVIII até a emancipação política da colônia, o fato mais importante para Vila Boa foi sua elevação à categoria de cidade através do Decreto de D. João VI, datado de 18 de setembro de 1818, passando a denominar-se Cidade de Goiás. Desse período em diante, pela sua própria condição de capital, a cidade vivenciou um reforço de suas funções

administrativas. Embora a manutenção do funcionalismo público tenha sido uma forma de impedir um retrocesso demográfico ainda maior, em termos de urbanização não houve nenhum avanço, limitando-se, o que não foi pouco dada a sua situação econômica, à conservação do patrimônio já edificado. Tanto assim, que no decorrer "de 1790 a 1914 Goiás (a cidade) não chegou a construir, em média, uma casa por ano" (Élis,1979,p.18).

Tais fatos não passaram desapercebidos aos dois primeiros naturalistas estrangeiros que a visitaram, o que se pode constatar por seus comentários. Evidentemente, a paisagem urbana de Vila Boa, enquanto cenário de um mundo-vivido, tinha suas particularidades só conhecidas por seus moradores, não sendo percebidas pelos viajantes que ali estavam apenas de passagem. É inegável que há uma profunda diferença entre uma paisagem descrita e estudada, e uma paisagem experienciada e vivida. Como os viajantes não tinham nem sentimentos, nem vínculos de familiaridade com a cidade, o que sem dúvida é um fator que dá significado especial aos lugares, não foram nada condescendentes ao traçar o perfil de sua geografia, de seus habitantes e do seu conjunto urbanístico.

Saint-Hilaire, que a visitou em julho de 1819, considerou a arquitetura da cidade "bastante medíocre, mas pelo menos não é grotesca". Ressaltando diferenças, adverte ao leitor que quando fala dos logradouros públicos de Goiás, "não se deve imaginar que se trata dos enormes edifícios que se vêem na Europa". Acrescenta o botânico francês que talvez a única exceção para os padrões da região seja o "palácio" do governador, "nome pomposo que o edifício em questão não merece [...] é um prédio de um pavimento só e sem ornamentos externos [...] para chegar-se a ele sobe-se uma ridícula escada de uns poucos degraus". Não se identificando com o lugar, assim expôs sua opinião sobre Vila Boa:

> "Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo dizem, sem solidez [...] A cidade, construída numa baixada, onde o ar não circula, como nas montanhas e nas planícies; onde a água parece pouco salubre e o calor é quase sempre sufocante durante a seca [...] a humidade deve ser ali muito grande na estação das chuvas, essa cidade, repito, não pode ser propícia aos homens de nossa raça [...] os habitantes de

> Vila Boa estão longe de apresentar uma aparência de saúde, vigor e energia [...] quase todos os habitantes da cidade e das suas redondezas têm bócio" (1975a,p.50-51).

Sobre o comércio da cidade, Saint-Hilaire observou a existência de "um número considerável de lojas bem abastecidas, as quais, como em todas as cidades do interior, vendem indiscriminadamente mantimentos, miudezas e variados tipos de tecidos [...] é prodigiosa a quantidade de cachaça que nelas é vendida". Em relação à alimentação dos habitantes, "negros e mulatos em sua maior parte", o viajante anotou: "como a de todos os brasileiros do interior, constituia-se a sua base de farinha de mandioca ou de milho". Embora declare que sua estada foi muito agradável, e que "o povo do lugar me cumulou de gentilezas [...] minha permanência foi ali muito agradável", reparou com estranheza que "a cidade não tem absolutamente vida social [...] cada um vive em sua casa, não se comunica, por assim dizer, com ninguém" (Id.ibid,p.52).

Incapaz de compreender os padrões de comportamento da terra - de modos de viver que o naturalista só teve amostras fragmentárias - suas declarações sobre os hábitos e costumes locais estão plenos de censura e intransigência, principalmente no que tange às uniões livres e aos filhos ilegítimos delas nascidos. Para o escandalizado Saint-Hilaire as transgressões e descaminhos do povo, cada vez mais afastado da fé cristã e da verdadeira civilização, eram generalizados, e diz tê-los notado em todas as camadas da sociedade, dos mais pobres, aos funcionários públicos, magistrados, autoridades e mesmo aos padres:

> "a libertinagem tornou-se um hábito, e o povo vê-se constantemente estimulado a entregar-se a ela pelo mau exemplo dos que os governam [...] raramente são casados os funcionários que se dispõem a viver nessas remotas regiões [...] quando chegam a lugar onde o concubinato é generalizado, eles acham cômodo conformarem-se com esse costume, e ao adotá-lo dão-lhe o seu beneplácido. [...] entre os capitães-gerais que governaram a Província de Goiás até 1820 [...] todos tinham amantes com as quais viviam abertamente [...] os próprios padres [...] autorizam por seu mau comportamento a devassidão dos fiéis [...] suas amantes moram com eles, seus filhos são criados ao seu redor "(Id.ibid.,p.53)

Em relação à população feminina, Saint-Hilaire surpreendeu-se com seu comportamento social recluso, que as reduzia aos exercícios domésticos no interior das casas. Na realidade, orientado pela mentalidade paternalista da época, esse padrão valia, sobretudo, para as mulheres de famílias bem postas, que deveriam ser submissas, obedientes e castas. Assim exigia, conforme assinala Araújo, "a intimidação misógena que pretendia sujeitar o sexo feminino - pérfido por definição, no avaliar masculino - as normas de obediência ao pai, aos irmãos e ao marido" (Op.cit.,p. 190). O viajante observou que o seu avesso, a "mulher da rua", fazia o contraponto necessário para lembrar que uma não existia sem a outra:

> "Durante os dia só se vêem homens nas ruas da cidade de Goiás. Tão logo chega a noite, porém, mulheres de todas as raças saem de sua casas e se espalham por toda a parte. Envolvem o corpo em amplas capas de lã, cobrindo a cabeça com um lenço ou um chapéu de feltro [...] caminham umas atrás das outras, e antes mais se arrastam do que andam [...] parecendo sombras deslizando no silêncio da noite. Algumas vão cuidar de seus negócios particulares, outras fazer visitas, mas a maioria sai à procura de aventuras amorosas"(Id.ibid.,p.54).

Prosseguindo em suas avaliações sobre as mulheres da cidade, o olhar europeu do viajante foi ainda mais ferino, notadamente em suas considerações sobre o papel de objeto sexual que atribuiu às mesmas:

> "Os olhos negros e brilhantes das mulheres de Goiás traem as paixões que as dominam, mas seus traços não têm nenhuma delicadeza, seus gestos são desgraciosos [...] como não recebem educação, sua conversa é inteiramente desprovida de encanto. São inibidas e estúpidas, e se acham reduzidas praticamente ao papel de fêmeas para os homens" (Id.ibid.,p.54).

O austríaco Pohl, que conheceu Vila Boa antes de Saint-Hilaire, foi igualmente crítico ao descrevê-la: "Embora ao viajante, depois de ter atravessado por dias inteiros vastas planícies e campos cretados, a primeira visão da cidade ofereça um belo quadro, o interior não corresponde a essa impressão, tendo aspecto pouco atraente" (Op.cit.,p.140). Tendo ficado retido por cerca de três meses no povoado devido a estação das chuvas, "particularmente prejudiciais à coleta e à conservação de amostras de História Natural", o naturalista teve tempo

suficiente para anotar em seus diários de viagens as mais diferentes impressões sobre o local: “aproveitei as poucas horas favoráveis deixadas pelo mau tempo para excursões nos arredores de Vila Boa e ocupei-me em colher dados sobre esta cidade e a Capitania”(Id.ibid.,p.121).

Após discorrer sobre aspectos históricos da Capitania, cuja “maior parte encontra-se inculta e, por isso mesmo, é improdutiva, achando-se entregue às tribos de índios selvagens e aos animais bravios” (Id.ibid.,p.123) o naturalista se detém particularmente no clima da região - que se caracteriza pelo tipo tropical sub-úmido, com duas estações de chuva e sêca bem definidas. Diante da contundência de sua narrativa, não é difícil entender porque os relatos de viagem suscitavam a curiosidade e causavam espanto nos leitores europeus oitocentistas, ao descrever-lhes um mundo ainda considerado exótico e diferente:

> “A estação chuvosa começa em meados de setembro; os dias de chuva aumentavam em número, violência e duração até fevereiro ou março [...] quando se mostrava mais intensa a fúria do tempo. Vária tempestades armavam-se simultaneamente [...] descarregando-se, habitualmente, de manhã e de tarde, com a impetuosidade de trovões e raios, de que na Europa apenas se pode fazer idéia. [...] diminuindo as chuvas [...] começa um intolerável mormaço cuja evaporação lembra um forte banho de vapor [...] apesar disto, o clima é salubre em Goiás, especialmente em sua parte meridional. Ao norte [...] é insalubre [...] ali, durante a estação seca, grassa a febre pútrida com tal furor que ceifa famílias inteiras”(Id.ibid.,p.124).

Em Vila Boa, Pohl, que também era médico, detectou a ocorrência de diversas doenças entre os habitantes, dentre elas uma inidentificável “apoplexia nervosa [...] a que diariamente se dão mortes inesperadas”, e à qual atribui à “violenta evaporação do solo [...] durante a estação chuvosa”. Observando a inexistência de assistência médica, os habitantes “são dignos de dó [...] abandonados ao Deus dará [...] logo que alguém adoece, é habitual que lhe seja dada a extrema-unção”. Sem medicamentos, “excetuando o emprego dos vomitórios e purgantes drásticos” os doentes são tratados com “suadoros e sangrias [...] os negros servem-se em geral de remédios baseados em crendices que trouxeram da pátria” (Id.ibid.,p.124)

Prosseguindo, o naturalista informa que entre os males que comumente acometiam não só os vilaboenses, mas os goianos em geral, estavam a malária, “que assola terrivelmente entre os índios”; a elefantíase, mais comum “entre os negros”; a hidropsia, a gota, os ataques catarrais e a sífilis “espalhada de maneira impressionante”. Sobre o bócio, comenta que “todos os habitantes, sem excessão de cor, sofrem deste mal [...] e os próprios animais são acometidos”. Embora não tenha feito referência à carência de iôdo que é a causadora desta enfermidade, Pohl parece ter percebido tal fato, pois afirma: “aliás, os papos desaparecem se o doente vive por algum tempo na praia e respira o ar marítimo” (Id.ibid.,p.125).

No que tange aos logradouros públicos e aos partidos construtivos das casas da capital de Goiás, que empregavem materiais da região - como as aroeiras do cerrado, a taipa de pilão e lajes de pedras - assim se expressa:

> “Entre os melhores edifícios da cidade figuram a Fazenda Real [...] a Intendência do Ouro, os quartéis, a Casa do Senado da Câmara, o Palácio Episcopal [...] há oito Igrejas, mais do que o necessário para a reduzida população [...] as outras casas são insignificantes [...] são cerca de 700, a maioria construída de madeira e barro, de um só andar [...] a decoração interna limita-se, na maioria dos casos, às quatro paredes caiadas e, raramente, algumas cadeiras de couro, restos da idade do ouro, e grosseiros e pesados armários e mesas” (Id.ibid.,p.141)

Pelos habitantes da cidade, Pohl demonstra uma inequívoca postura de superioridade e distanciamento cultural. Sua visão em relação aos negros é obviamente preconceituosa. Ao mesmo tempo, expressa em diversas passagens sua crença na instituição da escravidão como condição imprescindível para a obra da civilizadora: “nesse país a moralidade é muito baixa [...] entretanto é dos negros a maior culpa desta desmoralização [...] mas, infelizmente, dada a excassez da população, os escravos são um mal necessário (Op.cit.,p. 142). Não limitando seu menosprezo a este segmento da sociedade goiana, Pohl tece também ácidos comentários em relação à população branca, que mesmo empobrecida não abria mão “da honra e do privilégio” de sua cor. Diante disto, o viajante não oculta sua ojeriza em relação à mesma:

> "Os habitantes, incluindo os moradores dos arredores compreendidos na jurisdição de Goiás, somam 9 424 almas, sendo mulatos a maioria. Os brancos, que diminuem ano para ano, são de constituição franzina [...] são na maioria de origem portuguesa, em parte fugitivos e aventureiros e, no entanto, formam a primeira classe, o que se deve somente à cor. Na maior parte são intoleravelmente altivos e soberbos, crentes dessa sua superioridade em relação às outras raças. Poucos melhoram seu caráter, antes exibem a vulgaridade de sua existência anterior. O ócio é a máxima felicidade dessa gente" (Id.ibid.,p.141).

Apesar de expressos de forma negativa, seus depoimentos sobre Vila Boa permitem o acesso a uma grande riqueza de detalhes sobre a vida cotidiana do povoado, além de deixar transparecer sua própria percepção sobre a lógica que presidia esse cotidiano. Das festas religiosas que presenciou, por exemplo, Pohl ficou particularmente surprendido com a pompa do cerimonial da Semana Santa. Nessa ocasião, informa com uma certa dose de ironia, eram ostentadas inadequadas "baixelas de prata" nas igrejas, o governador se vestia "em trajes de gala, com brilhantes condecorações" e as mulheres compareciam "com vestidos de seda cor-de-rosa e véus brancos". Em contraste, o naturalista observou a existência de uma pobreza envergonhada que frequentava a "missa da madrugada" aos domingos, para não se expor "aos olhares desdenhosos das negras que compareciam mais tarde, altivamente ataviadas de correntes de ouro e rendas" (Id.ibid.,p.142-143). As relações de concubinato bem como as inter-raciais, ambas comuns em Vila Boa, também não lhes passaram despercebidas e foram tratadas com seu habitual rigor:

> "Os sagrados laços do matrimônio são aqui muito frouchos e pouco apreciados. Quando se realiza um casamento, habitualmente é o ouro o catalizador da união. [...] Embora os brancos procriem indiscriminadamente com mulatas e negras e não se recusem a reconhecer publicamente esses filhos, não querem que os filhos se casem com essas raças. Aliás, uma nova lei aboliu quaisquer distinções de cor e declara todos os habitantes do Reino como vassalos iguais do Rei; mas é bem curioso que uma outra lei exclua os negros e mulatos dos cargos

> judiciais, declarando que só os brancos estão em condição de preenchê-los" (Id.ibid.,p.142)

As impressões de Castelnau, que esteve na antiga Vila Boa com sua expedição científica em 1844, não são menos críticas, mas suas declarações são mais sutis e até ambíguas. Apesar de prognosticar que a cidade não poderia crescer muito por estar "rodeada de quase todos os lados por montanhas cobertas de matas", considerou-a "uma das pequenas cidades mais bonitas do Brasil". As "cerca de quinhentas casas" eram "muito bem construídas e extremamente brancas; as ruas, limpas e muito bem alinhadas, têm todavia muito mau calçamento; as praças são espaçosas" (1949,vol.266,p.225).

O naturalista declara que tanto ele como os outros expedicionários ficaram hospedados na residência oficial do governador da Província, que gentilmente cedeu "a parte mais bela do palácio [...] mal podíamos compreender como tinha sido possível reunir tantas comodidades, a trezentas léguas do litoral". Se não poupa elogios às autoridades, que "fizeram chamar para si todas as nossas despesas", seus comentários quanto aos hábitos simples dos habitantes, que estimou em "cerca de 7 a 8 mil", não deixam de transparecer um certo grau de superioridade ao definí-los como "costumes muito fáceis", o que explicaria o embaraço que sentia ao deparar-se com o interior de suas casas:

> "Os moradores encondem instintivamente suas mulheres, as quais só podem ser vistas nas procissões, ou então nas igrejas em dias de festas, aliás não mais raro aquí do que no resto do Brasil. O traje das mulheres é muito diferente do que então já tinhamos visto; consta em geral de um grande xale preto e de um lenço branco que cobre a cabeça e passa sob o queixo, de modo a deixar visíveis apenas os olhos, o nariz e a boca" (Id.ibid.p. 226-227).

Sobre os costumes religiosos do povo do lugar, Castelnau, que presenciou algumas cerimônias desta natureza, revela seu estranhamento ao referir-se às "interessantes prossissões, pelas quais os habitantes têm grande paixão". O naturalista não percebeu que essas festividades sacras, até hoje tradicionais em Goiás, representavam então, além da necessidade da fé, a busca de sociabilidade. Isso se dava não somente para os homens que viviam na cidade, mas sobretudo para os do campo, pois que era uma forma de quebrar o

isolamento e a solidão do meio rural. Particularmente em relação à procissão da Paixão, uma das mais significativas da Semana Santa, assim expressa suas impressões:

> "[...] havia semanas que as estradas estavam cheias de romeiros, que demandavam a cidade [...] alguns, segundo dizem, chegam a fazer viagens de mais de cem léguas [...] tinham-se reunido todos os soldados da Província deixando os longínquos destacamentos onde eram mais úteis [...] atrás deles, em trajes extravagantes, vinha uma longa fila de penitentes e membros de diversas confrarias, todos de vela na mão [...] hei de me lembrar sempre do efeito que em mim produziram os cantos sacros, a música militar, os brados das pessoas, a iluminação geral da cidade [...] homens e mulheres pitorescamente trajados, ajoelhados nas ruas. Dir-se-ia estarmos assistindo a uma cena da Inquisição (sic). O que mais nos impressionou foi ver pessoas andando de joelhos, com enormes pedras na cabeça; algumas chegavam a prostar-se na entrada das igrejas, pedindo ao povo que as pisasse" (Id.ibid.,p.228).

Nos povoados pertencentes ao julgado de Goiás, Castelnau observou o processo de degradação ambiental provocado pelas erosões deixadas pelas antigas lavras: "muitas taperas, ou sítios abandonados [...] restos das antigas catas de ouro, sob a forma de grandes escavações [...] triste espetáculo que relembra a cada passo a riqueza dos tempos que sucederam à conquista!" (1949,vol.266A,p.47). Nos arraiais de Anicuns, Curralinho e Pilões, apesar de férteis, as terras eram mal aproveitadas para a lavoura nos seiscentos sítios existentes: "em alguns de planta cana-de-açúcar, café, mandioca e algodão [...] mas, o que em todos eles se cultiva é o milho, o arroz e o feijão, produtos que constituem a base da alimentação doméstica". A baixa produtividade das culturas, Castelnau atribui à tecnologia rudimentar, ao uso incorreto do solo agrícola e às queimadas, práticas que também contribuíam para o referido processo de degradação ambiental:

> "O único método de aproveitamento da terra conhecido pelos lavradores consiste em derrubar a floresta ou queimá-la, lavrando depois, grosseiramente, a enxada, o solo assim desbravado; logo a seguir plantam, para recolher o produto ao cabo de alguns

> meses, na proporção de cem ou duzento por um [...] conforme a estação tenha ocorrido mais ou menos favorável. Por esse processo destrutivo, mudando sempre o lugar da das plantações sob o pretexto de dar descanso ao solo, desaparecem as matas, que se transformam em capoeiras compactas, por sua ves destruídas ao cabo de algum tempo, ficando apenas o campo"(Id,ibid.,p.48).

Dos arraiais do norte de Goiás, os comentários dos naturalistas são ainda mais contundentes. Quanto mais afastados da capital, mais se acentua, ao olhar dos viajantes, o quadro de primitivismo, penúria e desânimo que os envolvia. Considerando os limites deste trabalho, parece-nos mais exemplificativo abordarmos a expedição empreendida pelo zoólogo Francis de Castelnau, que esteve na região norte da Província de Goiás, à frente de uma comissão científica integrada pelos naturalistas Weddell, Déville e d'Oséry. Em seus relatos de viagem, deixou ele igualmente o testemunho de um grande vazio demográfico, pontilhado por por esparsos núcleos urbanos "praticamente abandonados".

A expedição chegou a Província de Goiás pela estrada que a ligava ao atual triângulo mineiro, passando por Catalão, Bonfim, Meia Ponte e Curralinho, alcançando sua capital em abril de 1844. Após um breve período de descanso na cidade de Goiás, a missão Castelnau tomou rumo noroeste. O primeiro povoado visitado foi a Aldeia do Carratão, "habitada por índios Xavantes, cristianizados, outrora em número de três ou quatro mil [...] habitam casas feitas de pau e de terra, semelhantes às dos brasileiros; são preguiçosos ao extremo" (1949,vol.266,p.243).

As estradas que ligavam os arraiais, informa Castelnau, eram "inteiramente desertas e as onças pintadas não menos frequentes do que os índios bravios". São constantes as queixas do naturalistas em relação aos guias, "negros, mulatos, índios e brancos". Esses últimos eram os soldados que também acompanhavam a expedição. Segundo o naturalista, eram "verdadeiros vagabundos [...] cançados da caminhada [...] em pleno deserto, tornaram-se-lhes indiferentes as roupas. Não se desapegavam então dos fuzis; mas, eram-lhes muitas vezes, estes, a única vestimenta". Para "apressar a tropa e vencer a natural apatia dos brasileiros", o naturalista tinha que prometer aos arrieiros "uma certa dose de aguardente", para que chegassem nos lugares no prazo

estabelecido. Às condições desconfortáveis da viagem, acrescenta que os expedicionários sofriam com os incômodos provocados por “insetos miúdos” como os carrapatos, ou ainda de borrachudos “que atacavam aos milhares as partes despidas dos corpos [...] introduzem-se em chusmas estes dípteros pela boca e pelo nariz, ocasionando um terrível mal-estar” (Id.ibid.,p.240 e 246).

Em 9 de maio a expedição chegou à Crixás, onde “ a temperatura era muito elevada, subindo a coluna de mercúrio a 40 graus”. Nesse arraial, “quase deserto”, o viajante relata as dificuldades que teve para abastecer a expedição, tendo conseguido somente “um pouco de farinha e algumas libras de péssima carne-seca [...] o medo dos selvagens oferece aos moradores uma ótima desculpa para não se ocuparem da agricultura” (Id.ibid.,p.249). Se a impressão dos habitantes foi péssima, o mesmo não se pode dizer da que expressa sobre os aspectos naturais da região, que o encantaram:

> “A paisagem era cheia de encantos; de todos os lados campos floridos, interrompidos a espaços por estreitas faixas de matas. [...] Vimos, pela primeira vez os papagaios a que dão o nome de araras; havia-os de duas espécies diferentes, uma azul e amarela, e outra, a *Ara hyacinthia*, de cor inteiramente azul-sombrio, muito rara nas coleções [...] parecem fadadas a não se afastarem senão muito pouco do Equador [...] encontramos também vários lindos saguís que ainda não tínhamos visto em liberdade. Assim, os seres mais curiosos da natureza tropical apresentavam-se aos nossos olhos” (Id.ibid.,p.250-251).

Descendo o rio Araguaia até São João das Duas Barras, os naturalistas da expedição tiveram oportunidade de colecionar espécimes botânicos e zoológicos, além de observarem os “singulares” costumes dos Carajás, Javaés, Xavantes, Xerentes, Xambioás, Canoeiros e Apinajés, então em grande número na região. A despeito da pouca confiança que os indígenas inspiravam aos expedicionários naquelas ermas paragens, estabeleceram relações “comerciais” amigáveis com eles, trocando “flexas e provisões [...] por anzóis, facas, colares de vidros e espelhos”(Id.ibid.,p.303).

Dentre as aldeias visitadas pela expedição no Araguaia, a dos Xambioás, que Castelnau estimou contar “uns 1 200 a 1 500 habitantes”, é descrita em detalhes em seu relato de viagem. Assevera o naturalista que a

missão foi recebida “com gritos de alegria”, razão por que se dispuseram a acampar “a distância de um tiro de espingarda” da aldeia. Dentre seus ingênuos e deslocados comentários, a hilária refeição oferecida pelos expedicionários aos chefes locais, em retribuição ao bom acolhimento a eles dispensado, é digna de nota:

> “Estendemos na areia um couro de boi, nossa mesa habitual, acocorando-se todos à volta dele [...] trouxe o cozinheiro da expedição as panelas de feijão e carne-seca, de feijão com toucinho, feijão e farinha, além de bastante água. Fizemos as honras desse banquete o mais gentilmente possível; mas ao levermos à boca fragmentos de carne-seca, cujas fibras são duras como pau e só cedem aos esforços dos dentes, observamos nos nossos convivas índios um movimento muito singular; cochicharam entre si, denotando, pela fisionomia, profunda repugnância [...] como nunca tinham visto bois nem cavalos, ou qualquer animal de grande porte, os Xambioás naturalmente supuseram que comíamos carne humana. Isso me deu prova de que, cercados de tribos antropófagas (sic), estes índios têm o mesmo horror que nós outros por aquele tenebroso costume”(Id.ibid.,p.311-314).

Típico naturalista que via com distanciamento os “selvagens”, mas se identificava com a paisagem natural, Castelnau anotava detalhadamente em seus cadernos de campo as cenas pitorescas da vegetação das margens do “magnífico” rio, as “belas praias de areia perfeitamente alva”, povoadas de um “gigante mundo ornitológico”, de répteis, peixes e mamíferos, seres inusitados aos olhares dos viajantes (Id.ibid.,p.270-280). Indo ao encontro da curiosidade do Velho Mundo por terras exóticas, as inúmeras aventuras perigosas narradas em seu livro de viagem certamente causaram assombro entre os europeus:

> “Muito tínhamos ouvido falar de um peixe de tamanho pequeno, chamado *piranha*, começávamos agora a encontrá-los em abundância [...] a presença desses peixes impedia terminantemente nossa gente de tomar banho no rio; um dos companheiros de viagem, levado pelo excesso de calor, entrou imprudentemente na água, sendo imediatamente atacado por eles, aos miríades; as águas tingiram-se de sangue e foi grande

> sorte que ele estivesse perto da praia, onde logo se precipitou, escapando assim de uma morte certa e horrível" (Id.ibid.,p.282).

O espírito colecionista do naturalista é evidente neste epsódio de pesca a um boto do Araguaia:

> "Para se ter idéia do interesse que me despertava essa caçada, bastaria dizer que, a mais de duzentas e cinquenta léguas da costa, ela deveria proporcionar às nossas coleções públicas um animal ainda quase desconhecido quando seí de Paris, e tanto mais digno de atenção quanto pertence à ordem dos Cetáceos, cujas espécies são quase todas marinhas. Este animal é encontrado em todos os afluentes do Amazonas; muitas vezes o vi no rio Ucaiali. Como a pele do nosso exemplar era destinada ao Jardin des Plantes, tiramo-la com o máximo cuidado [...] apesar da repugnância manifestada pelo nosso pessoal, experimentamos-lhe a carne, que nos pareceu muito boa"(Id.ibid.,p.284).

Após percorrerem o Araguaia, a expedição subiu o rio Tocantins, até Porto Imperial onde só restavam "75 casas", passando por diversos povoados "miseráveis" antes de retornarem à cidade de Goiás. Na aldeia do Peixe, não havia mais que "setenta casas [...] toda a população não excede 500 almas [...] os habitantes vivem em extrema pobreza". A caminho de Amaro Leite, arraial de "30 casas, habitadas por cem moradores, todos atacados de bócio", relata ter encontrado ruínas de velhas moradias e de sítios enegrecidos pelos incêndios: "legados de uma passada civilização [...] esqueletos mutilados ainda se achavam às vezes no meio dos destroços, indicando ao viajante que por alí havia passado a pesada borduna dos Canoeiros" (1949,vol.266A,p.5-11). Sobre o arraial de Pilar, cujos arredores ainda conservavam vestígios da antiga atividade mineradora, anotou Castelnau:

> "A cidade, que é uma das mais antigas da Província, perdeu hoje quase completamente o seu esplendor primitivo. Nada mais agradável e pitoresco do que a sua posição, entre morros cobertos de mata virgem. [...] as febres estavam grassando em grande intensidade [...] Pilar possuiu outrora uma população de cinco mil habitantes livres e nove mil escravos; hoje, porém, não deve contar com mais de mil e quinhentos habitantes. A cidade é

> muito bem edificada, as paredes de pedras e a cobertura de telhas [...] mas as melhores se acham em ruínas [...] a catedral, ou matriz, é uma das mais belas da Província; possui três sinos de bronze, fundidos em bronze, em épocas passadas" (Id.ibid.p.22).

Reorientada a ocupação do espaço produtivo goiano por uma agricultura de subsistência e por uma pecuária de pequeno porte, a configuração da sociedade já era eminentemente agrária, como permaneceria, aliás, por todo o século passado. Nas primeiras décadas do oitocentos, as condições e as espectativas da população goiana já tinham se transformado. Há muito desencantada e desanimada da garimpagem do ouro, essa população, se não vivia na abundância, ao menos tinha o necessário para suprir suas necessidades imediatas. Inegavelmente, foi esse o contexto de vida que sedimentou o universo da cultura sertaneja - não só em Goiás, mas nas áreas rurais do Brasil como um todo. Simples em seus valores, seus códigos de existência não podiam ser compreeendidos pelo padrão "progressista" do olhar europeu dos viajantes. Esta é também a posição de Bertran:

> "De fato, a falência da antiga mineração e de sua estrutura complexa gerou um estado de queda livre nas atividades econômicas e no arcabouço societário, moldando as necessidades de consumo de boa parte da população por algo não muito distante do padrão de consumo dos indígenas. Mais do que economia de subsistência, teríamos antes um quadro de atrofia econômica do colonizador, com baixas espectativas sociais, limitados ao suporte produtivo de um ecossistema desconhecido para a tecnologia do europeu" (1991,p.48).

Saint-Hilaire atribuiu ao natural isolamento do meio rural a perda dos hábitos da civilização que levaram, no seu entendimento, ao processo de regressão sócio-cultural dos habitantes locais. Para o naturalista, isso era mais perceptível entre os camponeses do que entre os mineiros, e foi incisivo ao expor sua opinião:

> " Uma total decadência sucedeu bruscamente a época de riqueza e esplendor [...] à excessão de alguns fazendeiros abastados, eles não adquiriram nenhuma polidez. O mineiro de hoje sabe conversar, e o faz muitas vezes com espírito e cordialidade. Já os

> colonos goianos mantém o silêncio da ignorância [...] têm um ar de indolência e uma tendência à futilidade que os tornam facilmente reconhecíveis [...] não encontram em geral ocasião para cultivar suas faculdades mentais e sua aptidão para a indústria. Vivem isolados e na indigência, e se há alguma coisa a admirar é o fato de não terem vários deles revertido a um estado muito semelhante aos dos selvagens" (1975b,p.187).

Na verdade, a agropecuária sempre esteve presente no processo histórico de ocupação de Goiás, representando, nos primeiros tempos, uma atividade acessória da mineração que possuia mercado e preços garantidos, apesar da interdição ao cultivo de cana de açúcar e formação de engenhos. Os mineiros, entretanto, não se interessavam por por essas atividades produtivas, pois o que os motivava não era a fixação definitiva no território goiano, mas o enriquecimento fácil e rápido, seguido do retorno às suas regiões de origem.

Contudo, o crescimento do contingente populacional das minas e a irregularidade de abastecimento, que geravam crises alimentares e inflacionavam os preços dos gêneros, despertaram para a necessidade de formação de lavouras e para a criação de gado, com a finalidade de atender à demanda interna. Foi essa a origem da constituição dos primeiros sítios agrícolas e dos primeiros núcleos criatórios, coexistindo com a mineração. Esses últimos eram proibidos nas regiões da minas, motivo pelo qual o pastoreio se desenvolveu no norte da Capitania de Goiás.

Com a instalação da Corte portuguesa no Brasil, a política da nova administração delineou-se rumo à integração e valorização dos domínios portugueses na América. Objetivava-se então reerguer as Capitanias do centro-oeste através do transporte fluvial, do incentivo às atividades agropastoris e à pacificação dos indígenas. Francisco José R. Barata, militar português que escreveu duas memórias sobre Goiás deste período, dirigindo-se em carta ao Conde de Linhares, em 1806, expõem seu ponto de vista sobre a situação econômica local. Neste depoimento, apesar de falar das dificuldades de seus habitantes, o oficial também deixa claro que não faltavam lavouras no território goiano, embora não produzissem em escala comercial:

> "[...] a situação local da Capitania de Goyaz he das mais centraes da nossa América [...] não obstante ser fertil nos generos de sua

> produção, os seus habitantes vivião em summa pobrêza, por tanto convém examinar o motivo. Este procede certamente da falta d'exportação, ou concurrencia exterior a qual he difficultosa pela longitude em que se acha esta Capitania das de Matto Grosso, S. Paulo, Minas Geraes, Maranhão e Pará [...] Abunda esta Capitania em muitos generos de cultura, quaes são a mandioca, o milho de que fazem pão ordinário, feijão, arrôz, café, algodão, água-ardente de cana, e outros. Também produz urucú, anil, e trigo: ainda que estes generos se tem olhado com indifferença, quando aliás podião augmentar o Commércio" (1982,p.61-61).

Apesar das tentativas feitas e do incentivo dado à agricultura comercial em decorrência da política de D. João VI, esta atividade produtiva continuou por toda a primeira metade do século XIX a enfrentar os habituais problemas. Funes enumera uma série de causas que impossibilitaram o soerguimento econômico de Goiás por essa via: o desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola; a omissão das autoridades governamentais, cujo discurso político não resultou em medidas efetivas; o desânimo dos lavradores; as dificuldades de circulação de mercadorias; a precariedade das estradas e as distâncias entre os povoados; o cultivo dos mesmos produtos e o primitivismo dos métodos empregados. Além destes fatores, o autor assinala que sobre os produtos agrícolas eram cobrados os dízimos, imposto exorbitante se levada em consideração a situação da Capitania naquele período (1986,p.99-100).

Saint-Hilaire descreveu a cupidez do sistema fiscal que incidia sobre a agricultura, observando que os colonos que não conseguiam saldar suas dívidas para com a receita, tinham seus bens confiscados:

> "Em Goiás, como em Minas, o dízimo é cobrado de três em três anos. O dizimeiro vai à casa do agricultor (1819), acompanhado de um perito. Calcula o rendimento da terra muito acima de seu valor real e exige que o proprietário assuma o compromisso de pagar durante três anos a décima parte da quantia avaliada [...] a simples presença do dizimeiro em sua casa espalha terror na família" (Saint-Hilaire,1975b,p.174).

Prosseguindo, o naturalista diz ter encontrado os mesmos problemas entre os lavradores de Minas Gerais, mas estes migravam para outras

áreas e enriqueciam cultivando algodão e criando e vendendo gado. Os goianos, ao contrário, embrenhavam-se pelos sertões adentro, pois as melhores áreas de cultura já estavam ocupadas, o que os impossibilitava de comercializar seus produtos:

> "[...] sem meios de comunicação, afastados das sedes das paróquias onde poderiam adquirir algumas noções de moral e religião, entregando-se cada vez mais à apatia a que os leva o clima tropical, vivendo de caça e dos produtos do leite, as roupas mal cobrindo-lhes a nudez, praticando incesto à falta de outras mulheres a não ser das da família, os infortunados goianos acabarão por aprender a viver sem aquele mínimo necessário cuja procura ainda prende os homens à vida civilizada"(1975b,p.175).

Quanto à pecuária, que surgiu associada à agricultura e igualmente como ocupação subsidiária à mineração, com o tempo iria tornar-se uma opção preferencial para os goianos. Embora incipiente, seu desenvolvimento deveu-se, sobretudo, à facilidade de adaptação à geografia do cerrado e à progressiva crise de mão-de-obra escrava que se abatera sobre a Capitania, decorrente da paralização da atividade mineratória. Conforme Salles:

> "[...] as primeiras boiadas vieram dos currais do São Francisco. [...] De São Paulo e Minas Gerais, vinham pelo único caminho legal via Jundiaí, na Capitania de São Paulo, seguindo as rotas dos rios Atibaia, Jaguarí-Açú, Mogi, Sapucaí, Pardo, Paranaíba até Meia Ponte [...] Do Nordeste, ainda chegavam boiadas através das indecisas fronteiras da Capitania" (1993,p.68-69).

Inexpressiva no século XVIII, nas primeiras décadas do século passado iria destacar-se razoavelmente em razão dos incentivos governamentais, do pouco capital investido, da pequena mão-de-obra empregada e da técnica rudimentar utilizada - era extensiva, sendo o gado reunido uma única vez por ano para contagem e marcação. Nesse espaço de tempo os rebanhos se ressentiam, ficando sujeitos às pragas, à ação de ladrões e de animais selvagens. Também não era fornecido sal ao gado - caro e raro em Goiás à época - e sua falta afetava o peso, a vitalidade e a própria reprodução dos rebanhos (Funes, op.cit., p.76-77). A identificação de Goiás com a atividade pastoril surge nesse período, forjando no imaginário popular a figura "épica" do vaqueiro do sertão.

Ilustração 45. **Habitants de Goyas**. Exemplo típico de artistas que pintavam cenas de lugares onde nunca haviam estado, nesta bizarra aquarela percebe-se como a imaginação criativa de Johann Moritz Rugendas representou os habitantes de Goiás com características outras, evidenciando traços semelhantes aos dos vaqueiros dos pampas gaúchos e animais diferenciados dos da região retratada.

O vale do Paranã foi o primeiro a desenvolver a atividade pastoril, principalmente nos arraiais de São João da Palma, Flores, Arraias, Natividade, Conceição, e Couros, atual Formosa. Fatores naturais e econômicos explicam a razão do incremento da pecuária no nordeste de Goiás no século XVIII e XIX: as regiões do Paranã não sofriam ataques indígenas, as pastagens e o relevo eram propícios à criação extensiva do gado, a proximidade com os principais mercados consumidores e a produção do ouro, que era bem inferior à do sul da Capitania, representando apenas um parco complemento às rendas da população da região.

Spix e Martius foram os primeiros estrangeiros a visitar, em setembro de 1818, uma parte desse território da Capitania de Goiás. Apesar da fugaz permanência, os naturalistas deixaram interessantes informações sobre seu quadro físico e humano, além de deterem-se também nas origens da história de Goiás - baseados na **Memória do Descobrimento ...** de Silva e Souza (Jornal o Patriota,1814) - e na navegação do rio Tocantins. Lamentando não poderem prosseguir viagem pelo interior da Capitania, explicam em sua **Viagem pelo Brasil**, que a razão da breve passagem pelos sertões goianos se deveu ao fato de não teram obtido cartas de recomentação às autoridades locais, “embora fosse doloroso no momento termos de voltar à soleira de tão interessante território” (1938,vol.II,p.226).

Prevenidos por sertanejos mineiros “da solidão da Chapada de Santa Maria e das doenças do Vão do Paraná”, os naturalistas deixaram São Romão, na confluência do rio São Francisco com rio das Velhas (Minas Gerais), e antes de prosseguirem em seu roteiro de viagem à Bahia, tomaram rumo noroeste, atravessaram o rio Carinhanha e penetraram em Goiás pelo registro de Santa Maria, próximo à Chapada de Couros. Nesse roteiro enfrentaram problemas com os guias, que se recusaram a prosseguir viagem com “medo das febres reinantes nessas regiões que os apavoravam”. Os naturalistas, ambos médicos, identificaram estas febres como sendo “as terríveis maleitas” ou “sezões”. Desconhecendo o agente causador da moléstia, atribuiam-na ao contato com carcaças de animais em putrefação:

> ”[...] a febre intermitente grassa endêmica [...] tornam-se malignas pela congestão do fígado (*baços*), que fica como consequência [...] ora se apresentam como diurnas, ora como terçãs ou quartãs. Pessoas assim afetadas são logo reconhecidas pela palidez ou amarelidão do rosto e pela expressão de fraqueza e decadência, se estão atacadas gravemente morrem às vezes das lesões orgânicas: hidropsia ou comsumpção [...] aos habitantes, procuram tratar a febre intermitente, sobretudo com vomitórios de ipecacuanha [...] depois de 20 ou 30 tentativas baldadas, abstêm-se de qualquer outro vomitório, e deixam a doença curar-se a si mesma” (Id.ibid.,p.196, 198 e 202).

Contratado outro guia, “um valente paulista”, os naturalistas passam a descrever as regiões percorridas. A visão romântica da natureza expressa-se constantemente ao longo da narrativa dessa viagem. Já chegando à fronteira de Goiás, os naturalistas registraram:

> “[...] depois de penoso dia de marcha, gozávamos do refrigério de plena noite tropical, ao relento. Aquela magnífica vigília, no seio da natureza, decorreu toda cheia de encantamentos: o ligeiro sussuro do leque das palmeiras, o canto aflautuado dos pássaros à distância, a solene escuridão do firmamento estrelado, sob o qual a folhagem do arvoredo se destacava em intenso negror, diante de nossos olhos embevecidos, tudo dava serenidade à nossa alma, compensando-nos da falta de ambiente civilizado [...] É indiscritível a beleza dessa região, nos seus frescos bosques, nos seus extensos campos, cheios de claras fontes e de grupos alternados de magestosas palmeiras buritís, à qual é tanto mais admirável, pelo fato de não ter sido tocada pela mão da civilização, pois uns poucos colonos quasi exclusivamente se ocupam aqui da criação de gado” (Id.ibid.,p.223).

Na Chapada de Couros, Spix e Martius notaram a prática da queimada realizada pelos sertanejos, e dizem ter sentido “angústia e incômodo pelo calor fora do comum” naquelas paragens onde “a atmosfera estava completamente esfumaçada pelas queimadas, que devastavam os pastos e matagais das encostas próximas” (Id.ibid.,p.231). A região do Paranã (por eles denominada de Paraná) apresentava-se aos olhos dos viajantes como um enorme vazio demográfico. Sobre ela assim descrevem suas impressões:

> ”Assim como toda a Província de Goiáz, também o vale do Paraná e excassamente povoado, e a população aqui custará relativamente a tomar incremento, por faltar no subsolo a incrível riqueza de minerais, que, ainda não há cem anos, atraíu os primeiros colonos para o interior da Província. Criação de gado é quase que a única ocupação dos sertanejos, de Paraná em diante; eles despacham anualmente para a Bahia um considerável número de bois e cavalos, sendo estes últimos os melhores produtos de Goiáz. Custa aqui, conforme a condição: um boi, três mil réis; uma vaca, três até quatro mil réis; uma égua, cinco até oito mil réis; um cavalo, dez a doze mil réis. Somente o trânsito do comércio entre Baia, Pernambuco e interior da província anima este vale isolado” (Id.ibid.,p.227).

Pretendiam os viajantes estender sua visita “ao menos até arraial de Flores”, mas tiveram notícia que naquele lugarejo grassava a febre tifóide, razão porque se contentaram em ir somente até a sede da fazenda São-Roque, a duas léguas de Flores, “onde morava o comandante deste distrito, o sr. Frota”. Assim se expressa o botânico Martius sobre a flora da região:

> “A estrada levou-nos por um terreno desigual, no qual um mato cerrado e taboleiros se alternavam com pequenos bosques de palmeiras. A vegetação tinha muita semelhança com a do rio São Francisco; mas também aqui se acham plantas que pertencem à chapada de Minas e o conjunto da vegetação parece indicar que nessa bacia do Paraná aparece uma flora especial. Entre as mais maravilhosas árvores, que aqui encontramos, destaco a parú (*Dipterix odorata*, Willd.), cujas sementes são conhecidas pelo nome de fava-tonka, e cujo aroma e substância assemelham ao ácido benzóico da baunilha” (Id.ibid.,p232).

Na fazenda São-Roque, foram recebidos “com todas as mostras da mais cordial e ingênua hospitalidade, o que se deve considerar um traço importante do caráter dos goianos”. A despeito da simpatia condescendente pelos moradores, os naturalistas relatam que ao chegarem à sede da fazenda se depararam com uma cena que os surpreendeu, descrita por eles como “um espetáculo” inusitado, e que convém reproduzir:

> “Não achamos viva alma, nem no pátio, nem na espaçosa habitação, e já surpresos queríamos retirar-nos, quando um grito

> angustioso ecoou em afastada palhoça (senzala).Alí encontramos toda a família e a numerosa criadagem preta, chorando em volta de um corpo, que estava cozido num lençol de algodão a moda das múmias do Egito. Explicaram-nos que a morte de uma escrava negra era o motivo da lúgubre solenidade, pois os africanos não se deixam demover de prestar, segundo os costumes pátrios, os últimos deveres aos mortos. As lamentações são feitas pelos negros com tal sentimento e convicção, que os fazendeiros consideram pouco prudente negar para isso o consentimento(Id.ibid.,p.233).

De volta ao rio Carinhanha, estiveram na Fazenda do rio Formoso. As descrições que fizeram dessa parte da viagem, registraram uma imagem de Goiás que se tornaria comum nos relatos dos viajantes que os sucederam, qual seja, a do “deserto” goiano:

> “O percurso desde esta fazenda, no regresso ao rio são Francisco, para Carinhanha, o qual fizemos em seis dias, constitue, na nossa viagem, um pequeno período, que transcorreu realmente sem acontecimentos de importância, porém tanto mais cheio de puríssimo encanto, em face da natureza. Isto é, pela primeira vez nos achávamos, durante muitos dias, num sítio deserto, onde não se notava o menor vestígio de homem, e cuja impressão particular sobre o nosso espírito ainda mais se acentuou pela idílica beleza da região”(Id.ibid.,p.235).

O médico e botânico inglês George Gardner, que se auto-intitula “visitador”, chegou à região noroeste da Província de Goiás em setembro de 1839, onde permaneceu até maio de 1840. Dos arraiais e vilas que percorreu, suas impressões corroboram a imagem de decadência da Província fixada pelos viajantes que o antecederam, reforçando-a em seus relatos de viagem, em que apresenta um quadro generalizado de inércia e miséria dos povoados, agravado pela falta de energia de seus habitantes.

Apesar de queixar-se constantemente das inúmeras agruras encontradas nos caminhos da região (ainda mais difíceis devido às chuvas), o naturalista não perdia oportunidade de anotar os aspectos da vegetação dos locais por onde passava. A Aldeia do Duro, primeiro núcleo urbano visitado, diz ter encontrado em estado de ruína: “tem cerca de vinte casas, todas do mais

mísero tipo". Neste povoado Gardner passou quinze dias, "ocupado em secar a imensa coleção de espécimes colhidos" e a realizar excursões pelos seus arredores, "onde encontrei excelente campo de pesquisa" (1975,p.150). Dos habitantes do Duro, cerca de "duzentas almas", tece comentários negativos, reprovando com seu olhar europeu o estilo de vida do lugar:

> "Apesar de se prestarem o clima e o solo da missão à cultura dos vários produtos tropicais, os habitantes são tão indolentes, que vivem geralmente famintos [...] todo o gado existente não passa de quarenta cabeças, pertencentes essas a dois indivíduos [...] a parte principal da alimentação dessa gente é de natureza vegetal: frutas silvestres que buscam nas matas, tais como cocos de diferentes espécies de palmeiras, os frutos do piqui, pusá, mangaba, jatobá, pitomba, goiaba, araçá e outros [...] o pouco de sua alimentação animal é obtida pela caça, ocupação que os moços se comprazem muito mais que no trabalho das plantações (Id.ibid.,p.148-149).

Nas proximidades do arraial de Almas, igualmente aniquilado - "contava com cerca de oitocentos habitantes [...] negros e mulatos em maior parte, e mestiços destes com índios [...] e um juiz de paz, um preto crioulo, que não sabia ler nem escrever" - a quantidade de mel silvestre atraiu sua atenção, e faz no seu relato uma pormenorizada descrição das espécies de abelhas locais. O naturalista observou que o mel, ingerido com farinha conforme o costume local, era excelente complemento alimentar, além de sua cera servir na fabricação de "velas grosseiras que lhes servem de candeeiro" (Id.ibid.,p.152-153).

Prosseguindo viagem, nas proximidades do arraial da Chapada, Gardner foi recebido na fazenda do juiz de paz daquele povoado, que era português. Desse encontro, resultou um comentário que de tão parcial causa espécie, valendo a pena, por isto mesmo, ser mencionado:

> "Os portuguesess estabelecidos no país são dados pelos brasileiros como de tendência baixa e gananciosa, destituídos de sentimentos de benevolência; tal pode ser o caso de muitos incultos que emigraram de Portugal para o Brasil, onde não há muito estímulo para que seu caráter melhore (sic), mas há entre eles muitos moços de certa educação, que, por seu bom comportamento e mais firme atenção aos negócios que os

> orgulhosos e indolentes brasileiros, adquirem mais depressa meios de independência, motivo de se tornarem objeto de antipatia e inveja [...] no interior encontrei muitos filhos dignos desta nação, de quem recebí as maiores atenções quando estas me haviam sido recusadas por um brasileiro. Tem sido os portugueses grandemente perseguidos desde os tempos da independência [...] não há sentimento de simpatia entre as duas nações" (Id.ibid.,p.155).

As impressões que revela dos povoados que visitou em seguida não são melhores. De Natividade, por exemplo, diz que os habitantes, "cerca de 2 000 almas [...] são vadios e indolentes ao extremo e, por isso, sempre há entre eles grande escassez das coisas de necessidade comum da vida". Gardner permaneceu nessa vila por mais de três meses, juntamente com o inglês Edward Walker, seu ajudante e preparador: "não o lamentei, porém, depois de nossa longa jornada de bem mais de mil milhas (1 600 km), contadas desde que partimos de Oeiras". Nessa estada prolongada em razão das chuvas, o naturalista teve oportunidade de herborizar em suas cercanias, tendo inclusive classificado duas novas espécimes botânicas (ver ilustrações 30 e 31). Em suas incursões, reparou que na região do entorno de Natividade havia grandes fazendas de gado, mas a população dele não se beneficiava: "não se encontra carne fresca à venda senão uma vez por mês; mas isso não admira, pois o grosso da população, por seus hábitos indolentes, não dispõe de recursos para comprar carne ou qualquer outro artigo de utilidade"(Id.ibid.,p.155 e157).

As críticas que emite em relação aos costumes do povo local denotam sentimentos de estranhamento, que revelam sua incapacidade de perceber o "outro" sem que seus julgamentos passassem pelo filtro de sua cosmovisão. Os três padres que conheceu no povoado eram exemplos de imoralidade: "o que morreu era um velho de sessenta e quatro anos de idade [...] embora bem educado e de gênio humano benévolo, deixou após si uma família de meia dúzia de filhos de suas próprias escravas". Sobre as mulheres de Natividade, declara:

> " [...] as mulheres [...] se vestem para ir a igreja, acompanhar procissões ou visitar pessoas amigas [...] fiquei um tanto surpreendido de ver que aqui usam todas capas feitas de lã escocesa ou pano azul, muito semelhante às que vestem no

> inverno as moças das fábricas de Glasgow. [...] o hábito de fumar é universal entre as mulheres; e de manhã à noite, raro lhes sai da boca o cachimbo [...] trabalham pouco, mas comem e dormem muito [...] são também muito dadas a beber cachaça" (id.ibid.,p.158).

Gardner não tece nenhum comentário sobre vida social do arraial da Chapada que justifique citação textual, mas ressalta que suas visitas àquela localidade foram frutíferas, tendo feito "grandes acréscimos" à sua coleção botânica. Nesse arraial, esteve com um morador de origem portuguesa, um certo capitão Batista, que conhecera Pohl e Burchell, e dos quais "parece ter sido muito íntimo" (Id.ibid.,p.160).

No pequeno arraial da Conceição, parcamente habitado por "cerca de cem pessoas", observou que havia boas casas, mas seus donos, fazendeiros, " só as ocupam no tempo das principais festas da Igreja. [...] Negros e mulatos formam a maioria dos residentes e poucos brancos vimos nos quatro dias em que lá ficamos". Apesar de localizado em uma região essencialmente pecuarista, em Conceição ainda se praticava a mineração do ouro, ainda que em escala muito reduzida: "considerável quantidade de metal aí se encontrou em outros tempos [...] o pouco que hoje se acha mal paga o labor da procura". Desconsiderando as condições de adaptação que moldavam o rítmo de existência da população daqueles sertões de Goiás à época, o olhar crítico do naturalista não poupou a falta de iniciativa dos mineiros em aprimorar as técnicas primitivas empregadas:

> " [...] Supõe-se existirem ricos veios na rocha sólida, que consiste principalmente de quartzo; mas não podem explorá-los em profundidade, por falta de meios de removerem a água que se acumula. Informou-me o vigário, talvez com exagero, que a pouca distância da aldeia existe uma mina tão rica, que um balde de terra dá quase um quarto de onça em ouro (7,2 gramas) [...] a mina não tem mais de vinte pés de profundidade (cerca de sete metros), mas teve de ser abandonada [...] devido ao influxo de uma fonte d'água [...] perguntando-lhe eu porque não faziam uso de bombas, disseram-me que só haviam ouvido falar em tal coisa, mas nunca a tinham visto; os mecânicos do lugar eram tão ignorantes, que não sabiam fabricar tão simples instrumento" (Id.ibid.,p.162).

A caminho de Arraias, é o espírito classificatório de naturalista que transparece no seu relato de viagem. Faz uma série de observações botânicas, citando, entre outras, “uma espécie de palmeira grande, chamada cabeçuda, cujo fruto é o principal alimento da grande arara-azul, muito comum neste distrito. Essa palmeira foi classificada por Martius, com a denominação *Cocos capitata* (Historia Naturalis Palmarum, Munique, 1823-1853). A fauna variada das matas daquela região despertou-lhe igualmente a curiosidade científica:

> “Entre as árvores desta floresta viam-se também alguns dos grandes macacos uivadores (Mycetes barbatus,Spix), conhecidos no Brasil pelo nome de barbudos e guaribas. Possuem enorme força muscular na longa cauda preênsil e, mesmo depois de atirados e bem mortos, ficam por ela suspensos nas árvores. Aparecem geralmente aos bandos, emitindo uivos desagradáveis, principalmente nas primeiras horas da manhã” (Id.ibid.,p.165-166). (ver ilustração 42)

Chegando a Arraias, Gardner se depara com um cenário aprazível: “A vila está agradavelmente situada em um recôncavo no tabuleiro da Serra: é cercada de todos os lados por baixas colinas de relva, com poucas moitas e pequenas árvores”. Todavia, logo se desvanece essa primeira impressão, e o naturalista repete praticamente os mesmos comentários que já vinha fazendo dos arraiais da região: “a vila é muito pequena, com uma população que não passa dos trezentos habitantes [...] muitas das casas pertencem a fazendeiros que só as ocupam em dias de festas”. Numa sutil crítica, acrescenta:”não obstante sua pequenez e pobreza, tem a vila dois sacerdotes, nenhum dos quais me pareceu dos mais mal alimentados da comunidade”. O povo do lugar, considerou “bondoso e serviçal, dentro de seus limitados recursos, porque a maioria é muito pobre; contudo, sua pobreza é em muitos casos filha de sua indolência” (Id.ibid.,p.168). A propósito da dificuldade do naturalista em captar o estilo de vida dos sertanejos, Doles e Nunes fazem uma interessante colocação:

> “Realmente soa como ‘mistério’ para um europeu a compreensão de um outro modo de subsistência, senão aquele baseado no trabalho diário e sistemático. Torna-se incompreensível um modo de vida que se baseia nas condições mínimas de sobrevivência. Que é, sem sombra de dúvida, o caso do nordeste goiano, na década de 30 do século XIX” (1992,p.108).

A atividade econômica predominante em Arraias, bem como na "mísera" Capela da Posse com "uma duzia de casas" e em São Domingos, "contendo apenas quarenta casas, muitas das quais desabitadas", era a pecuária. De modo geral, as fazendas dessa região, além da criação extensiva de gado - "de venda fácil no mercado da Bahia" - também cultivavam milho, arroz e mandioca para o consumo doméstico e para um reduzido mercado interno. Gardner também reparou na existência de pequenas lavouras de cana-de-açúcar, "princi- palmente para a fabricação de cachaça, largamente consumida em todas as classes sociais, por isso mesmo de boa venda". Quanto à agricultura de exportação, o naturalista observou a impossibilidade de sua prática naquela região:

> "No quintal da casa em que morei (Arraias) havia cerca de cento e cinquenta pés de café, que pelo fim de abril (1840) se apresentavam carregados de frutos como os das grandes plantações que eu vira na Província do Rio de Janeiro. Nunca, porém, poderá ser aquí cultivado em grande escala [...] por causa da grande distância do litoral. O rio Tocantins oferece a única possibilidade de transporte fluvial, mas, por enquanto é apenas navegável por barcas de pequena carga" (Id.ibid.,p.169-176).

Após sua estada de sete meses em Goiás, Gardner dirigiu-se para o rio Carinhanha (que alcançou no dia três de junho), na Província de Minas Gerais, trilhando um caminho já realizado pelos naturalistas bávaros Spix e Martius: " Nas chapadas secas e relvosas encontrei espécimes da bela Amarantácea que Martius descreveu sob o nome de *Gompherena officiallis*, e é bem conhecida pelo povo pelo nome vernáculo de para-tudo"(Id.ibid.,p.181). Do rio Carinhanha, Gardner, sem maiores explicações, retornou ao território de Goiás. Atravessou a Serra Geral e se dirigiu até a região do rio Claro, passando por campos, matas e veredas de buritizais típicos do cerrado goiano. Desse percurso de viagem (que terminou no dia 12 de junho, quando, tomando rumo leste dirigiu-se novamente à Província de Minas, a fim de chegar à vila de São Romão), as palavras do naturalista demonstram claramente como estava imbuído de uma prazerosa sensação de liberdade, pela aventura de viajar:

> "Embora acostumados diariamente a fadigas e privações, havia indescritível prazer na vida áspera que estávamos vivendo desde

> muito; é verdade que estávamos privados de quase todo o conforto da vida civilizada, mas estávamos livres, em compensação, de todas as suas restrições. Quando nos erguíamos pela manhã, não sabíamos onde seria o próximo pouso, mas a escolha dependia quase sempre de nós, embora não fosse feita à esmo, mas sempre regulada por necessidades indispensáveis, como água e pasto para os animais, árvores para armar as redes e lenha para o fogo de cada noite"(Id,ibid.,p183).

Muito foi dito dos naturalistas e viajantes enfocados neste trabalho. Eles foram os eleitos desta narrativa por atenderem aos critérios que delineamos no nosso projeto de pesquisa. Seus relatos de viagem são construções pessoais, retratando pontos de vista sobre Goiás sob a ótica etnocêntrica. A análise crítica destas memórias de viagem, entretanto, não é suficiente para tirar-lhes a autoridade incondicional de fontes históricas. Os aspectos que abordamos, embora nos parecessem de grande interesse à historiografia regional, estão longe de esgotar o universo de possibilidades que seus relatos podem oferecer ao leitor contemporâneo, interessado no resgate de uma curta, porém relevante parte da História de Goiás. Esperamos que outros pesquisadores deste apaixonante tema venham a se debruçar nestas páginas que acabamos de percorrer, e delas extraiam ainda muitos outros fatos de significativa importância para a reconstrução da nossa trajetória histórico-social.

CAPÍTULO III

NOTAS

(1) Relata o autor: “O pae de Burchell não quizera consentir no casamento de William com uma vizinha de Foulham, e julgou liquidado o assumpto com a viagem do filho. Os dois jovens, entretanto, continuaram as suas ternas relações e Burchell persuadiu a noiva que o fosse encontrar em Sta. Helena. A moça anuiu,mas durante a viagem atou relações com o capitão do navio e casou-se com elle” (Ihering,1929,p.483).

(2) “William John Burchell, Botanist”. Artigo escrito para o The Journal of South African Botany, em julho de 1941, por Helen Mckay.

(3) Sobre a lenda do El Dorado e o mito das Amazonas, ver nota n°13 do primeiro capítulo.

(4) Divergem os biógrafos de Castelnau a respeito da morte de Osery: segundo Taunay, “o visconde d’Osery, companheiro de Castelnau, afogou-se no Amazonas” (1895,p.230). Leitão afirma: “infelizmente d’Osery foi assassinado na Bolívia” (Op.cit.,p.356). Em Baker e Garcia encontramos informações mais coerentes. Este último diz: ”sobre o Urubamba, certa noite, abandonaram-na (a expedição) os guias, no meio dos selvagens hostis [...] nessa conjuntura foi Osery despachado para Lima em busca de socorro, para em caminho encontrar a morte nas mãos dos índios que lhe serviam de guias” (1922,p.894).

(5) “A parte referente aos mamíferos do Brasil central (e da Bolívia e do Peru) é tratada por Paul Gervais, que também escreve sobre os Miriápodes e Escorpiões; entre os mamíferos, porém, os primatas são estudados por Isidore Geoffroy de Saint-Hilaire; das aves cuida O. des Murs, dos répteis e anfíbios Guiche; os insetos e aranhas são descritos por H. Lucas e os moluscos e zoófitos por Hupe” (Op.cit.,p.438).

(6) Louis Agassiz também colaborou com os naturalistas Martius e Spix, que lhes incumbiram a tarefa de descrever os peixes por eles coletados em sua viagem pelo Brasil entre anos de 1817 a 1820. Posteriormente, quando era professor da Universidade de Cambridge, Agassiz organizou uma expedição ao Brasil com o objetivo de pesquisar a fauna ictiológica das principais bacias brasileiras. Essa expedição, que durou de 1865 a 1868, é considerada uma das mais importantes realizadas naquele período pelos significativos resultados científicos alcançados, e suas memórias foram publicadas em Boston (1869) com o título **Journey in Brazil** (Garcia,1922,p.899-900 e Melo Leitão,op.cit.,p. 441-445).

(7) Segundo Fleiuss, a origem italiana de Martius encontra-se em seu ancestral Galosthus Martius, “nascido em Nardi em 1427, nomeado professor em Padua em 1450, que havia sido obrigado, para escapar da intolerância religiosa, a refugiar-se na corte da Áustria; depois a família Martius, perdida para a Itália, se espalhou pela Alemanha [...] um ramo dessa família se estabeleceu em Erlangen onde, em 1688, foi fundada uma nova cidade por calvinistas emigrados da França quando o Édito de Nantes foi revogado por Luiz XIV” (1982,p.1-8). Esta informação é confirmada por Nonnato, no artigo **Martius, um Brasileiro** (JB,14/12/1968).

(8) A meio caminho entre a Inconfidência Mineira (1789) e as revoltas provinciais que se estenderam até a primeira metade do oitocentos, a Revolução Pernambucana foi um epsódio regional norteado pelo ideal de independência e de consciência nacional contra o domínio da metrópole portuguesa. Apesar da presença da Corte no Rio de Janeiro, que permitiu uma maior autonomia para a colônia, seus interesses não deixaram de favorecer os portugueses. A desigualdade regional a que o nordeste era vítima face a outras capitanias mais privilegiadas, aliada a questões que envolviam os gastos com o exército português, com os melhores postos administrativos ocupados por lusitanos, com a centralização política e com o peso do aumento de impostos fizeram aflorar descontentamentos face a situação econômica nordestina e às benesses concedidas às classes dominantas. A rebelião que foi sufocada em maio de 1817 com a ocupação de Recife pelas tropas portugueses, seguida de prisões e execussões, teve repercussão nas capitanias limítrofes, deixando profundas marcas no nordeste (Fausto,op.cit.,p.128-129).

(9) Biógrafos de Martius aludem a um suposto naufrágio ocorrido no rio Amazonas, que teria posto em risco a vida dos naturalistas. Mello Leitão afirma: “a 6 de agosto de 1819 começam a subir o rio Amazonas; perto de Santarém escapa Martius de morrer afogado “(Op.cit.,p.404).

Escrevendo um artigo sobre esse acidente intitulado **O Naufrágio de Martius no Amazonas,** Cézar Marques relata que ao chegar a Santarém em, 1856, encontrou na igreja matriz daquela cidade “uma riquíssima imagem do Senhor Crucificado, de ferro fundido e dourado, com oito palmos de comprimento, na qual se lia a inscrição: O Cavalleiro Carlos Fred. Phil. de Martius, membro da Academia de Sciencias de Munich, fazendo de 1817 a 1820, de ordem de Maximiliano José, rei da Baviera, uma viagem scientífica ao Brasil, e tendo sido aos 18 de setembro de 1819 salvo pela misericórdia divina do furor das águas do Amazonas, junto à vila de Santarém, mandou, como monumento de sua pia gratidão ao Todo Poderoso, erigir este crucifixo n’esta igreja de Nossa Senhora da Conceição no anno de 1846 “(1888,p.74-75).

No capítulo III do terceiro volume da **Viagem pelo Brasil**, onde Martius descreve a passagem pela vila de Santarém - que realmente se deu entre os dias 18 e 21 de setembro de 1819 - não encontramos nenhuma referência ao fato citado pelos autores. Entretanto, na viagem de retorno a Belém, entre Óbidos e Santarém, embora não falando de "naufrágio" Martius comenta: "viagem curta, mas que foi assinalada por muitos sustos e dificuldades, pois o inexperiente piloto nos expôs ao temporal [...] Devido à altura das vagas e à densa neblina, que, com a chuva incessante, nos ocultava desde alguns dias,a margem, tornava-se difícil e perigoso abordar a costa meridional da ilha, cercada de escolhos" (Spix e Martius,1938,vol.III, p.140-147 e 418).

(10) Fragmento do discurso pronunciado pelo romancista Joaquim Manuel de Macedo no IHGB, por ocasião da morte de Martius; citado no prefácio da primeira edição da obra **Viagem pelo Brasil** (1938, vol.I) e no ensaio **O Centenário de Martius** de Max Fleiuss, publicado pelo Jornal do Commércio (RJ) em 17/07/1917 e reproduzido na introdução da obra de Martius **O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil** (SP: EDUSP e BH: Itatiaia,1982).

(11) Por ocasião da exposição **"Martius, Percurso de um Olhar Errante pelo Brasil do Século XIX",** comemorativa dos duzentos anos de seu nascimento e realizada na Pinacoteca do Museu Paulista em maio de 1994, foi lançado o compact disc **Viagem pelo Brasil**, que interpreta o universo musical brasileiro a partir da primeira metade do século XIX. Neste CD estão gravadas diversas peças populares brasileiras (lundus, danças brasileiras e melodias indígenas) coletadas por Spix e Martius, e que fazem parte do compêndio musical da obra dos dois naturalistas. Interpretadas por Anna M. Kieffer (canto), Gisela Nogueira (viola de arame) e Edelton Gloeden (guitarra), essas músicas foram reunidas pelos naturalistas bávaros no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e na Amazônia.

Sobre os apontamentos musicais dos viajantes, ver Kieffer, Anna Maria (1996,p.136-141)

(12) A relação dos botânicos que participaram da **Flora Brasiliensis** pode ser consultada em:
-MELLO LEITÃO, Cândido. Op.cit.,p.406.
-MERXMÜLLER, Hermann. Colaboradores da Flora Brasiliensis.In: Revista dos Amigos da Flora Brasílica. SP: Órgão da Sociedade A.F.B.,ano 1,n° 1,janeiro de 1941,p.24-25.

(13) De acordo com Theodoro Sampaio, "a von Martius deve a etnografia brasileira inestimável concurso nos primeiros passos para o estudo sistemático das diversas nações indígenas e sua divisão ou agrupamento em oito tipos principais, de acordo com as suas afinidades linguísticas" (op.cit.,p.550).

Maiores informações sobre os estudos etnográficos de Martius podem ser encontradas em:
- TESCHAUER, Carlos J.S. Exploração e estudos do naturalista bávaro Carlos von Martius (1817-1829). In: *Explorações que particularmente promoveram o progresso da etnografia indígena*. Revista do IHGB, tomo especial, vol.V. RJ: Imprensa Nacional,1927;
- FERNANDES, Florestan(org.) Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas. In: *Investigação Etnológica e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes,1975;
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Os atalhos da magia: reflexões sobre o relato dos naturalistas viajantes na etnografia indígena*. Museu Emílio Goeldi, sér. Antropologia, 3 (2), 1987.

(14) Divergem os autores consultados a respeito dos dados relativos ao local e data de nascimento de Pohl. Adotamos os citados por por Mário de G. Ferri na apresentação da **Viagem no Interior do Brasil**, também reconhecida por Bertran que afirma: "foi o Dr.

Johann Emanuel Pohl, médico, súdito austríaco, nascido na atual República Tcheca" (1994,p.200).

Entretanto, no LAROUSSE DU XX ème SIÈCLE consta: "Pohl, Jean Emmanuel. Naturaliste austrichien, né a Vienne en 1784, mort en 1834". Esses dados são os citados pelo visconde de Taunay (op.cit.,p.240) e por Affonso de Taunay (07.12.1941).

(15) Pohl não foi o primeiro naturalista a adentrar o território da Capitania de Goiás. Antes dele Spix e Martius visitaram, ainda que brevemente, a região do Vão do Paranã (em setembro de 1818). Pohl foi realmente o primeiro naturalista estrangeiro que veio espontâneamente visitar a Capitania de Goiás, onde permaneceu de dezembro de 1818 a junho de 1820. Entretanto Oberacker se equivoca ao afirmar que ele teria viajado por Mato Grosso e pelo Pará, e ainda sobre ter registrado "a extraordinária riqueza faunística" de Goiás. Polh não era zoólogo, mas geólogo e, principalmente, botânico.

(16) O Museu Real, com a Independência de 1822, passou a chamar-se Museu Imperial. O Museu Nacional, nome adotado definitivamente em 1842, é atualmente um importante centro de pesquisa ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

(17) Belluzzo acrescenta que o naturalista levou consigo um casal de índios botocudos, que teriam despertado a atenção dos europeus, notadamente pela marca labial que caracteriza a tribo (1994,vol. II,p.109).

Esta afirmação não pode ser comprovada na obra de Pohl. Na verdade, ele realmente teve esta intenção que, entretanto, não foi concretizada. Pohl esteve com os índios botocudos em Minas Gerais e faz menção a um índio de nome Vicente, que lhe foi presenteado pelo capitão Félix Celestino da Mota no arraial de São Miguel, para ser levado à Europa: "na verdade um monstro [...] difícil encontrar um exemplar tão execrável entre seus compatriotas". Segundo relata o naturalista, esse índio e seu cunhado que deveriam acompanhá-lo, fugiram com uma "horda de botocudos" que pernoitou próximo ao seu acampamento. "Ao romper do dia, tinham desaparecido todos e, com eles, os meus dois índios. Mandei imediatamente procurá-los para fazê-los voltar, mas não foi possível convencê-los. Argumentaram que seus companheiros o impediam e seguiram com eles. Essa perda foi-me quase que bem recebida pois eu previa que ainda me dariam muito aborrecimento" (Op.cit.,p.356-357).

(18) Maiores informações sobre as edições em português das obras de Saint-Hilaire podem ser encontradas em:
- CALMON, Pedro. História do Brasil (séculos XVIII e XIX), vol.IV.
- Enciclopédia Mirador Internacional / Britannica do Brasil, vol.XVIII.
- MATOS, Odilon Nogueira de. Comentários - bicentenário de Saint-Hilaire. In: Notícia Bibliográfica e Histórica, nº 97. Campinas: PUC, ano XI,1979.

(19) Campo Alegre de Goiás (sudeste), Itauçú e Itaberaí (antigo Curralinho, no caminho entre Vila Boa e Meia Ponte) são exemplos de cidades surgidas dos antigos pousos de tropeiros. Com o objetivo de cristianizar os indígenas surgiram as atuais Mosssâmedes, Dianápolis (São José do duro), Pedro Afonso e Tocantínia. Dos presídios do rio Araguaia tornaram-se cidades: Couto Magalhães, Araguacema e Aruanã (Leopoldina). Porto Nacional (Porto Real e depois Imperial) foi o principal porto de navegação do rio Tocantins nos séculos XVIII e XIX. Dos registros do mesmo período, surgiram as cidades de Itumbiara e São Simão, assim como Formosa e Cabeceiras, ao longo do caminho que ligava Goiás à Bahia (Gomes e Teixeira Neto, op.cit.,p.78-79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eixo que norteou nossa pesquisa, em princípio, se pautou pela busca da compreensão do processo de construção das imagens que o Velho Mundo formulou sobre América, desde os primórdios do descobrimento até as ultimas décadas do século XVIII, período em que o europeu pretendia fazer do mundo uma grande Europa... Para o geógrafo e para o historiador, o estudo desse imaginário se reveste, inegavelmente, da maior importância, pois permite vislumbrar como esse processo orientou a expansão das fronteiras européias para além de seus limites continentais.

À medida que o trabalho de desenrolava, esta questão tornou-se mais e mais significativa, pois acabamos por constatar duas vertentes antagônicas em relação a esta questão. De um lado, uma diversidade de concepções - fantasiosas, edênicas ou detratoras - que se apoiavam muito mais na imaginação do que propriamente na razão, e que acabaram por “inventar” uma América para os europeus. Já de início, ao constatarem a presença de outros povos no Novo Mundo, os europeus com eles estabeleceram uma deformada relação de alteridade, em que sentimentos de estranhamento e distanciamento

cultural configuraram-se na altiva noção de superioridade étnico-cultural em relação ao “outro”, ao “selvagem”.

Isto ocorreu desde as primeiras notícias divulgadas pelos primeiros viajantes aventureiros - em que realidade mesclada de muita fantasia dava o tom às narrativas - até as últimas décadas do século XVIII, não obstante o desenvolvimento científico que vinha ocorrendo desde o Renascimento. Sob a égide do pensamento racional, pretendia-se, através do esforço da razão, liberar os seres humanos dos mitos primitivos e do pensamento simbólico, emancipando-os da imaturidade e abrindo caminho para um novo desenvolvimento histórico para o humanidade. Em contraposição, o racionalismo logo revelou sua outra face, seu conteúdo negativo e ambíguo: o Velho Mundo passou a auto-definir-se como civilização desenvolvida e superior, o que iria justificar, daí para diante, sua postura ideologicamente eurocêntrica. Era a cegueira da razão impedindo o reconhecimento do “outro” em sua especificidade e diferença. Surge daí outro mito, o da superioridade, colocando a Europa como centro difusor da modernidade, relegando os “outros” à condição de periferia inculta.

No Século das Luzes, essas idéias já estavam consolidadas: para os “caucásicos” europeus o Velho Mundo era a civilização superior, portadora da excelência das instituições sociais e políticas superiores, da tecnologia, das ciências e das artes. Paradoxalmente, para uma civilização que se compreendia como ilustrada, as imagens contraditórias em relação à América exacerbaram-se ainda mais. Cultivava-se, ou a imagem mítica do “bon sauvage”, ou o seu oposto, aquela que entendia que os trópicos degeneravam o homem, reduzindo-o ao estado de animalidade. A primeira representava a negação da civilização, expressando-se no desejo de fuga para um mundo ideal, exótico e pitoresco. A segunda, justificava-se pela elevada auto-estima que o europeu tinha de si, e todos os “outros” eram-lhe inferiores.

O que nossas leituras sobre o tema nos levaram a perceber foi que, ao menos conscientemente, os colonizadores ibéricos não participaram da construção dessas imagens fantasiosas. Pouco preocupados com utopias, para os portugueses e espanhóis prevaleceu, sobretudo, a visão pragmática do Novo Mundo. Ciosos de preservaram seus domínios coloniais americanos, essa foi a mentalidade que os orientou em seus modelos de ação colonizadora. Tais

práticas, apoiadas no não reconhecimento da identidade dos primitivos habitantes da América, resultaram na exclusão e sujeição daqueles povos autóctones, sob a justificativa de que eram incapazes de construir uma civilização própria...

Desde o primeiro século da descoberta da América os conquistadores fundamentaram as prerrogativas de suas geopolíticas coloniais em nome de seus Estados, interditando, dentro das possibilidades da época, a entrada de estrangeiros em seus territórios. Estabelecidos os aparatos produtivos em suas respectivas possessões, portugueses e espanhóis deram início a uma série de expedições de reconhecimento de seus domínios sul-americanos, cuja extensão eles sequer presumiam. A geografia que se praticava à época possibilitou os primeiros levantamentos cartográficos do novo continente, notadamente nas áreas litorâneas. Posteriormente, no século XVIII, as expedições geográficas devassaram-lhe o interior com o objetivo de demarcar as fronteiras das duas Coroas na América. Eram essas expedições geográficas orquestras pela política de sigilo dos colonizadores, e as restrições aos estrangeiros eram ainda mais rigorosas.

A despeito disso, com o progressivo enfraquecimento de seus Impérios frente à ascensão da Inglaterra e da França, bem como da nova ordem econômica mundial instalada no final do setecentos, os colonizadores ibéricos foram forçados a rever sua política de fechamento de suas fronteiras a outras nações. A Espanha foi a primeira a autorizar e mesmo incentivar, no final do século XVIII, a vinda de expedições de natureza científica, dentre as quais se destacou a de Humboldt e Bonpland. Portugal ainda resistiu por um certo tempo, e só com a transmigração da família real para o Brasil na primeira década do século XIX, a hermética política de isolamento aplicada à sua colônia mudaria de rumo.

Com a presença da Corte e de seu aparato administrativo no Brasil, rompeu-se o histórico exclusivismo metropolitano mantido por quase três séculos. Interessava naquele momento valorizar a sede da monarquia portuguesa, agora localizada em sua colônia de ultramar. No bojo das medidas implantadas pela administração recém-chegada, sua política externa, em razão das novas relações diplomáticas e comerciais, relaxou o antigo embargo à penetração de estrangeiros em seus territórios coloniais. Conseqüentemente, um número

expressivo de europeus aqui aportou, impulsionados pelos mais diferentes interesses.

Dentre eles, vieram os naturalistas que inauguraram o ciclo das expedições científicas ao Brasil da primeira metade do século XIX. Esses homens de ciência, movidos pelo espírito de “coletar, observar e classificar”, aqui chegaram imbuídos da expectativa de desvendar essa parte da América até então praticamente ignorada pelo Velho Mundo. Ao lado da visão romântica da natureza, eram também moldados pela matriz do pensamento racional europeu, orientado pela lógica do pragmatismo e pela civilização de resultados.

Fruto do desenvolvimento das ciências da natureza realizado no século XVIII, esse foi, inegavelmente, um momento em que o afã das viagens exploratórias pelo mundo multiplicou-se, e mais se acelerou na outra metade século. Estabelecidos os contornos geográficos da Terra pelas grandes viagens de circunavegação setecentistas, interessava, naquele momento, devassar o interior dos continentes ainda mal conhecidos. Em vista disto, alguns autores colocam sob suspeita todas as expedições oitocentistas, estigmatizando-as sob o signo da “historiografia do imperialismo”. Todavia, no que tange às expedições das primeiras décadas do oitocentos, consideramos este tipo de crítica extremamente reducionista pois, além de extemporânea (este é ainda um momento pré-imperialista), não leva em consideração nem o lado subjetivo dos naturalistas nelas envolvidos, nem tampouco o fato de que eram animados pela viva curiosidade científica. Não tendo sido nossa intenção idealizar as expedições científicas que vieram ao Brasil nesse período o que nossa investigação possibilitou perceber foi que os fatores anímicos, científicos e pragmáticos que as orientavam não se excluíam, ao contário, completavam-se.

Apesar da crítica “pós-colonial”, o conjunto das obras que os naturalistas produziram não pode ser simplesmente descartado como uma desqualificação arrogante de culturas não européias. No que tange às produções científicas, às quais muitos deles decicaram suas vidas, não há como ignorar que foram as precursoras dos estudos sistemáticos sobre o país. Quanto aos relatos de viagens, no mínimo, aprendem a ver e imaginar o Brasil do século XIX, ainda que do ponto de vista do estrangeiro. A despeito de imbuídos de uma visão de mundo eurocêntrica, eles estão plenos de referências de uma história que nos pertence. Ademais, e o que é mais importante, revelam como os sucessivos

retratos do Brasil foram sendo construídos de fora para dentro, e de que forma a visão que temos de nós mesmos acabou sendo forjada pelas imagens que divulgaram.

Foi isto exatamente o que constatamos ao examinar as memórias de viagens dos naturalistas que estiveram em Goiás no referido período. Apesar de carregadas de imagens, de representações sociais e das visões de mundo de seus autores, elas nos permitem um interessante diálogo com o passado. Portadores de um saber enciclopédico, imbuídos de modos de pensar há muito arraigados e legítimos representantes da mentalidade ilustrada européia - o que o levantamento biográfico e bibliográfico que deles realizamos confirma - demonstraram mais afinidades com os aspectos da natureza do que com seus habitantes, com os quais não se identificavam.

De leitura leve e aprazível, seus relatos são documentos atentos, que testemunham as efêmeras experiências vividas no dia-a-dia de suas andanças pelos sertões de Goiás - terra rude e inculta aos seus olhos, e que vivia dentro de uma lógica inaceitável para suas concepções de mundo, de progresso, de cultura erudita. Fixando suas atenções naquilo que lhes parecia mais extraordinário, descreveram fragmentos de um todo que supunham entender, mas que, em razão do filtro de suas culturas, os impossibilitava de reconhecer. Revelando o caráter da alteridade que adotaram face à realidade rural de Goiás - vista como decadente - esses relatos estão repletos de julgamentos valor, de preconceitos, estranhamentos e modos de ver o “outro” que se expressam em imagens de ignorância, ociosidade, licenciosidade, indolência, e outras de igual teor pejorativo. A força dessas imagens, sem dúvida, contribuiu para a construção da dimensão inconsciente do passado de Goiás através da introjeção de uma auto-percepção negativa do contexto da época, estando, apesar da crítica contemporânea, ainda muito presente na historiografia regional goiana.

Chegados ao fim a que nos propusemos, mas não ao fim do que se pode abordar neste amplo campo de pesquisa, esperamos que as discussões que aqui empreendemos abram novas perspectivas para aqueles que porventura se interessem pelos temas tratados.

BIBLIOGRAFIA

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ESPECÍFICAS:

1.1. FONTES PRIMÁRIAS (LITERATURA DE VIAGEM).

CASTELNAU, Francis de. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Trad. de Olivério M. de Oliveira Pinto. SP: Comp. Ed. Nacional, 1949. (Coleção Brasiliana, vols. 266 e 266-A).

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. de Sérgio Milliet. BH: Itatiaia e SP: Edusp, 1978.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi e CNPq, 1983.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.* Trad. de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia;SP: USP,1975. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 13).

LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Trad. de Sérgio Milliet. 2ª ed. SP: Liv. Martins,1951. (Biblioteca Histórica Brasileira,vol.7)

MAWE, John. *Viagem ao Interior do Brasil*. Trad. de Selena B. Viana. BH: Itatiaia, SP: Ed. USP, 1978.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Trad. de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; SP: USP,1976. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 14).

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. de Sérgio Milliet. 7ª ed. SP: Martins,1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Trad. de Regina R. Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; SP: USP,1975a. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 8).

_____. *Viagem às nascentes do rio S. Francisco*. Trad. de Regina R. Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; SP: USP,1975b. (Coleção Reconquista do Brasil, vol.7).

SPIX, J. B. von & MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. Trad. de Lúcia F. Lahmeyer. 3 vols. RJ: IHGB / Imprensa Nacional,1938.

_____ . *Atlas* da *Viagem pelo Brasil*. RJ: IHGB / Imprensa Nacional,1938.

_____. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. 3ª ed. Rev. por Ernest Wnikler. SP: Melhoramentos / IHGB / INL,1975.

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Trad. de Guiomar de C. Franco. BH: Itatiaia e SP: EDUSP,1974. (Coleção Reconquista do Brasil, vol.17)

1.2. BIBLIOGRAFIA SOBRE VIAJANTES ESTRANGEIROS NO BRASIL (Obras consultadas e Referências Bibliográficas).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Pestes e mortandades na formação do mercado de trabalho brasileiro. In: *Invenção do Brasil.* Salvador (BA): Museu Aberto do Descobrimento,1997.

AUGRAS, Monique. Imaginária França Antártica. In: *Estudos Históricos - Viagem e Narrativa.* Vol.4, nº7. RJ: Fundação Getúlio Vargas,1991.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes (org.). *O Brasil dos viajantes*. 3 vols. SP: Organização Odebrecht,1994.

_____. A propósito do Brasil dos viajantes. In: *Revista USP - Dossiê Brasil dos Viajantes.* Nº30. SP:USP,1996.

BOESEMAN, Martin. Algumas observações sobre a atribuição dos desenhos do *Theatrum*: o ponto de vista de um zoólogo. In: *Revista da USP - Dossiê Brasil dos viajantes.* Nº30. SP: USP,1996.

BRAGA, Marcos Pinto. Apresentação da obra *Expedição Langsdorff: Acervo e Fontes Históricas* de Bóris Komissarov. Trad. de Marcos P. Braga. SP: Ed. USP; Brasília, Edições Langsdorff,1994.

BRANDENBURGER, Clemente. Spix e Martius - um centenário. In: *Revista do IHGB*. Tomo LXXXIII (1918). RJ: Imprensa Nacional,1919.

CALMON, Pedro. Estrangeiros ilustres. In: *História do Brasil - séculos XVIII e XIX*. Vol. IV. RJ: Livraria José Olympio Ed., s/d.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no Velho Mundo. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed.1º vol., tomo II. SP: Difel,1985.

CASCUDO, Luis da Câmara. Os viajantes estrangeiros. In: *Antologia do Folclore Brasileiro: Séculos XVI ao XX*. SP: Martins Ed.,1956.

CASTELNAU, Francis de. Carta escrita ao IHGB em 20 de outubro de 1844.In: *Revista do IHGB*. Tomo VII (1845). RJ: Imprensa Nacional,1931.

DOLES, Dalísia E.M. e NUNES, Heliane P. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. In: *Ciências Humanas em Revista*, vol.3 nº1/2. Goiânia: UFG, 1992.

FERREZ, Gilberto (org.). *O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico Willian John Burchell - 1825/1829.* RJ: Fundação J. M. Salles e Fundação Pró-Memória, 1981.

FERRI, Mário de G. Apresentação das obras *Viagem à Província de Goiás* e *Viagem às nascentes do rio S. Francisco* de Auguste de Saint-Hilaire. Op.cit.,1975a e 1975b respect.

_____. Apresentação da obra *Viagem ao Interior do Brasil* de George Gardner. Op.cit.,1975d.

_____. Apresentação da obra *Viagem no interior do Brasil* de Johann Emanuel Pohl. Op.cit.,1976.

FLEIUSS, Max. O centenário de Martius (introd.). In: Martius, Carl F.P. von. *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*. Trad. de Alberto Löfgren. BH: Itatiaia Ltda.; SP: EDUSP,1982.

GALVÃO, Eduardo. Indrodução da obra *Viagem filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Pará* de Alexandre Rodrigues Ferreira. RJ: Conselho Nacional de Cultura,1974. (Memórias - Antropologia)

GAMA ROSA. Martius, o patriarca dos naturalistas do Brasil. In: *Revista do IHGB*. Tomo LXXXIII (1918). RJ: Imprensa Nacional,1919.

GARCIA, Rodolfo. História das explorações científicas. In: *Dicionário Histórico Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência).* Vol.I, cap.XXV. RJ: Imprensa Nacional,1922.

_____. Explorações científicas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Anais do Segundo Congresso de História Nacional - 1931). Vol. II. RJ: Imprensa Nacional,1942.

IHERING, Hermann von. As viagens de William John Burchell. In: *Separata do Museu Paulista*, vol. VII. SP: Museu Paulista, 1929.

KIEFFER, Anna Maria. Apontamentos musicais dos viajantes. In: *Revista da USP - Dossiê Brasil dos Viajantes.* N°30. SP:USP,1996.

KOMISSAROV, Boris. *Expedição Langsdorff: acervo e fontes hsitóricas.* Trad. de Marcus Pinto Braga. SP: Unesp e DF: Edições Langsdorff,1994.

LEITE, Ilka Baventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX.* Belo Horizonte: UFMG,1996a.

LEITE, José Roberto T. Viajantes do imaginário: A América vista da Europa, séc. XV-XVII. In: *Revista da USP - Dossiê Brasil dos Viajantes*. N°30. SP: USP,1996b.

LISBOA, Karen Macnow (texto e curadoria). *Martius - percurso de um olhar*

errante pelo Brasil do século XIX. SP: Pinacoteca do Estado,1994.
MARQUES, Augusto Cézar. O naufrágio de Martius no Amazonas. In: *Revista so IHGB*. Tomo LI,Vol. LXXII, parte II. RJ: Imprensa Nacional,1888.

MARTIUS, Kark F.P. von. *Frey Apollonio - um romance do Brasil*. Trad. e apresent. de Erwin Theodor. SP: Brasiliense,1992.

_____. *O estado de direito entre os autóctones do Brasil*. Trad. de Alberto Löfgren. BH: Itatiaia Ltda.; SP: EDUSP,1982. (Coleção Reconquista do Brasil,vol.58).

MATOS, Odilon Nogueira de. Bicentenário de Saint-Hilaire. In: *Notícia Bibliográfica e Histórica.* Campinas: PUC,1979.

MELO CARVALHO, José Cândido de. Introdução a obra *Viagem filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Pará* de Alexandre Rodrigues Ferreira. RJ: Conselho Federal de Cultura, 1972. (Memórias - Zoologia e Botânica)

MELLO LEITÃO, Cândido de. História das expedições científicas no Brasil. In: *Revista do Instituto Histótico e Geográfico Brasileiro (Anais do Terceiro Congresso de História Nacional).* Vol. X. RJ: Imprensa Nacional,1944.

_____. *Visitantes do primeiro império*. SP: Comp. Ed.Nacional,1934. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V. (Coleção Brasiliana, vol. XXXII).

MEXMÜLLER, Hermann. Colaboradores da Flora Brasiliensis. In: *Revista dos Amigos da Flora Brasílica*. SP: Órgão da Sociedade A.F.B.,ano 1,nº 1, janeiro de 1941.

MIDLIN, José E. Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros. In: *Revista Estudos Históricos - Viagem e Narrativa*. Vol.4, nº7. RJ: Fundação Getúlio Vargas,1991.

MOREIRA NETO, Carlos de A. Apresentação da obra *Viagem filosófica ao Rio Negro* de Alexandre Rodrigues Ferreira. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi e CNPq,1983.

MOREYRA, Sérgio Paulo. O olho que vê o mundo. In: *Boletim Goiano de Geografia*, vol.7/8,nº1/2. Goiânia: UFG - IQG, dezembro/janeiro -1987/1988.

NONNATO, Masson. Von-Martius, um brasileiro. In: *Jornal do Brasil*. RJ: 14 de dezembro de 1968.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed. 1º vol., tomo II, SP: Difel,1985.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Elementos para uma sociologia dos viajantes.

In: Oliveira Filho, J.P.(org,). *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. RJ: Marco Zero / Ed. UFRJ,1987.

PAIVA, Mário Garcia de. Introdução da obra *A grande Aventura de Spix e Martius*. RJ: INL,1972. (Coleção Documentos nº 5)

PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: HOLANDA, Sérgio B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed. 1º vol.,tomo II, . SP: Difel,1985.

PERRONE-MOISÉS, Leila. Alegres trópicos: Gonneville, Thevet e Léry. In: *Revista USP - Dossiê Brasil dos Viajantes.* Nº30. SP:USP,1996.

PINTO, Olivério Mário O. Viajantes e naturalistas. In: HOLANDA, Sérgio B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* 3º vol., tomo II. SP: Difel,1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Carta enviada ao presidente do IHGB, Dr. Manuel A. Porto-Alegre. In: *Revista do IHGB*, tomo XII,1849.

SAMPAIO, Theodoro. Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da etnografia no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo II Especial. RJ: Imprensa Nacional,1915. (Posteriormente publicado pela Livraria Progresso Ed. Salvador,1955).

SEIXO, Maria Alzira. Entre a cultura e a natureza: a ambiguidade do olhar viajante. In: *Revista da USP - Dossiê Brasil dos Viajantes.* Nº30. SP:USP,1996.

SEVSENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. In: *Revista da USP - Dossiê Brasil dos Viajantes*. Nº30. SP:USP,1996.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem.* SP: Companhia das Letras,1990.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. No Brasil de 1840: Francis de Castelnau (1843). In: *Anaes do Museu Paulista*. Tomo VII. SP: USP / Imprensa Oficial do Estado,1936.

_____. Pohl e sua obra. In: *Jornal do Commércio.* RJ: 07 de dezembro de 1941.

_____. Pohl no Rio de Janeiro (1817). In: *Jornal do Commércio*. RJ:14 de dezembro de 1941.

_____. Ainda Pohl no Rio de Janeiro (1817). In:*Jornal do Commércio*. RJ: 21 de dezembro de 1941.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle, Visconde de. Estrangeiros illustres e prestimosos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXIII, parte II. RJ: Typografia do Brasil,1895.

_____. Viagens e viajantes. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XCII, parte II. RJ: Imprensa

Nacional,1922.

TESCHAUER, Carlos S.J. Explorações e estudos do naturalista bávaro Carlos von Martius (1817-1820). In: *Revista do IHGB (Congresso Internacional de História da América*).Tomo Especial.Vol. V. RJ: Imprensa Nacional,1927.

_____. Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo especial (Congresso Internacional de História da América).Vol.V.RJ: Imprensa Nacional,1927.

VANZOLINI, Paulo E. As primeiras expedições zoológicas no Brasil. In: *Revista da USP*, nº 6. SP: USP,1990.

_____. A contribuição zoológica dos primeiros naturalistas viajantes no Brasil. In: *Revista da USP - Dossiê Brasil dos Viajantes.* Nº30. SP: USP,1996.

1.3. BIBLIOGRAFIA DE APOIO (Atlas, Enciclopédias e Dicionários).

ALBUQUERQUE, Manuel M. ATLAS HISTÓRICO E ESCOLAR. 8ª ed. RJ: Ministério da Educação e Cultura,1983.

ATLAS DO MEIO AMBIENTE DO BRASIL. 2ª ed. Brasília: EMBRAPA -SPI: Terra Viva, 1996.

ENCICLOPÉDIA DOS MUSEUS: Museu de Arte de São Paulo. SP: Melhoramentos, 1980.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL/ ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA DO BRASIL LTDA. SP: Companhia Melhoramentos,1983.

ENCYCLOPEDIA E DICIONÁRIO INTERNACIONAL. RJ e NY: W.M.Jackson Inc.,s/d.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.* SP: Nova Fronteira / Folha de São Paulo,1995.

GRAND DICTIONNAIRE UNIVERSEL DU XIXème SIÈCLE. Paris: Larousse et Boyer, 1866-77.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DA AMAZÔNIA. Belém: Amel-Amazônia Ed. Ltda., 1967-68.

GRAND LAROUSSE ENCYCLOPÉDIQUE. Paris: Larousse,1964.

LA GRANDE ENCYCLOPEDIE: Inventaire Raisonné des Sciences, des Lettres et des Arts. Paris: Societé Anonyme de la Grande Encyclopédie,s/d.

LAROUSSE DU XX ème SIÈCLE. Paris: Librairie Larousse, s/d.

LE PETIT ROBERT 1 - *Dictionnaire Alphabétique et Analogique de la Langue Française*. Rédaction dirigée par A. Rey et Rey-Debove. Paris: Le Robert,1990

MICHAUD - BIOGRAPHIE UNIVERSELLE: Anciènne et Moderne. Paris: C.H. Delagrave et Cie. Libraires - Editeurs; s/d.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS:

ABREU, J. Capristano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil.* BH: Itatiaia; SP: Ed. USP,1988.

ALENCAR, Francisco et alii. *História da sociedade brasileira.* 3ªed. RJ: Ao Livro Técnico,1985.

AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *No tempo das caravelas.* Goiânia: CEGRAF /UFG e SP: Contexto,1992.

AMIEL, Anne. *50 grandes citações filosóficas explicadas - os autores e as correntes de pensamento*. Trad. de Eduardo Francisco Alves. SP: Ediouro S. A.,1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Brasil e a América-latina.* SP: Contexto,1989.

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial.* RJ: José Olympio,1993.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. In: *Geografia: Espaço e Memória*. Revista Terra Livre-AGB nº 10. SP: AGB / Sagres Ed.,1994.

BACHELARD, Gaston. *La poétique de l'espace*. 5ª ed. Paris: Presses Universitaires de France,1967.

BAKER, J.N.L. *Histoire des découvertes géographiques et des explorations*. Paris: Payot,s/d.

BARATA, Francisco José R. Memórias em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás. In: *Memórias Goianas I.*Goiânia: UCG, 1982.

BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do centro-oeste do Brasil.* Brasília: Codeplan e Goiás: UCG, 1988.

_____. Desastres Ambientais. In: *Ciência Hoje*, vol.12, nº70,1991.

_____. *História da terra e do homem no planalto central: eco-história do Distrito Federal - do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo,1994.

_____. O olhar alheio e o próprio umbigo (Apresent). In: CHAUL, Nasr. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.* Goiânia: UFG, 1997.

BOSI, Alfredo. A fenomenologia do olhar. In: NOVAES, Adauto et alii. *O Olhar.* SP: Companhia das Letras, 1988.

BROC, Numa. *La géographie des philosophes: géographes et voyageurs français au XVIII ème siècle*. Paris: Editions Ophrys et Université de Strasbourg: Fondation Baulig,1974.

BROSSE, Jacques. Diários de viagem. Trad. de Maria Lúcia de Magalhães. In: *Revista O Correio*. Nº6. SP: UNESCO, 1987.

BRUIT, Héctor H. *O imperialismo.* Trad. de Jaime Pinsk. 2ª ed. SP: Atual,1987.

BURNS, Edward Mcnall et alii. *História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais.* Trad. de Donaldson M. Garshagen. 29 ª ed. SP: Globo,1989.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império.* SP: Companhia das Letras,1995.

CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciência en la geografia contemporánea*. 2ª ed. Barcelona: Salvat,1983.

CAPEL, Horácio e URTEAGA, Luis. *Las nuevas geografias.* Barcelona: Salvat,1991.

CARVALHO, Marcos. *O que é natureza*. SP: Brasiliense,1990.

CASINI, Paolo. *As filosofias da natureza*. Trad. de Ana Falcão e Luis Leitão. Lisboa: Presença,1987.

CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. Trad. de Guy Reynaud. RJ: Paz e Terra,1982.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.* Goiânia: UFG, 1997.

_____. Contrabando e ócio nas raízes de Goiás. In: *Jornal O Popular.* Goiânia, 12.05.1997.

CITELLI, Adilson. *O romantismo.* SP: Ática, 1986.

CLAVAL,Paul. *La pensée géographique: introduction à son histoire.* Paris: Société d' Edition d'Enseignement Supérieur (Publication de la Sorbonne),1972.

_____. *Principes de géographie sociale.* Paris: Editions M.th. Génin -

Libraires Techniques,1973.

_____. *Géographie humaine et économique contemporaine.* Paris: Presses Universitaires de France,1984.

_____. Géographie et culture - ou - La culture dans tous ces espaces. In: *Revue Géographie et Culture*, nº 1. Paris: L'Harmattan,1992.

COLLINGWOOD, R. G. *Ciência e filosofia.* 4ª ed. Trad. de Frederico Montenegro. Lisboa: Presença ltda.,s.d.

CORBISIER, Roland. *Enciclopédia filosófica.* Rev. de Evangelista L. Picone. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1987.

COSTA. Emília V. da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org). *Brasil em Perspectiva.* 8a ed. SP: Difel,1977.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. SP: Contexto,1988.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. Chorographia histórica da Província de Goyaz. In: *Revista do IHGB*, 1874.

_____. Chorographia histórica da Província de Goyaz. In: *Revista do IHGB,*1875.

DARDEL, Eric. *L'homme et la Terre: nature de la réalité géographique.* Paris: Editions du CTHS,1990.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. In: *Estudos Históricos - História e Natureza.*Vol.4,nº8. RJ: Fundação Getúlio Vargas,1991.

DESMOND, Adrian e MORRIS, James. *Darwin: a vida de um evolucionista atormentado*. Trad. De Hamilton dos Santos, Gustavo Pereira e Maria Alice Gelman. SP: Geração Editorial,1995.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822 - Dimensões.* SP: Perspectiva,1972.

DRUMMOND, José Augusto. O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. In: *Estudos Históricos 2 - Identidade Nacional.* Vol.1.RJ: Vértice,1988.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade.* Trad. de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes,1993.

ÉLIS, Bernardo e MAIA, Tom e Thereza Regina de C. *Vila Boa de Goiás.* SP: Nacional e RJ: EMBRATUR, 1979.

FALCON, Francisco José Calazans. *A epopéia pombalina: política econômica e*

monarquia ilustrada. SP; Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 9ª ed. SP: Globo,1991.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4ª ed. SP: USP,1996 (Didática,1).

FERREIRA, Manuel Rodrigues. Como surgiu a cartografia no interior do Brasil. In: *Memórias Goianas I.* Goiânia: Ed. UCG,1982.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* RJ: Arquivo Nacional, 1995.

FORTES, Luiz R. Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. 8ª ed. SP: Brasiliense,1983. (Coleção Tudo é História)

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Selma T. Muchail. SP: Martins Fontes,1992.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo G. O projeto arcaizante brasileiro. In: *Jornal do Brasil*. RJ: 30 de novembro de 1993.

FREITAS, Lena C.B.F. de e SILVA, Nancy R. de. Sobre as fontes documentais para a história de Goiás. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n⁰12. Goiânia,1989.

FUNES, Eurípedes A. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária.* Goiânia: UFG, 1986.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 23ª ed. SP: Companhia Ed. Nacional,1989.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia - romance da história da filosofia*. Trad. de João Azenha Jr. SP:Companhia das Letras,1995.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo - história de uma polêmica (1750-1900).* Trad. de Bernardo Joffily. SP: Companhia das Letras,1996.

GONÇALVES, Carlos Walter P. *Os (des)caminhos do meio ambiente.* SP: Contexto,1989.

GUINSBURG, Jacob (org.). *O romantismo. SP: Perspectiva, 1978.*

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* Trad. de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. SP: Loyola,1992.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914).*3ª ed. RJ: Paz e Terra,1992.
HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso.* SP: Ed. Nacional, 1977.

_____. A herança colonial - sua degradação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed. 1º vol.,tomo II, SP: Difel,1985.

_____. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. RJ: José Olympio,1989. (Coleção Documentos Brasileiros, nº1)

HUMBOLDT, Alexander von. Cosmos: ensayo de una descripción física del mundo. Trad. de B. Giner y J. De Fuentes. In: MENDOZA, Josefina Gomes et alii. *El Pensamiento Geográfico: Estudio Interpretativo y Antologia de Textos (de Humboldt a las Tendencias Radicales)* . Madrid: Alianza Editorial,1988.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2ª ed. *Estatísticas Históricas do Brasil*. RJ,1990.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI e JOVCHELOVITCH (orgs). *Textos em Representaçõs Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

KEITH, Thomas. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais (1500-1800).* Trad. de João R. Martins Filho. SP: Companhia das Letras,1988.

KEMP, Tom. *A revolução industrial na Europa no século XIX.* Trad. de José Marcos Lima. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1985.

KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza T. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. SP: EDUSP,1994.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural.* Trad. de Jefferson L. Camargo. SP: Martins Fontes, 1992.

LAPLANTINI, François. *Aprender antropologia.* Trad. de Marie-Agnès Chauvel.2ª ed. SP: Brasiliense,1989.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico.*11ª ed. RJ: Zahar,1995.

LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *História: Novos Objetos.* Trad. de Terezinha Marinho. RJ: Francisco Alves, 1988.

LEPETIT, Bernard. Paysages des lumières. In: MARCEL, Odile (direction). *Composer Le Paysage: Constructions et Crises de l'Espace*. Paris: Editions Champ Vallon,1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e cultura. Trad. de Dora Ruhman e Geraldo G. de Sousa. In: GUINSBURG, J. (Direção). *Raça e Ciência I*. SP: Perspectiva, 1970.

LYRA, Maria de Lurdes Viana. Memórias da Independência: marcos e representações simbólicas. In: *Revista Brasileira de História*. Vol.15,n°29. SP: ANPUH / Contexto,1995.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912).* SP: Edusp e Moderna, 1997.

MARCEL, Odile. Paysages et projet de civilization: les lumières dans la mémoire culturelle européene. In: MARCEL, Odile (direction). *Composer le Paysage: Constructions et Crises de l'Espace*. Paris: Editions Champ Vallon,1989.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil.* Trad. de James Amado. 3^{a} ed. SP: Brasiliense,1990.

MELLO e SOUZA, Laura de. *Desqualificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.*2^{a} ed. RJ: Graal,1986.

MENDOZA, Josefina Gómes et alii. *El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales).* 2a ed. Madrid: Alianza Editorial S.A.,1988.

MINAYO, Maria Cecília. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI e JOVCHELOVITCH (orgs). *Textos em Representaçõs Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Marília Pessoa. *A visão colonialista dos viajantes europeus do século XIX.* In: *Revista Clio* n° II. Universidade Federal de Pernambuco, 1978.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* SP: Companhia das Letras,1994.

MORAES, Antônio Carlos R. de *Geografia: pequena história crítica.* 4^{a} ed. SP: Hucitec,1985.

_____. *A gênese da geografia moderna*. SP: Hucitec / Ed. USP,1989.

MOREIRA, Ruy. *A formação do espaço agrário brasileiro.* SP: Brasiliense,1990.

_____. O conceito de natureza na geografia física. In: *Caderno Prudentino de Geografia*, n° 13. Presidente Prudente (SP): AGB, junho de 1991.

_____. *O círculo e a espiral: a crise paradigmática do mundo moderno.*RJ: Obra Aberta /Série Terceira Margem,1993.

MOTTA, Carlos G. O Brasil: 500 anos de juventude. In: *Brasil: o Livro dos 500 Anos*. SP: Abril,1996.

NICOLAS-OBADIA, George. Introduction: Carl Ritter et la formation de

l'axiomatique géographique. In: Ritter, Carl. *Introduction a la Géographie Générale Comparée: Essais sur les fondements d'une Géographie Scientifique.* Trad. de Danielle Nicolas-Obadia. Paris: Les Belles Lettres e Université de Besançon: Annales Littéraires,1974.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In:MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva.* 8ª ed. SP: Difel,1977.

PALACIN, Luís e MORAES, Maria Augusta S. de. *História de Goiás.* 5ª ed. Goiânia: UCG, 1989.

PALACIN, Luís. *O século do ouro em Goiás.* 4ª ed.Goiânia: UCG, 1994.

PALACIN, Luíz, AMADO, Janaína e GARCIA, Ledonias. *História de Goiás em documentos: I colônia.*Goiânia: UFG, 1995.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*,vol.15,nº 29. SP: ANPUH / Contexto, 1995.

PEET, Richard. Mapas do mundo no fim da história. s.trad. In: SANTOS, Mílton et.alii.(orgs). *O Fim do Século e a Globalização.* SP: Hucitec / ANPUR,1994.

PERET, João Américo. Memória: diário da selva III - as mulheres guerreiras. In: *Revista Geográfica Universal*. Nº 228. SP: Bloch, janeiro de 1994.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.*14ª ed. SP: Brasiliense, 1976.

_____. *História econômica do Brasil.*35ª ed. SP: Brasiliense,1987.

PRATT, Marie Louise. Humboldt e a invenção da América. In: *Estudos Históricos - História e Natureza.* Vol.4, nº8. RJ: Fundação Getúlio Vargas,1991.

QUAINI, Massimo. *A construção da geografia humana.* Trad. de Liliana Paganá. RJ: Paz e Terra,1983.

REALE, Miguel. As imigrações e a cultura brasileira. In: *Jornal do Brasil*. RJ:16 de novembro de 1996.

REIS, Elisa P. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. In: *Estudos Históricos 2.* Vol.1. RJ: Vértice,1988.

REMOND, René. *Introduction à l'histoire de notre temps: 1. l'ancien régime et la Révolution (1750-1815).* Paris: Seuil,1975a.

_____. *Introduction à l'histoire de notre temps: 2. le XIX e siècle (1815-1914).*Paris: Seuil,1975b.

RIBEIRO, Darci. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo. 11ª ed. SP: Brasiliense, 1994.

ROUQUIÉ, Alain. *O extremo-oriente: introdução à América Latina*. Trad. de Mary Amazonas L. de Barros. SP: Ed. da USP,1991. (Coleção Base, v.1)

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discours sur l'origine de l'inégalité parmi entre les hommes. In: LAGARDE, André et MICHARD, Laurent. *XVIII ème Siècle - les Grands Auteurs Français: Anthologie et Histoire Littéraire*. Paris: Bordas,1985.

SADER, Regina. A vastidão Territorial. In: *Brasil, o Livro dos 500 Anos*. SP: Abril,1996.

SALLES, Gilka Vasconcelos F. de. O Povoamento de Goiás (1736-1970). In: *Revista do ICHL*,vol.1,nº1. Goiânia: UFG, 1981.

_____. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás.* Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura.*14ª ed. SP: Brasiliense,1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção*. SP: Hucitec,1996.

SANTOS, Paulo F. *Formação das cidades do Brasil colonial*. Trabalho apresentado no V Congresso Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Lisboa,1963.

SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal.* 4ª ed. Portugal: Publicações Europa-América Ltda., 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros. In: *Caderno de Textos*, nº 09. SP: IDESP, 1989.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).* SP: Companhia das Letras,1993.

SHAER, Roland. *L'invention des musées*. Paris: Découvertes Gallimard,1993.

SILVA e SOUZA, Luiz Antônio da. O descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goyaz. In: TELES, José Mendonça. *Vida e Obra de Silva e Souza.* Goiânia: Oriente, 1978.

SMITH, Anthony. *Os conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo*. Trad. de Maria Therezinha Cavalcante. SP: Nova Cultura,1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil.* RJ: Vozes,1966.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil.* SP: Contexto,1990. (Coleção Repensando a História)

TEIXEIRA NETO, Antônio e GOMES, Horiestes. *Geografia Goiás - Tocantins.* Goiânia:CEGRAF,1993.

TEIXEIRA SOARES. *História da formação das fronteiras do Brasil*. RJ: Biblioteca do Exército, 1973.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. 3ª ed. Trad. de Beatriz Perrone Moisés. SP: Martins Fontes,1991.

_____. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Trad. de Sérgio Goes de Paula. RJ: Zahar,1993.

TOLEDO, Roberto P. À sombra da escravidão. In: *Revista Veja,*ano 29, nº 20. SP: Abril, maio de 1996.

VOVELLE, Michel. (Préface) In: MARCEL, Odile (direction). *Composer le Paysage*. Paris: Editions Champ Vallon,1989.

WASHBURN, S.L. e HOWELL, Clark. A evolução humana e a cultura. In: MUSSOLINI, Gioconda (org.). *Evolução, Raça e Cultura: Leituras de Antropologia Física.* Trad. de Carmem S. Arruda. 3ª ed. SP: Nacional,1980.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo.* RJ: Universidade Gama Filho e Niterói: UFF, 1994.

WHITEHEAD, Alfred North. *O conceito de natureza.* Trad. de Júlio B. Fischer. SP: Martins Fontes,1994.

ZUZMAN, Perla B. O Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: continuidades e rupturas no marco do projeto geográfico imperial. In:SOUZA et alii (orgs.). *Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica*. SP: Hucitec / ANPUR,1993.